ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO

**Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis - COOCASSIS:
espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Leny Sato

São Paulo

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carvalho, Ana Maria Rodrigues de.

Cooperativa de catadores de materiais recicláveis - COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência / Ana Maria Rodrigues de Carvalho; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2008.

310 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Economia solidária 2. Cooperativismo 3. Sociabilidade 4. Consciência 5. Catadores de papel 6. Reciclagem I. Título.

HM126

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Maria Rodrigues de Carvalho

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis - COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

HOMENAGEM

À minha inesquecível e amada irmã, Maria Luiza, referência em minha vida e ao meu querido cunhado, Louremir, que em suas vidas souberam praticar a solidariedade.

As pessoas não morrem.
Elas simplesmente se encantam.
Guimarães Rosa

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Guilherme, Paula e Elisa, orgulhos de minha vida, nos quais encontro razão e respaldo para continuar a lutar por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Porque é muito mais espessa a vida
que se desdobra em mais vida, como
uma fruta é mais espessa que sua flor.

João Cabral de Melo Neto

A todos aqueles que comigo puseram “as mãos na massa”, colegas, alunos, parceiros e catadores.

É no olho sujo do sonho
Que nasce a coragem da luta.
É da mão enfiada no barro
Que o homem tira seu pão.
É pela beleza da lua
Que se tece um caminho até ela.
Não de medir a distância
Entre o hoje e o alcançá-la.

Balanço - Ana Lúcia Cortegoso

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não teria sido possível, se em sua construção, não tivesse contado com a solidariedade de tantas pessoas. Direta ou indiretamente envolvidas, pode ser que muitas não saibam como foram importantes para que essa caminhada chegasse ao seu ponto final. Minha acentuada preferência pelo trabalho coletivo pode ser contemplada. Foram poucos os momentos, nos quais trabalhei individualmente. Fico muito satisfeita por ter trilhado esse caminho tão bem acompanhada!

Querendo agradecer a cada pessoa, ou instituição, corro o risco de cometer omissões. Mesmo assim, vou anunciá-las:

Aos catadores, pela generosidade em compartilharem comigo um espaço tão importante da vida como é o trabalho. Pela coragem e confiança demonstradas para que, juntos, construíssemos esse caminho;

Ao Claudineis de Oliveira, pela solidariedade na recuperação de dados;

A cada aluno e ao coletivo de alunos que nesses anos (de 2001 a 2007), participaram das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP- Núcleo de Assis (2006 e 2007), e ao colega Carlos Rodrigues Ladeia, companheiro dessa jornada, pelas instigantes discussões, entre idas e vindas, campo e academia. Esse trabalho não seria o mesmo sem a contribuição de cada um de vocês;

Aos companheiros de militância, pela força e estímulo para que continuemos na luta pelo fortalecimento da Economia Solidária;

Ao Dom Maurício Grotto Camargo, Bispo Diocesano de Assis, Roberto Carlos dos Santos e demais membros da Cáritas Diocesana, pela firmeza e empenho postos no desafio da parceria para desenvolvermos o novo projeto com os catadores;

Aos membros do Poder Público Municipal -Executivo e Legislativo- cujo apoio foi fundamental para o desenvolvimento do Projeto da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis;

À UNESP, na pessoa do Prof. João da Costa Chaves Júnior, pela concessão da Bolsa do Programa de Capacitação de Docentes da UNESP, que viabilizou meus deslocamentos para São Paulo para cursar o Doutorado na USP;

Ao Conselho do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, da F.C.L. da UNESP de Assis, pelos afastamentos temporários concedidos;

Aos meus colegas e amigos da UNESP, pelo apoio, comentários e sugestões sempre tão oportunos, especialmente, Wilka, Elizabeth Piemonte, Francisco Hashimoto e Cristina Amélia;

Às funcionárias do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, Nalva e Cecília, pela presteza com que sempre atenderam às nossas reivindicações de alunos;

À equipe da Seção de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP, pelas orientações e providências;

À equipe da Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP, pelo atendimento e providências;

À equipe da COSEAS da USP, pelo alojamento concedido;

Aos meus colegas de Pós-Graduação, especialmente aos do grupo de orientandos da Prof^a Leny, pela riqueza dos encontros, discussões e oportunos apontamentos;

Aos professores, Francisco Hashimoto, Carlos Rodrigues Ladeia e Sylvia Leser de Mello (mesmo à distância), pela dedicação e firmeza com que participaram do Exame de Qualificação;

À minha orientadora e amiga, Leny Sato, pela acolhida, sabedoria, respeito e paciência com que esteve ao meu lado nesse longo percurso;

Aos componentes da Banca Examinadora, pelo trabalho realizado;

Ao Prof. Rony Farto Pereira, pela revisão final de textos;

À Elaine Carneiro Sant'Anna e à Brigitte Monique Hervot, pelas versões do Resumo;

À Paula, Elisa, Mariana, Cristina e Alessandra, pelo valioso apoio técnico na transcrição de fitas e na montagem da Tese, que muito aliviou minha tarefa;

Ao Kita Amorim, pela valiosa editoração da Tese;

Ao José Carlos, companheiro, pelo apoio permanente;

A todos os meus familiares, inclusive à Regina, pelo apoio, preocupação, compreensão e torcida sempre externados.

“No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo”.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência.** 2008, 310 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Esta pesquisa tem por objetivo estudar, a partir do cotidiano de trabalho da Cooperativa, as alterações, apreendidas por seus cooperados, em relação às suas crenças, valores, visão sobre o trabalho e a realidade social. Tais alterações possibilitam discutir a presença de uma consciência mais crítica desses trabalhadores, que contribua para uma nova forma de se apropriarem e de intervirem na realidade. A pesquisa ocorreu simultaneamente ao projeto de extensão universitária que desenvolvemos, junto à Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis, por intermédio do Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares, da UNESP de Assis. A longa permanência no campo permitiu-nos, por meio da observação participante, entrevistas, grupos de discussões, fotos, documentos e registros, a obtenção de um grande banco de dados. A experiência vivida pelos catadores, em sua organização coletiva para o trabalho, com base nos princípios da Economia Solidária e do cooperativismo, bem como a trajetória da COOCASSIS apontam para diversas mudanças, tanto em relação ao seu funcionamento, quanto aos seus cooperados. Atualmente, parceira na política de gestão de resíduos sólidos do município, ela busca viabilizar, por meio de políticas públicas, a garantia de acesso definitivo aos meios e bens de produção. A convivência em um espaço de trabalho, também de sociabilidade, levou os cooperados, com o estabelecimento de relações democráticas e solidárias, ao exercício de suas potencialidades, à alteração da imagem que têm de si e da visão sobre o trabalho, que não se resume em garantir a sobrevivência. Nesse contexto, com os rendimentos aumentados, a produção adquire igualmente novo sentido: o de melhorar a vida dos cooperados. A rede de relações constituídas, ao longo desse percurso, com a Igreja Católica, Poder Público, UNESP, Movimento Nacional de Catadores, Fundação Banco do Brasil, sindicatos, movimentos sociais e outras instituições, foi fundamental ao desenvolvimento da Cooperativa. Possibilitaram aos seus cooperados o exercício político e o intenso processo de aquisição de conhecimentos, essenciais para que se apropriassem da realidade de forma mais crítica, alterassem o lugar nela ocupado e passassem nela a intervir. O papel desempenhado pela Assessoria da UNESP, como mediadora desse processo, contribuiu para os resultados alcançados.

Palavras-chave: economia solidária; cooperativismo; sociabilidade; consciência, catadores de materiais recicláveis.

ABSTRACT

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: a space for work and sociability and its unfoldings at conscience.** 2008, 310 f. Thesis (PhD). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The purpose of this research is to study, from the quotidian work at the Cooperative, the alterations seized by its members upon their beliefs, values, vision about work and social reality. Due to those alterations it is possible to discuss the presence of a most critical conscience in the workers, which will contribute for a new way of appropriation of reality and intervention in it. The research was developed together with a project of the University carried out by us at the Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, through the *Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares* from UNESP in the city of Assis. The long staying in the field allowed me, through participant observation, interviews, groups of discussion, photos, documents and records, to obtain a large data bank. The experience of the workers, in their collective organization for work, based on the principles of Solidary Economy and on cooperativism, as well as the way of COOCASSIS, point to multiple changes either concerning its functioning as its own members. Nowadays, the Cooperative, which is a partner of the administration of solid residuum in the city, aims at the possibility, by public policies, of a guarantee for its definite access to means of production. The acquaintanceship developed in a place of work and sociability led the cooperators, under the establishment of democratic and solidary relations, to the exercise of their potencialities, to the alteration of self-image and of vision of work, which goes beyond the guarantee of survival. In such context, with higher wages, production acquires a new sense: that of bringing to cooperators a better life. Along that period, the relationship acquainted with Catholic Church, Public Institutions, UNESP, National Movement of Collectors, Foundation Bank of Brazil, labor unions, social movements among other institutions, was fundamental to the development of the Cooperative. They made possible, for collectors, the political exercise and the intense process of knowledge acquisition that are essential for their appropriation of reality in a more critical way, their changing of the space occupied by it and their interference in it. The role of Advice of UNESP, as a mediator of the process, contributed for the achieved results.

Keywords: solidary economy; cooperativism; sociability; conscience; recyclable material collectors.

RÉSUMÉ

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espace de travail et de sociabilité et ses répercussions dans la conscience.** 2008, 310 f. Thèse (Doctorat). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Cette recherche a pour objectif d'étudier, à partir du quotidien de travail de la Coopérative, les transformations assimilées par ses coopérateurs, par rapport à leurs croyances, valeurs, vision du travail et de la réalité sociale. De tels changements permettent de discuter la présence d'une conscience plus critique de ces travailleurs, conscience qui contribue à une nouvelle forme d'appropriation de la réalité et d'intervention dans cette même réalité. La recherche a été réalisée simultanément au projet de recherche universitaire que nous développons auprès de la Coopérative des Ramasseurs de Matériels Recyclables, par l'intermédiaire du *Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares* de la faculté d'Assis de l'Universidade Estadual Paulista - UNESP. La longue permanence sur le terrain de recherche nous a permis, par le biais de l'observation participante, d'entrevues, de groupe de discussions, de photos, de documents et registres, d'obtenir une grande banque de données. L'expérience vécue par les ramasseurs, dans leur organisation collective du travail, basée sur les principes de l'Économie Solidaire et du coopérativisme, ainsi que la trajectoire de la COOCASSIS, indiquent plusieurs changements, aussi bien par rapport au fonctionnement de cette coopérative qu'à ses coopérateurs. Actuellement, cette coopérative, partenaire dans la politique de gestion des déchets solides de la municipalité, cherche à rendre viable, au moyen de politiques publiques, la garantie d'accès définitif aux biens et moyens de production. La convivialité dans un espace de travail, et de sociabilité, a conduit les coopérateurs, de par l'établissement de relations démocratiques et solidaires, à exercer leurs potentialités, à changer leur image de soi et leur vision du travail qui ne se résume pas à la garantie de la survivance. Dans ce contexte, avec les rendements augmentés, la production acquiert aussi un nouveau sens: celui d'améliorer la vie des coopérateurs. Le réseau de relations établies, au cours de ce trajet, avec l'Église Catholique, le Pouvoir Public, l'UNESP, le Mouvement National de Ramasseurs, La Fondation Banco do Brasil, avec les syndicats, les mouvements sociaux et autres institutions, a été fondamental pour le développement de la Coopérative. Ces relations ont permis l'exercice politique et l'intense procès d'acquisition de connaissances, faits essentiels pour que les coopérateurs s'emparent de la réalité de façon plus critique, modifient leur place dans cette réalité et commencent même à intervenir dans cette réalité. Le rôle joué par le *Assessoria* l'UNESP, en tant que médiatrice de ce procès, a contribué aux résultats obtenus.

Mots-clés: économie solidaire; coopérativisme; sociabilité; conscience, ramasseurs de matériels recyclables.

SUMÁRIO

1 Apresentação	14
2 Economia solidária e cooperativismo: alternativas para o enfrentamento da precarização do trabalho	26
2.1 Transformações no mundo do trabalho: desemprego e precarização	27
2.2 Economia solidária e cooperativismo: alternativa à precarização do trabalho	31
2.2.1 Recuperando a história da economia solidária e do cooperativismo	32
2.2.2 Princípios e práticas na economia solidária e no cooperativismo	38
3 As circunstâncias concretas da vida e seus desdobramentos na atividade e na consciência humana: apontamentos teóricos	42
3.1 A Filosofia da Práxis: recortes importantes	46
3.2 A Psicologia Sócio-Histórica: Fundamentos	54
4 Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: sua história contada por quem também a viveu	64
4.1 Evolução e mudança: de lagarta a borboleta, de água a vinho	66
4.2 As instituições presentes: compromissos e papéis	69
4.3 A rede tecida entre projetos e instituições	72
4.4 Os primeiros desafios: agrupar catadores, semear desejos	74
4.5 Tecendo o formato do grupo: catação individual, comercialização coletiva	81
4.6 Um cotidiano nada pacato: cada dia um novo desafio	86
4.7 A relação com a cidade: da hostilidade à colaboração	89
4.8 A participação política dos catadores: MNCR e outros espaços	92
4.9 O andar da carruagem: formalização da COOCASSIS e convênio com a Prefeitura	96
4.10 O grupo de catadores e sua relação com o trabalho	102
4.11 Um pouco da história de alguns catadores da COOCASSIS	107
4.12 O trabalho de catação: técnica e organização	120
4.13 A educação popular e a capacitação na Cooperativa	124

4.14 Nova face: turbulência e aprendizagem	130
4.15 Virando a página: Coleta Seletiva à vista	136
5 Coleção de fotografias da COOCASSIS	144
6 COOCASSIS: trabalho, sociabilidade e aprendizado político	165
6.1 Espaço de trabalho e de sociabilidade	167
6.1.1 Trabalho e reconhecimento	169
6.1.2 Sociabilidade, cooperação e solidariedade	176
6.1.3 Trabalho e democracia	190
6.1.4 Cotidiano, conflitos e contradições	201
6.2 Os sentidos da produção e os rendimentos dos cooperados	208
6.2.1 Os catadores da coleta individual e seus rendimentos	214
6.2.2 Catadores que participam do processo de trabalho coletivo: produção e rendimentos	220
6.3 Relações com Instituições: exercício político e aprendizagem	237
6.3.1 COOCASSIS e UNESP: aprendizagem mútua e alteração da realidade	240
6.3.1.1 A construção dos caminhos da educação e da capacitação na Cooperativa	242
6.3.2 A presença marcante da Igreja Católica	251
6.3.3 A relação com a Prefeitura: de concorrente a parceiro na execução de política pública	254
6.3.4 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: “presente, sempre!”	261
6.3.5 As relações com outras instituições	268
7 Considerações Finais	275
Epílogo	282
Referências	294
Anexos	300

1

Apresentação

A condição dos sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, desempregados ou realizando atividades sob relações e/ou condições precárias, tem sido para muitas pessoas, autoridades, militantes, estudiosos, um alvo de interesse/preocupação. Colocamo-nos entre estes últimos, na qualidade de cidadãos e de pesquisadores, cujas atividades profissionais na academia fizeram acentuar nosso compromisso com aquela parcela de trabalhadores.

O tema esteve sempre presente nestas atividades acadêmicas: da pesquisa para a Dissertação de Mestrado – *Privatização e Demissão: Representações Sociais de Ex-ferroviários* – ao atual projeto de extensão universitária – *Assessoria à Formação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis* –, tendo passado pelo Balcão de Empregos e pelos Grupos de Discussão com Trabalhadores Desempregados.

A introdução à pesquisa e a realização de projetos junto à comunidade contribuíram para a nossa compreensão de que o verdadeiro sentido do trabalho científico e acadêmico consolida-se na medida em que colabora para a transformação de realidade social, econômica e política da comunidade focada, indo além do conhecer a realidade.

Apresentamos, nesse texto, o percurso do nosso estudo, o campo de realização e as estratégias metodológicas às quais recorreremos.

O presente estudo ocorreu paralelamente ao trabalho de extensão universitária que desenvolvemos junto à Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS –, por meio do Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis – SP, apresentado detalhadamente mais adiante. A assessoria prestada ao grupo tem por objetivo contribuir para sua organização, tendo em vista o trabalho coletivo, que, nesse caso, culminou com a constituição da referida Cooperativa, alternativa encontrada para enfrentar o desemprego e a precarização do trabalho.

Nesta pesquisa nos propusemos apreender se os participantes da Cooperativa, com base nessa experiência coletiva de trabalho, identificam mudanças em suas crenças, seus valores, sua visão sobre o trabalho e em sua compreensão sobre a realidade social. Tal apreensão nos possibilita discutir a presença de uma consciência mais crítica desses trabalhadores que sirva para alterarem sua forma de se apropriarem e de intervirem na realidade.

Em tese, a participação em um processo de trabalho cooperado, cujas relações são estabelecidas a partir dos princípios da Economia Solidária, entre os quais cooperação, democracia, solidariedade e autonomia, requer dos envolvidos a construção de novos valores e atitudes. Ainda que o espírito capitalista, especialmente, pelo individualismo e competitividade, possa ser considerado um entrave à prática do cooperativismo, de algum modo e em certa medida, mudanças ocorrem com os sujeitos que o vivenciam.

Nesse sentido, a pesquisa enfoca esse cotidiano de trabalho, suas manifestações e contradições, bem como o papel da mediação nas relações sociais produzidas nos encontros entre os cooperados, no espaço da Cooperativa, e entre estes e as diversas instituições envolvidas, especialmente a UNESP.

A discussão dos indícios de uma consciência mais crítica, do papel da mediação e da mudança de valores dos sujeitos que participam da Cooperativa será orientada pela perspectiva da Filosofia da Práxis e pelos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica. Uma compreensão de homem como sujeito histórico e social, considerando que as condições concretas da vida, determinadas pelas relações de produção, são determinantes para a sua constituição enquanto sujeito. Nesse contexto, as mediações possibilitam a existência do fenômeno psicológico que é, nestes termos, mediado e não imediato, constituído nas e pelas relações sociais, como destaca Molon (2003). O sujeito não é mera expressão do social, constitui-se no relacionamento com os outros, na linguagem, relação da qual também é

constituente. É nessa relação dialética, interior, exterior, que o sujeito se constitui, assim como sua consciência, enquanto capacidade de reflexão sobre a realidade e acerca de si mesmo.

Nossa opção pela pesquisa etnográfica decorreu da possibilidade de conciliarmos pesquisa e extensão, visto que nos encontrávamos “em campo”, quando optamos pelo estudo. A observação participante, enquanto forma de apreensão do cotidiano, de documentar a realidade não-documentada, como aponta Rockwell (1986), correspondeu, plenamente, aos procedimentos metodológicos que vínhamos utilizando, de sorte que apenas passamos a ser mais meticolosos. A etnografia “[...] é uma estratégia que informa o trabalho de pesquisa, rica para o estudo dos processos e interações sociais, das práticas e das representações”. (SATO; SOUZA, 2001, p. 34).

O trabalho de campo teve início (meados de 2001) com os primeiros contatos estabelecidos com as pessoas que comporiam o grupo, portanto, antecedendo a sua formação. Nossos dados surgiram de depoimentos, situações, conversas informais, festas, encontros, visitas, reuniões, assembléias, grupos de discussão, cujos relatos estão, em grande parte, registrados em cadernos de campo. Essa opção para retratar fatos, discursos e demais ocorrências observadas advém da tentativa de controlar o desejo de selecionar, de imediato, apenas o que se procura¹. Outro conjunto de dados compõe-se dos apontamentos de reuniões feitas *in loco*, geralmente com o propósito maior de subsidiar decisões do Conselho de Administração ou Fiscal. Tais registros, caderno de campo, anotações e documentos, retratam o cotidiano na Cooperativa.

Durante o trajeto, também lançamos mão de dados coletados por meio de entrevistas individuais realizadas pela equipe da Assessoria da UNESP, nas quais alguns catadores envolvidos com o projeto da Cooperativa relataram suas histórias de vida.

¹ Cadernos de campo que se tornaram tão familiares ao grupo que, por vezes, serviram ao coletivo: “Você não vai marcar isso no seu caderno?” ou “Vamos perguntar se está escrito no caderno dela”.

Destacamos a importante contribuição dos alunos do Núcleo de Estágio, dos anos de 2001 a 2006, nesta pesquisa. A passagem, ainda que com variados graus de implicação, foi marcada, tanto pelas ações desenvolvidas e os conhecimentos construídos, como pela relação estabelecida com os catadores, baseada no respeito a sua cultura e ao seu saber-fazer. Com a presença do professor Carlos Rodrigues Ladeia, também supervisor do Núcleo, semanalmente, nestes anos todos, nos encontros de supervisão, discutimos (alunos e professores) nosso trabalho com os catadores. Momentos de angústia, de intensa reflexão, permeados pela imensa satisfação pelo trabalho realizado. Encontros nos quais aprendemos muito uns com os outros.

A coleta de dados nos encontros da Cooperativa tornou todos os participantes, sujeitos e atores do processo, independentemente do papel nela desempenhado, de pertencer ou não ao Conselho de Administração ou Fiscal, de sua condição de cooperado legalmente constituído, ou não, ou ainda do tempo que participava do projeto. Entretanto, na fase final da análise dos dados, realizamos dois grupos de discussão com os cooperados que permaneceram na Cooperativa nos últimos quatro anos. No encontro realizado com cada grupo, pudemos recuperar a decisão de integrarem a Cooperativa e como essa participação vem interferindo em suas vidas.

Estar no campo, envolvidos com o cotidiano de um grupo de pessoas, estar com elas construindo um projeto, por vezes, nos fez sentir uma delas, ainda que atentos ao papel de extensionista-pesquisadora. Entre o mergulho nos meandros e detalhes dos vários aspectos presentes na realidade e o nosso retorno à superfície, na qual se pronunciava o contexto da Cooperativa, somos, permanentemente, convidados a refletir sobre os vários aspectos implicados no “estar no campo”, sejam eles metodológicos, sejam teóricos, sociais ou afetivos.

Comprometidos com o trabalho de extensão e interessados na pesquisa, procuramos ser transparentes com aqueles trabalhadores, mantendo-os esclarecidos sobre

nossos reais interesses no trabalho e no estudo. Isso teve um efeito muito interessante, pois muitos começaram a entender que não estávamos com eles para “prestar-lhes favor”, porém pelo nosso compromisso político, acadêmico e científico. Não só expressaram a autorização para a realização da pesquisa como novos sentidos foram produzidos: juntos poderíamos aprender uns com os outros e, ainda, alterar a realidade em que viviam. Outro aspecto interessante surgiu, quando esclarecemos que o estudo iria ser escrito em formato de documento que poderia ser comparado a um livro. Explicamos os procedimentos quanto à utilização dos nomes dos envolvidos, na pesquisa, especialmente que poderia ser preservada a identidade de cada um. O grupo concordou com a intervenção do Seu José Eliel, Diretor-Presidente da Cooperativa naquela época: “[...] *vamos constar do seu livro sem ser identificado? Que graça tem? Nós fazemos a história da Cooperativa.*” Ao apontamento de que não seriam incluídos apenas os aspectos favoráveis, argumentou: “[...] *mas, a verdade não dói.*” De modo semelhante, por ocasião dos grupos de discussão, realizados no final do estudo, ao retomar a questão, os apontamentos foram nessas direções: “[...] *se é crítica, é para a pessoa melhorar.* (Sandra); “[...] *só a pessoa vai saber que está falando dela, os outros, não. Então, acho que tem que colocar o nome.*” (Aparecida). Como em momento algum em que estivemos em campo surgiu qualquer objeção à identificação das pessoas nesse estudo, usamos seus nomes verdadeiros.

A relação pesquisador-pesquisados, por mais participante e engajado que o primeiro seja, conforme aponta Zaluar (1986), estará sempre marcada pela posição que ele ocupa, pelos costumes e valores que compartilha, pelos conhecimentos que detém, pela linguagem que utiliza, bem como pelos objetivos que possui. Ainda que muito próximos, foi-se estabelecendo a certeza de não sermos um deles e de que nossa permanência em campo nunca seria neutra.

Por outro lado, nossa relação esteve igualmente sob a influência dos interesses e convencimentos que os pesquisados tiveram a respeito do estudo e acerca de nossos interesses, enquanto assessores que, também, pesquisam. Afinal, eles se investem do papel de pesquisador e nos pesquisam: “[...] ambos são pesquisadores, na medida em que olham acontecimentos, constroem ‘fatos’, analisam-nos e nos interpretam, com finalidades e, talvez, com instrumentos distintos”. (SATO; SOUZA, 2001, p.35). Certamente, influenciámos e fomos influenciados nessa relação com os catadores.

O trabalho etnográfico requer, além de disciplina, dedicação e preparo do pesquisador para “enxergar tudo” e para construir relações com a comunidade pesquisada que permitam bom grau de familiaridade com o ambiente, o estabelecimento de vínculos de confiança e certa intimidade com as pessoas. A presença de tais condições, que foram construídas ao longo de nossa intervenção, colaborou, sobremaneira para que circulássemos no campo com a naturalidade possível ao “estrangeiro” e apreendêssemos as diversas ocorrências fenomênicas. Lembramos Malinowski (1986, p. 39), para quem “[...] cada fenômeno deve ser estudado através de um conjunto de manifestações concretas o mais amplo possível, bem como de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados”. Foi o que procuramos realizar. Nós nos tornamos “catadores de dados”.

Outros registros que compõem os dados de campo, neste estudo, são as fotografias. Quando começamos a fotografar, o propósito original, anterior à intenção da pesquisa, era o de fazer com que a história do grupo ficasse marcada nas imagens do papel. Esse propósito foi além, as imagens se transformaram em dados, subsídios para esta pesquisa etnográfica, independentemente do fato de não terem sido feitas para ele.

Nesse sentido, registrar fotograficamente nossos primeiros contatos com os catadores, ainda na rua, as primeiras reuniões, os espaços físicos da Cooperativa, seus equipamentos e máquinas, o trabalho dos cooperados, as festas, a participação dos cooperados

em diferentes espaços públicos não decorreu de uma escolha metodológica. Contudo, no percurso do trabalho, nas diversas ocasiões em que apresentávamos e discutíamos a temática, dentro ou fora da Cooperativa, fomos percebendo como as fotos iam ocupando lugar de destaque. Algumas vezes, disparavam apontamentos e reflexões inusitados, outras, falavam por si mesmas. Entre os catadores, nossa presença também foi associada às fotos: “*Trouxe as fotos pra gente ver?*”, “*Você me dá uma foto daquela?*”, “*Puxa! Você não vai tirar foto hoje?*”. A mudança da máquina fotográfica comum para a digital foi notada por muitos. Curiosos, gostavam de ver as fotos ainda na máquina, mas reclamavam que passamos a levar menos fotos reveladas para a Cooperativa (talvez, uma consequência de nossa relação com os arquivos informatizados, os quais, apesar de existirem, não estão disponíveis para acesso fácil a todos, como estavam os álbuns de fotos, cujos filmes eram, imediatamente, revelados).

Vivenciar situações e depois revistá-las, por meio das imagens, reativa emoções e aguça novos sentidos. A fotografia, ainda que se esteja nela retratado, possibilita ao expectador distanciar-se no tempo e no espaço, num exercício pelo qual se alternam figura e fundo e se suscitam novas percepções. Para partilhar com o leitor essas preciosas imagens, mas, sobretudo, para ilustrar passagens, uma parte compõe a coleção de fotografias deste trabalho.

Este estudo, realizado com os cooperados da COOCASSIS, caracteriza-se ainda como um estudo sobre casos, que nos dá a oportunidade de “[...] perceber a realidade do ponto de vista de alguém de ‘dentro’ [...]” (YIN, 2002, p.116). Abordar uma realidade particular, um caso, requer, todavia, para sua interpretação, a busca de elementos externos para melhor compreendê-la; para tanto, o contexto sócio-econômico-político esteve sempre pautado como forma de significar a manifestação do fenômeno particular Cooperativa. “A etnografia propõe a conservar a complexidade do fenômeno social e a riqueza de seu contexto peculiar”, considera Rockwell (1986, p.45).

O trabalho de campo desta investigação compreendeu o período de agosto de 2001 a dezembro de 2006, mais de cinco anos, durante os quais a COOCASSIS esboçou várias faces, conforme consta de sua história, viveu experiências muito distintas. Nossa trajetória iniciou-se com os primeiros contatos com catadores e representantes das diversas instituições envolvidas no processo de formação e de desenvolvimento da Cooperativa, revelando seu cotidiano de trabalho, contemplando as inúmeras dificuldades enfrentadas e as diversas possibilidades experimentadas.

Ao refletir sobre essa nossa longa permanência em campo (mais do que esperávamos e que inquietou a tantos colegas), pudemos identificar, entre tantas razões possíveis, uma que se sobrepôs às demais: as oscilações ocorridas no desenvolvimento da Cooperativa. Evidentemente, não se trataram de razões metodológicas, nem de validade da pesquisa, pois, caso tivéssemos encerrado o trabalho de campo em um momento no qual a Cooperativa estivesse enfrentando dificuldades, o trabalho teria seu valor.

Eram razões mais pessoais, porque a certeza de que a Cooperativa era viável e de que aquele grupo de catadores iria conseguir melhorar a renda e a vida nos impedia de encerrar o estudo em um momento em que a realidade não fosse essa. Não podíamos conviver com a hipótese de que essa bela história, que acompanhamos e ajudamos a construir, ora registrada nesta Tese, fosse concluída em condições adversas.

No momento em que encerramos nosso trabalho de campo, a Cooperativa começava a esboçar uma nova face, muito promissora de sua história, que viria, de fato, a mudar a vida de muitos catadores.

Esse longo trabalho de campo, a convivência com os pesquisados, os registros sobre o cotidiano, tudo isso impossibilitou que o momento de coletar dados fosse um e o de analisá-los, outro, aquele que vem depois. Muitas reflexões decorreram das ocorrências cotidianas, fazendo com que os conhecimentos construídos fossem, ao mesmo tempo, processo

e produto. Situações que ganharam significados, nas quais crenças e valores foram identificados e, não raramente, compreendidos, discursos que denotaram sentidos, hipóteses ora criadas, ora abandonadas. Tal qual anunciara Rockwell: “O etnógrafo observa e paralelamente interpreta” (1986, p. 50).

A dinâmica e a inter-relação entre coletar e analisar dados, todavia, não prescinde do trabalho sistemático de “tratar” os dados. Relatar os fatos e discutir apenas uma parte deles não foi algo simples, mas necessário. A longa convivência com os catadores, possivelmente, contribuiu para esse nosso processo de “triagem” dos dados e temáticas discutidos. Esperamos ter sido uma “boa catadora”, ao buscar selecioná-los de acordo com os objetivos da pesquisa. A possível alteração entre figura-fundo, nesse momento de maior introspecção que a análise nos impõe, cooperou para o desvelamento de significados e processos não apreendidos no período de imersão que o campo nos coloca. Para Bogdan & Biklen (1994, p. 220), o pesquisador, nessas ocasiões, “pode distanciar-se dos detalhes do trabalho de campo e ter assim a oportunidade de perspectivar as relações entre os assuntos”. O distanciamento que, a princípio, poderia representar para nós um sentimento de abandono do grupo, constitui-se em oportunidade para alinhar as partes, construindo um complexo todo que reflete a Cooperativa.

Como destaca Rockwell, o trabalho teórico “fornece as categorias necessárias para tornar de novo observáveis os indícios preliminares e ampliar a visão” (1986, p. 51). Um ir e vir entre o campo, no qual observamos e do qual também participamos, e as interpretações que produzimos. Caminhos que se entrecruzam, construções que se refazem, até que esquemas interpretativos possam ser esboçados e testados, anunciando que o trabalho de campo está concluído. (SATO; SOUZA, 2001).

A apresentação deste estudo, em quatro capítulos, procurou conciliar a nossa intenção em ser didáticos² com a preocupação em garantir, ao leitor, o acesso à riqueza dos dados coletados, contextualizando-os e informando o referencial teórico que orientou todo o nosso trabalho, finalizando com a discussão dos aspectos selecionados do cotidiano da Cooperativa.

No capítulo “Economia Solidária e cooperativismo: alternativas para o enfrentamento da precarização do trabalho” procuramos apresentar, de modo sucinto, o contexto em que vivem os trabalhadores, nos dias atuais, especialmente aqueles que possuem pouca escolaridade e qualificação profissional e apontamos para a economia solidária e o cooperativismo como uma alternativa à precarização do trabalho por eles vivida. No capítulo “As circunstâncias concretas da vida e seus desdobramentos na atividade e consciência humana: apontamentos teóricos”, como o título indica, focalizamos as raízes de nosso pensamento neste estudo e ações. Trouxemos recortes da Filosofia da Práxis e os fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica. O capítulo “Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: sua história contada por quem também a viveu” traz a história da Cooperativa, contada a partir de nossa visão, guiada, principalmente, pela cronologia dos fatos, registros e fotos. A opção por relatar primeiramente a história da Cooperativa e, em seguida, discutir aspectos de seu cotidiano, nos impôs o risco de repetir informações. Nesses casos, o propósito foi facilitar a leitura do texto. E seguida, apresentamos a “Coleção de fotografias da COOCASSIS” e de seus cooperados. No capítulo “COOCASSIS: trabalho, sociabilidade e aprendizado político”, procuramos, a partir da seleção de três aspectos do cotidiano da Cooperativa (“Espaço de trabalho e de sociabilidade”; “Os sentidos da produção e os rendimentos dos cooperados” e “Relações com instituições: exercício político e aprendizagem”), discutir as alterações ocorridas na Cooperativa e as influências que esta teve, na vida dos

²Temos a expectativa de que este estudo possa também ser considerado, pela COOCASSIS, como um registro de sua história, vindo a subsidiá-la em seu desenvolvimento, bem como no de outros grupos de catadores.

cooperados que dela participam. Finalizando a apresentação do estudo, em “Considerações Finais” procuramos dar destaque a alguns de seus aspectos mais relevantes.

A aprendizagem que a realização dessa pesquisa e intervenção nos proporcionou está, em parte, expressa nessa Tese³. A satisfação que o encontro com esses trabalhadores nos proporcionou, certamente, foi visível em nosso cotidiano, todavia, o crescimento pessoal e profissional obtidos, escapam a nossa capacidade de expressão

Traduzir-se

Ferreira Gullar

Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo. [...]

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente [...].

Traduzir-se uma parte
na outra parte
- que é uma questão
de vida ou morte -
será arte? [...]

³ Nossa opção pela “tese ecológica” (impressão frente e verso em papel reciclado), na versão impressa, decorreu desse aprendizado.

2 Economia solidária e cooperativismo: alternativas para o enfrentamento da precarização do trabalho

2.1 Transformações no mundo do trabalho: desemprego e precarização

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?

Almeida Garret

Há, nos dias de hoje, diversas situações que aviltam a condição do ser humano, provavelmente poucas tão intensamente quanto a exclusão do mundo do trabalho, ou seja, a impossibilidade de grande parcela dos trabalhadores de ter acesso ao mercado formal. Antunes (2000, p. 177-178) ao considerar justa a reivindicação pelo direito ao trabalho destaca que, principalmente para os trabalhadores do Terceiro Mundo,

[...] estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente [...], significa uma desefetivação, des-realização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho.

No modo de produção capitalista a sobrevivência dos homens desprovidos dos meios de produção depende, em geral, do salário decorrente da venda de sua força de trabalho, da renda que venham obter por trabalhos realizados na condição de autônomo, da assistência provida pelo Estado (bastante restrita), ou ainda, de favores de outrem, obtidos na mendicância ou em forma de auxílio recebido de entidades assistenciais.

O trabalho assalariado, no período após Revolução Industrial, correspondeu à principal forma de sobrevivência dos trabalhadores, ainda que a sociedade tenha sempre convivido com uma parcela de excluídos do mercado formal de trabalho.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, decorrentes da adoção de políticas neoliberais que privilegiam o mercado e pressupõem um Estado Mínimo, levaram à privatização de muitos serviços, culminando, dentre

outras perversidades, com a grande redução de postos de trabalhos. Paralelamente, a globalização, com a abertura dos mercados, possibilitou desleal concorrência entre as empresas transnacionais e as nacionais, na qual aquelas, fortalecidas pelo capital agregado, pela apropriação dos avanços tecnológicos e pela adoção de novas estratégias organizacionais e de modelos de gestão, ao se instalarem no país, geraram uma imensa massa de desempregados e de trabalhadores precarizados.

O que parece uma novidade do capitalismo contemporâneo, já era previsto por estudiosos, entre eles Marx, como aponta Lessa (2002, p. 36): “um dos traços essenciais do ser social é a tendência à diminuição do tempo de trabalho necessário a sua reprodução material”. No entanto, diferentemente do que hoje se pode constatar, tempo livre para o ser humano, resultante de tal tendência, seria o “tempo para o florescimento da personalidade em sua totalidade”, como retoma Antunes (1999, p. 85) da síntese formulada por Mandel⁴.

De fato, os modelos organizacionais e de gestão de pessoal, hoje adotados pela grande maioria das empresas (terceirização, *just in time*, células de trabalho, por exemplo), aliados às possibilidades decorrentes da chamada revolução tecnológica, têm permitido àquelas aumentar a produtividade e ao mesmo tempo, reduzir a necessidade de força de trabalho vivo. No entanto, o resultado tem sido um grande contingente de mão-de-obra excedente e, na prática, o aumento da carga horária para os que tiveram seus postos mantidos. A permanente ameaça expressa pelo crescente exército de reserva de mão-de-obra tem levado os trabalhadores, para não perderem seus postos, a resistirem às pressões da acirrada competitividade no interior do ambiente organizacional, como denuncia Lima (1996), em seu estudo realizado em uma empresa estratégica com suas “novas” políticas de pessoal.

⁴ MANDEL, Ernest. (1986) “Marx, La Crise Actuelle et L’Avenir du Travail Humain”, *Quatrième Internationale*, n. 20, maio 1986. (Tradução para o português de José Almeida de Souza Jr.)

Ao se constatarem as atuais formas, condições e quantidade de trabalho, constata-se também que a revolução tecnológica tem sido apenas um instrumento do capital. Antunes (ibid., p. 85) destaca que esta poderia ter um “significado emancipador” se não fosse regida pela lógica acumulativa do capital, mas pela da “sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários”.

A busca de redução do tempo no trabalho é conjugada por aquele autor (ibid., p. 80) à “[...] transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana.”⁵ Ou seja, uma luta pela eliminação do trabalho abstrato, restando o trabalho *concreto*, conforme distinção *marxiana*⁶ recuperada por Antunes (1999, p. 76):

Todo trabalho é de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto produz valores-de-uso.

Diante da grave situação de desestruturação do mercado de trabalho, Mattoso (1999, p. 15), ressalta que o desemprego “[...] aparece como a ponta de um imenso iceberg”, já que “[...] a profunda deteriorização das condições e relações de trabalho [...] são menos visíveis”.

Enquanto muitos trabalhadores, em seus postos formais de trabalho, são capturados e explorados pelas novas tecnologias e políticas de gestão de pessoas, outros tantos se submetem às precárias condições de trabalho, quase sempre sem registro em carteira de trabalho com a conseqüente perda de direitos, como assistência previdenciária, férias, 13º salário, fundo de garantia pelo tempo de serviço, seguro desemprego e outros. Realizam

⁵ Trabalho estranhado/estranhamento – “[...] refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana”. Antunes (1999, p. 132)

⁶ MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, Livro I, vol 1, p 54.

trabalhos precários, os “bicos”, em trabalhos temporários, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, ou por conta própria.

Esta configuração do mundo do trabalho é descrita por Singer (1998, p. 29) como a própria precarização do trabalho que “inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”. Refere-se ainda o autor à “nova pobreza”, constituída por pessoas da classe média que perderam seus empregos neste novo contexto empresarial.

Referir-se à “nova pobreza” faz sentido à medida que no capitalismo sempre conviveu com enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho: indigentes, portadores de transtornos mentais, desocupados e os desempregados.

Nosso contato com grupos de trabalhadores do mercado informal, aponta para a presença inclusive de uma parcela de desempregados que possui alguma qualificação profissional e que passa a desenvolver atividades de complexidade abaixo de sua competência profissional. Há também grande contingente daqueles que não possuem qualificação profissional, de trabalhadores com limitações pessoais, outros com dificuldades decorrentes do uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, ou ainda de aposentados que buscam complementar seus proventos ou manter uma ocupação.

Entre os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, encontram-se os catadores de materiais recicláveis, os quais, há mais de cinquenta anos desenvolvem a atividade no Brasil. Trabalham sob condições extremamente precárias, em contato direto com o lixo e expostos ao sol e à chuva, transportam seus materiais pesados em veículos pouco adequados, movidos pela sua própria força. Geralmente, comercializam seus materiais com pequenos comerciantes de sucatas e aparas, conhecidos como atravessadores, os quais os exploram e dominam, pagando-lhes valores irrisórios.

Uma parcela desses trabalhadores, como o de outras tantas categorias, têm, no entanto, encontrado na economia solidária e no cooperativismo, uma alternativa para melhorarem suas condições de trabalho, de renda e de vida.

2.2. Economia solidária e cooperativismo: alternativa à precarização do trabalho

[...] a cooperativa é uma resposta limitada mas imprescindível para o desemprego.

Ricardo Antunes

Os estudos acerca do mundo do trabalho, do desemprego, da exclusão social e de formas alternativas que possibilitem uma vida em sociedade com oportunidades a todos, justiça social, menos desigualdades e promoção da cidadania, têm resultado em intensa produção.

A economia solidária tem sido uma alternativa, uma resposta à terrível crise do trabalho pela qual passa o país. Singer, autor de inúmeras publicações sobre o tema, tem sido um dos principais estudiosos e propositores de um novo cooperativismo.

Considerada uma forma de reinserir na produção pessoas que dela foram excluídas, é apresentada por Singer (1998) em sua obra *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, como uma solução não-capitalista para o desemprego. Considera que:

O movimento operário necessita encontrar outras estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda.(p.138).

Pela análise que faz, argumenta, ainda, que em alguns anos a economia solidária terá incluído no sistema produtivo muitos que esperavam por um emprego. E mais, acredita que ela ainda possa, em longo prazo, ser competidora do grande capital.

2.2.1 Recuperando a história da economia solidária e do cooperativismo

“Lavar as mãos” em face da opressão
é reforçar o poder do opressor,
é optar por ele.

Paulo Freire

Falar do surgimento de um novo cooperativismo como resposta à crise do trabalho pela qual passa o país desde a década de 90, conforme Singer (2002), requer contrapô-lo ao surgimento do cooperativismo no século XIX, com os pensadores do socialismo utópico.

Foi na luta dos trabalhadores contra os altos preços dos bens de primeira necessidade e produtos da revolução industrial, na Inglaterra, que surgiram as cooperativas, enquanto forma de organização da produção e da distribuição, assim como os sindicatos, enquanto forma própria de organização social, ambos, expressão reativa dos trabalhadores, conforme Singer (1998).

Outras formas de manifestação também ocorreram contra a exploração do trabalho, ao avanço do modo de produção capitalista, modelo de produção decorrente da Primeira Revolução Industrial. A resistência dos trabalhadores que lutavam por seus direitos perdidos, resultava em movimentos que reforçavam o modelo anterior de produção; na perspectiva política, a luta e a radicalização pelos processos democráticos, reforçadas pela Revolução Francesa. Estas manifestações envolviam, especialmente, os trabalhadores mais

qualificados que haviam sido expropriados em seu saber técnico, em decorrência do emprego da maquinaria.

A história da economia solidária, remonta ao “cooperativismo revolucionário”, ligando-a à crítica ao capitalismo, como aponta Singer (2002). A exploração do trabalho chegou a níveis tão elevados, com as jornadas exaustivas e o emprego da mão-de-obra infantil, que passou a comprometer a manutenção da força de trabalho.

Na Grã-Bretanha, pátria da Primeira Revolução Industrial, no início do século XIX, industriais esclarecidos propuseram leis de proteção ao trabalho, entre os quais esteve Robert Owen (Singer, 2002). Em seu complexo industrial –New Lanark-, aplicou medidas que garantiam os direitos dos trabalhadores, limitando a jornada de trabalho e construindo escolas para as crianças. Estas medidas resultaram em grande aumento da folha de pagamento, mas especialmente, da produtividade. Owen, em 1817, também foi o idealizador das Aldeias Cooperativas, construídas em áreas cedidas pelo Estado, nas quais viveriam 1200 pessoas produzindo para seu próprio sustento. Esta alternativa garantiria trabalho à mão-de-obra excedente e reduziria a pobreza. Sob a suspeita de que seu plano também visava uma mudança na forma de organizar a sociedade, o governo britânico não implementou sua proposta. No entanto, ao se mudar para os Estados Unidos, lá colocou em curso sua experiência de uma fazenda comunalista à qual denominou New Harmony.

Neste mesmo período, paralelamente ao movimento pela criação dos sindicatos, discípulos de Owen criaram na Grã-Bretanha, sociedades cooperativas: jornal cooperativo, armazém cooperativo, do qual derivaram diversas outras cooperativas. O owenismo passou a ser assumido pelo movimento sindical e cooperativo, chegando os trabalhadores, em alguns ramos, a optarem pela formação de cooperativas, ao invés de enfrentarem a luta contra o capital “cruzando os braços”.

Com o retorno de Owen à Inglaterra, também foram criados os bazares ou bolsas para viabilizar o comércio entre as cooperativas, evitando que o comércio fosse em si mesmo uma atividade lucrativa.

Em 1833, a luta dos trabalhadores da construção civil pela redução da jornada de trabalho a oito horas foi vencida pelos capitalistas que organizados em um movimento, excluía das indústrias todos os sindicalistas e os demais sindicalizados, os quais, demitidos, formavam cooperativas operárias. Outras categorias de trabalhadores, como os alfaiates, também pretenderam formar cooperativas. A crescente militância dos empregadores, somada ao descaso do Governo, fez com que a ação sindical, em muitas áreas, perdesse força mediante o desânimo dos sindicalistas. Conforme Cole⁷, citado por Singer (2002, p. 35), “a grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória”.

A experiência da economia solidária na França ocorreu em período paralelo ao da Inglaterra e teve como seu principal autor, Charles Fourier, que idealizou os falanstérios, cuja proposta visava a vida em comunidades que procuravam conciliar interesses individuais e necessidades coletivas. Nas comunidades viveriam 1800 pessoas, às quais, em decorrência desta forma de organizar a sociedade, seria possível escolher livremente seus trabalhos, de acordo com suas paixões e sem ter que se preocupar com a remuneração (ibid).

Nestes falanstérios haveria, então, o aumento da produtividade e da produção. Como neles a propriedade era privada (diferentemente das Aldeias Cooperativas), previam-se diversos mecanismos de redistribuição para se evitar a polarização entre ricos e pobres.

Ainda segundo Singer, Fourier, “[...] não era homem de ação [...] Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo” (2002, p.35-36). Esta proposta só foi possível nos Estados Unidos, onde se formaram três grandes

⁷ Cole, G. D. H. *A Century of Co-operation*. Manchester, Cooperative Union Ltd., 1944.

associações que atingiram, aproximadamente, trinta comunidades, as quais não tiveram mais que cinco ou seis anos de duração.

Os discípulos de Fourier, a partir de 1825, criaram uma “escola associativa” cujo crescimento acompanhou o fortalecimento de suas doutrinas, especialmente, após seu falecimento em 1937.

Além das experiências de cooperativismo e de economia solidária, desencadeadas pelos socialistas utópicos (comunidades ou aldeias cooperativas), cabe destacar as cooperativas de consumo, cuja expansão em meados do século XIX, na Inglaterra, indicava o “[...] renascimento do cooperativismo, após a derrota do movimento operário em meados dos anos 30” (Singer, 2002, p. 46). Estas cooperativas de consumo se desdobraram em cooperativas de produção. Outros tipos de cooperativas também foram criadas nesta época, como as de crédito e as de compra e venda, constituindo-se em valiosas experiências.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento de muitos países europeus e a possibilidade de manter o pleno emprego, bem como, pela expansão do socialismo, sobretudo no leste europeu, o cooperativismo e a economia social ou solidária ficaram apagados na memória dos trabalhadores.

No Brasil, se considerarmos que as cooperativas de consumo e as agrícolas, constituídas a partir do início do século XX, não eram autogestionárias, por serem operadas por trabalhadores assalariados, por não preverem a posse coletiva dos bens e meios de produção e a partição justa da renda, concluímos que estas não compunham a economia solidária. De acordo com Singer (ibid), as experiências brasileiras neste campo econômico tiveram início a partir da década de 80, em decorrência da desindustrialização que ocasionou o fechamento de milhares de postos de trabalho, configurando uma grave crise social.

Diversas iniciativas de diferentes segmentos da sociedade contribuíram, e ainda contribuem, para compor o quadro da economia solidária brasileira atual, entre as quais podemos citar: as ações da Cáritas Brasileira, entidade da Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros –CNBB, com os Projetos Alternativos Comunitários –PACs-, muitos dos quais de geração de trabalho e renda, de forma cooperada ou associativa; as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST – resultando no assentamento de milhares de famílias, a partir de um novo cooperativismo agrícola, de fato autogestionário; as experiências dos trabalhadores que organizados coletivamente assumiram a massa falida, foram e têm sido de grande importância, não só para a manutenção de postos de trabalho, como para a formação da compreensão da economia solidária.

Outros segmentos da sociedade brasileira também vêm se dedicando ao trabalho de difundir princípios da economia solidária, como é o caso das universidades, especialmente as públicas, que por intermédio das Incubadoras de Cooperativas Populares⁸, assessoram os trabalhadores em seu projeto de organização do trabalho de forma coletiva e democrática. Sindicatos mais progressistas, governos e instituições como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas), a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a FASE (Federação de Organização para Assistência Social e Educacional), o PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), também vêm fomentando direta ou indiretamente a economia solidária. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, tem sido fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam essa economia.

⁸ Atualmente, estão constituídas duas redes que integram as incubadoras universitárias com o propósito de fortalecer o debate e potencializar suas ações, são elas: UNITRABALHO e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCs.

Atualmente, conforme dados da SENAES (Brasil, 2002), existem no Brasil, aproximadamente, vinte e cinco mil empreendimentos solidários. Esses dados apontam para o grande crescimento da economia solidária, a qual tem sido importante alternativa de geração de trabalho e renda, em muitos casos, possibilitando aos seus trabalhadores a superação das condições e relações precárias de trabalho e o acesso a alguns direitos sociais, como à Previdência Social.

Todavia, com toda a contribuição que a economia solidária, enquanto marco teórico paralelo ao capitalismo, possa representar, apresenta limites como instrumento de ação política dos trabalhadores, pois ela, por si só, não superará a sociedade de classes. Haddad (2003, p.75), considera que o cooperativismo se constitui também em um espaço orgânico político, de resistência dos trabalhadores, “cujo foco é a superação da relação assalariada.” Apesar de promover alterações na realidade concreta, também não viabilizará trabalho e renda ao conjunto de trabalhadores que hoje estão à sua procura.

Enquanto possibilidade de geração de trabalho e de renda, as cooperativas populares, para além dos ganhos econômicos, no entanto, têm possibilitado outras alterações na vida dos trabalhadores, como analisa Souza (2000, p. 10): “[...] auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos”.

2.2.2 Princípios e práticas na economia solidária e no cooperativismo

Para que as pessoas sejam capazes de desenvolver-se, precisam ter poder. Precisam ser capazes de controlar suas próprias atividades[...].

Julius Nyerere

A economia solidária é um outro modo de organização econômica, dentro de uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista, que prioriza o direito de propriedade individual do capital e o direito a uma falsa liberdade individual no que tange as relações de trabalho. A economia solidária, ao contrário, pressupõe a propriedade coletiva dos bens e meios de produção pelos trabalhadores e a união e a autonomia dessa classe, como define Singer:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.” (2002, p. 10).

As práticas que sustentam a economia solidária são as redes de trocas ou de compra e venda, o consumo solidário, o apoio mútuo, as cooperativas de crédito e as políticas públicas que viabilizam os empreendimentos populares. Esses, geralmente estão organizados sob a forma de associações ou cooperativas, que procuram adotar as idéias, os princípios e os valores do cooperativismo e desenvolver uma economia que se baseia no trabalho e não no lucro. Portanto, a condição essencial para a sua prática e o seu desenvolvimento é a adoção do princípio democrático. Nesse sentido, as cooperativas se caracterizam pelo seu modo democrático de gestão, de propriedade e de divisão de suas sobras econômicas.

Em relação à gestão, a cooperativa tem na Assembléia, a instância máxima de deliberação, na qual cada sócio representa um voto, independentemente de quantas quotas-

parte tenha subscrito para compor o capital social do empreendimento. Esse é o princípio da igualdade entre os sócios. Os conselhos (de Administração e Fiscal) são órgãos deliberativos, cujos membros são eleitos pelos pares, com poderes e por períodos definidos em seu Estatuto Social. Todavia, para a prática efetiva da gestão democrática, em muitos empreendimentos, os trabalhadores implementam outros mecanismos para promoverem a participação dos sócios, como reuniões informativas e deliberativas e comissões de trabalho. Compreende-se assim, que apenas votando em Assembléias, pouco se exercita a democracia direta.

Quanto à questão da propriedade, que se refere ao acesso aos meios e bens de produção ou a sua posse definitiva pelos trabalhadores, quando essa não se efetiva plenamente, está na autogestão⁹ a possibilidade de autonomia e de liberdade, em relação à presença de um proprietário externo ao grupo. Ou seja, caracteriza-se pela ausência da figura do patrão. Os trabalhadores não mais vendem individualmente sua força de trabalho, desenvolvem suas atividades coletivamente, passando a planejar as atividades que executarão. Os resultados obtidos serão compartilhados pelo grupo que adota, em suas ações, valores como, solidariedade, democracia e participação.

Anualmente, ao final de cada exercício, em assembléias, o conjunto de cooperados deve decidir, em caso de sobras, sua destinação. Ainda que para a grande maioria das cooperativas populares, as sobras não ocorram, decidir se elas devem ser repartidas entre os sócios ou acumuladas para investir em seu crescimento, é uma questão polêmica. As necessidades individuais dos cooperados concorrem com a pertinência de um planejamento que projete o futuro do empreendimento.

Sem pretender discutir cada um dos princípios do cooperativismo, vamos apenas relacioná-los para subsidiar nossa reflexão quanto às suas formas de apropriação pelos

⁹ Autogestão, nesse caso, não traduz seu conceito histórico radical de transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa. Refere apenas à propriedade daquele grupo de trabalhadores, sem a figura de outro proprietário, o patrão.

trabalhadores. Esses princípios formulados pelos Pioneiros de Rochdale foram atualizados no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995 e são sete: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

Contudo, o espírito capitalista, simbolizado pelo individualismo e pela competitividade, presentes em nossas relações cotidianas, apresenta-se como um entrave ao desenvolvimento de valores e à prática de princípios compatíveis com o cooperativismo e a economia solidária. Nesse sentido, para viabilizar um trabalho coletivo como a cooperativa, faz necessária a criação de espaços que problematizem o cotidiano, re-significando-o, espaços, como os de educação popular, como reuniões, grupos de trabalho e outros. A universidade pode contribuir para incrementar esses espaços, de modo que venham possibilitar a esse homem comum, envolto por suas necessidades imediatas de sobrevivência, compreender a realidade social-econômica e política na qual se insere, potencializando-o para a ação coletiva.

Pensar em sociedade democrática com justiça social é pensar em ações que viabilizem a sobrevivência material e intelectual de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, para além da inclusão no sistema produtivo, mas, a partir dela. Uma intervenção social que disponibilize, àqueles sujeitos, instrumentos para o desenvolvimento da compreensão crítica do processo histórico no qual se inserem, para a construção de um projeto coletivo social-econômico que os viabilizem enquanto seres sociais e no qual o desenvolvimento das atividades de trabalho oportunize o desenvolvimento de cada trabalhador, ou seja, que possibilite uma vida ativa e um trabalho não-estranhado.

Enfim, uma experiência de vida no trabalho que transcenda para a vida fora do trabalho, na qual sejam os trabalhadores os principais atores, proprietários dos meios e bens de produção e autores de sua própria história. Trabalho que ao mesmo tempo satisfaça as

necessidades de sobrevivência, seja realizador de expectativas sociais e com o qual seja processada uma identificação produtiva.

3 As circunstâncias concretas da vida e seus desdobramentos na atividade e na consciência humana: apontamentos teóricos

O propósito de focar uma realidade concreta de um grupo de trabalhadores organizado para a realização do trabalho coletivo, a partir dos princípios da Economia Solidária e do cooperativismo, requer que sejam anunciadas as raízes que orientam nosso pensamento e a nossa ação de intervencionista e pesquisadora (em uma desejada indissociabilidade). Ou seja, que apresentemos os fundamentos teóricos, com base nos quais procederemos às análises e às discussões.

A que homem nos referimos? Como concebemos sua constituição? Qual o papel desempenhado pelo trabalho e pelas relações sociais, em sua constituição?

Essas formulações indicam que as categorias trabalho e relações sociais são fundamentais à compreensão pretendida de homem enquanto sujeito histórico, social, ativo e criador, conforme pressupõe a filosofia marxista. Uma concepção de homem enquanto ser singular (indivíduo) que não traz dentro de si uma essência pronta, acabada. Mas, um ser social, síntese complexa, na qual a universalidade se concretiza histórica e socialmente, por meio da atividade humana, o trabalho, uma atividade social.

Fundamentadas na filosofia marxista, elegemos a Filosofia da Práxis e a Psicologia Sócio-Histórica para embasarem a ação e a reflexão, empreendidas neste trabalho e concebidas enquanto práxis. Tais referenciais consideram que a constituição do sujeito se dá a partir de um processo que é tanto histórico quanto social, portanto, dependente das condições concretas de vida determinadas pelas relações de produção. Nesse sentido, como nosso trabalho foca uma realidade concreta – uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis –, poderemos apreender em que medida esse novo espaço de relações sociais, decorrente da organização para o trabalho coletivo e autogerido, possibilita mudanças nos sujeitos, produzindo novas formas de apropriação e de interferência na realidade.

O estabelecimento de novas relações sociais tem em conta a ocorrência de novas formas de organização do trabalho. Formas pautadas por outros propósitos e valores, distintos

dos presentes, nas relações de trabalho capitalistas. No caso das cooperativas populares, democracia, igualdade, autonomia e solidariedade, como base de um processo de trabalho, cuja posse ou controle dos meios e bens de produção pertença aos trabalhadores. O estabelecimento de relações democráticas, no trabalho, potencializa o aprendizado coletivo, que, por sua vez, pode permitir a reflexão sobre a realidade e o estabelecimento de trocas entre as pessoas que pensam criticamente a realidade.

Nessa perspectiva, a equipe da Assessoria da UNESP tem procurado contribuir para que essas condições sejam, efetivamente, implementadas, desempenhando um papel de mediadora entre a Cooperativa e essa nova realidade.

Para Gramsci (1988), todo homem é um intelectual, ainda que não exerça tal função. Embora possa exercer uma atividade de trabalho que dependa mais do dispêndio de esforço físico, ela há de exigir também um mínimo de atividade intelectual criadora. Por isso, defende o autor, não há não-intelectual, ressaltando haver alguns homens que “[...] desempenham na sociedade a função de intelectuais” (p.7). Os homens, além de suas atividades profissionais, realizam outras atividades que são intelectuais e que podem cooperar para mudar sua concepção de mundo, sua forma de pensar e sua conduta moral. Outra maneira de pensar a transformação do mundo pode originar-se da criação de uma nova camada de intelectuais, a partir da elaboração crítica da atividade intelectual que há em cada um e em diferentes graus de desenvolvimento. Essa crítica, que levará o homem a buscar novo equilíbrio entre o esforço para a elaboração intelectual e a física, poderá contribuir também para alterar a relação que o homem mantém com o esforço físico, tomando-a enquanto atividade prática geral, por meio da qual modifica o mundo físico e social. Tal exercício, que requer muito esforço e espírito coletivo, é a base para uma nova concepção de mundo.

Esse é um poderoso meio de mediação que poderá colaborar para as mudanças pretendidas, pois, pela atividade coletiva, vai sendo mudada a visão de mundo necessária para a mudança das circunstâncias em que vivem os homens, as quais os afetam diretamente.

Na experiência da Cooperativa, do processo de sua constituição ao seu desenvolvimento, os espaços coletivos têm funcionado como importante dispositivo para o estabelecimento de seus objetivos, a elaboração de seu planejamento, de construção de estratégias de negociação e de decisões para a resolução de problemas cotidianos. Além desse importante papel exercido pelos espaços coletivos para que os resultados pretendidos pela Cooperativa sejam alcançados, eles são poderosos meios para a construção de relações democráticas e de autonomia de gestão. São vivências em diferentes atividades coletivas internas e externas: reuniões de discussões técnicas, administrativas e políticas, encontros de educação popular e de capacitação, além das relações sociais estabelecidas no exercício cotidiano das atividades de trabalho do próprio grupo.

Entretanto, os espaços coletivos por si mesmos não se apresentam como auto-suficientes para promoverem mudanças. A presença de crenças e valores, ideologicamente instaurados e alimentados, cotidianamente, pela sociedade capitalista, contribui para a constituição de uma determinada consciência não coletiva, a qual naturaliza a realidade, encobrindo seus reais determinantes. Desprovido de um firme propósito, ou pouco instrumentalizado teoricamente, para promover uma reflexão crítica acerca da realidade que parece natural, dificilmente, o grupo trilhará o caminho da destruição daquilo que Kosik (1976) denomina de pseudo-concreticidade, ou seja, naturalização da realidade. O fenômeno, em sua aparência, conforme esclarece o autor (*ibid.*, p.11), não revela de modo direto e imediato a sua essência, e a prática cotidiana, longe de mostrá-la de modo transparente, o que faz é ocultá-la. O processo de desnaturalização da realidade enseja grande esforço teórico-prático para desencadear mudanças de perspectiva de mundo desses trabalhadores. Paralelamente às

mudanças concretas que também possam ser produzidas na realidade, coloca-se em curso uma práxis calcada no processo de decisão-ação-reflexão.

Estando a universidade assessorando a Cooperativa no desenvolvimento de seu projeto, seria oportuno, ao identificar as mudanças ocorridas com esses trabalhadores, que viveram a realidade do trabalho cooperativo, objetivo deste estudo, buscar também, entre seus determinantes, em que medida a presença e a ação da universidade auxiliaram para esse desvelamento da realidade e para a construção de um processo coletivo de trabalho e de luta.

3.1 A Filosofia da Práxis: recortes importantes

O discurso me comove,
a prática me arrasta.

José Teixeira
Trabalhador rural assentado

O homem se constitui enquanto tal a partir da transformação da natureza, que realiza em busca de sua sobrevivência, num processo histórico e social. Ao transformar a natureza, o homem produz bens materiais e idéias e, ao mesmo tempo, é transformado por eles; portanto, o processo de constituição do homem é um processo dinâmico e dialético. As idéias e os conhecimentos, socialmente produzidos, estão diretamente relacionados à base material e refletem o momento histórico em que são produzidos. Conforme pressupõe o materialismo histórico e dialético, o homem orienta sua ação pelas idéias, conhecimentos e valores que constrói socialmente, juntamente com outros homens. E essa ação, que pode modificar a

realidade, pode modificar também as idéias que as orientam e o próprio homem, tornando-se um processo de determinação contínua e recíproca.

A Filosofia da Práxis, conforme Vázquez (1977), toma a práxis como categoria central e busca superar a posição idealista da filosofia, que se propõe interpretar o mundo sem nele intervir. Não só a interpretar o mundo, a Filosofia da Práxis pretende igualmente ser guia de sua transformação. Sua constituição, por conseguinte, decorre da contraposição e da superação de diversas concepções que a humanidade construiu ao longo da história, para compreender a “essência humana”, tais como o senso comum, o materialismo metafísico, o pensamento religioso e o idealismo.

Embora coexistam distintas concepções de práxis, na consciência humana, estas não se assimilam, nem possibilitam a passagem de uma à outra de forma natural. Como ressalta Ladeia (1995):

Ao contrário, a passagem de uma a outra forma de interpretar e de operar a realidade constitui em si um profundo esforço teórico-prático, e representa uma mudança significativa do sujeito na relação que estabelece consigo mesmo e com o mundo em que vive. (p. 34).

A Filosofia da Práxis, que sintetiza o pensamento marxista, tem como proposta, pois, a transformação da sociedade, com base na compreensão do homem como ser ativo e criador, ser prático, que, por meio de sua ação material e social, transforma o mundo e ao mesmo tempo se transforma. Sua concepção dialética da história e da sociedade toma a práxis enquanto atividade humana que produz objetos, mas que não se reduz ao imediatismo, à idéia de prática-utilitária. Pressupõe atividade teórica e ação real, pressupõe a superação de uma visão imediata dos fenômenos, própria da consciência ingênua do homem comum e corrente, em favor de uma consciência filosófica, com vistas à transformação da sociedade.

As circunstâncias históricas do mundo contemporâneo, no entanto, ensejam mais a reflexão filosófica acerca da condição de sujeito do homem do que uma postura

doutrinária, do “como fazer” para transformar a realidade em que vivem os homens, especialmente os trabalhadores das camadas populares, as quais Marx denominava de proletariado. Enquanto trabalho acadêmico, escolhemos fazer a discussão filosófica sobre a condição de sujeito desses trabalhadores que vivem, no capitalismo atual, a impossibilidade de garantirem seu sustento e de seus familiares, sequer por meio do trabalho formal, e que encontram na economia solidária e no cooperativismo uma alternativa de melhoria das condições de trabalho e de renda. Desse novo modo de organizar a produção, nascem novas relações sociais que podem incitar o desenvolvimento de uma consciência crítica, uma transformação da subjetividade do trabalhador, para que este possa ir mudando sua posição dentro da realidade e, assim, mudando a própria realidade.

A consciência da práxis, na filosofia marxista, pressupõe a superação da consciência ingênua e imediata do homem comum e corrente, que vê a atividade prática como um dado que não requer explicação, que se auto-explica. Ou ainda, conforme Vázquez (1977):

Não sente necessidade de rasgar a cortina de preconceitos, hábitos mentais e lugares-comuns na qual projeta seus atos práticos. Acredita viver – e nisso vê uma afirmação de suas conexões com o mundo da prática – à margem de toda teoria, à margem de um raciocínio que só viria arrancar-lhe da necessidade de responder às exigências práticas, imediatas, da vida cotidiana. (p. 8-9).

O homem comum e corrente, todavia, não vive em um mundo a-teórico, uma vez que a visão que tem de si mesmo está impregnada por valores, juízos e preconceitos, ideologicamente presentes na rede de relações e representações sociais que faz parte do universo em que vive. Sua interpretação da realidade está ideologicamente sustentada (pelos interesses das classes dominantes), o que aponta para a presença de aspectos teóricos, ainda que forjados por esses interesses. A despeito de ter sua cotidianidade determinada histórica e socialmente, esse homem vê-se como um verdadeiro ser prático, que vive num mundo de coisas que existem por si mesmas e por suas significações práticas, à medida que respondem às suas necessidades imediatas. Ele não reconhece que os atos e objetos tanto são para e pelo homem

produzidos, como dependem da significação humana a eles atribuídos e, com isso, reduz o prático à condição de prático-utilitário. Essa redução advém da negação do humano, dos aspectos subjetivos presentes na relação objeto e sujeito, denunciando, assim, uma visão objetivista desse homem em relação ao mundo em que vive.

Nesse sentido, por ser a prática auto-suficiente, não requer outro apoio que não seja ela mesma. Para a consciência comum, a prática prescinde da teoria e, portanto, é subentendida como natural do próprio homem e não apresenta caráter problemático, aliás, ela própria compõe um repertório de soluções. Ou seja, para esse homem, a teoria é desnecessária, porque, como destaca Vázquez (1977), “[...] vive num mundo de necessidades, de objetos e de atos ‘práticos’ que se impõe por si mesmo como algo perfeitamente natural.” (p.14). A teoria, para esse homem, é algo para os filósofos, que sempre tropeçam na realidade.

O fato de viver nesse mundo de necessidades e de interesses imediatos impossibilita o homem comum de ascender a uma consciência filosófica de sua atividade prática, ou seja, de seu trabalho, de sua atividade social e política. Por isso, não pode perceber-se enquanto sujeito histórico e social que contribui para a construção da história da humanidade, que influencia com seus atos, outros homens e que é, por esses, influenciado.

A superação dessa consciência comum não se dará de forma espontânea; o homem não se apropriará da significação humana dos atos e objetos presentes em sua cotidianidade, enquanto esta for mantida em um nível a-teórico. Para tornar-se um agente transformador, é necessário percorrer o caminho que separa o homem comum, imerso na cotidianidade, da consciência filosófica da práxis. Será necessário um grau de distanciamento da cotidianidade, para se perceber enquanto sujeito histórico e social.

O homem, guiado pela visão de mundo dominada pelas necessidades imediatas e pela significação prática das coisas, vive em consonância com o ponto de vista capitalista,

para o qual o prático é o “produtivo”, que produz bem material ou seu equivalente no valor de troca.

A criação de espaços de reflexão e de trocas no trabalho da Cooperativa procura contribuir para essa necessária superação da visão da prática-utilitária. Essa visão que tem o homem comum e ingênuo, que vive na cotidianidade sem fazer reflexão, sem pensar o mundo massificado. Na Cooperativa, é fundamental que os cooperados possam associar a ação à reflexão.

Essa mesma consciência comum leva o homem a olhar a ação política com desconfiança e pessimismo no que diz respeito às suas possibilidades transformadoras. Não apreende que essa sua concepção resulta de um trabalho ideológico para mantê-lo afastado do poder. Ele apenas concebe a política enquanto carreira, uma forma prática de certos homens atingirem os escalões do poder ou, não sendo assim, a toma como idealismo, romantismo ou utopia.

Ao desconsiderar as possibilidades transformadoras da política e tomado por um a-politismo, o homem comum coloca-se à mercê da classe dominante, a que tem o controle dos bens e meios de produção e do Estado. A despolitização colabora para a manutenção da ordem social vigente, pois, em geral, dela decorrem a mistificação do poder e a massificação de atos, preconceitos, hábitos, lugares-comuns e preocupações com questões imediatas.

Porém, o que é a atividade política? Qual é o seu papel, na constituição da sociedade enquanto tal?

A realidade, como tem sido apontada, constitui-se a partir das ações dos homens sobre a natureza; para tanto, estabelecem relações sociais e, dessa maneira, transformam a natureza e, ao mesmo tempo, a sua própria existência. Portanto, segundo a Filosofia da Práxis, a sociedade é uma construção humana que tem como um dos fatores

estruturantes de organização a práxis material, contudo, a constituição da sociedade e da subjetividade do homem como ser genérico não deriva apenas daquela.

A práxis social tem como sujeito e objeto o próprio homem, isto é, é a atividade que alguns homens exercem sobre outros e que tem por objetivo dar a estes e à própria sociedade determinada ordenação e direção. Atividade esta que os homens exercem na vida social, visando a atender às suas necessidades materiais ou não materiais. Homens organizados em grupos, classes e outros tipos de arranjos sociais, cuja atividade – práxis social – “[...] leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política” (VÁZQUEZ, 1977, p. 200).

O processo de construção dessas formas concretas, resultantes da organização da sociedade, produz também determinados estados de consciência, que possibilitarão a reprodução ou a transformação dessas mesmas formas. Ladeia (1995) salienta:

Ao relacionar-se com sua existência concreta o homem, sendo um objeto que não só se deixa moldar, mas que também reage ativamente à ação exercida sobre si, cria formas de transformar ou de modificar tal existência em maior ou menor grau. Essas formas, concebidas a partir de uma ação reflexiva sobre a realidade, só podem materializar-se mediante a atividade coletiva dos homens. (p.31).

A práxis política é uma atividade prática, já que os grupos ou classes que lutam para atingir certas finalidades dependem de uma organização particular, como sindicatos, partidos ou movimentos sociais. Para que esses grupos realizem a luta pretendida, utilizam-se de formas e meios pertinentes, como as reuniões, as greves, os comícios, as manifestações.

A categoria dos catadores de materiais recicláveis, no Brasil, encontra-se organizada no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR –, e vem desenvolvendo ações políticas, para a conquista dos direitos desses trabalhadores, bem como por uma sociedade mais justa. O Movimento luta para “[...] garantir o protagonismo popular de

nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Essa luta se dá em nível nacional, estadual, regional e local” (MNCR, 2006a).

O movimento, em nível nacional, procura organizar os catadores, promovendo Congressos e Encontros para discutirem a realidade social em que vivem e construírem as bandeiras de lutas. Reivindicam, junto ao Governo Federal, políticas públicas de inclusão de catadores e acreditam “[...] na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade” (MNCR,ibid). Os catadores brasileiros, também, estão articulados internacionalmente, sobretudo com os catadores dos países latino-americanos.

Em nível regional, a atuação dos catadores se dá por meio de Comitês Regionais, formados por grupos organizados. A Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis compõe o Comitê Oeste Paulista. Seus encontros freqüentes promovem a integração desses grupos, favorecem a troca de experiências e cooperam para o fortalecimento de ações dos grupos em seus municípios. No cotidiano, a Cooperativa, a partir das relações que estabelece com diversas instituições, desenvolve uma ação política que objetiva o desenvolvimento de seu projeto e de seus cooperados. Relações que resultam em mútuas influências, a com base nas quais a Cooperativa interfere na realidade social.

Essa luta deve influenciar as ações políticas reais, concretas, as quais determinam os rumos a serem seguidos na conformação da sociedade. É uma luta ideológica, acompanhada de choques e contraposições de idéias, projetos e programas, que deve ser consciente. No entanto, a realização de seus objetivos está relacionada com as possibilidades objetivas da própria realidade.

Temos, portanto, que a práxis política apresenta também uma natureza teórico-reflexiva, pois requer grande conhecimento da realidade e da correlação de forças nela existente. E, mais, essa ação teórica reflexiva requerida para que os objetivos pretendidos em

torno de conquistas, conservação, direção ou controle do Estado sejam atingidos, não se resume em compreender tal realidade, em como se dá sua constituição e sua forma de funcionamento. É necessário apreender como a realidade se transforma, como tende a deixar de ser o que é.

A práxis revolucionária é a expressão máxima da práxis política, a transformação prática da sociedade, por intermédio da transformação de suas bases econômicas e sociais que sustentam o poder material e espiritual da classe dominante, ou seja, a instauração de uma nova sociedade. Para tornar possível a transformação, a práxis revolucionária exige uma concepção teórica revolucionária.

Em uma sociedade de classes, o Estado não é um espaço ocupado majoritariamente pelos que querem a transformação, mas ele é o espaço de poder dos segmentos hegemônicos, que se quer destituir, um espaço a ser conquistado. E é pela atividade política que os segmentos de classe tomam consciência de seus interesses e identificam suas relações com outros segmentos, formando o conjunto de interesses sociais de classe. Essa consciência possibilita aos sujeitos a compreensão das relações sociais, bem como a identificação das contribuições do Estado para sua estruturação, além da apreensão da importância da prática política para as mudanças das funções daquele.

A práxis social constituiu-se então como uma possibilidade de formação da consciência crítica e de articulação concreta dos interesses de classe e, ao desenvolver-se em diversos espaços e organismos da sociedade civil, tende a generalizar-se, torna-se um poderoso agente socializador da atividade política. (LADEIA, 1995, p. 33).

A atividade política que evidencia, especialmente para as camadas populares, o valor dessa atividade para a superação das carências sociais que experimentam, permite a articulação com outros segmentos que compartilham a mesma visão de mundo, quer dizer, vêem a necessidade de transformar as relações sociais de dominação de classe.

A articulação teórico-prática, quando presente na práxis social, viabiliza aos indivíduos elevarem seu nível de consciência da realidade, assim como potencializa suas ações em diversos campos sociais dos quais participam. A práxis social, nesse sentido, tem um caráter pedagógico, à medida que influencia as possibilidades de ação política do sujeito, fortalece suas condições de participação nos espaços da vida social, de modo mais consciente.

3.2 A Psicologia Sócio-Histórica: fundamentos

Olho profundamente para a palavra,
tento ver entre suas letras seu sentido...

Rosângela Ampudia (Vida)

O encontro dos catadores, a partir de sua organização na Cooperativa, desdobrou-se em muitos outros encontros. Espaços, pessoas, culturas e linguagens distintas: igreja, universidade, poder público, movimentos sociais. O contato com essa realidade, com as trocas que vão sendo estabelecidas, contribui para que novos sentidos sejam produzidos, proporcionando a construção de uma nova leitura da realidade.

O homem, na perspectiva da psicologia sócio-histórica, como destaca Aguiar (2001), é um ser ativo, social e histórico, que assim se constitui humano e constituirá sua consciência, suas formas de pensar, de sentir e de agir. E a linguagem, tal como concebida por Vygotsky e enfatizada por Tuleski (2002), é um importante sistema simbólico, o qual permite transformar o pensamento prático em pensamento verbal e desenvolver as operações intelectuais responsáveis pelo comportamento humano.

O trabalho do teórico soviético Vygotsky¹⁰, realizado entre 1924 e 1934, que constituiu uma abordagem sociocultural do psiquismo, possibilitou a superação da visão da psicologia tradicional e deu origem, no Brasil, à teoria sócio-histórica. Essa nova abordagem, conforme Gonçalves (2001), permitiu à Psicologia

[...] entender o sujeito e a subjetividade como produções históricas, na relação dialética com a realidade objetiva. A Psicologia Sócio-Histórica vai propor, então, a partir de Vigotski, que se estudem os fenômenos psicológicos como resultado de um processo de construção social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. Assim, a subjetividade é constituída através de mediações sociais. (p. 50).

Até essa época, a Psicologia na União Soviética, pós Revolução de 1917, baseava-se na visão do determinismo biológico. Entretanto, as transformações históricas verificadas passaram a requerer também uma nova visão de homem, a de um sujeito transformador, conforme acabara de comprovar a própria revolução. Era necessário formar, a partir de uma outra ótica, novas gerações para a nascente sociedade comunista. Segundo essa nova perspectiva, não apenas a organização social seria passível de transformação, mas também a própria “natureza humana”, conforme destaca Tuleski (2002):

A transformação das atitudes, comportamentos e valores, no entanto, só se concretizariam à medida que a prática social mudasse efetivamente, isto é, eliminasse gradativamente os elementos burgueses e se afirmassem relações de produção comunistas. (p. 95).

Se o homem é capaz de transformar a sociedade, o é igualmente para alterar a própria natureza humana, podendo desejar e ser algo diferente do que é. Em consequência, os homens poderiam desenvolver comportamentos e atitudes compatíveis com os da vida coletiva, como cooperação e solidariedade, abandonando os comportamentos individualistas e competitivos, segundo ressalta Tuleski (ibid.). A experiência na Cooperativa vem demonstrando

¹⁰ Por serem encontradas diferentes grafias para o seu nome, neste trabalho, adotaremos VYGOTSKY. No entanto, em citações, manteremos tal qual aparece, no original.

como esses trabalhadores têm sido capazes de superar, gradativamente, os entraves que o espírito capitalista interpõe à prática solidária.

Vygotsky apresentou um sistema explicativo do fenômeno psicológico, no qual o social, ainda que determinante, se conjuga com um sujeito ativo e constituinte¹¹. O fenômeno psicológico passou a ser analisado em sua dimensão social, já que seus determinantes, também sociais, ocorrem nas relações sociais e em suas significações.

Vygotsky estava indicando a construção de uma psicologia social que possibilitasse a compreensão do sujeito e da subjetividade na processualidade, [...] em direção a um sujeito social, aos sistemas psicológicos que ocorrem no processo de individuação do homem inserido social e historicamente em uma cultura. (Molon, 2003, p.19).

Ao inserir a dimensão semiótica na análise psicológica, Vygotsky toma a linguagem e os signos como constitutivos dos fenômenos psicológicos, contribuindo para as discussões “[...] sobre a relação com o outro e o papel do outro na constituição da subjetividade [...]” e “[...] sobre o sujeito e a subjetividade a partir da linguagem” (ibid., p. 19).

A leitura das obras de Vygotsky fornece elementos para compreender sujeito e subjetividade como sendo constituídos e constituintes na e pela relação social, a qual acontece pela linguagem e é por ela mediada. A interação humana, constitutiva de todos os homens, dá-se em situações concretas da vida, portanto, é o homem um sujeito interativo, constituído na relação eu-outro, mediada pela linguagem.

No que diz respeito aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento da consciência do indivíduo, postula o autor que ambos decorrem tanto do meio social e das condições materiais em que vive o sujeito, quanto dele próprio, já que é entendido como um sujeito ativo e que estabelece relações e se apropria da consciência do mundo e de si, através delas.

¹¹ Para desenvolver o pensamento do autor, tomarei como referência especial o importante estudo sobre suas obras, realizado por Susana I. Molon, publicado no livro **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**.

Nesse sentido, Molon (ibid.) enfatiza que, para Vygotsky,

[...] as relações sociais impõem novas formas de mediação, dependentes da cultura em que estão inseridas, implicando na necessidade da compreensão de mecanismos e processos diferentes que constituem o sujeito em um momento determinado e em uma cultura determinada. (p. 79).

Sob a influência da teoria marxista, Vygotsky toma como pressuposto básico de sua teoria o trabalho, por meio do qual o homem se humaniza e se hominiza. É a atividade de trabalho que possibilita a produção dos objetos culturais e do próprio homem. É no processo dialético de transformação da natureza que o homem nela se coloca, se reconhece e se transforma, como ser cultural e como espécie.

De modo semelhante, a construção do eu, a partir da relação com o outro, que é mediada pela palavra, forma o comportamento social e a consciência. Assim, “[...] o contato com os outros sujeitos permite o reconhecimento do outro e, através disso, o autoconhecimento” (MOLON, 2003, p.84).

Vygotsky leva em conta, ainda, três dimensões da natureza da consciência: a consciência dos pensamentos, a consciência dos sentimentos e a consciência da vontade. Os sistemas reflexos, que são pensamento, sentimento e vontade, determinam o caráter secundário da consciência, de sorte que uma reação pode determinar uma nova reação. Consciência que procede da experiência do sujeito e que depende das relações sociais. Sujeito este “[...] constituído por meio da experiência social e histórica e pelo desdobramento da consciência, que acontece pelo desdobramento da consciência do eu e do outro, no sujeito consciente” (ibid., p. 87).

Em seus estudos, Vygotsky também considera como característica essencial da consciência a complexidade da reflexão, já que ela não resultaria do simples refletir a realidade. Ao contrário, a consciência psicológica tem caráter seletivo, pode perceber fragmentos da realidade, traços do fenômeno, apenas fragmento do mundo. Contudo, podem ocorrer na

consciência, da mesma forma, mudanças e matizes, as quais o sujeito não percebe. Pode haver alterações da realidade, para além do visível e da experiência imediata. Em suma, o autor ressalta a consciência como capacidade do sujeito de refletir sobre sua atividade, a qual, igualmente, nele se reflete; o sujeito dela toma consciência, portanto, consciência de si como sujeito da atividade.

A participação dos catadores (e outros trabalhadores não-catadores), no cotidiano da Cooperativa, pela práxis social e reflexiva que vêm realizando, tem favorecido o desenvolvimento dessa consciência de si como sujeito da atividade, sobretudo pela necessidade que têm de realizarem as atividades intelectuais, presentes no processo de trabalho.

A consciência é considerada pelo autor como um “quase social”. O desenvolvimento das funções psicológicas superiores¹² (linguagem, atenção voluntária, formação de conceitos etc.) é mediado e acontece no social, por meio de um processo de conversão: o que antes era social (interpsicológico) torna-se depois, individual (intrapsicológico). Entre as funções psicológicas, há interconexões: pensamento, sentimento e vontade estão relacionados (há sentimento no pensamento e vice-versa), mas, a vontade potencializa as demais funções. Ela é, inicialmente, social, interpsicológica e, depois, intrapsicológica, sendo, portanto, produto das relações sociais.

Vygotsky afirma, ainda, a unidade entre o desenvolvimento psicológico e cultural, sendo que o desenvolvimento psicológico tanto decorreria do nível do desenvolvimento orgânico, quanto do de utilização dos signos que são culturalmente constituídos. Os signos, como a palavra, “[...] são meios de comunicações e meios de conexões das funções psicológicas superiores, presentes em todo o processo de constituição do sujeito” (MOLON, 2003, p. 95).

¹² Enquanto as funções psicológicas superiores envolvem mecanismos psicológicos mais complexos, que são típicos do ser humano, entre as quais está a possibilidade de pensar, imaginar e planejar, as funções psicológicas inferiores referem-se às ações reflexas, às reações automatizadas ou aos processos de associação simples entre eventos (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

Ainda que os signos atuem sobre os sujeitos, que são quem os cria, estes possuem imaginação e com essa capacidade humana, criam o mundo da cultura.

Vygotsky, com uma visão da linguagem discursiva, passa a considerar a palavra como um microcosmo da consciência. “As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana” (1996, p.132).

O conceito de mediação, enquanto pressuposto da relação eu-outro, na intersubjetividade, é fundamental no pensamento de Vygotsky, porque é seu arcabouço teórico-metodológico, como aponta Molon (2003). A mediação é a própria relação entre dois termos, que se instaura por meio dos signos, da palavra, possibilitando a comunicação entre as pessoas, o contato com a cultura, bem como sustentando as relações sociais. O homem não se relaciona diretamente com o mundo, porém sua relação é sempre mediada, pois “[...] as funções psicológicas superiores apresentam uma estrutura tal que entre o homem e o mundo real existem mediadores, ferramentas auxiliares da atividade humana” (OLIVEIRA, 1997, p.27).

No encontro do pensamento com a linguagem ocorre o pensamento verbal, cuja unidade se encontra no significado da palavra, ou seja, uma palavra com significado. O significado da palavra é uma generalização, pois não se refere a um único objeto, mas a uma classe de objetos. Nesse sentido, o significado da palavra, que é um ato verbal do pensamento, resulta tanto do pensamento, quanto da linguagem: “O pensamento se realiza na palavra e esta ganha significado pelo pensamento” (MOLON, 2003, p.106). É o significado quem faz o elo entre o pensamento e a palavra, já que a fala não é um retrato do pensamento, uma vez que, antes de passar pelas palavras, o pensamento passa pelo significado. Para Vygotsky (1991), o pensamento “não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir. Cada pensamento tende a relacionar alguma coisa com outra, a estabelecer uma relação entre as coisas” (p. 109).

Vygotsky fixa, também, a diferença entre a função significativa (significado) da função nominativa (referente) da palavra. Encontram-se diversos significados para um referente, assim como um significado para diferentes referentes. Por isso, linguagem e pensamento são possibilitados pelo significado em um sujeito intersubjetivo, pela significação, a qual atravessa o seu pensamento, a sua fala, a sua ação, o seu sentimento, o seu desejo, a sua criação etc. Nesse processo de significação, além do significado, há o sentido, que é mais amplo e que predomina sobre aquele. Enquanto o significado tem origem social e cultural e, ainda, contém certa característica de estabilidade, é dicionarizado, o sentido decorre da interposição dos significados e da vivência do sujeito, quer dizer, da articulação dos eventos psicológicos suscitados pela palavra em sua consciência. “Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido” (VYGOTSKY, 1991, p. 125). O sentido da palavra pode ser alterado, dependendo das condições e das pessoas que o constroem, por isso, palavra e sentido são independentes entre si.

Os sentidos subjetivos são construções do sujeito, carregados de afetos e emoções. O novo que ele constrói, dialeticamente, a partir do social e do cultural, e que coloca em suas relações sociais. Embora significado e sentido não constituam a consciência, nela determinam novas conexões e atividades.

González Rey (1995) destaca que o interno compõe a construção do signo e, assim, a produção de sentido. Produção que depende de o externo fazer sentido, ao entrar em contato com o interno, pois o externo, por si só, não define o interno, mas o social (o externo) é um dos determinantes essenciais do subjetivo. Ou seja,

[...] as configurações não se constituem como uma expressão de uma lógica do interno ou do externo, mas como uma expressão de uma lógica em que o externo e o interno se integram, dando lugar a um novo processo, no qual o interno permanentemente se externaliza e vice-versa. (p. 119).

A consciência, compreendida enquanto “[...] um sistema integrado em uma processualidade permanente [...]” (MOLON, 2003, p.109), por um lado tem a sua composição alterada pelos diferentes componentes e, por outro, determina a estrutura do significado e a atividade formativa do sentido. Sendo a consciência tanto constituída, quanto mediada semioticamente, e sendo os signos sociais e ideológicos, ela também reflete a ideologia própria do ambiente com o qual convive o homem.

Para Vygotsky (1996), somente quando a consciência está constituída para o sujeito, objetivada, é possível acessá-la. Ainda que o autor tenha reconhecido que tanto a linguagem quanto a atividade de trabalho são os possibilitadores desse processo de objetivação, considera que o trabalho poderia ser apreendido pela significação, num processo cultural, compartilhado socialmente. Por conseguinte, esclarece que é por meio da linguagem que as atividades que ocorrem em uma sociedade regida pelo trabalho são explicativas da cultura, refletindo uma dada realidade social. Compreender a consciência requer apreender a cultura na qual os significados e os sentidos são compartilhados. É na relação com os outros sujeitos que se dá a significação. E esta, por sua vez, só ocorre para o sujeito, quando passa a ter significado para ele, o que acontece a partir do reconhecimento pelo outro.

À medida que a Cooperativa foi ganhando projeção e reconhecimento, muitos de seus cooperados foram alterando a visão que tinham sobre sua atividade de catador e sobre si mesmos. Passaram por um processo de auto-reconhecimento.

A linguagem, para Vygotsky, que não apenas desempenha uma função psicológica superior, mas também tem um papel de mediação dos novos processos, funções e sistemas psicológicos, é, ao mesmo tempo, constitutiva e constituidora do sujeito.

Entre signo e instrumento de trabalho, é possível estabelecer um paralelo, porquanto ambos exercem funções mediadoras, conforme Vygotsky (1994). Contudo, diferenciam-se em sua orientação. O signo orienta-se internamente (campo subjetivo), é dirigido

para o controle do próprio indivíduo (como para lembrar e relatar), e não efetua modificação material no objeto da operação psicológica. O instrumento orienta-se, externamente, pela atividade-trabalho (campo da objetividade) e deve promover mudanças nos objetos.

A formação da consciência, na perspectiva da psicologia sócio-histórica, se dá a partir de processos psicológicos básicos que são fundamentais para o sujeito olhar o mundo, por meio dos quais o homem conhece e significa o mundo, uma visão que também é construída. A formação da consciência é mediada, é uma construção social, uma consciência humana que se constitui.

Transportando para a discussão sobre a experiência dos sujeitos, na Cooperativa, podemos antecipar que a nova realidade resulta das articulações possíveis entre os aspectos políticos, como as redes de relacionamentos estabelecidas; os aspectos materiais, como a infra-estrutura disponibilizada; os aspectos administrativos, como regras e normas a serem observadas; os aspectos psicossociais, como as relações interpessoais construídas; os aspectos individuais, como a disponibilidade para a construção coletiva, entre outros aspectos.

No cotidiano, essa trama, evidentemente, não se apresenta ao sujeito de forma didática, clara, mas como fatos e demandas que, em sua maioria, não explicitam a realidade concreta, mas somente apontam para a sua existência. Ora se discute a queda da produtividade, ora a relação de poder interna e externa ao empreendimento, ou, ainda, um conflito entre cooperados.

De que modo o grupo poderia se mover de um estado de sujeitos práticos, que procuram resolver as situações de forma imediata, a sujeitos que buscam apreender essa realidade em sua essência, fazendo o pensamento percorrer novos caminhos, desvencilhando-se de ideologias, muitas das quais agora identificadas?

A constituição da consciência se verifica com base nas relações capitalísticas, entretanto, entre suas características, está a plasticidade. Nesse sentido, pela ação do próprio sujeito e pelas mudanças que possam ocorrer no meio onde vive e no estabelecimento de novas relações de trabalho, a consciência, pela sua plasticidade, pode, também, mudar.

A busca da re-significação das relações, da vida e do trabalho, a partir de novos valores – cooperação, solidariedade (interpessoal, profissional e de classe), igualdade, reciprocidade, democracia, autonomia, transparência, etc. –, tem sido fundamental, para que haja mudanças no cotidiano.

O processo de educação e de capacitação que a Assessoria da UNESP vem desenvolvendo com esses trabalhadores tem se constituído em importante meio de socialização desses valores e de produção de ferramentas e reflexões que permitam organizar as relações de trabalho, por esses novos valores.

Temos procurado apreender em que medida essa nova realidade, em construção (empreendimento com base na visão da economia solidária e do cooperativismo, com a participação da universidade), tem mudado a maneira de pensar e de agir das pessoas envolvidas.

4 Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: sua história contada por quem também a viveu

Este texto não é um conto no sentido de invenção, mas conta uma história da qual fizemos (e ainda fazemos) parte. Nele, relatamos como a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis surgiu e se consolidou. Para tanto, além de nossa própria memória, recorreremos aos mais diversos registros existentes: relatos de reuniões, cadastro de catadores, folhas de frequência, fotografias, fitas de vídeo, mensagens eletrônicas, recortes de jornais, transcrições de entrevistas, planilhas de comercializações, balancetes, *folders* de eventos, além de outros documentos, como: Projeto de Formação da Cooperativa, Relatórios Parciais do Projeto, Resumos de Trabalhos apresentados em eventos científicos, Ata de Constituição da Cooperativa, Estatuto, Regimento Interno, Termos de Convênios com a Prefeitura e Projetos de Captação de Recursos.

A princípio, pareceu-nos que, cercada de toda essa parafernália documental, este relato se assemelharia ao que se poderia chamar de “pura descrição”. No entanto, é impossível controlar e não imprimir ao texto a intensidade com que nos envolvemos nesse projeto; aliás, a mais sutil influência que essa experiência já nos proporcionou foi perceber-nos também como uma catadora. Não coletamos apenas dados: além de separar os recicláveis em casa, recolhemo-los em diversos espaços que freqüento, pois reconhecemos o valor que possuem para esses trabalhadores e para o meio-ambiente. A convivência cotidiana com essas pessoas que catam materiais recicláveis (não é lixo!), para terem trabalho e renda, ensinou-nos a respeitá-las e, sobretudo, a admirá-las.

Todo esse apreço, mesmo assumindo nosso compromisso acadêmico de pesquisadora que busca compreender certa realidade, possivelmente nos fará destacar algumas partes do relato, minimizar outras e a “esquecer” determinados detalhes. Assim, contamos esta história...

4.1 Evolução e mudança: de lagarta a borboleta, de água a vinho

É bom olhar pra trás
E admirar a vida que soubemos fazer
É bom olhar pra frente
Nando Reis

Impossível contar esta história sem começar apresentando as instituições diretamente envolvidas: de um lado, a universidade, a Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis, com uma de suas atividades extensionistas, por meio do Núcleo de Estágio Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares do curso de Psicologia, e, de outro, a Igreja Católica, mais especificamente, a Cáritas Diocesana de Assis¹³.

O encontro dessas duas instituições, embora com papéis e finalidades distintas, viabilizou o estabelecimento de um objetivo comum: a formação da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis, a partir de um desejo estimulado em alguns catadores e de discussões e reflexões com trabalhadores desempregados e aposentados.

Tudo começou, ou melhor, se desdobrou e evoluiu com um projeto de extensão de serviços à comunidade que, em meados de 2001, vínhamos – estagiários (alunos) e eu (professora do Curso de Psicologia) – desenvolvendo junto a grupos de trabalhadores desempregados, no Complexo Prudenciana, uma das regiões de maior carência do município. O trabalho tinha por objetivo discutir a problemática do desemprego, buscando contribuir para a compreensão do fenômeno, sua conjuntura, seu processo e suas repercussões. Acreditávamos que tais reflexões seriam indispensáveis para que aqueles sujeitos, muitos já descrentes de qualquer possibilidade de trabalho, viessem a se mobilizar para procurar, quem sabe juntos, uma

¹³ A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente e filantrópico, da qual as Cáritas Diocesanas são entidades-membros.

alternativa ao desemprego vivido. Ledo engano! A experiência do desemprego parecia impedi-los de “perder tempo com conversa”. A questão de ordem era: “vai ter emprego?” Assim, dos grupos formados, apenas um resistiu às angústias e persistiu nos encontros, porque os trabalhadores sempre batiam na tecla, embora pouco amadurecida, de realizarem coletivamente um projeto: quem sabe uma oficina para fazer brinquedos, reaproveitando caixotes de madeira, e depois comercializá-los “bem baratinho”, para a criançada na praça.

Nessa ocasião, em um encontro casual com um dos membros da Diretoria da Cáritas Diocesana de Assis, Roberto Carlos, relatamos-lhe o projeto que vínhamos desenvolvendo e ele convidou-nos para participar de uma reunião do grupo com o qual estava trabalhando e cujos objetivos eram semelhantes. Nesse segundo encontro, relatou-nos o projeto que a Cáritas havia desenvolvido com catadores e que, no momento, estava desativado por determinação do novo Presidente da instituição, Dom Maurício Grotto de Camargo, Bispo Coadjutor, na ocasião. A nova Diretoria avaliava que a Cáritas, por meio desse projeto, ao comprar e revender os materiais dos catadores, destinando parte da renda a outros projetos sociais, além de não cooperar para a organização da categoria, permitia certa exploração, ao invés de gerar trabalho e renda e de promover a autonomia dos mesmos.

Nesse rápido, mas rico momento de intercâmbio de experiências, tudo ganhou novo sentido: não poderíamos conciliar as demandas, disponibilidades e propósitos? Como organizar esse coletivo? Se já se dispunha de infra-estrutura para o trabalho com os recicláveis, que tal uma cooperativa de recicladores? (Era este o termo que usamos, na época).

Era final de junho de 2001, quando, em uma reunião da Diretoria da Cáritas Diocesana, discutimos a possibilidade de juntar a demanda dos dois grupos de trabalhadores, utilizando a infra-estrutura da Cáritas e a assessoria da UNESP. Ficamos todos muito entusiasmados; ambos os projetos poderiam ser salvos. Para o Grupo de Discussão com trabalhadores desempregados, seria a oportunidade de geração de trabalho e renda, a evolução

desejada: de lagarta a borboleta; para os catadores, a oportunidade de se livrarem da exploração dos “atravessadores”¹⁴, a mudança necessária: de água para vinho.

Paralelamente, em um dos encontros com trabalhadores do grupo de discussão sobre o desemprego, foi abordada a proposta de organizar coletivamente os catadores da cidade. De imediato, quatro desses trabalhadores, dos quais três aposentados, demonstraram interesse em participar do projeto (José Ronconi, Osvaldo Gibim, Toninho e Reginaldo).

O nosso próximo encontro foi para visitarmos o “Barracão”, que, nos primeiros anos, abrigou a sede da Cooperativa. Muito “bagunçado”, com restos de materiais diversos, máquinas, com total aparência de abandono, tanto interna quanto externamente. Fomos recebidos pelo seu João, funcionário da Cáritas¹⁵, e sua esposa, dona Rosália, já falecida, moradores da casinha no mesmo terreno do barracão, os quais se mostraram curiosos e interessados na retomada das atividades. Falaram de como aquilo já fora movimentado...

Compreendemos que nossa prioridade seria uma reunião com os catadores. O princípio de fazer com eles um projeto – e não para eles – já indicava a nossa escolha metodológica: a participação seria a grande estratégia para possibilitar a conquista da autonomia daquela categoria de trabalhadores.

¹⁴ Compradores de materiais recicláveis, geralmente donos de depósitos, que pagam preços irrisórios aos materiais coletados por catadores, revendendo-os posteriormente aos aparistas, que, por sua vez, os revendem às indústrias. São também conhecidos por “intermediários”.

¹⁵ Seu João hoje compõe o quadro de associados da Cooperativa.

4.2 As instituições presentes: compromissos e papéis

Você diz
 Que me dá casa e comida
 Boa vida e dinheiro pra gastar
 O que é que há, minha gente
 O que é que há
 Tanta bondade
 Que me faz desconfiar
 Ataulpho Alves

Da parte da Cáritas Diocesana, destacam-se seu compromisso e investimentos em projetos que contribuem para o processo de inclusão social de cidadãos em condições de exploração ou miséria social e econômica. E ainda, segundo seu Estatuto, participar de ação conjunta das obras e movimentos que visem à assistência e à promoção humana.

Entre as atividades que desenvolve, encontra-se o projeto “Luxo do Lixo: Esperança de Vida Nova” da Cáritas Brasileira – Regional de São Paulo, cuja finalidade “[...] é o aproveitamento do lixo reciclável para conscientizar a população quanto ao meio ambiente, ecologia, recuperação da natureza, diminuição de gastos com aterros sanitários nos municípios **e auto-sustentação da Cáritas Brasileira, seus regionais e suas entidades membros [...]**” (CNBB, 1991, p.1) (grifo nosso). Implantado em diversas Dioceses, a partir de 1991, com financiamento das Cáritas Européias, possui infra-estrutura apropriada ao trabalho de triagem, enfardamento e comercialização de materiais recicláveis.

Declinando do propósito da *auto-sustentação*, a Cáritas Diocesana de Assis, nesse novo projeto, redirecionou sua finalidade: cedeu sua infra-estrutura (barracão com escritório, cozinha, banheiros, linha telefônica, carrinhos para transportar materiais e maquinário – prensas, carrinho para carga, balança, máquina de picotar papel, máquina de triturar vidros). Inicialmente, arcou com as despesas de água, energia elétrica e telefone e manteve seu

funcionário, no projeto, juntamente com os demais, também trabalhando com os materiais recicláveis. Além do mais, a instituição disponibilizou um membro de sua Diretoria para assessorar o projeto e acolheu um seminarista, estudante de Filosofia, para lá estagiar. Esse novo papel da Cáritas, de apoiar a organização dos catadores e não mais comprar e revender seus materiais, foi condição *sine qua non* para que a cooperativa viesse a se tornar realidade.

Da Universidade, evoca-se o tripé no qual se assenta sua finalidade: ensino, pesquisa e extensão. Esta última, caracterizada pela prestação de serviços à comunidade, permite que, por intermédio da ação de docentes e discentes, a comunidade seja o *lócus* da aplicação dos conhecimentos científicos produzidos na academia e, ao mesmo tempo, fonte propiciadora da construção conjunta de novos conhecimentos, com o intercâmbio de saberes. Entrelaçam-se aqui pesquisa e extensão. Paralelamente, constitui-se em uma oportunidade de aprendizagem concreta, colaborando sobremaneira para a formação do futuro profissional que passa a conhecer a realidade concreta na qual intervirá.

Nesse sentido, há uma salutar relação entre a comunidade e a academia, por meio do diálogo de saberes do senso comum e científicos, uma intervenção que contribui para a transformação da realidade sócio-econômica daquela pequena parcela da população brasileira envolvida.

A assessoria oferecida pela UNESP – Curso de Psicologia, no começo pela área de Psicologia do Trabalho e, logo mais, pela área de Psicologia Escolar¹⁶, consiste no trabalho realizado junto aos cooperados, visando a auxiliar para a sua organização enquanto categoria de trabalhadores e para o desenvolvimento de atitudes democráticas, participativas e solidárias, imprescindíveis ao trabalho cooperativo, bem como capacitá-los para a gestão democrática. Tais

¹⁶ À medida que o Projeto foi se fortalecendo e se ampliando o número de participantes, foi também se tornando mais complexo. Experiências anteriores, obtidas no desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade, em parceria com o colega e amigo Carlos Rodrigues Ladeia, doutor e docente naquela área, levou-me a convidá-lo a participar do Projeto. Seu compromisso político com a classe trabalhadora, somado a sua solidariedade, resultaram no aceite imediato e, logo após, em envolvimento absoluto com a luta dos catadores de materiais recicláveis.

ações com os cooperados se dão no cotidiano de suas atividades com os materiais recicláveis, em reuniões, encontros, visitas; enfim, nos mais diversos espaços que compartilhamos. Nesses espaços, aproveitamos para problematizar a realidade, buscando desvelar pressupostos, valores e discursos que a sustentam, de modo a melhor compreendê-la e possibilitar o planejamento das próximas ações. Paralelamente a esse processo de preparação cotidiana para o trabalho cooperado, vimos desenvolvendo cursos de capacitação com o propósito de propiciar conhecimentos sobre o cooperativismo e a economia solidária, para que subsidiem sua prática.

A Universidade também tem ajudado no fornecimento de materiais e serviços necessários à realização das atividades administrativas, tanto diretamente pelo Campus de Assis, como pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX –, que concede, ainda, anualmente, bolsas aos estagiários do Projeto. Embora insuficientes para suprir as reais demandas, esses auxílios têm sido imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades de extensão universitária.

A parceria entre essas instituições, Cáritas e UNESP, tem sido de complementaridade: a Cáritas, que oferece infra-estrutura e apoio político, e a UNESP, que assessora no desenvolvimento de competências requeridas ao trabalho cooperado e das atividades cotidianas.

Além dessas instituições, também o apoio da Prefeitura Municipal de Assis, primeiramente por meio da Secretaria de Planejamento e Obras e, em seguida, de modo mais efetivo, pela Secretaria de Assistência Social, oferecendo caminhão para transportar os materiais recicláveis da residência dos catadores para o barracão da Cooperativa e fornecendo cestas básicas aos catadores mais necessitados, foi fundamental naquele início de atividades. Diversos outros apoios foram e têm sido oferecidos pelo Poder Público, como financiar a participação de cooperados em eventos da categoria fora do município e participar do patrocínio do evento regional, realizado na cidade. Como veremos, com o passar do tempo, a Prefeitura tomou a Cooperativa como parceira.

4.3 A rede tecida entre projetos e instituições

Procuro a resposta
Por que criar a dor?
Se quando estamos juntos
Temos sonho, força e amor.
Ricardo Silveira

Retomando a proposta de organizar os catadores para o desenvolvimento coletivo de suas atividades, vale lembrar que, antes mesmo de a apresentarmos aos catadores, havíamos percebido que isoladamente seria muito difícil implementar o projeto. Preocupados em garantir uma estrutura mínima para que a proposta pudesse sustentar-se, estabelecemos contatos que julgávamos serem imprescindíveis – e, de fato, foram.

Reunimo-nos com a equipe do Projeto UNESP Recicla, recém-implantado no Campus, sob a coordenação da professora Solange Bongiovani, do curso de Ciências Biológicas. Esse projeto que contava igualmente com o apoio da PROEX e da Prefeitura Municipal, tinha como principal objetivo conscientizar servidores, professores e alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente e os respectivos deveres de cada cidadão, implantando a coleta seletiva no Campus. A importância de integrar os dois projetos, considerando serem complementares, levou-nos a uma discussão com a Direção do Campus, que manifestou seu interesse e irrestrito apoio a ambos. Definimos que os materiais coletados no Campus poderiam ser doados ao grupo de catadores que estava trabalhando coletivamente. Decidimos envolver a Prefeitura na discussão, porque, até esse momento, os recicláveis eram por ela coletados e destinados ao Parque de Compostagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos.

Em meados de agosto de 2001, apresentamos o projeto de Assessoria à Formação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis ao Prefeito Municipal, Carlos Ângelo Nóbile, acompanhado por sua equipe da Secretaria de Planejamento e Obras. Contamos com a presença dos Diretores da UNESP, João da Costa Chaves Neto e Odil José de Oliveira

Filho, além da professora do Projeto UNESP Recicla e de estagiários. Os serviços de extensão à comunidade, oferecidos pela UNESP, exemplificados no início da reunião por seus Diretores, para introduzir o assunto, tiveram sua importância reconhecida pelo Prefeito, que manifestou imediato apoio ao projeto com os catadores, ressaltando seu valor, referindo-se ao elevado índice de desemprego no município. Destacou seu aspecto social e garantiu a preferência dos catadores, na obtenção dos materiais recicláveis, em detrimento da usual destinação dada pela Prefeitura, ou seja, triagem e comercialização no Parque de Reciclagem.

Nos contatos seguintes com a equipe da Secretaria de Planejamento e Obras e em visita ao Parque de Reciclagem e Compostagem de Lixo, para definirmos o apoio da Prefeitura, constatamos que, até então, o lixo coletado pela Prefeitura era encaminhado ao Parque, passado pela esteira para triagem dos recicláveis, os quais eram enfardados para comercialização. O procedimento legal para a comercialização era por meio de leilões, cuja arrecadação era revertida para o Fundo Municipal de Assistência Social custear parte de suas ações.

O apoio que o Prefeito manifestou ao trabalho de organização coletiva dos catadores, garantindo que teriam a preferência nos materiais, foi tomado pela equipe da Secretaria como uma ameaça ao trabalho que vinham desenvolvendo, demonstrando certo receio em perder arrecadação. A equipe estava muito ocupada com o projeto que a Prefeitura havia encaminhado ao Fundo Nacional de Meio Ambiente para implantação de coleta seletiva, prevendo uma ação educativa de reaproveitamento domiciliar de materiais orgânicos e, posteriormente, a coleta seletiva, propriamente dita, com a instalação de postos de entrega voluntária (PEVs). Nesse começo de negociações, o ainda embrião da cooperativa era visto pela equipe como concorrente da Prefeitura. A indagação, ainda que não verbalizada, era: “com quem ficariam os recicláveis, com a Prefeitura ou com os catadores?”

A dificuldade apontada pela Secretaria de Planejamento e Obras em ceder veículos para retirar os materiais coletados e armazenados pelos catadores em suas residências levou-nos a procurar a Secretaria de Assistência Social. Já no primeiro contato, foi visível o entusiasmo da responsável pela pasta e, num gesto de reconhecimento da envergadura social do projeto, garantiu o transporte, ofereceu instalações para reuniões e colocou a Secretaria à disposição do Projeto. Dada a natureza da Secretaria, o foco principal percebido no projeto foi sua abrangência social, sua possibilidade de cooperar para que aquelas pessoas melhorassem suas vidas, por meio do trabalho. Desse modo, a contribuição efetiva para que o projeto se viabilizasse veio dessa Secretaria.

Instituições e projetos foram-se entrelaçando de tal forma, que começávamos a perceber um princípio de alicerce, uma condição desejada para que o projeto com os catadores desse os primeiros passos.

4.4 Os primeiros desafios: agrupar catadores, semear desejos

Como vai o homem
junto de outro homem,
Sem perder o nome?
Carlos Drummond

A primeira grande empreitada agora era reunir catadores e apresentar-lhes a proposta de construção coletiva de um projeto para comercializarem juntos seus materiais recicláveis.

Acreditávamos que o fato de a idéia não ser originalmente deles não constituiria um problema, desde que vislumbrassem nela uma possibilidade de melhorar suas vidas, aumentando seus rendimentos e conquistando autonomia. No entanto, mobilizá-los para empreenderem, como, aliás, aponta Singer (1998), é que nos parecia difícil. A história da maioria desses trabalhadores está marcada por relações de trabalho de absoluta subserviência e exploração. Dominados pela competitividade reinante no modo de produção capitalista e certamente acostumados à sina de perdedores, preocupava-nos encontrar sujeitos que já não acreditavam mais em suas potencialidades. Como contatá-los?

Recorremos aos meios de comunicação: via Rádio Difusora AM, fizemos o convite aos catadores. Escolhemos rádio AM e um programa que sabíamos ser de boa audiência, junto às camadas populares, acreditando atingir essa população. O convite foi feito em nome da Cáritas e da UNESP. Ainda na mesma emissora, participamos de um programa de entrevista, esclarecendo o propósito do encontro.

A primeira reunião, em uma tarde de meados de agosto de 2001, aconteceu em dependências da Secretaria Municipal da Assistência Social e contou com a presença da Secretária, sua assessoria, do Presidente e do Tesoureiro da Cáritas, além da nossa, docente e estagiários do Núcleo da UNESP. Os três catadores que compareceram (Sandra, Amazonas e Daniel) foram recebidos com saboroso lanche. À pergunta do porquê teriam comparecido tão poucos catadores, levantaram a hipótese de estar relacionado ao horário, no qual muitos estariam trabalhando na catação de seus materiais, ou, ainda, ao local muito distante de suas residências.

Após as apresentações pessoais, conversamos sobre o trabalho na catação com cada um deles, externamos nossa disposição em auxiliar para a organização dos catadores, visando à comercialização coletiva de seus materiais. Procuramos ressaltar os benefícios que alcançariam, se pudessem livrar-se dos “atravessadores”, comercializando diretamente com os

aparistas¹⁷. Apesar do entusiasmo, não demonstravam compreensão ou preocupação com o aspecto coletivo do trabalho que propúnhamos. A demanda, nesse sentido, era nossa. Seria deles um dia?

Propuseram que fosse realizada outra reunião, em local e horário mais adequados, para a qual tentariam convidar outros catadores. Aceitando a sugestão, reunimo-nos na Capela Santa Luzia, no Jardim Eldorado, no Complexo Prudenciana, região em que residem muitos catadores, em um domingo à tarde. Havíamos convidado os participantes do Grupo de Discussão sobre o Desemprego, dos quais compareceram dois aposentados (Osvaldo e José Ronconi). Também compareceram dois novos catadores (Ivo e Antonio Tavares), além dos três da reunião anterior. O encontro desses dois grupos, agora com sete trabalhadores, talvez movido pelo entusiasmo manifestado pelos aposentados, teve saldo positivo: definimos que as próximas reuniões seriam no barracão da Cáritas, onde o projeto seria desenvolvido.

O grupo começava a se constituir, a partir da reunião de alguns catadores, trabalhadores desempregados e aposentados à procura de trabalho e nós, os apoiadores, da Cáritas e da UNESP. O sistema de reuniões estava deflagrado e a proposta de trabalho, uma realidade: limpar e organizar o barracão, separar e enfardar materiais ali existentes para comercializar e localizar compradores.

Os encontros eram permeados por muitas idéias e perguntas, mas também por muita cautela. Poderiam pegar carrinhos da Cáritas? Como seriam transportados os materiais da casa dos catadores para o barracão? Como seriam organizadas e distribuídas as atividades? Como classificar os materiais para separação? Ficaria um grupo de pessoas trabalhando apenas internamente, no barracão? Ao mesmo tempo, refletiam sempre sobre as comercializações, uma vez que tinham receio de “perder” todo o material (o pouco de que já dispunham, somado ao que

¹⁷ Depósito e comércio de aparas e outros recicláveis, em geral, empreendimento de médio porte, que compra os materiais dos “atravessadores”, reclassificando-os e revendendo-os à indústria de transformação.

ainda seria entregue pelos catadores), caso vendessem para empresas que eram más pagadoras, pois havia relatos de calotes anteriores.

Dentre tantas questões, a que mais preocupava a todos, inclusive porque poderia inviabilizar o projeto, dizia respeito à necessidade financeira imediata que a maioria dos catadores tinha: precisavam receber assim que entregassem o material, não poderiam aguardar sua comercialização. Mesmo reconhecendo os preços irrisórios, salientavam a grande vantagem de venderem aos “atravessadores”: pagamento imediato, e até mesmo antecipado, o que garantia a comida do dia, a compra de gás ou o pagamento de uma conta de água e luz, já que, como diziam, “não pode esperar”.

As respostas não vinham prontamente. Aliás, sempre que possível, tomando o cuidado para não tornar o encontro por demais cansativo e sem respostas, problematizávamos cada situação, procurando incluir na discussão alguns fatores determinantes, contextualizando-a. As reuniões eram, no mínimo, semanais. Em algumas, utilizamos jogos e exercícios grupais, com o propósito de sensibilizá-los para certos aspectos, conceituar determinados termos, ou mesmo para facilitar a integração grupal. A participação, embora algumas vezes envergonhada, era sempre enriquecedora enquanto vivência grupal. Mais acostumados à luta individualizada pela sobrevivência, nos encontros, os trabalhadores tendiam a reproduzi-la; nosso desafio era justamente potencializar os aspectos coletivos do projeto, problematizando o individualismo e a competitividade.

Muitas vezes, nós, apoiadores, Cáritas e UNESP, debatíamos qual seria a melhor forma de organização para os catadores: uma cooperativa, uma associação, tirá-los da catação individual pelas ruas e implantar coleta seletiva de porta em porta? A angústia, por vezes, levava-nos aos equívocos de buscar respostas para eles – sem eles. Em tempo, conseguíamos “brecar” a busca apressada por respostas prontas, de certo modo descoladas da realidade: não éramos catadores!

A cada encontro, novos catadores chegavam (Maria Madalena, Ouvernis, Aparecido), mas não na proporção que desejávamos, nem mesmo com a vinda de alguns outros trabalhadores aposentados, como o José Eliel. Assim, decidimos adotar uma nova estratégia para chamá-los: contatá-los pessoalmente.

A Cáritas possuía o cadastro dos catadores que haviam participado do projeto anterior, comercializando seus materiais. Em um de nossos encontros, tomamos a decisão de convidá-los para participarem de uma reunião no Barracão. Os estagiários da UNESP saíram, com a perua da Secretaria Municipal de Assistência Social, entregando na casa de cada catador o convite e procurando, nesse contato, esclarecer de que se tratava, ressaltando a importância de sua participação, incentivando-o. Muitos não foram localizados e, por isso, resolvemos fazer uma busca pelas ruas da cidade. Dessa vez, também saí com a perua pelas principais avenidas e ruas da cidade, numa manhã de sábado ensolarada, abordando cada catador encontrado. Com os cuidados que julgava merecer esse primeiro contato, um cumprimento, uma breve apresentação pessoal, sempre associada à Universidade, a entrega do convite era acompanhada de intenso esforço para explicar claramente os propósitos da reunião. Os que haviam tido experiência anterior com a Cáritas logo compreendiam, enquanto os demais denotavam pouca compreensão, inclusive certa desconfiança.

Essa estratégia resultou na adesão de novos catadores, os quais compareceram às reuniões subseqüentes (como Anézio, Ismael, Araci). De tempos em tempos, surgia um ou outro catador que tinha tomado conhecimento do projeto por intermédio de algum catador, conhecido seu. Com o passar do tempo, pudemos perceber que essa era a maneira mais eficaz de trazer novos catadores: um convite ou depoimento espontâneo de um catador que estivesse participando do projeto. Quase que naturalmente, tal prática foi-se instalando, a rede de relações se fazia presente.

Consideramos que a confiança em nós, da Assessoria, que posteriormente veio a se estabelecer, certamente fazia falta para que, de imediato, aceitassem nosso convite, pois não éramos mais que “ilustres desconhecidos”.

A essa altura dos acontecimentos, as atividades de arrumação no barracão já haviam dado ao local uma nova feição; já tinha ares de estabelecimento comercial, “uma empresa”. O grupo que ficou com as atividades internas, no barracão, tinha já a aparência de um grupo de cooperados: auxiliado por alguns catadores e contando com a experiência do funcionário da Cáritas (seu João), havia enfardado e ensacado o material e realizado a primeira faxina.

Nessa fase, decorridos os trinta primeiros dias, o projeto já era uma realidade, mesmo sem ainda terem sido efetuadas comercializações: havia sido composto um grupo para o trabalho coletivo, com aproximadamente dez trabalhadores, entre catadores, egressos do Grupo de Discussão e outros avulsos, que se aproximaram.

Nosso propósito em semear desejo para que a organização dos catadores fosse viável parecia ter encontrado um terreno fértil: nesse pequeno grupo, quase todos os participantes estavam bastante animados, além de os estagiários estarem bastante comprometidos com as atividades. Percebíamos que a grande conquista, no momento, seria a construção de uma relação de confiança entre os participantes e o grupo da assessoria. O clima era, como se expressavam, mais para “confiar, desconfiando”, ou “ficar veiaço”.

O documento com a primeira versão do projeto, assinado por representantes das duas instituições apoiadoras, foi entregue ao Prefeito, em reunião realizada em seu Gabinete, em meados de outubro de 2001, uma forma simbólica de garantir o apoio anunciado pelo Poder Público.

Partimos, a seguir, para a realização do cadastro daqueles que estavam participando do projeto coletivo, registrando dados pessoais, endereço e informações sobre a sua atividade de catador.

Se, de um lado, foram adotadas estratégias para convidar catadores a participarem do projeto, por outro, foram definidas algumas para a composição do grupo. Aliás, uma estratégia fixada na ocasião e que perdurou por alguns anos era incluir na Cooperativa apenas aquele que estivesse trabalhando como catador há pelo menos seis meses, testemunhado por três cooperados. O propósito era garantir oportunidade para aqueles que vinham sobrevivendo como catador, evitar que o projeto fosse “a alternativa” para a problemática do desemprego, já que muitos, na falta de trabalho, passavam, ainda que temporariamente, a trabalhar como catador. Outra condição estabelecida para ser admitido formalmente, como cooperado, era ter permanecido comercializando seis meses na Cooperativa, participando das reuniões, demonstrando acatar seus princípios e deliberações¹⁸.

Em menos de sessenta dias, antes mesmo de efetuar a primeira comercialização, o grupo contava com vinte e nove cadastrados, embora nem todos estivessem participando ativamente, indo às reuniões e entregando seus materiais.

¹⁸ Com o desenvolvimento da Cooperativa e a criação de novas frentes de trabalho, como veremos mais adiante, muitos trabalhadores que não eram catadores passaram a compor seu quadro de associados.

4.5 Tecendo o formato do grupo: catação individual, comercialização coletiva

Todos juntos somos fortes
Somos flecha e somos arco
Todos nós no mesmo barco
Não há nada a temer...
Chico Buarque

No calor das discussões, ia sendo tecido o jeito de funcionar daquele grupo. Homens ou mulheres, jovens ou idosos, cada um contribuía com o recurso que possuía: eram idéias, informações, experiências e, principalmente, muita disposição.

Era uma luta catar papelão, o principal produto comercializado por eles, até então, certamente o mais viável economicamente e de manuseio mais prático. Muitos empresários já não se dispunham a doá-lo, queriam vender seus materiais. Começamos, a partir dos contatos com aparistas da região, e mesmo por insistência de alguns catadores, a incentivar a coleta de outros recicláveis, como os plásticos, os vidros e outros tipos de papéis.

Grande parte dos catadores, tão logo começou a participar das reuniões, decidiu entregar seus materiais no Barracão: alguns passaram a levá-los pessoalmente, outros combinaram de armazená-los em casa para que, posteriormente, a Cooperativa, com o caminhão da Prefeitura, transportasse para o barracão. Todavia, outros catadores, ainda que participassem das reuniões, provavelmente por cautela e/ou desconfiança, demoraram a decidir pela entrega dos seus materiais. Eles traziam o dilema vivido entre arriscar o trabalho coletivo e um negócio próprio, tendo que “abandonar” o atravessador, muitas vezes visto como uma pessoa bondosa, que os acudia nas horas de necessidades, ainda que pagasse preços irrisórios por seus materiais. Era como “trocar o certo pelo duvidoso”.

O grupo foi construindo sua forma de organizar o trabalho: os que eram originalmente catadores permaneceram na atividade, coletando materiais recicláveis pelas ruas; os demais, trabalhadores em busca de uma atividade, permaneceram no Barracão, retirando, recebendo e preparando os materiais para a comercialização. Os catadores continuavam trabalhando individualmente, na catação, mas passaram a comercializar coletivamente seus materiais. O grupo foi aprimorando a maneira de separar e preparar os materiais, com base nas orientações que iam sendo obtidas junto aos futuros compradores, posteriormente analisadas e adaptadas nas discussões do grupo e no trabalho cotidiano.

Essa forma de organizar o grupo caracterizou a primeira face da Cooperativa. O Quadro 1, a seguir, nos dá a dimensão dessa evolução da Cooperativa, exibindo diferentes faces, ao longo de sua trajetória.

A necessidade de reservar parte do valor obtido com as comercializações para compor um fundo para efetuar as despesas iniciais foi apontada logo nas primeiras reuniões. Primeiramente, propuseram que um quarto do valor obtido com a comercialização ficasse retido e o restante dividido proporcionalmente entre os que entregavam materiais. Ao final, decidiram que os valores obtidos com a comercialização dos materiais doados ao grupo (não coletado pelos catadores) ficariam para efetuar as despesas do Barracão, inclusive para fazer as retiradas dos que trabalhavam internamente. Mas, perguntavam: e o catador (aquele que não trabalha internamente, apenas entrega seu material para comercializar coletivamente), que contribuição daria à Cooperativa? *“Se é de todos, todos têm que contribuir.”* Propuseram que parte do valor obtido com a comercialização dos materiais de cada catador ficasse retida no Fundo, a fim de complementar as despesas. Assim, por exemplo, no caso do papelão, que antes valia R\$ 0,08 e passou a ser comercializado a R\$ 0,12, dez centavos seriam do catador e dois da Cooperativa, resultando em uma contribuição de 16%. Como a proposta foi feita por um dos catadores que maior volume de materiais havia entregado, parece ter sido essa a razão para não suscitar, nos

Quadro 1. COOCASSIS: história, evolução e parcerias

demaís, qualquer dúvida quanto ao mérito do valor. Combinaram que fariam a experiência, voltando a discutir, caso surgissem problemas. Por muito tempo, o valor permaneceu o mesmo, tendo sido alterado apenas quando se observou grande queda no valor dos recicláveis, tornando praticamente inviável a manutenção da estrutura do Barracão.

Por ocasião das primeiras comercializações, que ocorreram noventa dias após o primeiro encontro, ao serem apresentados e analisados o volume e os valores, surgiram manifestações de um olhar mais crítico. Constataram que desempenhavam um papel importante na cidade, ao coletarem “lixo”, o que, em tese, seria função do poder público. A relação da catação com a preservação do meio ambiente e com políticas públicas começava a ser delineada, de sorte que já podiam perceber que o modo como obtinham renda e trabalho colaborava enormemente para a preservação da natureza: até começava a fazer sentido reciclar. Diziam: *“se nós não catássemos, a Prefeitura teria muito mais trabalho e despesas para coletar lixo”*, ou, ainda, *“se nós não catássemos, muita coisa ia rolar pelas ruas, entupir bueiros, poluir os rios...”*

O grupo começava a construir sua identidade, a sentir o peso do trabalho coletivo e a dar materialidade àquilo que parecia apenas sonho: melhorar a renda e, quem sabe, a forma de viver.

Trabalho coletivo que, para uma parcela do grupo, se resumia na entrega de materiais para a comercialização coletiva, visto que as atividades cotidianas de coletar e separar eram realizadas individualmente (ainda que com a participação de alguns familiares). Procurávamos compensar essa condição peculiar, diferente do que se idealizaria como trabalho coletivo, efetivamente, realizando encontros semanais, aos sábados à tarde, nos quais o cotidiano era retratado, discutido e re-significado coletivamente.

Os dois grupos distinguidos pela natureza das atividades que desenvolviam, ainda que percebessem sua interdependência, trocavam acusações. De um lado, o grupo do

Barracão, responsável pela retirada dos materiais das residências dos catadores e pelas atividades internas de enfardamento e de comercialização, queixava-se da separação de materiais e das embalagens feitas pelos catadores sem respeitarem as orientações dadas nas reuniões. O re-trabalho necessário à continuidade das atividades era uma perda de tempo que irritava os cooperados do Barracão, os quais alegavam que todos perdiam com isso. Por sua vez, o grupo dos catadores criticava a falta de sistemática na retirada dos materiais de suas residências, pois não dispunham de local adequado para armazená-los e tinham dificuldades com a Vigilância Sanitária, que pretendia que seus quintais permanecessem limpos e desimpedidos de materiais, para evitar a proliferação de insetos e pequenos animais transmissores de doenças.

O grupo, formado inicialmente pelos oito catadores, três aposentados que haviam aderido ao projeto e pelo funcionário da Cáritas, foi logo se ampliando. À medida que as comercializações ocorriam e que a informação sobre os valores praticados ia sendo veiculada, outros catadores foram chegando. Em menos de sessenta dias, já eram vinte e três catadores, comercializando juntos seus materiais recicláveis.

No entanto, não foram poucos os que participaram apenas de alguns encontros e logo desistiram. Impossibilidade de esperar pelo pagamento, que ocorria somente após as comercializações? Falta de confiança? Dificuldades para trabalhar em grupo? Perda de liberdade? Os motivos eram variados e múltiplos, diferentes de um para outro, provavelmente. Para os que continuaram, a persistência e a esperança de algo melhor pareciam estampadas num certo brilho nos olhos.

4.6 Um cotidiano nada pacato: a cada dia, um novo desafio

A sombra que me move
Também me ilumina...
Veneno, lamparina
Debaixo de sete quedas
Querendo me levantar
Zé Ramalho

O grupo vinha demonstrando que os resultados pretendidos estavam sendo alcançados. De fato, havia sido ampliada a renda dos catadores e os aposentados tinham encontrado uma maneira de aumentar seus proventos ou de ocupar o tempo com uma atividade de trabalho.

Aos poucos iam se apropriando das “manhas do trabalho” com os recicláveis. A comercialização era a tarefa que mais preocupava o grupo, pois este não queria permanecer preso aos mesmos compradores e entregar-lhes baratos seus produtos, nem tampouco arriscar um novo comprador sobre o qual não encontrassem referências. Muitas comercializações contavam com a nossa participação direta. Algumas eram iniciadas ou concluídas por nós, da Assessoria, tanto da Cáritas como da UNESP, e ainda por muito tempo contaram com nossa participação indireta, buscando nossa confirmação quanto à avaliação de ser aquele um bom negócio ou não. O primeiro dos poucos “calotes” que tomaram veio muito tempo depois, quando, já bastante experientes, comercializavam autonomamente: um comprador suspendeu o pagamento do cheque, sob a alegação de que o material estava com a qualidade comprometida – e, o pior, nunca devolveu a carga.

Fomos construindo juntos, assessoria e catadores, as alternativas para efetuar os controles administrativos e financeiros da Cooperativa: comprovante de entrega de materiais, recibo de valores referentes aos materiais entregues, recibo de retiradas, controle de

comercializações e balancete mensal. O grande volume de dados gerados, decorrente do detalhamento de informações (muitos catadores, diversos materiais, valores diferentes para cada material, descontos variáveis e compradores distintos), requeria certa habilidade para gerenciá-los, ainda não peculiar aos catadores daquele grupo. Essa condição impunha que a Assessoria assumisse a tarefa: foram muitas horas de trabalho semanal, de alunos e docentes, dedicadas a estas tarefas. Embora muito desgastante, essa atividade burocrática, vista como distante do fazer esperado para psicólogos, familiarizava-nos com aqueles dados e nos permitia pautar discussões com os cooperados, visando a compreendê-los e construir estratégias de superação, quando a situação requeria. Em reuniões semanais, a partir dos quadros demonstrativos que construíamos, os cooperados se apropriavam das evoluções das comercializações, das entradas e saídas de materiais e recursos da Cooperativa. Assim, era construído um canal de comunicação aberto, garantindo a transparência e a socialização das informações, base para o estabelecimento das relações democráticas pretendidas para um grupo em processo coletivo.

A chegada permanente de novos catadores ia impondo novos ritmos e demandas ao grupo. O caminhão cedido, duas vezes por semana, pela Secretaria de Assistência Social, para a retirada dos materiais das residências dos cooperados, já não correspondia às necessidades. O material armazenado nas residências dos catadores constituía-se em pelo menos dois problemas: especificamente para o catador e para a cooperativa, dinheiro parado; para a comunidade em geral, riscos à saúde pública.

Não bastassem essas questões, soubemos, em reunião com o Prefeito, que a Ouvidoria Municipal era detentora de um dossiê fotográfico, denunciando as condições em que o transporte dos materiais dos catadores era efetuado: um caminhão da Prefeitura (cedido pela Secretaria de Assistência Social), transportando materiais e catadores na carroceria. O que, a princípio, demonstrou uma preocupação com a imagem da Prefeitura, nas discussões significou também a presença de compreensões e compromissos distintos entre as secretarias municipais.

A convicção de que a autonomia dos catadores dependia, em parte, de suas condições materiais, ou seja, de serem detentores dos próprios meios de produção, levou o Presidente da Cáritas Diocesana, Dom Maurício, a obter autorização para empregar parte da verba do Fundo Diocesano na compra de um caminhão para a Cooperativa, que deveria pagá-lo, quando pudesse. Após dois anos, o caminhão já havia sido pago em 26 parcelas, incorporando o patrimônio da Cooperativa, um orgulho muitas vezes confessado: *“este aí, pagamos com o nosso suor”*. O motorista, encontrado no próprio grupo do Barracão (seu Osvaldo, um dos trabalhadores aposentados, oriundo do Grupo de Discussão), permanece o mesmo até hoje, além de ter sido membro do Conselho de Administração.

Autonomia por um lado, despesas novas de outro. O grande orgulho da Cooperativa estava na possibilidade de arcar com as próprias despesas. Além dos gastos com combustível e manutenção do caminhão, passou a pagar as despesas de telefone, de energia elétrica e de água utilizados nas atividades do Barracão, até então mantidas pela Cáritas.

Em uma fase de aumento do volume de materiais entregues na Cooperativa e crescente adesão ao projeto, por parte de muitos catadores, a Cooperativa foi procurada por um dos maiores atravessadores da cidade e também comprador de um grande aparista da região, que manifestou seu interesse em comprar os materiais, superando todos os valores até então obtidos. Na condição de comprador, possibilitou à Cooperativa algumas vantagens (melhores preços, pagamento à vista, em dinheiro). No entanto, manteve-se no papel de concorrente, na luta pelo acesso aos materiais, aplicando um golpe: ofereceu, a vários comerciantes que doavam seus materiais aos catadores, a possibilidade de comprá-los. Muitos catadores passaram a relatar, nas reuniões, os pontos de coleta perdidos e como, por princípio, os catadores não deveriam comprar materiais, mas obtê-los por doação, apostando na solidariedade, o rendimento de alguns diminuiu.

Todos os incidentes, por mais críticos que tenham sido, ofereceram à Cooperativa a oportunidade de aprender com eles. As discussões resultantes desses acontecimentos possibilitavam ao grupo problematizar a realidade, buscando compreender os interesses que estavam em jogo, um exercício de identificar e desconstruir certos discursos que, aparentemente, a sustentavam.

4.7 A relação com a cidade: da hostilidade à colaboração

Perdoai nossas faltas
Quando falta o carinho
Quando flores nos faltam
Quando sobram espinhos.
Zeca Baleiro

Desde cedo, os cooperados perceberam que pertencer à Cooperativa fazia diferença para a população. A relação com a comunidade foi ganhando novo contorno, a simpatia da população era freqüentemente demonstrada. Não raramente, em reuniões, surgiam depoimentos de como estavam sendo bem tratados pelas donas de casa, principalmente. Sentiam-se reconhecidos e valorizados. O uso da camiseta da Cooperativa tinha o valor de um distintivo, indicava que pertenciam a uma organização. Ao passarem pelas ruas, os catadores eram chamados para receber doações. Algumas instituições passaram a telefonar para a Cooperativa, oferecendo seus materiais e solicitando sua retirada.

O projeto da Cooperativa já havia se tornado conhecido na cidade, os órgãos de imprensa começavam a dedicar um bom espaço aos catadores. Diversas entrevistas foram

concedidas às emissoras de rádio, jornais locais e canal de TV a cabo, a maioria delas com a participação dos cooperados. Nesses espaços, além de apresentarmos o projeto, suas vantagens, aproveitávamos para solicitar a colaboração da comunidade. Os cooperados davam depoimentos da sua experiência na Cooperativa. Os apontamentos mais freqüentes eram referentes ao rendimento, que havia melhorado significativamente, ao reconhecimento que a população vinha demonstrando e à vivência no trabalho coletivo, que proporcionava novos conhecimentos.

A primeira entrevista concedida ao canal de TV a cabo foi logo nos primeiros três meses da Cooperativa. Conversando com o grupo, minutos antes de a gravarmos, perguntei ao Sr. Ismael, aposentado como “saqueiro” (ajudante geral que trabalhava em carga e descarga, em cerealistas), catador há anos, cooperado muito compenetrado, humilde e de pouca prosa, se já sabia o que gostaria de falar. Ele me respondeu prontamente, mostrando uma cadernetinha: *“vou dizer que meus rendimentos melhoraram 120% na Cooperativa”*. De fato, ele havia feito os cálculos e exibiu-me a caderneta, para minha surpresa; na entrevista, ressaltou a importância de outros catadores virem para o projeto.

O trabalho dos catadores passou a ocupar espaços na mídia, certamente não só pela sua organização na cidade, mas também pela atualidade do tema.

Vicentina (60 anos), uma cooperada muito prestimosa que se tornou catadora depois de tentar de diversas maneiras driblar o desemprego, desde que havia saído de um banco, num Plano de Demissão Voluntária – PDV –, virou igualmente assunto de manchete. Seu trabalho de catadora e de sua filha Cristina, ambas na Cooperativa, foi tema de um vídeo, elaborado por um grupo de alunos do curso de Jornalismo da Fundação de Ensino Municipal de Assis – FEMA. Uma produção muito interessante, relatando sua história de trabalhadora, desempregada e, finalmente, de catadora e agora cooperada, uma atividade que realiza,

segundo suas próprias palavras, “de cabeça erguida e com muito amor, como tudo que faço”. O vídeo foi premiado no Festival de Gramado – RS de 2003.

Tanta visibilidade parecia não ter sido associada apenas a uma nova relação com a comunidade, mas também resultar de uma forma mais adequada dos catadores se apresentarem: organizados, uniformizados, certamente mais esclarecidos e atentos à sua dependência com respeito à comunidade. Alguns preconceitos pareciam estar sendo vencidos, uma vez que a figura desses catadores deixava de ser associada à do vagabundo, marginal, começando a ser ligada à de trabalhador.

Certa vez, Solange, uma cooperada muito esclarecida e decidida, recém-chegada à Cooperativa, contou em uma reunião a discussão que ela e seus familiares, que coletavam juntos, haviam travado com a síndica de um edifício. A senhora não queria permitir que mexessem em “seu” lixo, pois achava aquilo “muito deprimente”. Com o relato, queria problematizar de quem era o lixo depois que ele fora colocado na rua, porque avaliava ser de domínio público e, portanto, poderia sim ser do catador. Durante a discussão, o grupo foi compreendendo que identificar o “dono do lixo” não era o mais importante, mas o relevante era conquistar a doação daquele lixo. Como encaminhamento, decidiram marcar uma reunião com os moradores do edifício, na qual se apresentariam e solicitariam a doação, não mais do lixo, mas dos recicláveis já separados. Como pretendiam, o encontro aconteceu e os moradores aceitaram o convite e passaram a colaborar de modo muito produtivo com aqueles catadores. Depois deste, muitos outros postos de doação foram conquistados.

Toda a visibilidade que a Cooperativa teve, no entanto, parecia também contribuir para o crescente aumento do número de catadores pela cidade. Certamente, estimulados por essa realidade, muitos outros trabalhadores desempregados e donas-de-casa principiaram a catar materiais recicláveis, alguns estrategicamente contratados pelos atravessadores, que viam seu material diminuir, à medida que os catadores aderiam à

Cooperativa. Em abril de 2002, com apenas oito meses, mais de setenta catadores estavam cadastrados na Cooperativa, ainda que nem todos participassem assiduamente. Calculávamos que o dobro dessa quantidade de catadores atuava na cidade, sem estar vinculado ao projeto.

Com o tema da concorrência em pauta, o grupo referendou o propósito de incluir outros catadores: todo cooperado deveria convidar outros catadores a participar da Cooperativa, oferecendo-lhes a oportunidade de também melhorarem seus rendimentos. Essa relação – cooperado *versus* não-cooperado – era norteadada por uma ética, de modo que o respeito dos catadores cooperados para com os demais era uma bandeira defendida pela maioria: jamais tirar um ponto de outro catador. Relatavam que bastava avistar um catador na mesma rua em que estavam coletando, que tratavam de sair dali, à procura de outro local para coletar. Ainda acreditavam que havia material para todos; hoje começam a duvidar, tamanha a concorrência.

4.8 A participação política dos catadores: “MNCR” e outros espaços

Viajar, no fundo, é ver que é igual
O drama que mora em cada um de nós
Descobrir no longe o que já estava em nossas mãos
Milton Nascimento

O primeiro contato estabelecido com outra cooperativa de catadores, a COOPAMARE de São Paulo, foi fundamental para o início da compreensão de que a luta dos catadores não era apenas local, nem se resumia a si mesmos. Em setembro de 2002, estávamos (alunos e docentes do Núcleo) em São Paulo, apresentando nossa experiência com a organização dos catadores de Assis, no Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e

Profissão, no qual alguns dos alunos, mais instigados pelo tema – Edinei, Iara e Ricardo – decidiram visitar a Cooperativa. O resultado não poderia ter sido mais mobilizador. O contato com Carlinhos e Eduardo, catadores militantes do recém-criado Movimento¹⁹, colocou em pauta, na Cooperativa de Assis, a questão da categoria dos catadores e da troca de experiências entre as cooperativas.

As informações sobre a realização do I Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, em janeiro de 2003, em Caxias do Sul – RS, e o Encontro Preparatório em São Paulo, organizado pela Comissão dos Catadores do Estado, passaram a ser discutidos nas reuniões. Devemos participar? Temos recursos para gastar com essa finalidade? Estamos preparados para participar? A inquietação era grande, muitas sugestões. Para uns, somente nós, da Assessoria, poderíamos falar em nome de todos, mas, felizmente, outros já compreendiam que os catadores entendiam muito sobre seu trabalho (*“o que um passa, outro passa”*), era só falar sobre a situação. O grupo definiu que participariam de ambos os eventos, representados por Jéferson, Antonio, Daniel, Vanda, Edgar e José Eliel, acompanhados por um grupo de estagiários da UNESP.

A participação dos catadores nos espaços políticos era inevitável. Começávamos a discutir que alterar a relação de trabalho, de empregado a sócio e melhorar os rendimentos obtidos, embora fosse um grande passo, não bastava. Era preciso implicar-se com o que acontecia na sociedade. Foi assim que, à época do plebiscito sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas –, a Cooperativa aceitou o convite da Diocese de Assis e, com o apoio dos Sindicatos vinculados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), promoveu debate, esclarecendo seus cooperados e incentivando-os a participarem do plebiscito.

¹⁹ O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado no 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em 2001, também por ocasião da 1ª Marcha da População de Rua a Brasília.

A recente inclusão dos catadores na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – (BRASIL, 2002), documento do Ministério do Trabalho e Emprego que nomeia e descreve as ocupações do mercado de trabalho, foi igualmente tema de debate na Cooperativa. Ressaltávamos a importância do fato, que retirava os catadores de uma atividade não reconhecida pelas instituições brasileiras, ainda que exercida há mais de 50 anos, incluindo-os no rol das ocupações oficialmente reconhecidas.

A atividade de catador havia se tornado uma ocupação, não uma profissão, que permitiria ao trabalhador ser contratado como tal e efetuar o respectivo recolhimento para a Previdência Social. Aliás, a expectativa das lideranças do MNCR era justamente para que isso não ocorresse, porque não desejavam manter relações de trabalho hierarquizadas, serem empregados, terem patrão. A luta era pelo trabalho dos catadores sem patrão, organizados coletivamente, de acordo com os princípios do cooperativismo, com autonomia e gestão democrática.

Era possível deduzir, das discussões na Cooperativa, que, embora reconhecessem a importância do acontecimento, a princípio parecia não ter grande significado para os catadores, certamente por não alterar de imediato sua realidade. Faziam movimentos para compreender melhor os detalhes, mas sabíamos que era prematuro desejar nível de compreensão maior. Despontava a idéia de que formavam uma categoria.

Em novembro de 2002, realizamos o Encontro Municipal de Catadores de Materiais Recicláveis, um espaço para troca de conhecimentos e experiências, com dois catadores de São Paulo, nossos convidados. O evento teve por objetivo, além disso, estimular outros catadores da cidade a se aproximarem da Cooperativa, prestando-lhes esclarecimentos quantos aos propósitos do projeto coletivo, seu funcionamento e resultados alcançados e, por fim, cadastrando-os.

O evento contribuiu para que os cooperados pudessem compreender melhor a realidade de trabalho dos catadores no país, sua organização no Movimento, sua contribuição para a causa ambiental, a necessidade de lutarem por políticas públicas que os incluíssem e o valor de sua parceria, na gestão de resíduos sólidos. A participação de novos catadores foi pequena e, na avaliação, à procura de esclarecimentos para o fato, responderam que catador era *“muito caipira e envergonhado e que não sabia valorizar este tipo de espaço”*.

Começávamos, no final de 2002, a nos envolver com os grupos de catadores dos municípios da região de Assis. Juntos, catadores de Assis, Rancharia, Presidente Prudente e Marília, com o apoio das Prefeituras, rumaram a São Paulo, onde se somaram à caravana do Estado de São Paulo com destino a Caxias do Sul – RS –, para participarem do I Congresso Latino-Americano de Catadores. Esses participantes, além de terem atuado na elaboração da Carta de Caxias do Sul²⁰, que apresentava os 18 compromissos de luta dos catadores, voltaram com o firme propósito de articular os catadores de nossa região.

Em junho de 2003, em parceria Cooperativa e UNESP, com o apoio do poder público, instituições públicas, sindicatos e algumas empresas privadas, realizamos, no Campus de Assis, o I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Sudoeste Paulista – “Canto Caipira”. Dos dezenove municípios que compõem a região, onze estiveram representados por catadores, apoiadores e/ou poder público. O Encontro teve por objetivos mapear a realidade da catação, na região, discutir a importância de se constituir o Comitê Regional, eleger seus representantes e projetar suas ações prioritárias.

Desde sua constituição, o Comitê vem realizando encontros bimestrais, sediados pelos diferentes municípios representados. O intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os grupos, bem como a construção de uma pauta comum de luta, vêm

²⁰ Disponível em: <<http://www.movimentodoscatadores.org.br/cartacaxiasdosul.aspx>>. Acesso em 27 Jan. 2006

ajudando nas conquistas dos grupos organizados, das associações, cooperativas e da categoria em geral.

A participação dos cooperados nos espaços políticos, no caso de Assis, culminou com a organização dos encontros com os candidatos a Prefeito, nas Eleições Municipais de 2004. Os candidatos foram convidados a apresentar seu Plano de Governo e, mais especificamente, sua proposta para a Gestão dos Resíduos Sólidos e seu compromisso com a inclusão dos catadores na Coleta Seletiva.

4.9 O andar da carruagem: formalização da COOCASSIS e convênio com a Prefeitura

O governo e muitas instituições têm uma dívida histórica com os catadores. Algo que deve ser cobrado hoje, em que a voz dos catadores se ampliou no MNCR. Uma luta muito grande, mas que não é maior que nossa coragem para lutar.

MNCR

Para relatar o período de formalização da Cooperativa, é necessário um retorno no tempo, para aquele cotidiano permeado por acontecimentos e construções que denotam um determinado jeito desse dinâmico processo coletivo, o andar dessa “carruagem”. A questão central relacionava-se com o compromisso de cada um com o coletivo, entre os quais participar ativamente das reuniões, não comercializar seus materiais fora da Cooperativa, aperfeiçoar sua separação de materiais.

Em meados de 2002, como a Cooperativa não estava formalizada, portanto sem Conselhos constituídos, o grupo que trabalhava no Barracão tomava a frente de algumas

atividades e decisões, ainda que as questões novas, mais complexas, fossem discutidas, e as decisões, tomadas coletivamente nas reuniões semanais. Eram espaços de muita discussão até chegarem a uma conclusão, já que a maioria que participava se mostrava comprometida. Alguns catadores, embora presentes, pareciam preocupados apenas em manter seus materiais mais valorizados. Para eles, o projeto coletivo se resumia a isso, a Cooperativa significava pouco mais do que “um bom comprador”. Alguns assuntos eram recorrentes, como: dificuldades dos catadores pelo não pagamento no ato da entrega dos materiais, disponibilidade de uma balança no caminhão, para pesar os materiais diante do catador, não comercialização de seus materiais fora da Cooperativa, melhoria da separação dos recicláveis. O relato de algumas dessas situações pode ilustrar como os acontecimentos se desdobravam, no cotidiano.

De tempos em tempos, a separação de materiais ressurgia como problemática, afinal, já eram quase trinta itens a serem triados. Era explícita a dificuldade de alguns catadores em seguir as orientações da Cooperativa, que procurava se adaptar às exigências dos compradores, especialmente quando significava agregar valor aos materiais. Muitas discussões ainda surgiram, quando eram encontrados objetos estranhos no material entregue pelos catadores: uma garrafa cheia de terra, um pedaço de ferro no meio dos plásticos, o papelão com tinta ou óleo. Isso era tomado pela maioria como desrespeito e a manifestação era imediata: “*Má fé, não?*” Com a suspeita pairada no ar, todos viravam suspeitos, porque geralmente não conseguiam identificar o “dono da arte”: o clima ficava pesado. Acabavam por acusar o pessoal do Barracão por não implementar uma sistemática de identificação dos volumes entregues, definida em reuniões. Outras vezes, as dificuldades na separação dos materiais decorriam da pouca disponibilidade de sacos ou *bags* (grandes sacos de ráfia, de uso comum na indústria), para acondicionar tanta variedade de materiais, já que a cada dia surgia uma nova especificação.

Certa ocasião, a Cooperativa recebeu a proposta de um comprador para proceder a nova seleção nas garrafas de plástico, enfardando separadamente as garrafas PET comuns e de óleo. Como financeiramente era vantajosa, a proposta foi apresentada em reunião. Todos acharam muito boa, porém, Moisés, um cooperado que entregava grande volume de materiais, uma vez por mês, ficou muito irritado. Disse que não separaria o material que já tinha em casa, porque estava em vários *bags* e daria “*um trabalhão danado*”. A sugestão de oferecer para outro catador separar e dividirem a diferença foi logo recusada, argumentando: “*se for assim, prefiro jogar tudo ali mesmo na baixada*”. Por fim, aceitou entregar na Cooperativa da forma como estava acondicionado e receber pelo valor menor. Decidiram que a separação seria feita pelo grupo do Barracão e que a diferença de valores iria para o fundo da Cooperativa.

Nessa época, sempre que o volume de trabalho no Barracão extrapolava a capacidade do grupo, formava-se, nas reuniões, um pequeno grupo de voluntários para ajudar durante a semana. Ainda que nem sempre resultasse no cumprimento do combinado, pois alguns faltavam, denominavam esse esquema de cooperação, uma “*forma de cada catador cooperar para que sua cooperativa se desenvolvesse*”. Muito tempo depois, em uma reunião na qual se discutiam as relações na Cooperativa, Solange se referiu àquela época, dizendo que fora assim que tinha aprendido o que era cooperação: “*cada um dá um pouco de si em benefício de todos*”.

Sinais dos tempos? Teria o grupo crescido demais? Mudanças no processo decisório? Parecia não haver mais espaço para todos participarem. As reuniões, cada vez mais, acabavam se constituindo em espaços informativos.

Passado um ano do início das atividades do grupo de catadores que era denominado “Grupo de Formação da Cooperativa”, de luta pelo acesso aos materiais recicláveis, um jornal local trouxe como matéria de primeira página uma denúncia sobre a situação dos resíduos sólidos no município. A Prefeitura estaria encaminhando diretamente para o aterro

controlado²¹ a maioria dos caminhões com a coleta de lixo urbana, sem passar pela triagem, na esteira do Parque de Compostagem e Triagem de Lixo. A indignação pelo fato de estarem sendo enterrados tantos materiais recicláveis (que poderiam significar o sustento de tantas famílias de catadores) levou-nos a marcar encontro com a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, responsável pelo gerenciamento dos resíduos.

As dificuldades decorrentes da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando a contratação de trabalhadores pela Prefeitura, foram apontadas pelo Secretário como a principal causa do problema. Apresentando-lhe a situação dos catadores e o interesse da Cooperativa em ter acesso a esses materiais, logo vislumbrou a possibilidade de atender às demandas de ambas as partes, firmando um convênio entre elas. Soubemos, por meio do Secretário, que o Parque de Reciclagem estava sob nova coordenação, o que nos levou a deduzir que a disputa pelos recicláveis teria chegado ao fim. Nosso próximo encontro foi com o Prefeito, o qual manifestou seu interesse, enfatizando a viabilidade de geração de trabalho e renda, no município.

A Cooperativa, que propositalmente ainda não estava formalizada, precisaria organizar-se jurídica, administrativa e politicamente, a fim de firmar o convênio. Até o momento, a leitura era de que não deveríamos atropelar esse acontecimento; ao contrário, vínhamos caminhando no ritmo do grupo, respeitando sua capacidade de se apropriar do coletivo. Diante dos fatos, foi necessário apressar o “andar da carruagem”, ou seja, o assunto passou a ser debatido em várias reuniões com os cooperados. Confirmado o interesse em firmar o convênio com a Prefeitura para triar os recicláveis do lixo urbano, foram constituídos dois grupos de trabalho, na Cooperativa, visando a dotá-la das condições necessárias. O primeiro grupo se ocuparia da elaboração do estatuto da Cooperativa e o segundo formularia as bases do

²¹ Aterro controlado: área licenciada pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo de São Paulo), para recebimento apenas de rejeito, aquele que resulta do lixo triado, após terem sido retirados os materiais recicláveis e o material orgânico.

convênio. Tais grupos contavam com a participação de representantes de cooperados e da Assessoria da UNESP, sendo que o do convênio, no início, contou também com a participação de representantes do poder público.

O primeiro grupo, em oito meses, elaborou o Estatuto da Cooperativa. As reuniões semanais realizadas, contando com a intensa participação dos estagiários e docentes do Núcleo de Assessoria, foram espaços de muita aprendizagem e exercício de democracia. A cada avanço significativo, o grupo de trabalho apresentava sua construção aos demais cooperados e a submetia a apreciação. Aos poucos, o complexo estatuto foi construído, guiado pela respectiva legislação e por estatutos de outras cooperativas. O ritmo do calendário obedeceu ao princípio de fazer com eles o estatuto e não para eles, o que requereu um bom tempo para uma apropriação dos conceitos (pequena que fosse) e das práticas relativas ao cooperativismo.

Em 30 de abril de 2003, um ano e oito meses depois do início da organização dos catadores, na Câmara Municipal, foi realizada a Assembléia de Constituição da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS –, com sessenta e quatro cooperados. Por se tratar de sua primeira eleição, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram indicados em discussão e escolha coletiva de candidatos, nas reuniões de sábado. O Conselho de Administração, embora contemplasse a presença de catadores (Vanda e Daniel), contou com expressiva participação de pessoal do Barracão (José Eliel – Diretor Presidente, Jéferson e Osvaldo), certamente, pela presença diária na Cooperativa, por estarem à frente nas comercializações e por tomarem decisões cotidianas. O segundo grupo foi composto basicamente por catadores, entre os quais alguns dos mais críticos e outros muito ponderados (Antonio, Moisés, Adauto, Elma, Cristina).

O grupo de trabalho responsável pelo Convênio iniciou suas atividades, solicitando a participação de um técnico, para contribuir com a análise da viabilidade financeira.

Tais estudos foram favoráveis ao estabelecimento do convênio. O trabalho foi mais longo, de sorte que, além das reuniões do grupo, a Cooperativa se reuniu diversas vezes com o Prefeito, para implementar as negociações. Paralelamente, o Conselho de Administração, auxiliado pela Assessoria, realizava reuniões periódicas com o grupo de cooperados interessados em participar das atividades da Cooperativa, no Parque de Reciclagem. O critério coletivamente definido para compor aquela nova frente de trabalho previa, além dos cooperados, a inclusão de parentes de cooperado que participassem da coleta e de trabalhadores que tivessem trabalhado no Parque como contratados pela Prefeitura, em Frentes de Trabalho. Assim, todos esses interessados passaram a participar das reuniões, procurando compreender o funcionamento da Cooperativa e delinear o novo trabalho. A complementaridade dos conhecimentos e práticas dos participantes foi muito produtiva: enquanto os catadores da Cooperativa buscavam raciocinar, a partir dos princípios do cooperativismo e da inclusão de novos catadores, os que haviam trabalhado no Parque de Reciclagem apontavam as questões mais técnicas, relacionadas às atividades propriamente ditas.

Em 18 de agosto de 2003, um ano após o início das discussões sobre os resíduos sólidos com a Prefeitura, a Cooperativa assinou o Convênio que a autorizou a desenvolver, no Parque de Reciclagem, as atividades de triagem do lixo urbano na esteira, de prensagem dos materiais recicláveis e sua comercialização. O Termo de Convênio, autorizado pela Câmara Municipal, contemplava todos os pontos definidos pela Cooperativa como indispensáveis. As atividades começaram com o grupo formado por trinta e cinco cooperados.

Desde a concretização desse Convênio, a COOCASSIS veio a contar com duas frentes de trabalho muito distintas: o trabalho dos catadores, realizado individualmente pelas ruas e pontos da cidade, e as atividades do grupo do Parque, desenvolvidas coletivamente. Contava também com o grupo do Barracão, cuja maioria nunca havia trabalhado diretamente

com a catação, que fazia um trabalho bastante peculiar. A Cooperativa passou a exibir sua segunda face.

4.10 O grupo de catadores e sua relação com o trabalho

Mas, doutor, uma esmola
A um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha
Ou vicia o cidadão
Luiz Gonzaga

Diferentemente dos catadores dos grandes centros urbanos, em sua maioria também moradores de rua, o grupo de Assis, mesmo que bastante variado, era constituído por pessoas, na maior parte dos casos, com endereço fixo, as quais gozavam do convívio familiar. Homens e mulheres, adultos, jovens e idosos, entre eles, alguns aposentados.

Com o passar do tempo, fomos percebendo que os catadores se aproximavam do projeto com diferentes expectativas: desde melhorar, complementar ou obter renda, até mesmo para conseguir uma forma de ocupar o tempo ou de desfrutar de um espaço de relações sociais.

A participação no projeto, em busca de pertencimento ao grupo, ia sendo identificada à medida que a presença do catador às reuniões era constante e sua entrega de materiais na Cooperativa era insignificante, em termos de quantidade. Inez assim declarou: *“Conto nos dedos os dias da semana para ver chegar o sábado e vir para a reunião. É aqui o lugar que me distraio”*. Os encontros iam-se configurando igualmente em um espaço especial

para as interações sociais, cumpriam uma função que ia muito além de seu propósito de estabelecer a cooperação para fins econômicos.

No entanto, também considerávamos que o baixo rendimento obtido com o trabalho de catação poderia decorrer das dificuldades para organização dos materiais e da ausência de disciplina requerida para o trabalho na catação. O que poderia ser simples para a maioria dos catadores (separar e acondicionar corretamente os materiais; ter rotina de trabalho), poderia ser incompatível com as expectativas ou possibilidades de outros. Participar da construção do processo coletivo era, em acréscimo, percebido como um difícil exercício. Algumas vezes, chegavam a manifestar que a participação no projeto era *“muito complicada”* e até desistiam dela.

Faustino apareceu para comercializar seus materiais na Cooperativa, em meados de 2005. Permaneceu no projeto por um ano, aproximadamente, participando das reuniões quinzenais e entregando pessoalmente seus materiais no Barracão. No início de sua participação, por diversas vezes compareceu à reunião estando embriagado e, em uma delas, chegou a ser inconveniente, atrapalhando o andamento dos trabalhos, vindo a ser repreendido. Todavia, não raro compareceu sóbrio, limpo e com ótima aparência, ocasiões em que demonstrava ser muito bem informado e fazia colocações pertinentes. Após um período de ausência, soubemos que pouco estava trabalhando e que passava grande parte do tempo pelos bares, bebendo. É provável que tenha saído da cidade, pois não tem sido mais visto.

Para muitos, a atividade na catação era a única alternativa de trabalho encontrada para obterem renda, de forma *“autônoma”*, que independia das condições do mercado de trabalho, ou, ainda – como procuravam explicar alguns – que dependia apenas da força de vontade e do esforço pessoal de *“querer catar”*, pois o material estava disponível nas ruas da cidade. Como ressalta Singer (1998), pobre não pode ficar parado, trata logo de arrumar

um “bico”; se não, morre de fome. A catação, nesse sentido, apresenta-se como uma grande saída.

A acentuada redução de postos de trabalho, que intensificou a competitividade e deixou muitos trabalhadores qualificados sem oportunidade, era ainda mais severa com aqueles sem qualificação profissional ou que apresentavam capacidade laboral reduzida. Muitos deles estavam marcados pelo sistema de seleção dos mais capazes a não terem um posto fixo de trabalho, em decorrência do uso abusivo de álcool, de serem portadores de transtorno mental ou de restrição física, como seqüela de acidente cardiovascular ou problemas na coluna.

Anézio expressava de maneira muito melancólica as lembranças dos tempos em que trabalhava como ajudante em caminhão, declarando que ter-se tornado catador o levava a relembra-los: “[...] *não tem caminhão, vou de carrinho (de transportar os recicláveis). Se deixar, saio até pelas estradas*”.

Se, por um lado, a catação se mostra como uma alternativa aos que estão com sua capacidade reduzida, por outro, tem “acolhido” muitos jovens, tanto em início da vida profissional, quanto aqueles com experiência de trabalho mais qualificada, mas que, no entanto, perderam seu emprego. Estes traziam sempre a esperança de apenas permanecerem nesse trabalho até encontrarem algo melhor, o que nem sempre acontecia. Viam nas atividades de catador um trabalho temporário, um “bico” a ser efetuado enquanto procuravam um emprego ou aguardavam o “chamado de uma firma”, como costumavam alegar. Logo que chegou à Cooperativa para fazer um “bico”, Jéferson ao ser indagado sobre o que estava achando do trabalho com as prensas (atividade interna do barracão, portanto, sem estar na atividade de catação propriamente dita), foi direto ao ponto: “*Beleza, mas só estou aqui até achar algo melhor*”. Vale destacar que um ano após sua entrada na Cooperativa, compôs o primeiro Conselho de Administração, tendo inclusive se tornado Diretor Presidente, na segunda gestão.

Muitos afazeres profissionais tinham experimentado aqueles trabalhadores, hoje catadores: palhaço de circo, saqueiro (ajudante de serviços gerais que trabalha na carga e descarga de caminhões de cereais em sacos), ajudante de pedreiro, serralheiro, caminhoneiro, vendedor, doméstica, bancária, etc. Até mesmo quem ainda possuía um posto de trabalho, via na catação uma forma de melhorar seus rendimentos: eram vigias de estabelecimentos comerciais, de prédios públicos, empregados de sucateiro e curiosamente, um pastor.

Outro grupo de trabalhadores presente na atividade de catação é o de aposentados, tanto por tempo de serviço, como por invalidez, a maioria por considerar o benefício recebido insuficiente para suprir suas necessidades. Alguns alegavam ser uma oportunidade de terem uma ocupação ou de realizarem um “servicinho” leve, compatível com sua capacidade. Outros, de ajudar o tempo a passar de, enfim, terem algo para fazer.

“Opção” para alguns, falta de alternativa melhor para a maioria, trabalhar na catação sempre denotou uma representação controvertida. Vez ou outra, um relatava que familiares, filhos ou marido, manifestavam vergonha de eles serem catadores. Percebiam que a atividade não era valorizada pela sociedade em geral e que esta mantinha com os catadores uma relação de desconfiança e/ou medo, submetendo-os a certas humilhações ou a maus tratos, como no caso da Polícia, que consideravam truculenta e preconceituosa. Ainda assim, muitas vezes referiam-se à catação como uma maneira honesta de “ganhar a vida”: *“É melhor ser catador do que roubar ou andar atrás de drogas, ser bandido.”*

Ser catador sempre parece um trabalho ao alcance de qualquer pessoa, que dá liberdade ao catador, principalmente em relação ao horário, dias de trabalho e, especialmente, pela ausência da figura do patrão. Trata-se de uma atividade considerada por alguns como um trabalho gostoso, leve e que propicia ao trabalhador regular o quanto quer ganhar – *“se estiver mais necessitado, trabalha mais, se não, pode ir mais devagar”*, como procuravam explicar.

Dona Jenára ao ser questionada se seu carrinho carregado não era muito pesado, ponderou: “*Você já empurrou um? É levianinho, experimenta aqui...*”, indicando o carrinho.

A atividade de catador, como mencionado, foi incluída recentemente na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. O termo *ocupação*, segundo Singer (1998, p.14), compreende “[...] toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce”; no entanto, a de catador, no imaginário desse grupo, não se constituía como tal. Essa formalização parecia pouco, quase nada representar para a maioria dos catadores. A informação começou a ganhar sentido para aqueles envolvidos diretamente com as ações do MNCR, em especial nos espaços de capacitação de lideranças. Era possível acompanhar os olhares interrogativos dos demais cooperados, quando participavam das apresentações e das discussões na própria Cooperativa, sobre o reconhecimento formal da ocupação de catador. Mesmo que parecesse difícil apreenderem as implicações concretas dessa “conquista”, em seu cotidiano de trabalho, confirmavam sua importância para os catadores, que agora se apresentavam como “categoria”.

Tornar-se uma categoria profissional começava a fazer sentido, a partir da organização desse grupo em cooperativa. Pelo encontro, do coletivo, ia-se configurando a percepção da existência de semelhanças em seu fazer: enfrentam as mesmas dificuldades para coletar e armazenar os materiais; sofrem as mesmas discriminações, algumas vezes pela própria família, mas, em especial, pela comunidade, além de serem submetidos à mesma exploração e dominação, vendendo seus materiais aos “atravessadores”, que lhes pagam preços irrisórios. Principalmente, vão-se apropriando de uma leitura mais crítica da realidade, permitindo-lhes entender que a atividade de catador foi a alternativa possível, resultado de um contexto que ultrapassa os limites e as possibilidades individuais.

O catador de materiais recicláveis é por direito um legítimo trabalhador que busca seu devido reconhecimento. Seu trabalho há décadas faz o reaproveitamento de resíduos, algo de grande importância para a problemática do lixo das grandes e pequenas metrópoles. (MNCR, 2006b)

O exercício permanente, em reuniões, procurando desnaturalizar a realidade, buscando recuperar seu processo de construção, enfocando seus aspectos econômicos e sociais para dar-lhes novo sentido, intrigava alguns, esclarecia outros. Ainda que uma parcela dos participantes não se mostrasse afetada, a resposta vinha coletivamente, sob forma de energia para a luta: vamos melhorar nossa vida. Muitas idéias, diversas ações, mas também vários empecilhos.

4.11 Um pouco da história de alguns catadores

Tem gente que chega
Pra ficar
Tem gente que vai
Pra nunca mais
Tem gente que vem
E quer voltar
Tem gente que vai
E quer ficar
Tem gente que veio
Só olhar
Tem gente a sorrir
E a chorar
Milton Nascimento

O convívio com o grupo de catadores, na Cooperativa, sempre foi muito instigante. Em diversos momentos e espaços, nós nos deparávamos entretidos com um ou outro, ouvindo suas histórias, queixas e peripécias. Passados os primeiros meses de convívio, com algum grau de confiança já estabelecido, propusemos a realização de entrevistas

individuais²² com alguns deles, com o propósito de conhecer e compreender sua história. A seguir, apresentamos um pouco da história de seis desses catadores.

Benício

Com oitenta e seis anos, é viúvo, pai de dez filhos e mora sozinho em casa própria. Ao conceder esta entrevista, estava há oito meses participando da Cooperativa. Carpinteiro e pequeno sitiante em Minas Gerais, até os 50 anos de idade, quando veio para esta região, após vender fiado a propriedade e as “vaquinhas”. Trabalhou mais onze anos, “tocando” um sítio e decidiu vir para a cidade ser pedreiro, a única atividade profissional que exerceu, com recolhimento para a Previdência Social. Relata ter adoecido (problema na próstata) e permanecido dois anos afastado do trabalho, passando pela perícia médica. Aos sessenta e cinco anos, foi aposentado por invalidez, já há mais de vinte anos.

Alega que começou a catar papelão (depois é que vieram os outros recicláveis) há uns dezoito anos, por ter-se acostumado a trabalhar; frisou que, *“se ficar dentro de casa sozinho... fico deitado... se eu dormir de dia, quando é de noite, eu não durmo”*. Critica que muitos aposentados não trabalham e vão beber e jogar.

Indagado sobre qual a avaliação de sua família por ser catador, explica que alguns até que não acham ruim, mas que *“tinha uns, de primeiro, que achava um absurdo, dizia que catador de papel era mendigo.”* Ele discorda da compreensão do neto, ressaltando: *“[...] num é mendigo que cata papel [...], é quem precisa e qualquer pessoa pode catar papel”*. E ainda, refere-se a outros catadores que conhece e que têm condições mais favoráveis que a

²² Os entrevistadores foram os alunos do Curso de Psicologia, estagiários do Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares: Ana Carolina Manechini; Fernanda Lemos Del Ghingaro; Joana Paula C. Pagliarini; Ricardo Lopes P. de Melo; Rosana Akemi Kawashima e Salette Martins Bonini.

dele: *“Vejo muitas pessoas muito melhor situação do que eu, que anda por aí catando papel até de perua [...] por que eu não posso catar também?”*

No início dessa sua atividade, catava quantidade maior do que atualmente, além do que também comprava materiais recicláveis de outras pessoas para revender, no tempo que *“tanto catava como comprava do pessoal da vila, eu catava com um carrinho grande [...] ainda era mais novo, ainda tinha força...”*

Soube da Cooperativa pelo *“[...] João Benedito, ele veio aqui (em sua casa), que ele sabia que eu catava papel [...] e me chamou pra ir lá na Cooperativa.”* Entende a Cooperativa como *“[...] uma sociedade de... de uma união pra gente depositar e receber pelo[...] quanto vende”* e estabelece comparação com cooperativa agrícola da qual participou. Relata que foi até a Cooperativa para ver se pesavam e pagavam direito, mas hoje já adquiriu confiança no pessoal do barracão e não pesa mais seu material antes de entregar, como fez, na primeira vez.

O material coletado é armazenado no amplo quintal de sua casa, coberto com plástico, quando chove. Coleta com um pequeno carrinho de empurrar, improvisado com caixa de geladeira (por ser mais leve). Circula pelas ruas da região em que reside, coletando os recicláveis, muitas vezes retirados dos sacos de lixo amontoados para serem levados pela coleta urbana. Também retira materiais em alguns pontos fixos, lojas que guardam o material para ele. Refere-se à relação de amizade estabelecida com uma proprietária de loja e troca de favores: *“Todo ano, véspera de Ano ou do Natal, ela dava pra mim panetone, me deu acho duas camisetas [...] ela deixava lá no quintal e eu tirava tudo, até o lixo que estava. Eu peguei papel lá uns cinco anos”.*

Apesar da idade avançada e da acentuada deficiência visual, Benício freqüentava com assiduidade as reuniões da Cooperativa. Sua participação era expressiva, sempre contava um caso ou pedia informações.

Vanda

Cinqüenta e seis anos, casada, mora com o marido e um filho adolescente em casa própria, como diz: “*é herança, mas é nossa*”. Ao ser entrevistada, estava participando da Cooperativa há quatro meses.

Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e disse ter parado porque “*a cabeça não guardava as coisas*”, principalmente português, concluindo: “*se a escola fosse só matemática e história...*”

Sua maior experiência profissional foi como empregada doméstica, tendo, inclusive, por muitos anos, morado com os patrões em São Paulo. Relata também ter trabalhado por três anos em uma fábrica de essência, além de outros serviços por períodos mais breves. Na Prefeitura, chegou a trabalhar na Usina de Lixo, de onde foi “mandada embora” por ter-se desentendido com o encarregado, assim explicando: “[...] *eu sou meio política... Eu batalho pelas coisas, o meu direito, eu quero*”. Parou de trabalhar, após o falecimento da mãe, por não ter quem cuidasse do filho pequeno.

Passou a criar cabritas para garantir o leite ao filho, que era alérgico ao leite de vaca. Para tratar dos animais, saía de carroça com o filho e o marido (que trabalhava de vigia, à noite) em busca de capim. Nesses percursos, começaram também a recolher os recicláveis que encontravam.

O material coletado é armazenado no quintal da casa, “*super-pequeno, uma caixa de fósforo*”, como descreve, sendo coberto por um encerado. As revistas e jornais amarrados em pacotes são guardados no guarda-roupa do filho.

Antes de participar da Cooperativa, vendia seus recicláveis para “atravessador”, que “*não pagava direito, daí onde eu resolvi vim prá cá*”, conta ela. Soube da Cooperativa por um primo seu que lhe falou: “*Vai lá na reunião, que você vai ver como você vai gostar*”.

Todos se envolvem com o trabalho de catação, ainda que o marido seja funcionário público municipal. Considera o filho um companheiro que a ajuda, no trabalho com os recicláveis: “[...] nós corre via sacra e é ele que é meu companheiro, ele ajuda bem”.

A relação com a comunidade nem sempre é favorável. Aponta casos de falta de colaboração, na separação dos recicláveis, como em um determinado ponto comercial no qual coleta materiais:

[...] ele (o gerente) quer que a gente fuça nas caçambas, eu já falei pra ele separar pra mim... O rapaz lá não atende bem a gente. Eu já gelei aquele lá. Acho que é muito pouco caso dele. Eu estou precisando, eu fuço lixo, por que eu não vou fuçar? Mas é um lugar de muita gente, [...] fica até chato pra gente, a pessoa, às vezes, vem jogar as coisas no lixo e a gente está fuçando, né? Eu sou pobre, mas...

Por outro lado, relata também relações respeitadas: “[...] lá no edifício, eles me tratam muito bem, até os lixeiros que é lixeiro me tratam bem, se eles passam na minha frente, eles desocupam as caixas e me dão.”

Afirma gostar da atividade de catadora, “porque, se eu não gostasse, eu... E outra coisa, dá pra tirar um dinheiro bom, dá pra manter minha casa um pouco melhor...”

Sobre o trabalho coletivo na Cooperativa, comenta:

[...] precisa ter todo mundo cabeça firme, porque não adianta nada, eu tenho um pensamento, o outro tem outro, mas todo mundo tem que procurar [...] pensar igual. A hora que tiver que dar palpite, se tiver que reclamar e vê onde está o erro, procura acertar o erro...

Compara a Cooperativa a uma família, no sentido de requerer união e diálogo: “... o importante é nós ser uma família, porque a união é que faz a força, se a gente não tiver união, a gente não tem força e conversando a gente se entende.”

Leony

Cinqüenta anos, viúva, mãe de oito filhos, dos quais cinco moram com ela, além de um netinho. Abandonada pelo marido, sem condições de criar os filhos, por determinação

judicial, internou-os na Casa da Criança, instituição que acolhia menores desamparados, na qual também morou e trabalhou durante quatro anos. A pequena casa de alvenaria em que residem é própria e foi adquirida com as economias que fez, enquanto lá morava:

[...] eu era registrada, só que o dinheiro que eu pegava lá, eu guardava no banco pra mim comprar essa casa. E a Irmã (a supervisora da instituição) não cobrava nada de mim, nem alimento, nem a casa, nada.

Apenas um dos filhos que moram com ela tem trabalho, mas seu rendimento não chega a um salário mínimo. Salienta que também precisa ajudar os filhos: *“Agora eu estou catando os plásticos pra mim ajudar na alimentação [...] porque já é uma ajuda, ajuda bastante”*.

Recorda tempos difíceis, nos quais o marido trabalhava como autônomo, em consertos de fogão. Quando não tinha trabalho, dependiam de esmola: *“Inclusive eu já pedi muita esmola em Assis. [...] eu ia nas entidades... eles me davam cesta e eles me davam gás”*. Relembra quando já não estava mais com o marido e necessitou submeter-se a uma cirurgia, ficando impedida de trabalhar. Desprovida de rendimentos e sem direito à Previdência, porque até então não havia trabalhado com carteira assinada, novamente dependeu da ajuda de conhecidos.

Para ela, viver de esmola, em alguns períodos de sua vida, foi a única estratégia para garantir a sobrevivência da família. Destaca que sempre primou pela honestidade e teve muita fé em Deus, atribuindo a esta o fato de não ter desistido de lutar: *“[...] a gente tem que ser honesto, porque Deus ajuda quem é honesto, [...] Ele sempre ajuda”*.

Conta que começou a catar, porque viu as vizinhas que participavam da Cooperativa, mas que estas abandonaram a atividade e ela permaneceu. Coleta com carrinho de feira pelas ruas da cidade e recebe doação da vizinhança; contudo, reconhece que o montante coletado é pequeno. Também solicita aos filhos que tragam latinhas de alumínio que encontrarem nas ruas: *“Oh, se você ver latinha, traz.”* Armazena os materiais coletados no

quintal de casa, ressaltando os cuidados para evitar problemas com a saúde do neto: *“Quando vai chover, eu cubro. Estou sempre olhando para não juntar água, porque dá doença ... tem meu neto que é pequeno [...] por causa da dengue.”* Confirma sua resignação, ao dizer que gosta desse trabalho, que *“todo trabalho honesto é bom. Não importa o que você faz, o importante é que seja honesto. De um pouquinho, Deus multiplica.”* Aponta também para a concorrência pelo material, inclusive com os comerciantes que não doam mais seus recicláveis: *“Eu já perguntei no Peg Pag Poko, mas acho que eles ajuntam para eles, eu vejo que eles colocam lá num quadrado...”*

Desde o início de sua participação na Cooperativa, há sete meses, soube da possibilidade do Convênio com a Prefeitura e mostrou-se interessada no trabalho no Parque de Reciclagem, por isso vem participando ativamente das reuniões de formação do grupo para compor aquela frente de trabalho. Entende a Cooperativa como uma família, na qual *“[...] todo mundo ali tem que se unir [...] somos tudo irmão, nós somos uma família”*.

Antonio

Cinqüenta e dois anos, casado, pai de onze filhos, dos quais nove menores de idade. Com ele e a esposa moram nove filhos, em uma pequena casa de madeira, alugada, *“ralezinha, acabadinha”*, como a qualifica.

Por ocasião da entrevista, participava há cinco meses da Cooperativa.

A renda da família resulta da soma da pequena quantia que o filho recebe no “bico” que faz, em uma lanchonete, do trabalho eventual de faxineira que a esposa realiza para uma vizinha e de seu trabalho de catador associado à Cooperativa. Reclama das dificuldades financeiras para manter as despesas com a casa e alimentação: *“[...] além das onze bocas pra*

comer, ainda tem o aluguel, a luz para pagar... fica carinho... é um sufoco para pagar, mas tem que se virar...”

Havia trabalhado em São Paulo, em uma empresa terceirizada de montagem de aparelho farmacêutico, juntamente com dois de seus filhos. Com dificuldades para continuar com a empresa, inclusive com o pagamento dos salários atrasados, o patrão convidou-os para virem trabalhar com ele em Assis.

Chegaram a Assis, há dois anos, com a promessa de emprego, que não se concretizou: *“[...] foi um emprego fajuta, trabalhei três meses e não recebi nenhum, não tinha nada dentro de casa e tudo o que a gente ia pegar, o cara descontava e descontava em dobro”*. Como pagamento da dívida salarial, recebeu um ponto comercial e seiscentos reais em ração para animais, cujo negócio não prosperou e resultou em dívida.

Na ocasião, procurou a Justiça do Trabalho, porém, como não possuía registro em carteira e nenhum outro documento, não conseguiu entrar com a ação. *“Foi muito tempo perdido (foram oito anos de trabalho) e eu fiquei com tanta raiva que rasguei minha carteira e não temos, como diz o outro, justiça trabalhista, porque, se tivesse, eu ganharia a causa e pegava o camarada”*.

Viveu alguns meses da renda de pequenos “bicos”, mas sentiu dificuldades, devido a sua restrição física (tem problemas em um joelho, resultantes de uma fratura). Assim, encontrou na atividade de catador uma maneira de obter renda:

“[...] aí, eu achei melhor arrumar um jeito de catar papelão [...] fiz um rolo com o aparelho que eu tinha [...] para dar na égua e na carrocinha para eu poder trabalhar. E, hoje, ainda tem carrocinha pra pagar, que pra comprar foi este sacrifício...”

Relata sua expectativa de comprar mais uma carroça e o “arreame”, para que o filho também trabalhe na catação, pois este já comprou um cavalo.

Sua primeira comercialização de recicláveis foi na Cooperativa, que considera um “bom negócio, apesar que meu lucro é pouco, porque, logicamente, não tem como lucrar mais mesmo”. E destaca outras vantagens, financeiras e sociais: “Além dela pagar o melhor preço, não dá calote, enquanto os outros dão. E, além disso... a gente tem mordomia diferente, a gente tem uma amizade, a gente tem uma festinha”.

Entretanto, quando se refere ao trabalho coletivo, todos juntos, não apenas para comercializar, demonstra sua desconfiança:

Todo mundo sabe que não adianta ninguém querer dizer ‘todo mundo vai ser igual’, porque não vai [...] não adianta, porque sempre vai ter um que vai bancar o esperto e querer ganhar, lucrar em cima do outro, deixando que o outro trabalhe mais e ele trabalhe menos.

Não acredita nas possibilidades da gestão democrática, na forma conciliatória como vêm sendo conduzidos os trabalhos. Critica a estratégia de orientar, conversar para superar um erro, defende mudanças, sugere que seja aplicada punição:

Mudança, no caso, no sentido de ter punição para a pessoa, não é só mudança, não. Tem que ter punição, porque se a pessoa está bancando uma sacanagem, não é só no papinho, na conversinha que ela vai endireitar, não. E se não der para conversar com ele, ele sai fora mesmo.

No final, reconhece que, na Cooperativa, as coisas não são como em uma firma, que toma atitudes severas, de sorte que as mudanças são mais difíceis: “[...] porque se fosse numa firma... o negócio é o seguinte, você não trabalhou, desconta o dia, você chegou atrasado, volta prá casa...”

Sobre sua atividade de catador, explica que coleta pelas ruas e alguns pontos da cidade, durante a semana toda, e, se tiver uma “carguinha boa”, leva para a Cooperativa, todavia, às vezes, tem que esperar duas semanas. Conta também com a ajuda, mesmo que não sistemática, de um dos filhos. Orgulha-se de seu material ser muito bem armazenado:

Minhas garrafas, tudo tampada, coberta com plástico, meus papelão também é coberto com plástico. [...] já teve por aqui os agentes de saúde, sobre o combate à dengue e disseram que está tudo bem, tudo direitinho.

Reclama das dificuldades que encontra para desenvolver regularmente seu trabalho: grande despesa com a manutenção da carroça (rolamento que quebrou, pneu que estourou), a égua foi roubada, acidentou-se e teve uma costela faturada, impedindo-o de trabalhar. Ainda que com os rendimentos bastante comprometidos e a conseqüente dificuldade para manter as despesas da casa, considera inadequado pedir “ajuda” na Cooperativa: *“Poder, até que podia, mas eu me sinto chateado, porque toda pessoa que se preza tenta levar a vida, se possível for, ajudar os outros e não ser ajudado”.*

Conclui que esta é apenas uma fase ruim da vida e se compara ao jogador de futebol: *“uma hora está em cima e na outra, lá embaixo”.*

Demonstra sua esperança na Cooperativa, deseja que *“cresça o suficiente para que todos nós possa conseguir mudar de vida, para melhor, todos, não só eu... E que todo mundo consiga uma posição, ter uma condição de vida melhor”.*

Lamenta ter perdido quase todos os seus documentos e não ter dinheiro para tirar foto e tomar as providências. Refere-se ao período eleitoral como sendo propício para pedir ajuda a algum político.

Antonio, não muito assíduo às reuniões, apresentava várias sugestões, embora algumas delas reproduzissem o modelo de relações hierarquizadas das empresas capitalistas e outras fossem muitas arrojadas para aquele momento inicial da Cooperativa, como, por exemplo, ter um veterinário para cuidar dos cavalos dos cooperados. Comparecia a algumas reuniões acompanhado de vários filhos, todos muito bonitos, com traços semelhantes aos indígenas, certamente a origem de seu apelido: “Índio”.

Rubens

Cinqüenta anos, casado, pai de um menino de dois anos, mora em casa própria. Estava na Cooperativa há cinco meses, quando foi entrevistado.

Estudou até os dezessete anos, mas nunca foi promovido para a 2ª série do Ensino Fundamental. Lembra que era alvo de brincadeiras dos colegas, até que, certa vez, envolveu-se em agressões físicas, fugiu da Polícia e nunca mais voltou para a escola.

Relata que, nessa fase da vida, ficou cego de um olho, acidentalmente, alvo de uma pedra atirada por estilingue. Foi criado por uma tia, a quem trata de mãe, porque sua mãe legítima morrera, quando ainda era bebê. Não conheceu seu pai, porém quando soube que estava doente, pretendia visitá-lo, desistindo da idéia, porque seu genro aconselhara: *“deixa ele morrer em paz”*.

Casou-se aos quarenta anos, e explica: *“Não tinha saída, falei que ia seguir a vida, casei com Olinda, faz dois anos, já tive filho e tudo com saúde. Preciso fazer minha vida agora, né? Agora tenho mulher, filho”*.

Trabalhou por vinte e cinco anos em uma serraria, da qual saiu apenas quando esta fechou. Ressalta que seu padrinho, advogado, “roubou” a indenização que havia recebido: *“[...] é um cachorro, porque pegou tudo o meu dinheiro, está tudo com ele lá. Então, fui pro Fórum e ele está perdido, vai ter que pagar tudinho. Eu estava confiando nele”*.

Trabalha coletando recicláveis com carrinho próprio, pelas ruas da cidade toda e também em doze pontos fixos: *“todo mundo guarda pra mim, e só conversar. Saio de casa às seis horas da manhã e só volto à noite. Depois de acabar tudo, amarrar, eu tomo banho e durmo”*, explica.

Avalia que ser *“catador é muito bom, porque a gente quer trabalhar, aí eles (o pessoal do barracão da Cooperativa) me chama”*.

Rubens comparecia a todas as reuniões, em algumas levava o filho e, em outras, também a esposa. Como apresenta certa dificuldade para verbalizar suas idéias, requeria de todos algum esforço para compreendê-las, pois sempre apresentava denúncias de pontos que considerava inadequados para o bom funcionamento da Cooperativa. Nessas ocasiões, mostrava-se enérgico e até mesmo ríspido, não admitia que os cooperados não fossem comprometidos com a causa da Cooperativa.

Ângela

Trinta e quatro anos, amasiada, mãe de quatro filhos, reside com a família, inclusive marido, em uma pequena casa de quatro cômodos, construída no quintal da casa da sogra, “[...] coisa pequena, só uma casinha”, como resume, mostrando-se constrangida.

Trabalhou por um período de sete meses na Frente de Trabalho da Prefeitura, varrendo ruas. Depois, trabalhou alguns meses em serviços de limpeza no *shopping*. Sua atividade de catadora decorreu do fato de recolher materiais recicláveis para ajudar a sogra, que era uma catadora e já participava da Cooperativa. A convite da sogra, passou a freqüentar as reuniões e a catar materiais para si: “[...] resolvi pegar um carrinho e catar”. Coleta pelas ruas de duas vilas próximas à sua casa, na periferia da cidade, “pegando dos lixos”, como revela, mas também em residências nas quais as pessoas guardam o material para ela. “Também, quando você passa na rua, as pessoas pega e te oferece e assim eu vou catando”.

Aponta para a disputa existente entre os catadores nas vilas onde coleta, avaliando que, se existissem pontos fixos para que cada catador fosse retirar seus recicláveis, “seria bom porque você já sai de casa sabendo que você vai chegar lá e o teu material vai estar lá [...] assim, eu não tinha que disputar com ninguém”.

O material coletado é armazenado em casa, no fundo do quintal, o que não considera adequado. Gostaria que a Cooperativa tivesse um ponto de entrega próximo aos bairros onde reside a maioria dos catadores, para que diariamente entregassem o material coletado, não tendo que levá-lo para a casa.

Confessa que, no começo, não tinha nenhuma expectativa quanto ao trabalho ligado à Cooperativa, pois foi lá na curiosidade, porque estava “parada”, sem trabalho: *“Não estava esperando nada, só estava precisando de dinheiro e resolvi catar também [...] nem que fosse dez reais ou vinte reais que eu ganhasse ali, prá mim já era lucro”*. Refere-se à coleta dos recicláveis como um “bico”, através do qual pode obter dinheiro para pagar uma conta, caso contrário não teria de onde tirar dinheiro: *“[...] foi uma benção, foi uma ajuda e tanto”*.

Por ocasião da entrevista, participava há seis meses da Cooperativa e já dava indícios de valorização daquele espaço coletivo:

Agora a gente espera um monte, agora que a gente está lá dentro, a gente precisa esperar bastante. [...] Nós somos a Cooperativa... é os cooperados que manda, então todos nós, a obrigação é cuidar da Cooperativa. [...] você está ali porque é teu, você tem que cuidar do que é seu, mesma coisa, você cuida do seu filho, é uma propriedade, é uma coisa que você está fazendo pro seu bem...

Todavia, ainda que por falta de informações, contraditoriamente, avalia que, para a Cooperativa melhorar, deveria oferecer benefícios ou segurança, como a carteira assinada, plano de saúde, *“alguma coisa que incentivasse mais, porque aí você vai ficar mais incentivado a trabalhar”*. Certamente, a sugestão decorre da sua conclusão quanto ao fato de a ocupação de catador ser oficialmente reconhecida, tomando-a como profissão como as demais: *“[...] já que é serviço, já falaram que é serviço como todos... Então, a gente queria que fosse reconhecido como serviço, registrado...”*

Ângela tinha uma participação peculiar nas reuniões da Cooperativa. Ainda que sempre presente, mostrava-se bastante acanhada, poucas vezes solicitou informações ou apresentou sugestões, além de chegar constantemente atrasada, sempre na segunda metade

do encontro. Sempre acompanhada de alguns dos filhos, desculpava-se de que sempre se entretinha com o trabalho doméstico, especialmente em lavar roupas, e se atrasava. Via-se como uma pessoa atrapalhada, “de veneta”, como se auto-explicava.

4.12 O trabalho de catação: técnica e organização

Sou catador de papelão
De vrido véio
E papel borrão
O lixo virou grande negócio
É até filantrópico
Não tenho mais
Como ganhar meu pão...
Banda Querosene Jacaré

Trabalhar na catação, por mais simples que possa parecer, requer do trabalhador competência para organizar seu trabalho: estabelecer o roteiro e o cronograma da coleta, preparar a carga para o transporte e, além disso, arrumar todo o material coletado para armazená-lo em casa, até que o caminhão da Cooperativa vá retirá-lo ou que o próprio catador vá levá-lo ao barracão, como preferem alguns.

Catar materiais recicláveis, aos olhos de quem o faz, tanto é possível de um jeito simples, pouco planejado – “[...] eu cato assim, eu cato na rua pegando dos lixos...”, como descreve Ângela – como em grupo, de modo mais elaborado: “[...] os dois catava junto, eu ia com a carroça, ele (o marido) e o Diego (o filho) ia catando as coisas e pondo na carroça.”, conta Vanda.

Há os que definem um horário de trabalho para a catação na rua, geralmente pela manhã, e outro para a preparação do material ou retirada de materiais dos pontos fixos²³.

Este é o caso de Vanda, que, pela manhã, coleta nas ruas:

Eu pego na COHAB, no Parque das Flores, quando dá pra passar pro lado debaixo, eu passo. Eu faço a linha do lixeiro, eu vou antes dele, já cato as garrafa antes dele. [...] O Diego sempre está junto, porque eu faço um lado e ele faz o outro. É onde a gente adianta mais [...] À tarde eu vou fazer a coleta marcada, nos pontos.

Diferentemente, Rubens coleta o dia todo, sem voltar para a casa para fazer as refeições: *“Olha, eu saio de casa seis e trinta da manhã e só volto à noite. Depois de acabar tudo, amarrar, eu tomo banho e durmo”*. De fato, diversas foram as vezes que nos encontramos com ele, já noite, ainda bastante distante de sua casa, com o carrinho lotado de materiais. Sua alimentação parece comprometida, porque chega a passar o dia sem refeições, como relata: *“Ah! Eu como uma vez só, sete da noite. Tem dia que eu nem janto, passo o dia sem comer”*. Embora a dificuldade em encontrar materiais recicláveis a serem coletados seja um fato constatado, como veremos mais adiante, no caso de Rubens, esse estilo de passar o dia todo catando remete à idéia de um andar errante, como se o percurso da catação e seu resultado tivessem importância menores do que a própria andança. Se considerados os resultados de sua catação, em quantidade e em valores, comparados aos de outros catadores que trabalham em condições semelhantes (horas de trabalho e meio de transportes), podemos dizer que ela é significativamente menor.

Se conjugado o domínio e emprego das “tecnologias”, disponíveis na atividade de coletar materiais recicláveis, com os significados dessa atividade para o catador e, ainda, as possibilidades que a atividade lhe oferece, veremos um resultado bastante singular: um jeito de trabalhar e um rendimento a ser obtido. Implica um modo de ser catador, sempre peculiar, comportando, no entanto, semelhanças com outros catadores.

²³ Ponto fixo foi uma estratégia implementada no Projeto, embora já praticada anteriormente pelos catadores, na qual um ponto (comércio, condomínio residencial) é visitado, apresentam-se o projeto e um catador, e é feita a solicitação para doação dos seus recicláveis.

Outro aspecto a destacar, com respeito à catação, é a preferência pelos materiais mais rentáveis, como alumínio, papelão, PET (garrafas de plástico) e jornal. Tal preferência, tão nítida no início das atividades dos catadores, vai sendo superada a partir da proximidade com o trabalho da catação. *“Olha, eu pego de tudo, o papel, o plástico, a PET, até o ferro que num está dando nada, quando é aqui perto, eu pego”*, conforme diz Benício, com toda a sua experiência.

Justificando sua preferência por coletar papelão e garrafa PET, Ângela enfatiza: *“Porque é a mais simples pra arrumar, é mais fácil pra você arrumar e o preço é o que compensa, né? Cato os outros material também, mais é o papelão e a pet.”* Mas declara que, no dia-a-dia, acaba coletando de tudo:

Eu cato plástico duro, garrafinha, bacia, balde, essas coisas tudo eu cato, a preferência é que você já sabe que é os dois, aí que eu prefiro mais. Mas eu cato tudo que vem pela frente, caixa de sabão em pó, caixa de leite e essas coisa tudo eu cato.

Quando indagada sobre quais materiais prefere coletar, Vanda responde: *“Eu estou catando tudo”*. Todavia, refere-se ao alumínio, o mais valioso comercialmente, como o “ouro”. Classifica o jornal, por ser pesado, como um bom material para ser coletado. Fala entusiasticamente da “pepsi” (como se refere às garrafas de plástico pet) e adota uma matemática própria para demonstrar que está ficando tão valiosa quanto o alumínio:

A “pepsi” [PET] agora está emparelhando com as latinha; você vê, a “pepsi” pra dá um quilo vai 19 garrafa... Se você juntar 75 “pepsi” pra ver, quanto que dá o valor? está quase chegando junto com o alumínio.

São fórmulas e interpretações que vão dando o valor financeiro do trabalho na catação, re-significando o valor dos materiais que comercializam.

Arrumar a carga no carrinho ou na carroça facilita o transporte e o trabalho posterior de separação e arrumação em casa. As caixas de papelão devem ser desmontadas ou

rasgadas, as garrafas de plástico separadas por tipo de plástico ou cor, jornais separados das revistas e assim por diante.

Apesar das condições precárias nas quais as atividades de catador são desenvolvidas, sempre expostos às intempéries, o emprego da força física para empurrarem o carrinho, o esforço geral despendido na catação, os riscos inerentes ao trânsito, tudo isso não faz dessas condições um ponto de queixa.

Resta ainda considerar o armazenamento dos materiais recicláveis, nas residências dos catadores, algo bastante problemático, principalmente sob ponto de vista da higiene e da saúde. Geralmente sem local apropriado, descoberto, em quintal pequeno, “*super-pequeno, caixa de fósforo*”, como Vanda descreve o seu. Em espaço improvisado, o catador “arruma” o material da forma que lhe é possível, inclusive preocupado tanto com o prejuízo aos materiais como com a problemática da saúde, cobrindo quando percebe que vai chover.

Esse armazenamento em casa, com todos os inconvenientes que se possam antever, vem preocupando a todos, na Cooperativa. Os catadores têm sido vítimas de denúncias e fiscalização. Seus vizinhos, que se sentem ameaçados pela possibilidade de proliferação de baratas, ratos e outros bichos, apresentam denúncias à Vigilância Sanitária. Constantemente, recebem visitas das Equipes de Combate à Dengue, que insistem na orientação para que não armazenem materiais. Eles contam tais fatos, denotando preocupação, mas também indignação sob forma de pergunta: como sobreviver sem esses materiais? Contam, com glória, quando uma visita resulta no consentimento da manutenção do armazenamento, considerado adequado pela fiscalização:

Nós não tem tido problema não, inclusive, graças a Deus, já teve por aqui os agentes de saúde, sobre o combate a dengue, vieram e disseram que está tudo bem, está tudo direitinho: guarda as garrafas com as bocas para baixo, vieram duas vezes e disseram que está tudo ótimo. (Antonio)

A arrumação do material em casa, um problema para a saúde pública, é tomada pelo catador como um aspecto técnico do seu trabalho, que busca equacionar com empenho e certo grau de criatividade.

É possível que os parâmetros de arrumação sejam diferentes de um catador para outro, assim como, em geral, diferem dos da Vigilância Sanitária. Desafio para todos: catadores, cooperativa e poder público. Direcionar esforços para tratar essa questão vai além da mera proibição de armazenamento. Propostas de solução só serão eficientes e eficazes, se contemplarem os aspectos relacionados à saúde, à educação e à geração de trabalho e renda. A mais definitiva, inclusive, passa pela implantação da coleta seletiva no município, cujos materiais coletados pelo grupo (e não mais individualmente), passam a ser transportados imediatamente para locais apropriados, não para suas residências. Mais adiante, relataremos a experiência da COOCASSIS, na implantação da Coleta Seletiva.

4.13 Educação popular e a capacitação na Cooperativa

Importa enquanto eles escrevem, escrevem
Escrevem o que sabem que não sabem
E o que dizem que não devem

Léo Masliah

O espaço de educação popular na Cooperativa surgiu, em 2003, da demanda de alguns cooperados em obterem um diploma.

Muitas transformações ocorreram, desde as primeiras atividades de Educação de Jovens e Adultos – EJAC –, na Cooperativa, em meados de 2003. Inicialmente, os dois

grupos de alunos freqüentavam as aulas no período noturno, na UNESP ou nas instalações da Secretaria da Assistência Social, no Complexo Prudenciana. Os educadores, estagiários da UNESP e uma professora cedida pela Prefeitura, desenvolviam a proposta de letramento, baseada nas contribuições metodológicas de Emília Ferreiro. Freqüentavam os encontros, nesse momento, tanto os catadores que trabalhavam autonomamente, quanto os que o faziam coletivamente, no Parque de Reciclagem da Prefeitura.

O cotidiano de trabalho sempre emergia nesses espaços e os alunos reclamavam constantemente do cansaço, após um dia de árduo trabalho e da distância percorrida entre suas residências e os locais dos encontros. Os educadores percebiam também que a proposta metodológica não era a mais apropriada para aquele grupo. Em um acordo entre as partes, decidiram suspender os encontros, para repensar o projeto para o ano seguinte.

A reflexão produzida pelos educadores e demais membros da Assessoria resultou na realização de uma pesquisa participante, junto aos catadores, de modo a apreender seu cotidiano e subsidiar a implementação do Círculo de Cultura²⁴, um projeto de Educação Popular baseado na perspectiva freireana, dando início a uma educação política na Cooperativa. Cabe ressaltar que esse projeto, por iniciativa de uma de suas educadoras, foi apresentado para concorrer ao Prêmio Instituto Unibanco de Educação de Jovens e Adultos, edição 2006, promovido em parceria com a ONG Educação Solidária, tendo sido premiado, em segundo lugar, na categoria Projetos.

Outras mudanças introduzidas foram o local e o horário para o desenvolvimento do projeto de educação, decorrentes de negociação com o Conselho de Administração, primeiramente, e depois, com o grupo todo. O Círculo de Cultura passou a funcionar no Parque

²⁴ “Os círculos de cultura são precisamente isto: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo” (FREIRE, 1980, p.141).

de Reciclagem, improvisando, na cozinha, uma sala de aulas. O horário, igualmente novo, de duas horas no final da tarde, ocupava uma hora da jornada dos que ali trabalhavam.

O espaço de educação era aberto à participação de todos os cooperados, no entanto, um pequeno grupo o freqüentava. Mesmo tendo sido pactuado o uso de uma parte do tempo de trabalho para a educação, muitos criticavam a decisão, considerando que os que participavam do projeto estavam lá “matando o tempo de serviço”. A polêmica era utilizada como desculpa para aqueles que não tinham se convencido “a voltar para a escola”, como ainda se referiam. Em geral, entendiam que haveria prejuízo ao andamento dos trabalhos da Cooperativa e aos rendimentos do grupo. O pequeno conjunto, em torno de sete cooperados, que participava do Círculo sentia-se incomodado com as acusações (nem sempre explícitas) dos demais companheiros de que estavam “matando” o trabalho e prejudicando o grupo. Entre a compreensão de que o rendimento do grupo, de fato, poderia ser comprometido, e a vontade de se apropriar dos novos conhecimentos que o espaço possibilitava, muitos desistiram da empreitada.

Finalmente, em meados de 2006, a educação dos catadores organizados, em discussão no âmbito do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR –, ganhou novas possibilidades. Compreendiam que o desenvolvimento dos grupos de catadores dependia tanto de melhores condições de trabalho, como infra-estrutura, máquinas e equipamentos (objeto de políticas públicas do Governo Federal), como de capacitação para o trabalho coletivo. A participação dos catadores em espaços de educação contribuiria para a melhoria do desempenho no trabalho e para o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade.

As parcerias estabelecidas pelo MNCR com o Ministério da Educação, a Petrobrás, a Federação Única dos Petroleiros – FUP – e com o Instituto Paulo Freire

concretizaram o novo projeto de Educação Popular, agora uma sala de aula do MOVA - Brasil²⁵. Com as novas mudanças e a força do discurso do Movimento, os dirigentes da Cooperativa praticamente intimaram seus companheiros a irem para a sala de aula. Apesar das resistências, em grande parte decorrentes da aversão à escola baseada no modelo tradicional que conheciam, a maioria dos cooperados do grupo da Coleta Seletiva aderiu ao Projeto.

Em uma sala de aula adaptada pela Prefeitura, a educadora, uma das estagiárias da UNESP, capacitada e contratada pelo Instituto Paulo Freire, passou a realizar os quatro encontros semanais com seus vinte e seis educandos, aproximadamente.

Esses espaços profícuos, de intensa aprendizagem e discussão sobre o real significado do cooperativismo, democracia e autonomia, para muitos foram a oportunidade de ressignificar o binômio escola-educação, fundamental para continuarem no projeto. Muitos passaram a participar entusiasmamente, demonstrando prazer e mesmo contrariedade, quando os encontros, por alguma razão, eram suspensos.

A valorização do espaço de educação levou o grupo a renegociar seu horário de funcionamento, passando do final da tarde, pois alegavam estarem muito cansados, para o começo da manhã, antes de iniciarem as atividades de trabalho. Para tanto, foi necessário reorganizarem o trabalho, o que implicou grande exercício de planejamento e negociação.

A despeito de toda a evolução e valorização do espaço de educação, na Cooperativa, alguns cooperados ainda não o reconhecem. Para estes, ele ainda é considerado uma “matação de serviço”.

Paralelamente à educação popular, a equipe da Assessoria da UNESP, logo no primeiro ano do trabalho com os catadores, principiou a realizar programas de capacitação para o trabalho coletivo. Eles foram construídos a partir de temas e estratégias que propiciassem a

25 Mova Brasil – Movimento de Alfabetização Popular de Jovens e Adultos do Programa Fome Zero, que estabelece parcerias com as três esferas governamentais e com entidades da sociedade civil.

aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de valores e atitudes compatíveis com a economia solidária e o cooperativismo. Procurávamos adotar estratégias participativas, conciliando o lúdico ao processo de aprendizagem.

De tempos em tempos, atentos à entrada de novos cooperados no grupo, formávamos uma nova turma do curso Introdução à Economia Solidária, sob forma de oficinas, de modo bastante participativo, procurando construir conceitos e a história do desenvolvimento do trabalho, com base na história de vida deles. A cada nova turma, junto conosco, estagiários e docentes, os cooperados mais experientes participavam como educadores, cumprindo dupla finalidade: passar conhecimentos, dar testemunho de sua aprendizagem e de seu comprometimento com a Cooperativa, e desenvolver sua capacidade de comunicação.

Os cursos eram realizados na UNESP, o que, para a maioria, era muito atraente. Além do curso, gostavam de explorar os espaços, conhecer nossas salas de trabalho, a biblioteca, os laboratórios, passear no bosque. Eva, uma das cooperadas, encantou-se com o grande mural improvisado na parede, utilizado para a comunicação entre os alunos, no qual se escreve com giz: *"Como a Faculdade deixa escrever nas paredes? [...] Ah, depois lava! Acho que também vou deixar meus filhos usarem uma na minha casa. Eles adoram escrever em tudo que é lugar..."*. Frequentar aquele espaço era pouco comum, como revela Claudineis, tempos depois: *"A gente pensava que a universidade fosse para só formar os doutores, que ficasse ali naquele mundinho fechado. Que pobre nunca entrasse lá dentro..."*

A cada situação, íamos construindo programas que viabilizassem a apropriação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências compatíveis com o desenvolvimento da Cooperativa. Trabalhamos com oficinas de Planejamento Estratégico na Cooperativa, Capacitação para Planejamento e Coordenação na Cooperativa, Capacitação para a Coleta Seletiva Solidária, entre outros.

Entendíamos que o processo de aprendizagem do grupo deveria ocorrer nos diferentes espaços, formais ou informais. Nesse sentido, o propósito pedagógico permeava nossos encontros tanto em sala de aulas, como fora delas, em reuniões ou à beira de uma prensa, procurando provocar a capacidade reflexiva daqueles trabalhadores.

Não foram raras as ocasiões nas quais cooperados se dispuseram a escrever suas impressões e emoções, como esta poesia de Clóvis, que era considerado “meio filósofo” por alguns companheiros:

Oi, eu de novo!

*Os versos que estou fazendo
Homenageando vocês
É verdade estou dizendo
Eu sou honesto, cortez*

*Vivia triste, chateado
Mas agora sou feliz
Pois consegui aliados
Ao entrar na COOCASSIS*

*Dos encontros vou falar
Há neles só alegria
E quem não pode faltar
A musa Ana Maria*

*Nossos agradecimentos
Aos estudantes também
Os mesmos nestes momentos
Apóiam como ninguém*

*Juntos em nossas reuniões
Aprendemos sempre mais
Digo sem medo, as razões
São verdadeiras, reais*

*Entre tantas brincadeiras
Há algo que nos afeta
Vamos vencendo as barreiras
E eu, virando poeta.*

4.14 Nova face da Cooperativa: turbulência e aprendizagem

Um ideal triunfante
Há sonhos que nascem dos desafios
É nos cascalhos do rio
Que a gente encontra o brilhante
Ataulpho Alves/Aldo Cabral

Grandes mudanças ocorreram na Cooperativa, especialmente a partir do convênio firmado com a Prefeitura, que resultou em novas atividades, organização do trabalho e composição do grupo de cooperados. Tais situações levaram ao desenvolvimento de amplo processo de capacitação dos cooperados e à adoção de estratégias de planejamento e re-planejamento do cotidiano de trabalho.

A primeira face da Cooperativa poderia ser referida como a do trabalho autônomo, desde o início de suas atividades, em setembro de 2001, estendendo-se até o período de sua constituição legal, eleição e posse de sua primeira gestão, em abril de 2003. Caracterizou-se pelo trabalho autônomo dos catadores, os quais apenas comercializavam juntos seus materiais, os quais eram preparados pelo grupo de cooperados que trabalhava internamente no Barracão. O rendimento dos catadores resultava da quantidade e do tipo de materiais entregues na Cooperativa. O espírito coletivo que se pretendia construir encontrava na ação individual de coleta um obstáculo, e no espaço de reuniões sistemáticas, um incentivo. A articulação dos limites e potencialidades, ainda assim, possibilitou avançar na organização dos catadores, da qual participaram, em média, cinquenta deles, que puderam livrar-se da comercialização com os “atravessadores”, melhorar sua renda e obter reconhecimento da comunidade.

A segunda face, conhecida como a do primeiro convênio com a Prefeitura, compreendeu o período de agosto de 2003 a dezembro de 2004. Todavia, entre a primeira e a

segunda, por noventa dias, a primeira Gestão da Cooperativa e seus cooperados, com o apoio da Assessoria da UNESP, procuram conciliar com as questões cotidianas, responder às demandas mais imediatas, de maneira a finalizar os estudos que iriam subsidiar o convênio com a Prefeitura.

O começo das atividades no Parque de Reciclagem, triagem do lixo urbano na esteira do lixo, enfardamento para a posterior comercialização, juntamente com os materiais dos catadores autônomos, foi bastante difícil.

Ainda que as pessoas do grupo que compôs essa frente de trabalho tivessem se encontrado muitas vezes, para discutir sua formação, não era possível que, de imediato, assumissem um espírito de grupo. Naquele momento, eles não eram mais que um agrupamento de pessoas. Como o número de catadores que aceitou participar desse grupo foi menor que o necessário, a Cooperativa incluiu, em seu quadro de associados, familiares de catadores que contribuíam com o trabalho de catação, e ex-funcionários da Prefeitura, que haviam trabalhado no Parque de Reciclagem. Além dessa importante questão do entrosamento do grupo, faltava, à maioria, familiaridade e conhecimentos técnicos para desenvolver de forma produtiva as atividades.

A convivência diária do grupo, sua heterogeneidade e o trabalho coletivo implicaram muitas mudanças para os envolvidos e muitos desafios para a Cooperativa, que viveu seu período de gestão de grande turbulência.

Outro aspecto do cotidiano de trabalho no Parque que trouxe grandes dificuldades foi a relação com o grupo de servidores municipais com os quais dividiam as tarefas. Eram problemas de relacionamento interpessoal, desencadeados pelos diferentes interesses que estavam em jogo: grande parte dos os servidores entendia que estavam lá para trabalhar para os catadores, o que, embora não fosse verdade, os contrariava demasiadamente. Os coordenadores da equipe da Prefeitura, freqüentemente, reclamavam dos serviços do pessoal

da Cooperativa, do mau uso dos equipamentos de proteção individual, enfim, sempre apontavam senões. Os cooperados queixavam-se do pouco esforço empreendido por muitos daqueles para garantirem a rentabilidade desejada pela Cooperativa. Por sua vez, o grupo da Cooperativa avaliava que a equipe da Prefeitura, responsável pela coordenação do Parque, não permitia que seus associados ocupassem pontos estratégicos ao andamento das atividades.

Paralelamente a essas dificuldades, conviviam com as condições precárias das máquinas e equipamentos do Parque, cujo estado de conservação e manutenção deixavam a desejar. As freqüentes avarias provocavam a paralisação dos trabalhos e, conseqüentemente, o comprometimento dos resultados financeiros auferidos pela Cooperativa, ao final do mês.

Em busca de melhores rendimentos, diversas alternativas de organização do trabalho foram postas em prática, tais como separar servidores e catadores em grupos distintos, trabalhar em dois turnos. Muitas reuniões aconteceram entre representantes da Prefeitura, da Cooperativa e da Assessoria da UNESP, procurando alternativas para superar as situações enfrentadas, inclusive a falta de recursos financeiros para a manutenção das instalações, máquinas e equipamentos. Em diversas situações, foi necessária a presença do Prefeito, em reuniões para discutirmos o cumprimento do convênio. Mesmo que ele demonstrasse boa vontade, poucas situações foram alteradas de forma efetiva.

Para a gestão da Cooperativa, os problemas eram maiores, pois, concomitantemente, as duas frentes de trabalho – a dos catadores autônomos e a do grupo do Parque – desenvolviam suas atividades. Embora, algumas vezes, os trabalhos de ambas pudessem ser complementares, não foi possível evitar os conflitos. Disputavam a atenção do Conselho de Administração e da Assessoria e discutiam qual atividade era a mais valorizada, na Cooperativa: a da frente de trabalho que fundou a Cooperativa ou a do grupo que modificou a forma de trabalho dos catadores, participando da gestão de resíduos sólidos?

Muita aprendizagem foi efetivada, nesse contexto. As reuniões do grupo do Parque, que ocorriam fora daquele espaço, no período noturno, contavam com a presença da grande maioria dos cooperados. Elas sempre tiveram caráter pedagógico, eram encontros privilegiados para construir a compreensão da realidade e buscarem soluções. Os assuntos eram muito variados, das fofocas ao papel que desempenham enquanto parceiros do Poder Público. As questões técnicas e de organização e de relações democráticas do trabalho foram, aos poucos, sendo apropriadas por eles e ganhando nova dimensão. Criaram a figura dos coordenadores e constituíram muitos grupos de trabalho, visando a colaborar para a gestão do trabalho e a prática democrática, como o grupo para elaboração do Regimento Interno, o grupo de avaliação de desempenho e o de organização do “garimpo”. Percurso marcado por muitas idas e vindas, avanços e retrocessos.

Em março de 2004, ao final da primeira gestão da Cooperativa, cujo mandato fora de apenas um ano, conforme previa seu Estatuto, foi eleita a nova gestão, cuja composição procurou contemplar catadores representantes das duas frentes de trabalho e do Barracão, o que demandou muita articulação entre os pares. A experiência desse grupo do Conselho de Administração viabilizou a adesão de um deles, catador autônomo, ao grupo do Parque, mas também a solicitação de afastamento de outro, que alegou ser muito complicado o trabalho coletivo. O presidente eleito, que trabalhava com o grupo do Barracão, passou a acompanhar mais de perto as atividades do grupo do Parque, com o objetivo de cooperar para o bom andamento das atividades, agilizando os trabalhos.

O novo Conselho avaliou que poderia assumir diversas atividades que até então eram realizadas em conjunto com a equipe da Assessoria da UNESP. Decidimos, conjuntamente, que a Assessoria aguardaria solicitação do Conselho, quando este se deparasse com situações novas, as quais seus membros não se sentissem seguros para enfrentar. Entre

aquelas atividades, podemos citar o acompanhamento da parte administrativa e financeira, para as quais, também, contavam com o apoio técnico de um escritório de contabilidade.

No segundo semestre, Jéferson, presidente da Cooperativa, afastou-se, por noventa dias, de suas atividades da Cooperativa, para concorrer, nas eleições de 2004, a uma vaga de vereador, o que lhe comprometeu o propósito de participar do cotidiano do Parque. Cabe ressaltar que esse afastamento serviu para que os demais membros do Conselho se fortalecessem, revelando novas lideranças.

Entre as experiências interessantes que a Cooperativa teve, nesse período, a coletiva seletiva, em parceria com a comunidade, foi a mais significativa. A convite de um educador ambiental, a Cooperativa, por meio de um grupo de catadores autônomos, implantou a coleta seletiva em um pequeno bairro residencial e em outros dois bairros rurais. Em seguida, a convite da Escola Estadual Pedro D'Arcádia Neto, implantou coleta seletiva na escola e em seu entorno. A outra experiência com coleta seletiva foi desenvolvida junto à Comunidade da Paróquia da Santa Cecília, por proposta apresentada por seus coordenadores. Essas iniciativas, com todas as dificuldades que sua operacionalização possa ter enfrentado, deu à Cooperativa a oportunidade de se apropriar de conhecimentos técnicos e de constatar suas possibilidades de avançar com o trabalho dos catadores, superando a coleta individual e as atividades de contato direto com o lixo. Outra experiência importante foi ter promovido o debate com os candidatos a Prefeito, conforme relatado.

Essa Gestão da Cooperativa, sob pressão dos catadores autônomos, quanto à forma de remunerá-los pelos seus materiais somente após sua comercialização, decidiu alterar o procedimento, passando a efetuar os pagamentos, independentemente de sua comercialização. Essa decisão encontrou respaldo financeiro na reserva que a Cooperativa possuía, fruto da comercialização de todo o material reciclável acumulado no Parque, doado pela Prefeitura, por ocasião da assinatura do convênio. A nova sistemática trouxe grande benefício aos catadores

autônomos, todavia, com os preços dos recicláveis em queda e a falta de um acompanhamento mais rigoroso, comprometeu financeiramente a Cooperativa.

No final da Gestão Municipal, em 2004, a Cooperativa vinha atravessando um período de muitas dificuldades, convivendo com a temporada de chuvas, que causa transtornos à operação, mas, sobretudo, pela paralisação das comercializações dos recicláveis, próprias de final de ano, nesse setor. Ainda assim, garantia as retiradas fixas do grupo do Parque e o recolhimento da Previdência Social.

As condições físicas do Parque de Reciclagem eram muito ruins. Pelo lado da Cooperativa, o acúmulo de materiais enfardados, aguardando comercialização, e da parte da Prefeitura, o acúmulo de resíduos para serem trabalhados e transformados em composto orgânico.

A pedido do Conselho de Administração, voltamos ao acompanhamento mais próximo das atividades da Cooperativa e propusemos a constituição de um grupo de trabalho para a realização do Planejamento Estratégico da Cooperativa, identificando cenários futuros e alternativas possíveis de ação. Essa iniciativa encorajou muitos cooperados a enfrentar as situações adversas.

4.15 Virando a página: Coleta Seletiva Solidária à vista

Sem pedir licença
Muda nossa vida e depois convida
A rir ou chorar
Nessa estrada não nos cabe
Conhecer ou ver o que virá
O fim dela ninguém sabe
Bem ao certo o que onde vai dar...
Maurício Fabrício/Guido Morra

Com a mudança na gestão municipal, em janeiro de 2005, e em decorrência das dificuldades encontradas pela gestão anterior em garantir o desenvolvimento das atividades no Parque de Reciclagem, que necessitava de reformas urgentes, o Convênio foi suspenso por alguns meses.

As negociações com o novo Prefeito e seus assessores, entre os quais se encontrava a ex-secretária da Assistência Social, Nilza Ferreira da Silva, que reconhecia o trabalho da Cooperativa, permitiram que, antes de paralisar as atividades do Parque para reforma, por sessenta dias aproximadamente, fossem passados alguns caminhões de lixo na esteira, garantindo as comercializações e pequenas retiradas ao grupo do Parque. Entre março de 2005 e junho de 2006, a esteira esteve parada para reformas.

Sem condições para trabalhar no Parque e sem dinheiro para garantir as retiradas dos cooperados, muitos voltaram a coletar recicláveis na rua, outros passaram a fazer “bicos”, alguns foram incorporados ao grupo do Barracão e outra parte ficou parada. A realização de uma reunião com todos esses cooperados possibilitou acompanhar cada caso e utilizar os últimos recursos disponíveis da Cooperativa para efetuar o pagamento de uma “retirada simbólica”, como se referiram na ocasião, de setenta reais, aos cooperados que se encontravam em condições mais precárias.

Contudo, algo de muito bom aconteceu à Cooperativa, nesse período: a chegada do caminhão doado pela Fundação Banco do Brasil, para transportar materiais recicláveis dos grupos da micro-região de Assis, a serem processados e comercializados em rede. Os catadores organizados manifestaram seus agradecimentos publicamente, em frente à Agência local do Banco do Brasil. Essa conquista sinalizava os primeiros resultados das articulações do Movimento Nacional de Catadores, junto ao Governo Federal, as quais resultaram no compromisso deste com a categoria. O projeto para a solicitação do caminhão havia sido elaborado em 2004, pela COOCASSIS, juntamente com a equipe da Assessoria da UNESP.

Ainda assim, acompanhar o grupo, nesse momento, foi muito angustiante para todos nós da Assessoria, mesmo que estivéssemos construindo uma grande estratégia: o projeto de implantação da Coleta Seletiva Solidária, a ser apresentado ao Poder Público. Foram meses de muita tensão, pois não tínhamos certeza de que a Prefeitura aceitaria a proposta. Ao contrário, estavam sendo realizados estudos, inclusive para terceirizar toda a gestão dos resíduos sólidos e, nesse caso, os cooperados passariam a ser empregados da empresa.

O grupo de trabalho constituído para elaborarmos juntos o Projeto trabalhou com toda a energia e sabedoria. Tínhamos confiança em sua competência, mas eram muitos detalhes a serem contemplados: a estratégia a ser adotada para a coleta domiciliar, a definição e a organização dos setores a serem abrangidos, a relação de equipamentos, máquinas e veículos necessários ao desenvolvimento das atividades, os cálculos dos valores do repasse financeiro a ser efetuado pela Prefeitura e outras despesas, além da formação e capacitação do grupo para a Coleta Seletiva.

O Projeto entregue ao Poder Público foi apreciado por um consultor, especialista em resíduos sólidos, que vinha assessorando a Prefeitura, o qual destacou seu mérito, sugerindo que fosse efetuado o convênio.

A capacitação do grupo para a Coleta Seletiva foi realizada na e pela equipe da UNESP, juntamente com algumas lideranças da Cooperativa. Durante uma semana, o grupo permaneceu junto, em atividades didáticas que incluíram vários temas, começando pela questão ambiental, abordagem aos moradores, estratégia de trabalho, saúde e segurança e Regimento Interno da Cooperativa. Essa atividade cumpriu também a função de estreitar a relação entre os componentes do grupo, o qual contava com a participação de alguns catadores autônomos.

O projeto gráfico dos panfletos e dos uniformes foi desenvolvido em parceria com a Agência de Publicidade da Fundação para o Ensino Municipal de Assis – FEMA, envolvendo alunos, docentes e catadores.

Em junho de 2005, o novo convênio foi assinado, em uma solenidade de lançamento oficial do Programa de Coleta Seletiva Solidária, em que estiveram presentes várias autoridades, entre as quais Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Bispo Diocesano, Diretor da UNESP, imprensa escrita, falada e televisiva, de todos os catadores que comporiam o grupo e nossa, da Assessoria da UNESP. O Programa tinha como *slogan*: “Jogando limpo com o seu futuro”, e a Cooperativa adotou o lema: “Tirando a cidadania do papel”.

A terceira face da COOCASSIS estava em curso com a implantação da Coleta Seletiva Solidária em 60% dos domicílios, a partir do segundo convênio firmado com a Prefeitura. Nesse período, que se estendeu até dezembro de 2006, o trabalho dessa frente da Cooperativa constituiu-se na coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis, sem contato direto com o lixo. Como descreve Claudineis: *“Material bonito, tudo limpinho. Dava até gosto de olhar”*.

Conforme previsto no convênio, nos três primeiros meses, a Cooperativa recebeu repasse da Prefeitura, para garantir as retiradas dos quarenta cooperados envolvidos, diretamente, com a Coleta Seletiva, equivalente ao valor do salário mínimo e ao pagamento da Previdência Social.

A Cooperativa pôde constatar que o complexo trabalho de coleta seletiva de porta em porta depende de amplo apoio logístico da Prefeitura e de efetiva campanha educativa, que promova mudanças de hábito da população. E, ainda, requer uma prática de gerenciamento que conjugue os aspectos administrativo, pessoal e contábil-financeiro.

Com a esteira do Parque em reforma, até junho de 2006, portanto, pelo período de um ano, todo o trabalho de triagem dos recicláveis era realizado em bancadas, o que exigia mais tempo e contribuía para o acúmulo de materiais a serem triados. A Campanha Educativa para a sensibilização dos moradores, que deveria ser realizada pela Prefeitura, não ocorreu, tornando a tarefa de retirar os recicláveis, de porta em porta, mais demorada do que se previra.

Nesse início de convênio, foi necessário muito empenho de ambas as partes, inclusive da Assessoria da UNESP, para acertarem “os ponteiros”, como costumavam dizer. A equipe da Prefeitura, que se mostrava comprometida com o programa, queria ver os resultados do trabalho, mas tinha a expectativa de que o ambiente estivesse muito organizado e limpo, o que nem sempre era possível. A Cooperativa aguardava ansiosamente a entrega de todas as instalações do Parque, em reforma, cujo cronograma foi diversas vezes adiado. As negociações culminaram na elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta, definindo, claramente, as responsabilidades das partes.

Após o período de repasse da Prefeitura, o rendimento do grupo caiu, ficando abaixo do valor do salário mínimo, comprometendo, inclusive, o recolhimento da Contribuição Previdenciária, o que contrariou as expectativas e implicou a saída de diversos associados. Outro fator definitivo para a saída de alguns cooperados, sobretudo daqueles que eram catadores autônomos, decorreu das dificuldades que encontraram para organizar a vida, trabalhando em horários fixos, mas, também, para se adaptarem ao trabalho coletivo, como disse Clemente: *“Aqui é duro, todo mundo quer mandar...”*.

Algumas vezes, a Cooperativa enfrentou problemas com um ou outro desses ex-cooperados, que passaram a recolher os recicláveis da Coleta Seletiva antes de os cooperados passarem nas residências. Não foi simples equacionar essa situação, pois aqueles alegavam que os materiais não tinham dono, eram de quem pegasse primeiro. O grupo da Cooperativa achava desonesto, porque naquele dia, naquele bairro, os materiais eram dispostos pelos moradores para a Coleta Seletiva. Entendiam que os demais catadores deveriam pegar materiais em dias diferentes.

Nesse segundo semestre de 2005, a situação administrativa e financeira da Cooperativa não era boa. O Conselho de Administração se via sobrecarregado, estava com muito poder concentrado, de modo que o afastamento gradativo do Diretor Presidente, por problemas pessoais, agravou a situação.

Todavia, existiam energias armazenadas e o grupo aceitou o convite do Instituto Padre Beline e, no final do ano, formou um coral. Em pouquíssimo tempo, para alegria e surpresa deles todos e da própria maestrina (e nossa também), o grupo teve condições de fazer belíssimas apresentações pela cidade. Não faltaram elogios e aplausos.

Nesse clima, solicitaram-nos apoio para confeccionarem cartões de Boas Festas para entregarem aos moradores. Organizaram-se para as entregas e também para a retirada dos brindes e sua divisão entre todos. Foi um gesto muito expressivo da solidariedade entre eles, dividindo igualmente os objetos ganhos, contemplando também os companheiros que não trabalham em contato direto com a população.

De forma semelhante, não faltaram forças para lutarmos por dias melhores e, novamente, Cooperativa e Assessoria, juntos, elaboramos um grande projeto para obtenção de recursos para aquisição da máquina para picotar plástico, máquina para fragmentar papéis e equipamentos. O projeto, encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Em meados de 2006, foi possível à Cooperativa contar com esses

benefícios: carrinhos para transportar carga, elevador de carga, carrinhos para Coleta Seletiva e a máquina para fragmentar papéis. A máquina para trabalhar com plásticos, já adquirida, aguarda instalações elétricas próprias, a serem efetuadas pela Prefeitura, para começar a funcionar. O uso desses equipamentos e máquina melhorou muito as condições de trabalho e de produtividade da Cooperativa. A possibilidade de fragmentar quatrocentos quilos de papel por hora foi determinante para que as doações de papéis, por órgãos públicos e bancos, aumentassem.

A nova Gestão, eleita em janeiro de 2006, assumiu disposta a retomar os rumos da Cooperativa, realizando várias reuniões, com o apoio da Assessoria da UNESP, a fim de que as decisões fossem tomadas. O Plano de Gestão apresentado por ocasião da eleição era promissor, no entanto, requeria muitos esforços. A primeira decisão foi transferir todas as atividades da Cooperativa para o Parque de Reciclagem, com autorização da Prefeitura, de maneira que todo o material de catadores autônomos passou a ser processado junto, economizando as despesas com o funcionamento do Barracão. Cuidadosamente, obtiveram o compromisso de Dom Maurício de que o Barracão não teria outra utilização, já que, se necessário fosse, a Cooperativa poderia voltar suas atividades para lá. Somente as reuniões quinzenais com o grupo dos catadores autônomos continuaram a ocorrer naquele espaço.

Outra importante iniciativa foi livrarem-se dos “atravessadores”, vendendo, diretamente para as indústrias, vários materiais, tais como: papelão, *tetra pak* e pet. Até então, aqueles compradores faziam a Cooperativa acreditar que esta nunca conseguiria negociar com as indústrias, pois havia requisitos de qualidade e constância no fornecimento, os quais, dificilmente, conseguiria cumprir. Com essa decisão, ao desmistificar essa “incapacidade” da Cooperativa, foi possível, com a valorização dos materiais, ganharem novo fôlego, tanto financeiramente, quanto em autoconfiança.

Compromissados em constituir uma gestão mais democrática, reativaram a Comissão de Vendas, composta por representantes dos Conselhos (Administração e Fiscal) e outros cooperados e passaram a dar mais autonomia aos coordenadores.

Em junho de 2006, a COOCASSIS foi sede da 14ª Reunião do Comitê Regional de Catadores, recebendo catadores e representantes de apoiadores e do Poder Público de vários municípios. Na solenidade de abertura, o Prefeito e seus assessores entregaram à Cooperativa as instalações do Parque e a esteira reformada.

No segundo semestre de 2006, a Cooperativa trabalhou, no Parque de Reciclagem, apenas com os materiais recicláveis; o lixo da cidade era encaminhado diretamente para o aterro. Entretanto, acolhendo determinação da CETESB, a partir de 2007, a Prefeitura terá que voltar a passar todo o lixo urbano na esteira para triagem dos recicláveis e, para tanto, já iniciou a discussão com a Cooperativa para a renovação do convênio, incluindo essa operação.

A Cooperativa já se encontrava com sua situação mais estável, havia ampliado seu quadro, seus cooperados estavam mais confiantes e animados com a remuneração melhor e com a sua repercussão junto à comunidade, à imprensa e a outros municípios. Novas parcerias foram estabelecidas com o comércio, com escolas, inclusive convênio com supermercados para retirada dos recicláveis. A instalação da sala de aula do MOVA, conforme relatado, também influenciou positivamente essa recuperação.

Em relação aos catadores autônomos, um pequeno grupo de, aproximadamente, quinze, continuou a participar da Cooperativa. Ainda assim, Cooperativa e Assessoria, em 2006, realizaram o II Encontro Municipal de Catadores, para esclarecê-los e aproximá-los da COOCASSIS. Por sugestão dos cooperados autônomos, incluímos na programação do evento atrações musicais e lanche. Muitos compareceram, no entanto, poucos aderiram, temporariamente, à Cooperativa. Entretanto, os cooperados (e muitos de nós da

assessoria, também) não desistem de convidar catadores para participarem do projeto, pois têm certeza de que a vida melhora.

No final do ano, enchemo-nos de esperança, ao sabermos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES –, de acordo com o compromisso do Governo Federal com a categoria dos catadores, abriria um edital exclusivo para cooperativas. Encerramos nossas atividades, “projetando” a instalação de um centro próprio da COOCASSIS que pudesse trabalhar com os materiais dos catadores de Assis e da Região, não apenas comercializando-os, mas transformando-os.

No Relatório de Gestão de 2006, o Conselho de Administração justificava os pontos que não haviam sido cumpridos, em relação ao Plano, todavia apresentava diversas realizações e investimentos que poderiam, inclusive, melhorar a vida de todos, em médio prazo.

Estava claro que essa gestão vinha conquistando a merecida confiança dos demais cooperados. O leque de relações com as instituições havia sido ampliado, relações consideradas muito promissoras e de nossa parte, da universidade, vínhamos nos desdobrando para que a Cooperativa viabilizasse seus projetos.

Encerramos nosso trabalho de campo desta pesquisa, desenvolvida junto a esses trabalhadores que lutam coletivamente, em dezembro de 2006, com o doce sabor da esperança (quase certeza) de que dias melhores virão!

[...] E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.

J.Dorion / M. Leigh
Versão Chico Buarque e Ruy Guerra
(Sonho Impossível)

Grupo de discussão sobre desemprego - 2001

Primeiras reuniões com catadores - 2001

Visita ao Barracão da Cáritas Diocesana - 2001

Primeiras reuniões no Barracão - 2001

Catador convidado

Primeiras reuniões no Barracão - 2001

Catadores convidados

Atividades no Barracão - 2001

Catadores entregam materiais recicláveis no Barracão - 2001

Reunião no Barracão - 2001

Carregamento de caminhão no Barracão - 2002

I Encontro Municipal de Catadores de Materiais Recicláveis – 2002

Armazenamento de materiais recicláveis em quintal de catador – 2003

Armazenamento de materiais recicláveis em quintal de catador - 2004

Encontro Preparatório do I Congresso Latino Americano – São Paulo – 2002

Saída para o I Congresso Latino Americano – 2003

Saída para o Encontro Preparatório do I Congresso Latino Americano – 2002

I Congresso Latino Americano – Caxias do Sul-RS – 2003

Primeiro caminhão da Cooperativa – 2002

Elaboração de Planilhas da Cooperativa
Assessoria UNESP – 2003

Reunião no Barracão
Apresentação Planilhas Cooperativa – 2003

Apresentação de Planilhas da Cooperativa - 2004

Reunião no Barracão da Cooperativa – 2002

I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Sudoeste Paulista - UNESP Assis - 2003

Desfile Aniversário da Cidade – 2004

Desfile Aniversário da Cidade – 2003

Grupo de Trabalho - Elaboração do Estatuto da Cooperativa - 2002

Reunião para Discussão do Estatuto da Cooperativa - 2003

Assembléia de Constituição da Cooperativa - 2003

Assembléia de Constituição da Cooperativa - 2003

Assinatura de Convênio com a Prefeitura Municipal de Assis - 2003

Triagem de recicláveis na Esteira de Lixo - Parque de Reciclagem - 2004

Intervalo para café - Parque de Reciclagem - 2004

Reunião na Cooperativa
Separação de Materiais - 2004

Reunião Conselho de Administração e
Assessoria UNESP - 2004

Reunião na Cooperativa
Entrega de Crachá - 2004

Reunião na Cooperativa - Entrega de Crachá - 2004

Festa da Cooperativa - 2002

Festa da Cooperativa - 2002

Festa da Cooperativa - 2002

Festa na Cooperativa - 2005

Festa na Cooperativa - 2003

Caminhão doado pela Fundação Banco do Brasil - 2005

Elevador de cargas - 2006

Carrinho para a Coleta Seletiva
projetado pela COOCASSIS - 2006

Fragmentadora de papel - 2006

Carrinho para transporte de cargas - 2006

Atividades no Parque de Reciclagem - 2006

Atividade no Parque de Reciclagem - 2006

Atividade no Parque de Reciclagem - 2006

Atividade no Parque de Reciclagem - 2005

Atividade no Parque de Reciclagem - 2006

Grupo de Trabalho
Replanejamento da Coleta Seletiva - 2006

Atividade no Parque de Reciclagem - 2006

Atividade no Parque de Reciclagem - 2006

Assembléia Ordinária Prestação Contas
e Eleição Conselhos - 2004

Grupo de Trabalho
Planejamento Estratégico - 2004

Reuniões no Parque de Reciclagem - 2006

Reunião no Parque de Reciclagem - 2006

Reunião no Parque de Reciclagem – 2006

Reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal - 2006

Reuniões no Parque de Reciclagem - 2006

Capacitação na UNESP - 2004

Círculo de Cultura na Cooperativa - 2006

Coral da COOCASSIS - 2005

Educação Popular na Cooperativa - 2006

Reunião com lideranças do MNCR - UNESP Assis

XIV Reunião do Comitê Regional de Catadores - Assis - 2006

Reunião do Comitê Regional de Catadores - Ourinhos - 2006

Assinatura Convênio de Coleta Seletiva - 2005

Capacitação para Coleta Seletiva Solidária - 2005

Capacitação para Coleta Seletiva Solidária - 2005

Capacitação para Coleta Seletiva Solidária - 2005

Planejamento Coleta Seletiva Solidária - 2005

Abordagem Coleta Seletiva Solidária - 2005

Grupo Coleta Seletiva Solidária - 2005

Coleta Seletiva Solidária - 2005

Coleta Seletiva Solidária - 2005

Triagem recicláveis na bancada

Triagem recicláveis na esteira

6 COOCASSIS: trabalho, sociabilidade e aprendizado político

Em seu desenvolvimento a Cooperativa, como procuramos caracterizar, exibiu faces bastante distintas, nas quais seu cotidiano foi bastante alterado: novas atividades, outro local e local de trabalho, grupos de trabalho distintos e relações com várias instituições. A mudança de uma face a outra carregava consigo a experiência acumulada por seus cooperados e era impulsionada pela determinação e coragem demonstrados por muitos deles.

Entendíamos que essa condição do grupo sinalizava a presença da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de uma capacidade reflexiva, do reconhecimento do projeto que desenvolvíamos (Cooperativa, assessoria e parceiros) e, principalmente, do aumento da auto-confiança. Os desafios passaram a ser encarados como oportunidade de aprendizagem e as conquistas, confirmavam que era possível melhorar a vida.

Escolher aspectos desse cotidiano que nos permitissem discutir seus desdobramentos na consciência desses cooperados, não tarefa simples. Procuramos adotar o propósito de Malinowski (1986), recolhendo para cada fenômeno que julgávamos mais relevantes, um conjunto de suas manifestações concretas. Nesse sentido, nossa opção recaiu sobre algumas temáticas presentes no cotidiano, as quais, ainda que preservassem sua particularidade, expressassem o todo complexo que a Cooperativa é, são elas: “Espaço de trabalho e de sociabilidade”, “Os sentidos da produção e os rendimentos dos cooperados” e “Relações com instituições: exercício político e aprendizagem”.

É na trama desse cotidiano, em seu contínuo processo de mudanças que os cooperados vão se envolvendo com as mais variadas situações e estabelecendo uma rede de relações internas e externas à Cooperativa. Com essa vivência, passam a se apropriar da realidade de modo mais crítico, nela intervindo e alterando suas condições de vida material e de sujeito. Mudanças que muitos apreendem, reconhecendo que participar da Cooperativa contribuiu para re-significarem crenças e valores e alterarem atitudes.

6.1 Espaço de trabalho e de sociabilidade

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos [...]
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto

O cooperativismo popular, como vimos no capítulo I, tem sido uma alternativa de geração de trabalho e renda para uma significativa parcela de trabalhadores que viram seus empregos serem reduzidos com as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Entretanto, temos que considerar que, antes mesmo dessa alternativa, uma parte considerável desses trabalhadores não estava “parada”, sem trabalho e renda, por mais insatisfatória que fosse, pois, de uma forma ou de outra, precisavam encontrar alternativas para prover seu sustento e de seus familiares, como argumenta Singer (1998, p. 31): “Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar ‘desempregados’”. Quando encontram dificuldades para continuar garantindo sua sobrevivência com determinada atividade, tratam logo de mudar de atividade ou de lugar.

A ocupação de catador de materiais recicláveis é uma dessas alternativas exercidas por alguns trabalhadores desempregados, por aposentados e por donas de casa, que cumpre a função de prover a renda, em geral, temporariamente, ou de complementar a renda familiar e, historicamente, esta tem sido uma atividade informal. Nesse texto pretendemos discutir como a organização de parte desses trabalhadores para desenvolverem suas atividades coletivamente, na Cooperativa altera o significado desse trabalho e seu caráter temporário. A longa permanência de alguns deles, na Cooperativa, aproximadamente vinte, pode ser indicativa dessas alterações.

Não obstante, para os que já eram catadores, participar da Cooperativa contribuiu para melhorarem, significativamente, suas condições de vida, uma vez que, além de garantir renda igual e pagamento da Previdência Social para todos, a grande maioria não mais

armazena materiais em suas casas. Coletivamente organizados, esse grupo de catadores, desempregados e aposentados, também dispõe de máquinas, equipamentos e veículos para desenvolver suas atividades, tendo acesso aos equipamentos de proteção individuais e uniformes, o que significa melhores condições de trabalho. Seus rendimentos, ainda que sujeitos a oscilações, conforme discutiremos adiante, vêm crescendo e têm possibilitado inclusive o recolhimento da contribuição previdenciária. A Cooperativa, enquanto espaço fixo e permanente de trabalho, possibilitou um novo enquadramento para o fazer ocupacional dos catadores que trabalhavam individualmente, ao delimitar horários de trabalho e sistematizar modos de fazer, como é possível apreender das experiências de Rubens, que passou da condição de desempregado a catador autônomo e, finalmente, a membro do grupo que trabalha coletivamente, na Cooperativa:

Eu fiquei... bastante tempo sem serviço, sem achar... Vai passando, é difícil achar. Aí, eu encontrei um rapaz conhecido... aí falou assim pra mim: "Por que você não vai lá no barracão da Cooperativa?" [...] Eu catava na rua com a bicicleta, que eu não tinha carrinho, depois que fiz o carrinho grandão, que eu catava todo dia até meia-noite, uma hora da manhã... catando na rua.

[...] aqui na Usina (Cooperativa), tudo bonitinho, tá rendendo o meu serviço, pauleira... A minha parte eu faço, agora, a minha prensa não pára, se tá parada a minha prensa, acabou o meu serviço... largo para almoçar...

Ter atividade fixa, estar em um espaço de trabalho permanente e pertencer a um mesmo grupo constitui-se em uma nova experiência para aqueles trabalhadores acostumados aos trabalhos temporários ou aos "bicos". A trajetória de muitos cooperados revela a variedade e o caráter temporário de suas atividades anteriores:

Eu já fiz de tudo um pouco nesta vida, desde catar material na rua, trabalhar de servente, de tudo um pouco... Trabalhei em circo, trabalhei em parque, já fui padeiro, quase um ano mais ou menos, e de empregado doméstico eu trabalhei também, ajeitava uma casa igual a uma mulher, bem limpinha. (Valmir, atual membro do Conselho Fiscal).

[...] antes de conhecer a Cooperativa, eu cortei cana, em 93, trabalhei na roça, depois trabalhei na Prefeitura Municipal, na varreção de rua, fiquei trabalhando... um ano eu entrava, ficava um ano parado, no outro ano eu entrava, no outro ano eu ficava parado, era contrato de 9 meses. Aí depois,

logo surgiu a Cooperativa... (Galdino, atual membro do Conselho de Administração).

[...] me casei com 14 anos e fui trabalhar na Prefeitura [...] aí, depois venceu meu contrato, comecei a trabalhar de doméstica também. Aí depois entrei de novo na Prefeitura, aí fiquei sabendo da Cooperativa, comecei a trabalhar na Cooperativa... (Solange).

6.1.1 Trabalho e reconhecimento

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade [...]

Renato Russo

Por meio do trabalho que desenvolvem na Cooperativa e da visibilidade que esta alcançou, junto à comunidade, esses trabalhadores passaram a ser mais respeitados, valorizados e reconhecidos por realizarem um importante serviço à comunidade. Solange comenta, orgulhosamente: “[...] *antigamente a gente não era reconhecido, hoje, por causa do jaleco (uniforme da Cooperativa), a gente é reconhecido em qualquer lugar; estando com o jaleco, a turma pergunta: “Ah, você é da Cooperativa?”*”. Reconhecido ou conhecido são sinônimos nesse relato, porque o valor está em ser identificado como pertencente à Cooperativa, cuja imagem positiva circula na mídia, nas igrejas, nas escolas, em outras instituições e na comunidade.

O contato freqüente que mantêm com a população tem favorecido o desenvolvimento de um relacionamento permeado por laços de confiança e de carinho. Os cooperados adentram muitas residências e instituições para retirarem os materiais recicláveis na

Coleta Seletiva e, em algumas, são recebidos com lanche ou presentes. Fátima demonstra o valor desse reconhecimento:

Nossa, pra mim mudou tudo, é... conheci bastante gente, principalmente na coleta mesmo, na rua, fui bastante reconhecida, de tanto participar disso aqui, luta, eu sou reconhecida. Então, pra mim... onde que eu achava que eu era rejeitada, hoje não sou mais, pelo menos tem muita gente que... a gente é reconhecida como uma pessoa, não como um ser humano de diferente, a classe, né? mas hoje não. Inclusive, teve há uns quinze dias atrás, a Carol ficou doente, aí eu fui no lugar dela, que a quadra minha é a quadra da igreja, aí eu fui, as mulheres me abraçaram: “Olha que bom, mandaram você”. Porque se eu tivesse catando lixo, ela só me via passar nas esquinas, né? porque a gente cata na rua, não vai fazer amizade com o povo, né?

Trabalho valorizado, que ao possibilitar reconhecimento, contribui para que o sujeito altere a visão que tem de si mesmo, enfrente as marcas da discriminação e do preconceito de raça e de classe, às quais se refere Fátima muito emocionada, ao relatar sua história, a qual se assemelha à de tantos outros trabalhadores:

[...] com 10 anos eu já era babá, longe da minha terra, que eu nasci em Minas, [...] já cuidava de uma criança de dois anos, só que também não agüentava, que tinha que carregar. Mas eu ficava com saudade da minha família, aí voltava de novo. Aí, acabava de chegar lá, minha mãe ia num convento e arrumava serviço pra mim de novo. Queria ver o filho... só por causa do mantimento, por causa da comida [...] e fala assim pras patroas: “Oh, se vocês dá a comida e a roupa, já está bom”. [Pausa, emoção, choro]. [...] tinha muito racismo nessa época, aí [Choro] [...] com os próprios empregados da casa ... uma negra no meio, e tratava muito mal mesmo. Mas depois eu fui firmando e pra mim começar a trabalhar..., às vezes, as pessoas olha ni mim assim e pensa assim, que ela é uma pessoa fechada, uma pessoa bruta, que não conversa. Não é, meu jeito sempre foi esse, eu nunca dei certo trabalhar com monte de gente, hoje, graças a Deus, eu dei certo. Eu não gostava de trabalhar com monte de gente [...] eu não ia atrás de serviço, e os outros falava: “Esta precisando”? E eu falava que não. Eu achava mais por causa da idade, por causa da cor, coisa da minha cabeça.

Quantas marcas, quanto sofrimento viveu Fátima, que pode agora se sentir aceita pelos companheiros de trabalho e tratada com carinho por pessoas da comunidade, com as quais, por intermédio de seu trabalho na Cooperativa, teve a oportunidade de estabelecer uma relação produtiva.

A visibilidade que a Cooperativa alcançou junto à comunidade e que afetou os catadores que participavam da Coleta Seletiva atingiu igualmente diversos trabalhadores desempregados, que viram nela a possibilidade de terem trabalho e renda e que passaram a ser catadores, como relatam:

[...] um dia encontrei a Vilma [...] que trabalhava na Cooperativa, eu perguntei para ela como fazia para entrar lá, ela falou que tinha que ir na reunião, catar material, entregar lá. Aí eu fui lá, participei da reunião, dei o nome. De lá pra cá, fiquei. (Aparecida, atual membro do Conselho de Administração)

[...] através da Solange, da Maria, da Andréia, me chamaram para ir na Cooperativa, que eu não conhecia. Aí eu falei, “Mas eu não sei separar material”. Chamaram eu pra separar no quintal, eles catavam e eu separava pra eles. Aí comecei a ir na reunião no barracão... (Absai)

Na casa da minha mãe, tinha a Andréia, a Solange, a Maria que catava na rua, eu comecei catar com ela também. Aí, fazia 6 ou 7 meses que eles estavam na Cooperativa, aí comecei a freqüentar a reunião no Barracão [...] (Sandra, atual Diretora Administrativa).

A Cooperativa, enquanto local de trabalho, também tem sido uma referência importante para que seus cooperados estabeleçam novas relações, passando a ter conta em banco e crédito no comércio. Atualmente, todos os cooperados recebem seus rendimentos pela Caixa Econômica Federal, possuem cartão de banco de conta poupança. A exigência de conta bancária para muitos implicou providenciar documentos há tempos perdidos ou desatualizados.

O caso de Lúcio, que atualmente não trabalha mais, porque, obteve em 2006, o direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC²⁶ –, foi exemplar: não tinha mais nenhum de seus documentos, nem mesmo certidão de nascimento. Movido pelo seu papel de sócio da Cooperativa, conseguiu obter todos, o que sempre relatava com muito orgulho e viabilizou a obtenção do benefício, ao completar sessenta e cinco anos de idade.

²⁶ “BPC – LOAS é um benefício assistencial de um salário mínimo pago a pessoas idosas acima de sessenta e cinco anos [... os quais] devem pertencer a famílias com renda por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo. [...] garantido pela Constituição Federal, está regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS”. Informação extraída do site da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social. Disponível em: <<http://www.sine.pr.gov.br/setp/bpc/>>. Acesso em 10 Nov. 2006. (BRASIL, sd)

Lúcio, em sua passagem pela Cooperativa, foi, aos poucos, nos surpreendendo. Era muito fechado, de poucas palavras, mas comparecia a todas as reuniões no barracão. Insistíamos no diálogo a cada encontro, ao qual não se opunha, pelo contrário, passou a conversar com várias outras pessoas. Em um de nossos encontros, comentamos com ele que sua aparência havia mudado, com cabelos e roupas bem cuidados. Sua resposta, tão natural, foi muito significativa: “Sabe, Maria (se referindo a nossa pessoa), minha filha que veio de São Paulo, passear em casa, falou assim: ‘Nossa, pai! Como o senhor está mais bonito...’”. Pouco tempo depois, Lúcio compareceu à reunião, acompanhado da namorada. Mas a melhor surpresa foi sua decisão em aderir ao grupo da Coleta Seletiva, ainda que tivesse permanecido realizando tarefas individualmente, como amarrar jornais. Adaptou-se bem às regras do coletivo e ficou muito satisfeito com o significativo aumento de seus rendimentos. Essas mudanças de comportamentos e atitudes de Lúcio denotam a presença de novas crenças e valores, os quais foram, também, percebidos pelos companheiros de trabalho, que sabiam reconhecer seu trabalho. Quando obtive o direito ao BPC, em cujo processo foi acompanhado por um membro da equipe da Assessoria da UNESP, manifestou sua dúvida se, de fato, queria parar de trabalhar, alegando que estava muito contente na Cooperativa.

Com local fixo e permanente de trabalho e com rendimentos possíveis de serem comprovados, esses trabalhadores passaram a ocupar o lugar de consumidores mais respeitados: quem antes possuía apenas a própria força de trabalho, agora possui também crédito, como ressalta Daniel:

[...] hoje eu tenho uma referência. Hoje eu posso chegar na praça aí e falar pro pessoal... “Você trabalha aonde”? “Não, trabalho em tal lugar”. “Mas, o que você faz lá”? “Lá, eu sou o dono”. [...] “Mas, como você é o dono”? “Não, está aqui o holerite”.

O valor do sujeito pelo trabalho não surge apenas do seu reconhecimento externo, pela comunidade, mas decorre também das relações de trabalho mantidas. No caso da

Cooperativa, a adoção do princípio da igualdade entre os sócios que são também os trabalhadores, confirmada, especialmente, pela prática da remuneração igual, como veremos mais adiante, vai afirmando relações sociais igualitárias e, ao mesmo tempo, promovendo o respeito às diferenças. Cor, sexo, idade, escolaridade são quesitos que, em geral e por si, não impõem dificuldades aos relacionamentos entre os cooperados, conforme avalia Fátima, em relação ao trabalho na Cooperativa:

*[...] mesmo que as pessoas me olhem com cara feia... em todo lugar, né? Você se dá bem com uma pessoa, faz amizade com a outra, né? não são igual, mas graças a Deus não me tratam mal, não. Pra mim está bom, eu não sou rejeitada, **eu não me sinto rejeitada**, se eu me sentisse rejeitada, eu me jogava no lixo. (grifos nossos)*

Se a palavra pode ser tomada como um microcosmo da consciência humana, conforme Vygotsky (1998), a expressão acima assinalada – “*eu não me sinto rejeitada*” – que traduz o sentimento da cooperada em relação a sua aceitação social pelo grupo, também aponta para a presença de uma percepção dos efeitos da organização do trabalho na Cooperativa: somos sócios, trabalhadores e, portanto, iguais.

Tanto as relações sociais estabelecidas na Cooperativa, entre os pares, quanto a partir dela, com a comunidade, possibilitam a esses trabalhadores (e também aos moradores) o contato com certas idéias e valores que, pela característica processual da subjetivação, vão transformando o que antes era intersubjetivo em intra-subjetivo, a partir de um processo particular de apropriação pelo indivíduo do que era social. Logo, princípios de solidariedade e de igualdade vão sendo apreendidos e praticados, ainda que em ritmo e com intensidade diferentes entre os cooperados e, aos poucos, sendo propagados.

Trabalho, nesse sentido, não é mercadoria e não produz apenas mercadoria: os homens não vendem apenas sua força de trabalho, juntam-se por meio do trabalho para lutarem por uma vida melhor. O capital não é mais o centro da atividade produtiva que desenvolvem, eles próprios, igualmente, o são. Solange procura explicar essa realidade:

Então, as pessoas aqui dentro, não é só no serviço, elas se preocupam também com a vida pessoal da gente, quando a gente tem algum problema, se alguém falar que isso aí ... é mentira, isso aí é verdade, todo mundo se preocupa um com o outro, isso aí também é importante.

Tornar-se catador, certamente, não dependeu da livre escolha do sujeito, porém revela uma não-escolha, a falta de um trabalho, ou melhor, de um emprego. Para muitos, um sinal de que haviam chegado ao “último nível da sociedade, lá embaixo”, como explica Claudineis (atual presidente), cuja compreensão também se expressa nas palavras do economista Singer (2002, p.89): “Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas, a não ser, talvez atividades criminosas e a mendicância”.

Não foram poucos os catadores que ouvimos dizer que sua participação na Cooperativa seria temporária. Sempre traziam a esperança de encontrar algo melhor, e com razão, acreditamos. Entretanto, os que permaneceram, têm encontrado razões pessoais para tal, pois outras oportunidades encontraram. A Cooperativa tem possibilitado, pelo reconhecimento que, atualmente, possui, a realização desses catadores que puderam se ver como protagonistas dessa história.

No entanto, permanecer na Cooperativa parece sinalizar a presença do arbítrio. Após três anos na Cooperativa, declara Claudineis que decidiu “[...] assumir a ocupação” da qual um dia já se envergonhara, fazendo constá-la no registro de nascimento do seu filho mais novo, Claudineis denota ter acatado o disposto no item 1.1 do documento Bases de Acordo do MNCR (MNCR, 2006c). “Assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão”. A atitude não indica mera observância das orientações do Movimento, mas engajamento, vontade de ver frutificar uma luta que já não é apenas sua, mas de uma categoria. Ver reconhecido o mérito do trabalho desenvolvido pela categoria e, conseqüentemente, o do catador.

Participar da luta dos catadores, exercitar a condição de cooperado é ainda se envolver com nova linguagem e com a produção de novos sentidos. Condições que lhe possibilitaram a apreensão do caráter ideológico do discurso dominante sobre o trabalho:

*[...] como eu trabalhei em várias empresas, com aquela cultura que você sempre vai achar outro serviço, você tem que seguir o que a sociedade prega, que é um bom registro, então você sempre tem que ir atrás disso... **Passam uma imagem pra gente** que a gente tem que trabalhar, trabalhar numa empresa boa, que tem que procurar um futuro, mas nem sabe que futuro é esse, **que futuro que o pessoal prega pra gente**, que tem que fazer carreira numa empresa, tem que fazer isso e isso. Minha mãe sempre falava que eu tinha capacidade de trabalhar, com o conhecimento que eu tinha, trabalhar em um outro lugar, trabalhar num lugar melhor... (grifos nossos).*

A crítica à ideologia, enquanto sistema de idéias e valores, neste caso, não se deu pelo contraponto de um outro discurso, mas, como prevê Chauí (2000), fez surgir de dentro dela, no interior do discurso ideológico, um discurso negativo. A possibilidade de re-significar “bom emprego” surge dos limites que a própria realidade impõe, como a redução dos postos de trabalho, mas também da forma como o sujeito com ela se relaciona, neste caso, em um “movimento pelo qual sujeito e objeto vão sendo constituídos um pelo outro no real [...]” (ibid., p. 23). Tornar-se catador e assumir a ocupação profissional instiga a lutar pelo reconhecimento social de seu trabalho e saber-fazer, e a luta, dialeticamente, potencializa o catador para assumir-se enquanto tal. Ter elaborado a crítica é um importante passo para o desenvolvimento do sujeito e do grupo, já que, enquanto esses sujeitos estiverem desprovidos de possibilidades de decodificarem esse sistema de idéias e valores, os quais são transmitidos por meio da linguagem e apreendidos afetivamente, eles se constituirão em obstáculo ao desenvolvimento de uma consciência mais crítica.

Esses movimentos vão sinalizando que o trabalho pedagógico que vimos desenvolvendo com esse grupo de catadores, tem contribuído para a superação da visão de homem comum e ingênuo, para quem a realidade se explica por mesma.

6.1.2 Sociabilidade, cooperação e solidariedade

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho.
Os homens se libertam em comunhão.

Paulo Freire

A vivência no espaço da Cooperativa tem colocado esses trabalhadores em uma rede de interações sociais intensas. Internamente, no cotidiano, vêem-se envolvidos com os pares, um contato estreito nascido das atividades desenvolvidas coletivamente, das longas jornadas de trabalho, do percurso para o trabalho em transporte coletivo exclusivo. Também compartilham o horário de almoço ou do “café”, ocasião em que pequenos grupos se formam para tomar a refeição trazida de casa, na marmita, ou o lanche fornecido. É possível perceber a intimidade desses momentos regados por confidências e queixas, assim como pela troca de alimentos. A solidariedade se desponta ao montarem de imediato uma marmita para aquele companheiro que, por motivos vários, especialmente por falta de alimento em casa, não trouxe refeição.

Em pouco tempo de convivência, vão surgindo os laços de amizade e as preferências pessoais por trabalhar com estes e não com aqueles, bem como algumas rixas, acusações e fofocas. Encontros, nos quais a “situação face a face”, conforme pressupõem Berger & Luckmann (1994), é uma das experiências mais importantes que um sujeito possa ter com o outro ao partilhar a vida cotidiana. Encontros pessoais, que permitem acessar a subjetividade do outro, a partir da troca de sinais, nos quais o outro é plenamente real.

No cotidiano, esses encontros possibilitam também que os “esquemas tipificadores” (ibid.), por meio dos quais uma pessoa apreende a outra e age em relação a ela, possam ser alterados. Nesse sentido, a exibição de novos sinais indica que as primeiras

impressões acerca de um sujeito podem ceder espaço a uma nova forma de vê-la, ensejando novas relações.

O espaço de trabalho é por excelência espaço de sociabilidade humana. Uma oficina que produz maneiras de viver em grupo, que convida o sujeito a exhibir a qualidade de ser sociável e a confirmar a tendência humana para a vida em sociedade. Embora o espaço de trabalho não seja o único determinante para essa produção, pois a ele se somam as experiências do sujeito na família, no bairro, na igreja etc., este tende a ser significativo, não só pela convivência em uma longa jornada de trabalho, por um longo período da vida, mas pela possibilidade de criação e de interação humana.

Nas empresas capitalistas, os trabalhadores, em geral, estão envolvidos em um clima de competitividade permanente, movidos por um carreirismo que se constitui em obstáculo ao estabelecimento de uma sociabilidade efetiva, sobretudo em ambientes atravessados pela sensação de que “o inimigo mora ao lado”, ou seja, quando o próprio colega é o maior concorrente. Ainda assim, o discurso da administração leva a crer que o espírito colaborativo está presente nessas empresas, principalmente na realização das atividades em uma “célula de trabalho”, de acordo com os pressupostos do modelo japonês de organização da produção. Nessas empresas, colaboração e união, em geral, são exercitadas para garantir a competitividade entre as equipes, ao mesmo tempo em que estas, de modo sutil, vão sendo tomadas pela disputa entre os pares. Como o resultado final da equipe depende do desempenho de cada um de seus componentes, dificilmente há tolerância com as diferenças de desempenho, que, em tais casos, tendem a ser excluídas. Constituem-se em espaço de trabalho e de interações sociais baseadas em práticas contraditórias: cooperação e competitividade, espírito de equipe e individualismo.

No espaço da Cooperativa, a contradição igualmente se faz presente, porém, diferentemente daquelas empresas, não resulta de uma estratégia deliberada e desenfreada que

busca a produtividade, mas sim dos obstáculos impostos pelo espírito capitalista que permeia a sociedade, para que a prática do cooperativismo seja instaurada. A lógica de uma economia solidária que orienta a formação e a organização da Cooperativa, no cooperativismo popular, muito distinta da capitalista, requer que, à medida que valores como solidariedade e cooperação sejam pautados e incentivados, tanto nos espaços formais de educação, de capacitação e de reuniões, quanto informalmente, no cotidiano, passem gradativamente a substituir o individualismo e a competitividade. Esse ambiente de trabalho parece favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade mais efetiva, fraterna.

Novas relações e modos de ser são ensejados, especialmente pela forma coletiva de organizar o processo de trabalho, pelo convite à participação e à democracia. Constitui-se, desse modo, um espaço que dá voz ao trabalhador e que o projeta como sujeito da e na relação com seus pares, altera sua condição, na qual deixa de ser instrumento auxiliar da produção para ser protagonista da situação.

Os cooperados mais antigos na Cooperativa salientam a pertinência dessas influências, em suas experiências:

*[...] aí comecei a ir na reunião no Barracão, aí começamos também a entrar em conjunto com a turma, me enturmar, porque eu não me enturmava, porque eu não tinha esta noção de trabalhar em turma, no coletivo. [...] e no grupo de pessoas, que eu não tinha esta aproximação de grupo, que nem, tem reuniões, um bate-papo aqui, outro ali... Então, **pra mim foi uma mudança muito grande na Cooperativa, mexeu muito com a minha cabeça, experiência de vida, mesmo.** (Absai) (grifos nossos).*

*[...] **antes eu não conversava no meio dos outros**, antes eu morria de vergonha, agora estou mais solto [...] com as pessoas, **eu acho que eu evolui pra caramba...** Espero evoluir mais no serviço, também. (Valmir) (grifos nossos).*

Desponta nesses cooperados a capacidade de refletir sobre como as condições da atividade de trabalho neles se refletem e como delas tomam consciência e também de si, enquanto sujeitos da atividade, conforme anunciou Vygotsky (1991).

As funções psicológicas superiores, nesse caso, a vontade e a linguagem, em conexão entre si, foram-se desenvolvendo no social, em um processo de conversão do social em individual, do interpsicológico ao intrapsicológico, portanto, produzidas a partir das relações sociais. Podemos pressupor que a vontade potencializou a linguagem e esta, enquanto sistema simbólico, possibilitou a transformação do pensamento prático em verbal e, conseqüentemente, a formação de novos comportamentos.

Acompanhar, participar e desfrutar da convivência desse grupo nos revela a intimidade, espontaneidade e intensidade com que estabelecem as relações. Afetos e desafetos que entram e saem de cena, entrecortando o ambiente de trabalho, envolvendo vários outros companheiros, os quais, ora participam estimulando a situação, ora apaziguando os ânimos. O ambiente descontraído, quase sempre alegre, é regado por vários sons em alto volume: música, conversas, gritos, gargalhadas e máquinas funcionando. Muitas vezes, por não conseguirmos conversar com eles, enquanto trabalhavam, tínhamos que solicitar para diminuïrem o volume da música. Achavam isso muito engraçado e retrucavam: *“É só gritar...”*.

Os apelidos que substituem os nomes reais se tornam quase verdadeiros, a ponto de constarem de documentos internos da Cooperativa. Alguns revelam situações interessantes, como, por exemplo: “Xuxa”, por usar a expressão “quem gosta de beijar e agradar baixinhos é a Xuxa”, em resposta aos compradores que solicitavam prazo para o pagamento; “Beijo”, por reclamar para a mãe (também cooperada) os problemas que encontrava na Cooperativa. O tratamento pessoal, em regra absolutamente informal, muito brincalhão, às vezes ríspido, que pode parecer desrespeitoso, é normalmente aceito pela maioria ou, quando causa incômodo, recebe resposta imediata, resultando em discussões acaloradas. Algumas vezes, há excessos que podem resultar em ameaças de agressão e culminar na aplicação de medidas disciplinares, previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno; não obstante, a

tolerância é grande, permitindo que expressem suas opiniões e sentimentos de forma bastante livre.

Dos laços afetivos construídos pelo convívio no trabalho resultam os encontros nos espaços de lazer e as freqüentes visitas domiciliares. Compartilham de muitas festas, algumas organizadas em datas especiais, como final de ano, aniversário da Cooperativa e outras, pelo simples desejo de desfrutarem da convivência em um espaço de descanso e lazer, normalmente um churrasco com muita música e dança. Em algumas festas, a adesão do grupo é maior, em especial quando são subsidiadas e extensivas aos familiares. Se pudesse, a maioria levaria toda a família às festas. Consideram injusto e privilégio desfrutarem delas, principalmente sem os filhos. Quando não é possível a presença dos familiares, e havendo oportunidade, insistem em levar para casa guloseimas da festa.

No início da formação da Cooperativa, muitas festas aconteceram por iniciativa da equipe da Assessoria, ainda que procurássemos incluí-los em sua organização. Atualmente, elas acontecem por iniciativa do grupo e somos nós os convidados a contribuir para a organização. Esses momentos ganham sempre o “tom” pedagógico de oficina de planejamento. São pequenos acontecimentos que vão sinalizando para a presença da autonomia desses sujeitos: organizar uma festa.

A convivência desse grupo resultou na formação de vários pares amorosos²⁷, alguns platônicos ou passageiros, outros duradouros que culminaram, inclusive, na constituição de novo lar e família. Referem-se a esses acontecimentos como sendo um tipo especial de “garimpo”, expressão utilizada para designar os objetos recolhidos que consideram em condições de uso, como roupas, calçados, utensílios, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza, perfumaria e acessórios em geral. Não raramente, surgem problemas no trabalho

²⁷ Cabe destacar que alguns dos novos pares também foram formados entre cooperados e servidores municipais, com os quais convivem no cotidiano de trabalho.

decorrentes dessas relações afetivas, tanto por ciúmes, como por rompimento das relações. Reagem, exibindo, sem muito constrangimento, tanto atitudes de defesa e de proteção ao parceiro, para evitar que este seja assediado, cobrado, criticado ou repreendido, quanto sentimentos de raiva ou de tristeza, negando-se a trabalhar junto ou se isolando, muito calado, pelos cantos do local de trabalho.

Não há na Cooperativa restrição aos relacionamentos amorosos nela surgidos, nem à permanência do casal em seu quadro, pois avalia que não cabe proibição, nem punição. No entanto, reconhece que a existência de grau de parentesco entre os cooperados pode conduzir a complicações no dia-a-dia, as quais creditam às dificuldades em conseguir separar a razão da emoção. No cotidiano, a partir de amplas discussões, decidiu-se controlar essa problemática, impedindo a admissão de novos parentes de cooperados até segundo grau em linha reta e colateral, afins e cônjuges. Alguns criticam a medida, justificando que ela contraria o princípio da solidariedade, uma vez que defendem que “devemos ajudar as pessoas da nossa família que estão passando necessidade”. A crítica também denota um sentimento de impotência daquele que, percebendo-se “dono do negócio”, não decide diretamente quem admitir. O princípio da democracia, às vezes, quase se confunde com a falta de regras e critérios e remete à idéia de que “todos têm direito”, portanto, cada um pode fazer o que quer. O respeito à decisão coletiva acaba dependendo da firmeza dos membros do Conselho de Administração em não efetuar admissões de parentes.

Se, por um lado não têm trazido para a Cooperativa suas famílias, por outro, muitos consideram que o relacionamento construído entre os sócios reproduz a lógica familiar, baseada na solidariedade, na união e na afetividade, como constata Vilma e Solange, respectivamente:

*[...] dependo só de mim e de meus amigos aqui da Cooperativa, porque, **aqui eu fiz uma família, esta família mora junto comigo no meu coração.***

Qualquer lugar que eu esteja esta família de cooperados vai ser... minha família. (grifos nossos)

*[...] mudou também porque a gente fica sentimental... **muitas pessoas aí dentro (na Cooperativa) que não têm a gente como cooperado, têm como irmão. Tem muita gente aí que você chega, o próprio jeito que você está, já fala: “Que que você tem?”. Então, um conhece o outro, o modo de andar, o modo de conversar, tudo, então, eu acho que o companheirismo também, que não é só o trabalho que importa, que o ser humano também tem que conhecer o lado da pessoa quando ela está ruim, não é só quando a pessoa está boa [...]** (grifos nossos)*

O uso recorrente da expressão “aqui somos uma família”, especialmente nos espaços de reuniões, surge como um apelo à união, à cooperação e à ajuda mútua. Denunciam e condenam: as disputas de alguns para fazerem apenas as atividades mais interessantes, leves e fáceis; a presença do individualismo daqueles que, após a realização de “sua atividade”, raramente se colocam à disposição para cooperar com os demais; a “morcegagem”, ou seja, trabalhar pouco, não manter bom ritmo de trabalho, sobrecarregando o companheiro.

Esses aspectos que condenam, hoje, são os mesmos apontados por muitos catadores, para não aderirem ao grupo na implantação da Coleta seletiva Solidária pela Cooperativa. Diziam que trabalhar em grupo era problema: “[...] *vou ter que carregar gente nas costas*”, alegou um deles. A superação desse individualismo difere de um cooperado para outro, mais lentamente por alguns, com menor intensidade por outros.

Os espaços das reuniões, além de possibilitarem a circulação das informações e a socialização dos conhecimentos, são momentos privilegiados de reflexão, os quais procuramos pautar e analisar o cotidiano à luz das informações obtidas e dos conceitos elaborados, principalmente nos encontros da categoria e nos cursos de capacitação desenvolvidos pela Assessoria da UNESP. Procuram, no encontro do pensamento com a linguagem, a partir dos significados das palavras, neste caso, cooperação e solidariedade, dotá-las de sentido real. Pensamento que se materializa nas palavras com significados, que vão ganhando sentido pelas vivências cotidianas dos sujeitos, um processo de significação intersubjetivo. De um conceito,

cuja origem é cultural e social, para um sentido construído por aquelas pessoas, naquele contexto. Portanto, um sentido não permanente, que evolui no espaço e no tempo. Palavra e pensamento que se articulam: palavra que ganha vida e pensamento que sai da sombra, como Vygotsky (1991) nos explica. Ainda que a apropriação de tantos novos conceitos, o uso de novos termos leve a pequenas confusões e que acabem resultando em risada geral. É uma máquina de “torturar” ou “triturar” papel? É material que demora para “evoluir” ou “decompor” embaixo da terra? Fico “dissimulado” ou “cismado” com certas coisas?

A discussão entre um grupo de “cooperados antigos”, comparando a cooperação e a união na Cooperativa, em diferentes momentos, na “primeira face” da Cooperativa, com os catadores trabalhando autonomamente e comercializando juntos, e na “terceira face”, especificamente, com o grupo envolvido no processo de trabalho coletivo, denota a diferença na passagem de uma compreensão a outra, entre eles:

Solange: *Antigamente, a gente trabalhava no Barracão, dava uns dias, hoje, não precisa cooperado... falar assim: “Vamos juntar todo mundo, vamos pra coleta?” A primeira coisa que pergunta é: “Quanto que vai ser o dia”? Mas isso, quem é catador lá do começo, dói na gente, não dói? Dói um pouco na gente, porque a gente dava o dia pra Cooperativa, por que que essa regra mudaram? [...] ou se une, ou todo mundo tem que pensar igual, ou se não, isso aqui não passa de uma firma, como que eu vou pagar hora extra, não, numa cooperativa a gente tem que trabalhar, tem que trabalhar pra receber. O catador, o catador, às 4 horas da manhã, está na rua catando, porque, porque ele tem que fazer o dinheiro dele, ele não ganha hora extra, se ele não catar, ele não tem, você entendeu?, Nessa parte aí é que está errado, porque se você é um catador, você tem que... Agora, se tudo mundo trabalhar e, no final do mês, vamos dividir o pão entre todo mundo, aí é mais bonito, aí está mostrando que a Cooperativa está unida. (grifos nossos)*

Vanda: [...] vou cortar um pouquinho da conversa da Solange. Lembra aquela vez que o Seu Manoelzinho chegou numa reunião da Cooperativa, levantou e falou: “Ô povo, por que que nós não vem limpar este quintal que está sujo”? Aí juntou aquele batalhão, no outro dia o quintal estava limpinho.[...] Todo mundo tirava uma hora, duas, isso aí, sem hora extra, sem nada, de livre e espontânea vontade. Quantas vezes a gente não ia cortar papel, né, Dona Sônia? (grifos nossos)

Sônia: *E era gostoso. Agora não tem mais união do povo. (grifos nossos)*

Claudineis: *Aquela Cooperativa lá, dona Vanda, cada um tinha seu trabalho, um ganhava bem, outro..., mas mudou. [...] Tem que ver que é o grupo...*

Sônia: *Vocês ficam batendo na mesma tecla, desculpa eu falar, mas vocês ainda não pôs a cabeça no lugar... Você (Claudineis), **aquela época que você falou que nós trabaíava individual, que cada um trabaíava prá catar pra si, não era?** Tudo bem, mas nós era tudo alegre, tudo contente, [...] **fazia a maior festa com nós, tudo mundo fazia festa.*** (grifos nossos)

Vanda: *Mas o que a gente ia fazer no Barracão, não era aquela época... **era pra ajudar todo mundo...*** (Grifos nossos)

Claudineis: *Ela (a Cooperativa) pegou um grupo que era todo mundo cooperado e **na primeira crise dela, todo mundo vazou de dentro, só ficou quem gostava da Cooperativa mesmo.*** (grifos nossos)

Cooperação e união possuem sentidos próprios em cada um dos diferentes contextos referidos: no primeiro, como os catadores não trabalhavam juntos e seus rendimentos resultavam do desempenho individual, a união decorria da comercialização conjunta e a cooperação era mais pontual, como as exemplificadas: limpar o quintal, cortar papel acumulado. Valorizam os momentos de cooperação, nos quais cada um “doava parte do seu tempo” para a Cooperativa, sem receber nada em troca (sem receber “horas extras”). Os encontros do grupo ocorriam apenas nas reuniões periódicas, para discutirem o andamento dos trabalhos e receberem informações sobre as comercializações. União e alegria aparecem entrelaçadas. No segundo contexto, com todo o processo de trabalho coletivo e a remuneração igual para todos, dependente dos resultados alcançados pelo grupo, união e cooperação, presentes no cotidiano de trabalho, ficam camufladas pelas demonstrações de interesses individuais e pelos conflitos próprios de um coletivo heterogêneo que se pretende democrático.

Em suma, contextos e sentidos distintos: no primeiro, o grupo se organiza mais em torno do associativismo e, no segundo, do cooperativismo. Coletivo de trabalho, união e cooperação que tendem a ser reconhecidos a partir da permanência de um grupo de cooperados em momentos de crise, indicando que “gostar da Cooperativa” significa ter assumido a união e a cooperação, superando os interesses individuais. São em espaços oportunos de discussão como esse que tais trabalhadores vão exercitando a práxis social, formando opiniões, construindo

valores, re-significando conceitos, buscando refletir sobre sua prática e escapular da obviedade aparente dos fatos.

Os encontros e reuniões, especialmente para os catadores autônomos, simbolizavam a própria Cooperativa, uma imagem estava fundida na outra. Fazer cadastro e participar de reuniões era tão valorizado quanto passar a comercializar coletivamente seus materiais. Cadastro, reuniões e comercializações conjuntas materializavam o sentido do cooperativismo praticado, inicialmente, naquela época, que hoje preferimos chamar de associativismo. Alguns cooperados relembram como principiaram sua participação:

[...] o primo do Tuca (marido), o Bino pegou e falou: “Escuta, pra quem que vocês entrega esse material?” Daí, o Tuca falou: “É pra fulano”. **“Vocês não quer entregar na Cooperativa? Porque a Cooperativa tem um preço melhor”**. Explicou pra nós que juntava os material tudo junto, né? “Vocês não quer ir numa reunião”? Convidou a gente pra ir na reunião. Eu falei: **“Nós vamos, não tem nada de mais ir na reunião”**. Então, a gente foi na reunião, e nessa reunião nós ficamos seis anos e nesses seis anos caminhou bastante... (Vanda) (grifos nossos)

[...] eu encontrei com a Inês e ela falou assim pra mim: **“Ah, por que você não vai lá na Cooperativa, né? tem sempre reunião lá, aparece lá, fala com o Jefferson (presidente à época) pra você entrar lá dentro”**. [...] Aí eu apareci lá (no barracão), conversei com o Magrão, [...] e ele falou assim pra mim: **“Vai na reunião, aparece na reunião que nós dá um jeito”**. (Alexandre) (grifos nossos).

A participação nos espaços de reuniões também representava a busca pelo pertencimento ao grupo por parte de alguns catadores, cuja entrega de materiais na Cooperativa era insignificante, em termos de quantidade, e possibilitava um pequeno rendimento, como o caso de Inez, relatado na história da COOCASSIS: ir à reunião significava também, passear. Os encontros iam se configurando igualmente em um espaço especial para as interações sociais, cumpriam uma função que ia muito além de seu propósito de estabelecer a cooperação para fins econômicos. De nossa parte, percebemos que os vínculos que fomos criando, transformou o que de início, era tratamento educado, em tratamento afetivo. Também procuramos, a partir da receptividade deles (homens e mulheres, jovens e adultos e idosos) contribuir para que aqueles

encontros fossem prazerosos. Dos saquinhos de pipoca, que se tornaram “marca registrada” das reuniões, às exposições de fotos. Por um bom período, com a presença de grande número de filhos às reuniões, alguns alunos da UNESP passaram a desenvolver atividades lúdicas com esses. Inúmeras vezes, recebemos de presente das crianças, desenhos e versos. Foram muitas as demonstrações de carinho, que ainda persistem.

Sociabilidade, cooperação e também solidariedade. Espaço de trabalho que os cooperados do processo coletivo de trabalho, possibilitou-lhes a construção de alternativas solidárias às dificuldades enfrentadas para garantirem alguns direitos sociais dos cooperados. O fato de serem cooperados (de cooperativa popular) e não empregados com contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – coloca-os em uma situação de grande vulnerabilidade. Como destaca Singer (2005), a estes trabalhadores não são garantidos os direitos sociais, previstos na Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 7º: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além dos outros que visem a melhoria de sua condição social”. Dentre os trinta e quatro direitos arrolados, destacamos alguns: férias, 13º salário, salário mínimo e piso salarial, salário-família, fundo de garantia por tempo de serviço. Gerar trabalho e renda, formando uma cooperativa popular, é uma importante alternativa para aqueles trabalhadores que procuravam, individualmente, sobreviver realizando trabalhos precarizados, temporários etc. No entanto, não viabiliza a grande maioria dos direitos sociais, elaborados apenas sob a ótica do emprego. No plano macro, essa questão requer uma ação coordenada de atores de diversos setores sociais, acadêmicos, políticos e econômicos, para que seja pautada. No plano micro, depende de discussões e arranjos internos do grupo e de negociações com o poder público local, quando convênios são estabelecidos.

Em geral, uma cooperativa popular, sob o ponto de vista econômico, busca em primeiro lugar garantir uma renda para suprir suas necessidades básicas, normalmente equivalente ao valor do salário mínimo vigente. As dificuldades para tanto, como veremos mais

adiante, são grandes e sua superação está ligada a diversos fatores. Tendo atingido esse objetivo, em seguida, começam as discussões sobre a importância do recolhimento da contribuição previdenciária, suas vantagens e seus valores²⁸. No caso da COOCASSIS, a temática pautada, inicialmente, pela Assessoria da UNESP, foi aos poucos sendo assumida como importante pelos próprios cooperados, os quais mesmo concordando com a prioridade, sempre lamentaram “deixar” de acrescentar aquele valor recolhido aos seus rendimentos. Cabe ressaltar que, em período de crise financeira, como a de 2005, enfrentada pela Cooperativa, discutida adiante, tanto o recolhimento da contribuição, quanto as retiradas, ficam comprometidos.

Entre os benefícios previdenciários, importantes no cotidiano desses trabalhadores, ressaltamos o auxílio-doença, devido em casos de afastamento do trabalho por determinação médica. Não obstante, para se usufruir o benefício, deve ser respeitada a carência de doze meses. Como então é viável ao cooperado manter-se afastado do trabalho, sem rendimentos garantidos? Se, para alguns, a solução imediata é não se afastar, o que certamente agravará suas condições de saúde, ela é inaplicável para o conjunto de trabalhadores. A resposta surgiu do grupo, após o enfrentamento de muitas situações. Reconhecendo que todos estão sujeitos aos adoecimentos e aos acidentes, decidiram que solidariamente iriam remunerar o cooperado afastado. O peso financeiro da decisão, não é pequeno, pois, se somam aos novos cooperados, cuja maioria não tem o tempo mínimo de contribuição que lhes garanta o benefício, aqueles que perderam o direito ao benefício por terem interrompido o recolhimento da contribuição durante o período da crise.

Este gesto exemplar de companheirismo e solidariedade, no entanto, tem um limite de tolerância: não concordam com todos os afastamentos irrestritamente, discutem a

²⁸ A legislação em vigor, que não distingue entre grandes cooperativas e populares, determina que o cooperado recolha 11% sobre o valor de seus rendimentos e a cooperativa recolha 20%. Como nas cooperativas populares os sócios são os próprios trabalhadores, ambos os valores são pagos por eles.

condição de saúde do companheiro, o tipo da incapacidade e seus motivos. Desse modo, demonstram mais tolerância com os sócios comprometidos com a Cooperativa; mais com os acidentes de trabalho do que com os demais; os afastamentos de companheiros que têm dificuldades com o álcool somente são tolerados se forem para tratamento especializado etc. Enfim, da mesma forma que tendem a ser solidários, adotam um julgamento próprio para “conceder” afastamento remunerado ao cooperado e esperam deste a compreensão dos valores de julgamento que adotam, o que nem sempre ocorre, desencadeando muita discussão ou descontentamento.

Nesse espaço de relações sociais e de trabalho, em que provas concretas de solidariedade vão sendo dadas, surgem também conflitos. Assimilar a dimensão da reciprocidade, por princípio, reconhecer e querer fazer valer, igualmente, para todos o que desejo para mim e vice-versa ainda não é possível para muitos. A tendência está em recorrer ao raciocínio unilateral de que a situação é boa ou correta, apenas quando favorece, pessoalmente, a si ou a alguém com quem tem afinidade. Novamente, são espaços de reuniões que a equipe da Assessoria da UNESP procura contribuir para que essas contradições sejam desveladas, problematizadas e re-significadas. Sua superação, quando possível, se dá a partir da construção coletiva de critérios que orientam a ação. Em alguns casos, a situação retorna, diversas vezes, para discussão, apontando para a pertinência da práxis: articulando decisão, ação e reflexão.

Solidariedade, entre os cooperados, vai ganhando materialidade, no cotidiano, surge do entrelaçamento das idéias geradas a partir dos conceitos assimilados, das experiências de vida de cada um e do contexto de trabalho regido por esse princípio. Entretanto, o grupo também começa a compreender que a experiência solidária não se limita ao seu contexto interno, que é importante que seja exercitada pelo grupo em suas relações com outros grupos, entre catadores e as demais categorias de trabalhadores, expandindo-se até se tornar solidariedade de classe. A prática da Cooperativa, nesse sentido, vai, mais e mais, tornando

condizente com os princípios da Economia Solidária. Ao mesmo tempo em que se fortalece enquanto empreendimento, porque depende do estabelecimento de uma rede de relações, inclusive comerciais, para se desenvolver.

Em relação aos catadores, as ações solidárias da Cooperativa são bem expressivas com os grupos da microrregião, contribuindo para a organização de novos grupos, socializando as experiências e os conhecimentos construídos, cedendo por empréstimo equipamentos e materiais. Contudo, a participação ativa de seus membros nas ações do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, como discutiremos mais adiante, e os encontros promovidos e as relações estabelecidas com os catadores da cidade que não participam da Cooperativa, também refletem o espírito solidário para com a categoria.

O compromisso que a Cooperativa tem em incluir novos catadores em seu quadro de associados, levou-nos (Cooperativa e Assessoria) a promover dois encontros municipais com catadores da cidade (2003 e 2006). Ainda que as novas adesões tenham sido pequenas, as discussões foram produtivas, no sentido de garantir aos catadores informações sobre a Cooperativa, uma opção, um incentivo para decidirem romper suas relações com os atravessadores. Com esse mesmo compromisso, em 2005, desencadeamos longo processo de reuniões e discussões com os catadores que trabalhavam no aterro sanitário. Poucos aderiram à Cooperativa, os demais, com o fechamento do aterro à catação, pela Prefeitura, passaram a catar em outras cidades ou mudaram de atividade.

Esse conjunto de ações políticas, embasado por discussões teóricas e reflexões, presentes nos espaços de formação promovidos pela Assessoria da UNESP ou pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, vai ampliando a abrangência da solidariedade. Do espaço interno da Cooperativa à categoria de catadores, estendendo-se aos demais trabalhadores e movimentos sociais, ensejando uma solidariedade de classe. Entre outros exemplos, o depoimento de Claudineis aponta para essa possibilidade:

[...] às vezes, a gente pensava que esses movimentos sociais eram movimentos de cidadania... Só que a gente vai se ajuntando entre eles, a gente começa a ver que toda essa luta da gente é política pública, nenhum momento a gente está errado. O Movimento Sem Terra, a gente pensava que era um bando de arruaceiros, que queria terra de agricultor bonzinho que queria plantar... Ai, depois eu comecei a ver também, a luta deles é a mesma nossa.

6.1.3 Trabalho e democracia

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer [...]

Geraldo Vandré

Em seu texto “A Questão Democrática”, Chauí (2000, p.141), discute que “[...] a democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade sócio-econômica é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia.” Neste plano macroeconômico, a democracia só se realizaria com a transformação da sociedade de classe, com o fim da exploração da força de trabalho, da separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, enfim, democracia sócio-econômica, a partir da igualdade, como salienta a autora.

Em seu artigo “Trabalho e Democracia”, Rattner (2003, p.5), afirma:

A construção de uma sociedade sustentável – democrática, justa e mais igualitária – requer a extensão dos direitos humanos, consagrados na Carta das Nações Unidas, além da esfera eleitoral, para a vida cultural e social, a partir do direito ao trabalho e a renda e, através dele, a inclusão de cada um e de todos, como membros de plenos direitos e oportunidades, à sociedade.

Nessa perspectiva, uma sociedade democrática garantiria a “cada um e a todos” o direito ao trabalho e aos demais direitos e oportunidades existentes na sociedade.

A COOCASSIS, longe de ser um espaço que promove o acesso à cultura e à educação desejável para cada cidadão, em uma sociedade democrática, ela os aproxima dessa realidade desejável, em algumas situações de forma concreta, em outras, discutindo os direitos sociais ainda não tangíveis.

Por princípio, a democracia deve nortear a organização e o funcionamento da Cooperativa, possibilitando que cada um de seus membros exerça o direito de participar da direção e da gestão de todos os assuntos a ela afetos. A autogestão, neste caso, é entendida como a gestão realizada pelos próprios trabalhadores, caracterizada especialmente pela ausência da relação de exploração da força de trabalho por um proprietário.

No entanto, como destaca Gutierrez (1997, p. 28), “participar significa, em termos bem claros, mais trabalho.” Quem, em sua experiência de trabalho anterior estava acostumado apenas a executar o que lhe determinavam, agora deve ajudar a pensar as estratégias e a avaliar as ações. Certo dia, ainda na segunda gestão da Cooperativa, começo de 2005, Daniel e Moisés, dois cooperados que coletavam individualmente, foram a nossa casa para “trocar umas idéias”, como alegaram. Preocupados com a “*demora para resolver os problemas na Cooperativa*”, achavam que era necessário um gerente e estavam dispostos a apresentar a proposta na reunião daquela tarde. O gerente seria o Jeferson (presidente à época): “[...] nós pagamos “milão” (hum mil reais) pra ele e põe uma moto na mão dele”. Nossa conversa naquele dia foi longa, de um lado, defendiam uma solução prática para os problemas da Cooperativa, não sem razão, por outro, procurávamos convencê-los de que precisariam discutir com e como o coletivo poderia funcionar melhor. Desistiram de apresentar a proposta, mas a expectativa de que um gerente seria a solução, deve ter persistido.

O propósito de tornar mais democráticas as relações de trabalho, na COOCASSIS, tem motivado a constituição de grupos de trabalho, o que tem determinado o envolvimento de muitos cooperados nesses espaços participativos. A implementação da estratégia que visa a subsidiar o Conselho de Administração, em seu processo de tomada de decisões, conta com a presença de membros da Assessoria da UNESP, os quais cumprem, prioritariamente, uma função pedagógica e orientadora do plano de trabalho a ser traçado, buscando brechas para provocar a reflexão. Essa atitude contribui para evitar que as respostas imediatas ou práticas, simplesmente, os impeçam de se apropriarem da realidade, identificarem seus determinantes e de agirem sobre eles. Os grupos de trabalho, em geral, adotam uma metodologia que se inicia com o diagnóstico da situação, estabelecem os resultados pretendidos e as ações necessárias. Tal espaço, ao romper com a divisão técnica do trabalho, remete esses trabalhadores, acostumados a utilizarem, muito mais, a força física no desempenho de suas atividades, ao exercício mais claro do raciocínio abstrato. Descobrem que sabem pensar, passam a realizar tarefas que dependem de grande esforço intelectual, que requerem a construção de novos conhecimentos e que exigem uma disciplina à qual estão pouco acostumados.

As várias experiências da Cooperativa foram criando um caldo de cultura participativa, mas que precisa ser incorporada efetivamente ao seu cotidiano. Participação não é coisa que se experimente uma ou duas vezes e se incorpora, ela é a própria práxis social.

Recuperando, no tempo, as primeiras experiências de grupos de trabalho da Cooperativa, verifica-se que foram com os catadores autônomos, tais como: comissão para discutir os pontos fixos de coleta de materiais; grupos para discutir os diferentes níveis de rendimentos dos catadores e seus determinantes. Posteriormente, já com a nova frente de trabalho da Cooperativa atuando coletivamente no Parque de Reciclagem, por ocasião das eleições municipais de 2004, surgiu a preocupação com o futuro da Cooperativa e suas relações

com a nova gestão municipal. A constituição de um “grupo de planejamento estratégico”, formado pelos membros do Conselho de Administração, coordenadores e membros da Assessoria da UNESP, em vários encontros, verdadeiras oficinas pedagógicas, delineou cenários prováveis e ações correspondentes, para que a Cooperativa pudesse continuar desenvolvendo-se.

De forma semelhante, novo grupo de trabalho foi constituído para elaborar o planejamento para coleta seletiva, cujo projeto foi apresentado ao poder público municipal e implantado na cidade. Cabe ainda ressaltar, entre as práticas de participação direta, a constituição da comissão de vendas, que assumiu as atribuições de comercialização, função, anteriormente, exclusiva do Conselho de Administração. Vanda, membro dessa comissão, relembra sua participação, destacando seus desdobramentos:

*[...] então... a gente aprendeu a dialogar, aprendeu a lutar por preço, a gente pega o telefone de um comprador, a gente sabe lutar sobre preço, que **eu fiz parte da assessoria de venda**, então, coisa que eu nunca fiz antes, então... na Cooperativa eu aprendi. Então a Cooperativa, além de eu ganhar o meu sustento, a Cooperativa foi pra mim uma escola, um aprendizado do dia a dia [...]. (grifos nossos).*

Mais recentemente, em 2006, ocorreu a constituição do Grupo de Estudos para Avaliação e Replanejamento da Coleta Seletiva, composto pelos membros do Conselho de Administração, que convidaram outros cinco cooperados, em função do envolvimento que vinham demonstrando. A participação dos cooperados ligados diretamente às atividades em pauta possibilitou uma boa análise da situação e a elaboração de estratégias de ação, porém, sobretudo, a implementação quase imediata de diversas delas, por eles próprios. Autonomia e iniciativa que decorreram do processo participativo. A participação, nesse sentido, permitiu o exercício de um direito, o cumprimento de um dever, a aprendizagem e o compartilhamento de responsabilidades.

Nesse cenário, André, atual Diretor Secretário, manifestou sua constatação em uma das reuniões do Conselho de Administração: “[...] *tenho que voltar a estudar de novo, não entendo muita coisa do que vocês falam...*”. Para Vygotsky, esta seria a “[...] capacidade que tem o homem de constituir-se em excitante de si mesmo, pelos seus atos” (MOLON, 2003, p. 86.). E, por meio dessas novas relações sociais, materializam a experiência duplicada, confirmam a capacidade humana de antever o fruto do seu trabalho. Trabalho realizado concretamente, previamente planejado pelos próprios trabalhadores.

Aos poucos, esse tipo de trabalho, do qual reclamam que cansa muito, que “esquenta a cabeça” e que impõe outras exigências ao corpo, como ficar muito tempo sentado, parado, “só pensando”, vai sendo reconhecido e valorizado. Um espaço de criação que desenvolve competências intelectuais que poucos acreditavam ser possíveis. Os cooperados mais comprometidos com a Cooperativa passaram a reconhecer a importância desses espaços e de sua participação, como relata Absai:

“[...] estou mais contente agora de estar nesta Comissão de Saúde, de reconhecer que eu estou aqui, estou contente, uma experiência a mais pra mim, embora eu tenha um pouco de dificuldade, mas é uma experiência muito grande, eu estou muito feliz de estar aqui”.

Participação também acontece no dia-a-dia, concomitante ao processo de produção, à medida que o cooperado busca contribuir para a resolução de uma situação inesperada, apresentando seu ponto de vista, sugerindo soluções. Em tais circunstâncias, “[...] participação só é possível quando as pessoas estão sinceramente empenhadas, num ambiente de segurança e liberdade, confiando umas nas outras”, conforme afirma Gutierrez (1997, p. 28). Uma construção que também depende das possibilidades individuais, ou seja, à medida que o ambiente propicia a participação e que o cooperado a ele responde, vão sendo aumentadas suas oportunidades de participação, podendo logo se ver envolvido com a coordenação de uma atividade ou grupo, ou assumindo maiores responsabilidades. Há estreita relação entre a

participação, no processo de trabalho, na operação, propriamente dita, e a participação nos processos administrativos e decisórios.

O processo democrático direto na COOCASSIS, conforme prevê seu Estatuto Social, ocorre em suas assembléias ordinárias, que normalmente tratam do processo eleitoral, plano de gestão, prestação de contas e relatório de gestão. Não obstante, participar dessas ocasiões formais, que são episódicas, por mais importante e democrático que possa ser para a experiência emancipatória que se espera que uma cooperativa popular venha a se construir, é insuficiente. Como realça Mello (2005, p.155): “Viver democracia é algo diferente. Viver a democracia é vivê-la diariamente, no cotidiano, nas relações com seu próximo, com sua família, com os companheiros de trabalho. Isto é difícil”.

Se, por um lado, a participação nas assembléias vai consolidando a igualdade de direitos, por outro, os trabalhos preparatórios que as antecedem constituem-se em rica experiência de trabalho coletivo, por meio da qual vão construindo e acumulando conhecimentos relativos à administração da Cooperativa. São trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Fiscal, na elaboração do parecer sobre a prestação de contas e pelo Conselho de Administração, na estruturação do relatório de gestão. A participação de membros da Assessoria da UNESP busca contribuir para a análise dos dados, transformando-os em acontecimentos que têm uma história, portanto, realizando uma análise que supera o caráter meramente numérico e informativo.

Importantes também são os trabalhos prévios ao processo eleitoral, pela oportunidade da prática da política interna, o que, em geral, possibilita estabelecer relações com os demais níveis do processo eleitoral, municipal, estadual e federal. Compor uma chapa para concorrer à disputa eleitoral requer que se apropriem dos conceitos de democracia direta e indireta, representação, representantes e representados, até então ignorados ou desvalorizados. Exige que pensem no futuro da Cooperativa, avaliem suas condições reais e estabeleçam um

Plano de Gestão. A própria preparação da documentação dos candidatos tem contribuído para desencadear discussões sobre o exercício da cidadania.

Por mais simples que possam parecer, esses exercícios vão inaugurando uma nova visão sobre a prática política, levando-os à compreensão de sua condição de seres políticos, que podem com suas atitudes e ações interferir para transformar a realidade, ainda que, inicialmente, no nível imediato. Essa práxis política que passam a realizar permite transitarem entre o lugar de homem comum, imerso numa cotidianidade abstrata, quase intangível, no plano da consciência crítica, para o de agente transformador, cuja capacidade de reflexão não é mais exclusiva dos intelectuais, não se contrapõe à prática, porém se complementam. E, à medida que participam da construção dessa nova realidade, que criam idéias e desencadeiam novas ações e relações, esses sujeitos vão sendo por elas influenciados, alterando sua subjetividade.

Relatam que vão mudando, sem, necessariamente, explicitar em quê ou por quê: apenas constataam:

*[...] fizeram uma chapa, sei lá quem inventou de colocar meu nome, estava a Sandra, o André, depois veio o Claudineis, aí logo...: "Ah, vamos montar nossa chapa"... **Responsabilidade muito grande, né? da gente pensar naquilo que a gente faz,** ... reunião com vocês aí, da Assessoria... então, **pra mim, mudou bastante coisa.** (Galdino, membro do atual Conselho de Administração). (grifos nossos).*

*[...] **eu pegava mais responsabilidade,** né? eu estava vendo a Cooperativa crescer, então, estava pegando mais firme, né? então, é onde que eu começava a arrumar o barracão... O Claudineis sempre estava me cutucando, me deu várias oportunidades, né? que já era pra mim ter saído daqui, por causa dele eu fui ficando, só não saí por causa dele mesmo, deu conselho pra mim, **daquele dia em diante que ele deu o conselho, eu melhorei, mudei totalmente mesmo, eu já não tinha mais brincadeira, trabalhava certinho, ele já me dava mais responsabilidade, né? fui pro Conselho Fiscal,** e estou até hoje. (Alexandre, membro do atual Conselho Fiscal). (grifos nossos).*

A participação nos Conselhos é muito valorizada, especialmente no de Administração. Ao seu presidente os cooperados costumam dispensar bastante respeito,

acatando suas orientações, sem, contudo, perderem a possibilidade de com ele discutir ou mesmo entrar em um embate mais sério. Ocupar o cargo de Presidente da Cooperativa acaba se tornando referência e estímulo para o comprometimento dos mais novos, como concebe Solange, uma das coordenadoras do “grupo da esteira”: *“Eu falo pro pessoal: “assim como o Claudineis chegou lá naquele escritório, vocês também vão chegar, vocês têm que amadurecer”*”. As relações horizontais, nesses casos, parecem conviver com a hierarquia. Reconhecem o poder na função de presidente, sendo que de fato, é um poder delegado pelo conjunto de cooperados.

Outro expediente adotado pelo Conselho de Administração, para democratizar o processo decisório e socializar as informações, são as reuniões, em geral semanais, realizadas com o conjunto de cooperados envolvidos no processo de trabalho coletivo, e quinzenalmente, com o grupo que trabalha autonomamente. O nível de participação varia, tanto em função do grau de amadurecimento do grupo, da familiaridade com as temáticas pautadas ou, mesmo, dos interesses pessoais. As deliberações resultantes desses encontros subsidiam o Conselho, em suas decisões posteriores.

O poder, nesses casos de gestão dos próprios trabalhadores, é do grupo e a autoridade, transitória. Está concedida a alguns companheiros formalmente, pelo processo de representação e, ainda assim, recorrem a outras formas de consulta, para garantirem a vontade de seus representados. Um processo que não separa os que pensam dos que executam, que busca superar o que a história do desenvolvimento do trabalho inscreveu no corpo e na mente dos trabalhadores, conforme descreve Braverman (1980, p. 68-69):

[...] as relações sociais, criadas com a divisão social do trabalho, reforçaram o antagonismo entre os que executam o trabalho e sobre os que dele se beneficiam, os que administram e os que executam, os que trazem à fábrica a sua força e trabalho e os que empreendem extrair dessa força de trabalho a vantagem máxima para o capitalista. O trabalho dos gerentes é controlar e este, de fato, é o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais.

A constatação do presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Assis e Região, em uma de suas visitas à COOCASSIS, remete à presença da autonomia e da responsabilidade dos cooperados: *“A gente está acostumado a ver para cada tanto de empregados, um chefe mandando e um monte de gente querendo escapar do serviço. Aqui não, você sempre vem e vê todo mundo trabalhando...”* (Hélio Paiva).

Na Cooperativa, o controle é de cada um, é exercido pelos pares, é de todos, não vem de cima para baixo, nem de fora para dentro; ele é interno, está entre os iguais. A figura dos coordenadores na estrutura e no funcionamento da Cooperativa, ainda que informal, decorreu da ampliação das atividades de trabalho, que precisou organizar os cooperados em grupos. A tendência tem sido de a maioria reconhecer essa autoridade, havendo dificuldades apenas quando entendem que há abuso de poder, autoritarismo e tratamento ríspido ou discriminatório. Autoridade, controle e poder que não estão a serviço da exploração do trabalhador, mas em benefício de uma produção cujo resultado será compartilhado por todos. Solange explica como aprendeu a fazer uso dessa autoridade:

*[...] quando eu peço pro pessoal alguma coisa, [...] que nem os outros falava pra mim, logo quando eu comecei aqui dentro do Parque, **não é uma ordem, eu estou pedindo**, pra ver se dá pra você fazer...*

*Porque aqui ninguém manda, então, o certo eu acho que a gente tem que usar essa palavra pra mostrar pros outros que aqui nós não tem patrão, nós somos nosso patrão... **Se você não fizer, você não vai pra frente...***

*E quando você está **numa firma, o patrão fala pra você assim: “Vai lá, oh, vai lá”, mas fala com clareza, você tem que ir, entendeu?. Agora, na Cooperativa, não, na Cooperativa você pede pras pessoas, se alguns entender que você está mandando, você já vai e esclarece: “Não, eu não estou mandando, só estou pedindo pra você”...***

*Então, a gente deixa bem claro que **a gente não tem patrão, que se a gente falar pra alguém, pra fazer uma coisa, é sempre pra mandar eles ir pra frente**, mostrar pra ele que se a gente aprendeu, ele também tem capacidade de aprender. (grifos nossos).*

Entretanto, com todo o poder supostamente diluído entre os sócios-trabalhadores, o peso da responsabilidade é sentido pelo atual Diretor Presidente, que assim

interpreta o lugar que ocupa: “Aqui é assim, você está mais perto do inferno do que do céu; o sucesso é do grupo, o erro é sozinho, qualquer escorregão, vai para o sacrifício...”

Recorda a decisão de compor uma chapa para concorrer às eleições para o Conselho de Administração (Gestão 2006-2007) e a sua preocupação com os resultados que a Cooperativa deveria apresentar, no período:

Ali eu pensei minha vida: “Pelo amor de Deus, se esse negócio afundar na minha mão eu estou ferrado! Primeiro catador Presidente da Cooperativa e pega um negócio ruim desse”...(refere-se à crise da Cooperativa, em 2005) Aí eu pensei comigo, falei... muitas vezes eu pensando eu vi que o negócio ia afundar mesmo, porque... não dava... você tomava um fôlego, não dava, não dava, o barco vai afundar mesmo.

Havia uma preocupação concreta em relação às condições administrativas, financeiras e organizativas da Cooperativa, na época, mas também dúvidas em relação à competência que um catador poderia ter, para assumir a presidência do Conselho de Administração. Certamente, ao constatar a situação atual da COOCASSIS, seu grande desenvolvimento nesse período, concordaria com a afirmação de Souza (1997, p. 32): “[...] a competência vai sendo conquista cotidiana, no exercício de pensar, da criatividade e do crédito em si e nos companheiros, o que se constitui uma verdadeira revolução cultural na vida dos trabalhadores.”

Os elogios dos companheiros destacam sua atitude e característica valorizadas pelo coletivo:

*[...] Claudineis **soltou o pessoal pra ter mais autonomia no serviço** [...] ter soltado o grupo, ter mais um pouco de autonomia está sendo bom pra eles, porque eles mesmo se preocupa com o pagamento que vai vir. Nessa parte aí, o Claudineis ajudou muito, está de parabéns, a Diretoria. Porque... o grupo está tendo mais autonomia pra caminhar, ele está deixando o pessoal encarar a realidade, então, nessa parte mudou bastante. (Solange, coordenadora) (grifos nossos).*

*[...] Deus vai abençoar que o novo presidente que entrar, seja mulher ou seja homem, seja um pouquinho pelo menos, não precisa ser igual ao Claudineis, um pouquinho meio assim **parecido com ele, humilde**. [...] que não seja uma pessoa arrogante, que não seja como um patrão. Porque eu falo mesmo, que se entrar como um patrão, querendo dar ordem, querendo ser*

um patrão, vou chegar e falar, “Vou sair”. Aí...vou ser obrigada a sair, então, pra não ter brigaiada, está entendendo? Com dor no coração... (Sônia) (grifos nossos).

A prática democrática tem sido muito apreciada pelo grupo, em seu cotidiano, ainda que se pratique muito mais a democracia representativa, por meio das decisões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos coordenadores, e, em algumas situações, de seu Diretor Presidente, por imposição das necessidades. Em geral, são situações cuja decisão pouco provavelmente contrariaria a opinião da maioria dos cooperados, ou cuja urgência não permitiria consultá-los.

Essa mesma prática democrática, que capacita no dia-a-dia para a intervenção local, sensibiliza e potencializa para a representação em outros espaços da participação popular, como conferências municipais, estaduais e nacionais, como foi o caso de Vilma, eleita delegada na III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, em 2006. Ela assim se manifesta:

Com a influência da Cooperativa na minha vida... eu nunca na minha vida pensei de andar de avião, nunca! E com a Cooperativa, eu tive a oportunidade de ir pra São Paulo num congresso, defendendo a Coleta Seletiva e, lá, a minha proposta passou e cheguei até Brasília. Aí sim, chegou lá em Brasília... jamais eu pensaria que ia ver nosso Presidente, consegui ver o Presidente de perto, ainda conversei com ele, falei sobre a Coleta Seletiva com o Presidente Lula. E se eu não estivesse na Cooperativa, será que eu ia conseguir fazer isso? Nunca na minha vida! A Cooperativa... ela me levou em lugares que eu nunca sonhava de participar.

Tais episódios ultrapassam os ganhos pessoais da participação, mesmo que estes sejam importantes; contribuem para consolidar espaços democráticos, dar visibilidade às reivindicações de uma categoria de trabalhadores e, no encontro com outras categorias, reforçar o espírito de luta e de classe.

6.1.4 Cotidiano, conflitos e contradições

Mesmo quando tudo pede
Um pouco mais de calma
Até quando o corpo pede
Um pouco mais de alma
A vida não pára...
Lenine/Dudu Falcão

Os conflitos, as ambigüidades e as contradições atravessam o cotidiano da Cooperativa. De um lado, os vínculos pessoais, de outro, porém concomitantes, as relações de poder. Algumas disputas entre cooperados, desacato às orientações dos coordenadores, discussões entre os coordenadores, entre os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, indícios de suspeitas, enfim, situações que em sua maioria são resolvidas informalmente, com o bom senso que a prática coletiva ajuda a construir.

Alternam-se situações, nas quais predominam a colaboração, o consenso, o compromisso, com as de individualismo ou falta de responsabilidade e indisciplina. A ambigüidade, expressa na idéia “eu sou dono, ninguém precisa me dizer o que fazer...”, tanto possibilita a argumentação de não ser empregado para não acatar uma “ordem” de serviço, como para exibir seu comprometimento com a Cooperativa.

A autonomia igualmente se apresenta relativa e flutuante, ora negada, ora reivindicada. A cobrança de cooperados em relação à tomada de decisão, por parte do Conselho de Administração, tal como: *“Afimal, vocês não foram eleitos para isto?”*, pode sinalizar a presença do desejo em ver as situações resolvidas sem que necessitem envolver-se. Entretanto, podem também criticar a concentração de poder: *“Agora eles (Conselho de Administração) pensam que mandam e querem resolver tudo sozinhos, esquecem que a Cooperativa, somos todos nós”*. Por sua vez, os membros do Conselho contra-argumentam que o grupo só quer

participar da discussão quando há interesse direto, mas, quando há problemas que *“esquentam a cabeça e acabam com a gente, eles não querem nem saber”*, reclama Claudineis. Avaliam que, como participar dá mais trabalho, para muitos cooperados é mais fácil criticar ou sugerir pontualmente, apenas quando há um interesse específico. Acusam a existência de interesses contraditórios, ora em benefício do trabalhador, ora do sócio, afinal, perguntam: *“todos não deveriam querer o bem da Cooperativa?”*

O exercício da democracia é algo que se aprende; aliás, antes, é necessário superar a condição submissa a que nós todos brasileiros sempre fomos colocados. Nas palavras de Mello (2005, p.155):

Não é fácil para os trabalhadores, nascidos e criados em uma sociedade cujo autoritarismo se estende a todas as instâncias da vida social, submetidos durante séculos aos desmandos da elite dirigente, começar, de repente, a decidir o que fazer. Esse processo de transformação de um trabalhador submisso ou submetido em um trabalhador autônomo demanda tempo e a contínua prática democrática.

Em uma das reuniões semanais do grupo todo, um cooperado relatou um episódio, recriminando a atitude desrespeitosa de um outro cooperado para com o Presidente. Ao desejar uma atitude mais enérgica deste, aquele o teria acusado de *“administrador de m..., que não manda nada e não sabe nada”*. Ao responder à acusação, Claudineis, assumindo a condição de não-qualificado, estabeleceu paralelo com as relações de trabalho na empresa capitalista: *“Claro, se eu fosse administrador competente estaria trabalhando na Usina Nova América”* (o maior grupo empresarial da região).

Essa situação também ilustra como os conflitos são resolvidos a partir da liberdade para discutir e criticar, no espaço da Cooperativa, algo que eles próprios constatarem: *“[...] se fosse na empresa privada, com patrão, ninguém iria questionar nada, pois lá, falou, está na rua”*. Reconhecem que o mesmo espaço que possibilita a expressão de suas opiniões é palco de polêmicas, conflitos e desgastes. O depoimento de Vilma indica essa realidade: *“Quando eu*

comecei a trabalhar na Cooperativa, meu sofrimento foi muito grande, porque eu não entendia o que era Cooperativa, eu não sabia quem era quem, eu tinha medo de falar alguma coisa, às vezes, eu falava, causava polêmica...". No primeiro momento, uma discussão, uma disputa pela imposição da "sua verdade", depois, as possibilidades de entendimentos e acordos.

Com esse fértil cotidiano de trabalho, vários cooperados desenvolveram ou aperfeiçoaram sua capacidade para coordenar grupos e planejar ações. Outros, no entanto, temendo pelo desgaste pessoal que possa decorrer de atitudes mais prepositivas, em suas ações de comando, agem mais tímida ou dissimuladamente. Alguns preferem não se expor ou assumir a responsabilidade inerente à função ou lugar de poder que ocupam, mesmo este sendo delegado pelo grupo, sob alegações como: *"[...] eu não sou melhor que ninguém", ou "[...] eles (os cooperados) não me escutam, não respeitam minha autoridade"*.

Nesse sentido, as relações entre os membros do Conselho de Administração revelam certo descompasso quanto à autonomia e iniciativa. De um lado, o Presidente reclama da sobrecarga de trabalho e responsabilidades, salientando que alguns membros não assumem sua parte. Por outro lado, estes censuram a concentração de poder e a falta de socialização das informações e decisões tomadas. Por vezes, comprometido, o processo de tomada de decisão traz conseqüências que vão a duas direções: ações planejadas que não são colocadas em prática e falta de clareza nas decisões cotidianas. Ambas implicam grande desgaste às relações no grupo e interferem no desenvolvimento do Projeto, afetando, algumas vezes, suas relações externas, como é o caso da comunicação com a equipe da Prefeitura que atua no Parque de Reciclagem, com quem precisam estar em boa sintonia.

Em seu relacionamento com os demais cooperados, o Conselho de Administração vivencia ainda situações de grande tensão. Em parte, elas se devem às diferenças entre as expectativas que os cooperados têm, quanto aos resultados alcançados pela Cooperativa, e suas possibilidades concretas. Tanto os cooperados quanto o Conselho de

Administração almejam que a Cooperativa seja produtiva e que se desenvolva; no entanto, enquanto os diretores conseguem vislumbrar realizações em médio prazo, um projeto em construção, a maioria espera resultados imediatos, ou seja, melhores rendimentos, independentemente do projeto que se pretenda, das circunstâncias ou do esforço investido na atividade laboral. Em consequência, surgem avaliações como esta: *“Esta Diretoria é mole demais, se seu fosse Presidente, já tinha feito...”*

O peso das responsabilidades e a pressão a que se submetem, ao comporem o órgão diretivo da Cooperativa, atingem de diferentes formas seus componentes. Interna e externamente, têm suas decisões resultando em desdobramentos políticos, econômicos, ambientais e sociais. Internamente, quando afetam diretamente a vida de um companheiro, como é o caso de desligamento por não adesão aos princípios do cooperativismo, vivenciam extremo desconforto, como explica Claudineis: *“É difícil... você sabe o que é estar fora do mercado de trabalho, você já esteve lá um dia...”*. Entretanto, também é possível, ao se depararem com essas situações de cooperados que não se esforçam para corresponder, em seu desempenho, recorrerem à ironia para interpelar o companheiro, dizendo: *“Não está contente aqui, você é livre para sair, o portão está aberto...”*.

Entre as contradições com as quais convivem os cooperados da COOCASSIS, a excessiva demora na apresentação dos dados e registros contábeis tem gerado certo clima de falta de transparência. Sem dúvida, entre outras, essa é uma das questões das mais relevantes a serem tratadas e superadas. Ainda que a prestação de contas possa ser, ao final de cada exercício social, cuidadosamente apreciada pelo Conselho Fiscal e, posteriormente, pela Assembléia Geral Ordinária, conforme prevê o Estatuto Social, tal procedimento parece insuficiente para o estabelecimento pleno de relações democráticas no trabalho e de confiança, sobretudo, em relação aos que ocupam funções de gestão. A alegação do Conselho de Administração quanto às dificuldades administrativas enfrentadas, decorrentes de um cotidiano

atravessado por inúmeras demandas para efetivar esse processo, é geralmente aceita. Entretanto, é possível também levantar a hipótese da existência de razões menos objetivas e não explicitadas, como a falta de confiança dos membros do Conselho de Administração na capacidade da maioria dos cooperados em deliberar, criteriosamente, sobre o uso dos recursos da Cooperativa. Todavia, é necessário criar condições para que essa situação possa ser mais bem compreendida, explicitada e trabalhada, já que a superação de uma dificuldade não está em sua negação, ao contrário, passa primeiramente pelo seu desvelamento. Se a preocupação está na possibilidade de o grupo priorizar o uso dos recursos financeiros, em benefício pessoal e imediato, em detrimento da criação de reservas que possam atender aos momentos de crise ou à realização de alguns investimentos necessários à Cooperativa, apenas o exercício pedagógico da discussão e da negociação contribuirá para o enfrentamento dessa importante questão.

No entanto, diferentemente do que possa parecer, o fato de o cotidiano da Cooperativa ser permeado por conflitos, contradições e ambigüidades por si só não representa um problema. Ao contrário, essa realidade, como destacam Sato & Esteves (2002, p.14), além de romper com visões idealizadas,

[...] segundo as quais as cooperativas são uma forma de organização harmônica do trabalho, em que vigora permanentemente a colaboração e a solidariedade, a existência e expressão do conflito são desejáveis, não que a vivência do conflito organizacional seja algo prazeroso, pois não o é, mas a existência desse conflito demonstra já que a organização é autogestionária, demonstra que ocorre mais que ordenação, subordinação e resistência, fazem-se negociações cotidianas de significados, interesses e coisas, ocorre interação social com direito a voz e voto.

Em suma, a implementação de relações democráticas, pela própria liberdade que instaura, acolhe conflitos, ambigüidades e contradições. Certamente, reside na criatividade em encontrar melhores alternativas em como atuar nesse contexto novo e dinâmico, a riqueza dessa dialética construção: sujeito e realidade. O que se observa aí é que a criação, que também decorre de um processo de aprendizagem, tanto mais será possível, quanto mais

autonomia tais trabalhadores forem alcançando. Nesse sentido, nosso compromisso e esforços para manter os espaços de educação e de capacitação na Cooperativa podem dar uma importante contribuição.

Nesse contexto de trabalho, regido pela democracia e autonomia, constata-se que entre os cooperados são distintos os interesses que os mantêm no projeto coletivo. Há um grupo, mais permanente, que há tempos vem, verdadeiramente, lutando por um coletivo, para que a Cooperativa cresça e lhes ofereça autonomia, melhores condições de trabalho, de renda e de vida, em geral. Outros até esperam por isso e desejam permanecer, porém não realizam o esforço necessário para atingir tais metas. Para outros, ainda, estar na Cooperativa representa um trabalho como outro qualquer, aquele que se conseguiu, mera fonte de renda, porque prefeririam trabalhar com carteira assinada. No fundo, são interesses pessoais que podem ou não ser conciliados com interesses coletivos. Solange assim interpreta:

Mas quem entra na cooperativa, não sai, não. Quem afirma no cooperativismo, não sai. [...] cooperado mesmo, que sente ali o que é Cooperativa, não sai. Eu acho que é uma coisa que dá na gente. Ela pega, parece uma doença, você pega aquilo lá e você não consegue... O verdadeiro cooperado, ele não tem ela (Cooperativa) como uma firma.

Do mesmo modo, o paralelo estabelecido por Claudineis entre a condição de trabalhador alienado e explorado e a atual de sócio-trabalhador, na qual despontam a responsabilidade e o compromisso, pode expressar a avaliação que a maioria dos que assumiram a Cooperativa, enquanto um projeto para sua vida, faz:

*Porque... quando trabalha lá fora é aquela coisa entre patrão e empregado, **você chega na sua casa, senta, assiste à novela... amanhã você vai acordar e vai trabalhar de novo... A Cooperativa é diferente, você faz o trabalho, sai pensando na Cooperativa, você volta pensando, comigo é isso... Então, você vai ... tudo aqui é em volta de você: como é que vai apresentar amanhã, como é que vai ser segunda... Muda isso, começa a viver mais...** (grifos nossos).*

Uma leitura de realidade que denuncia a presença de uma consciência crítica, de uma nova leitura de mundo, diferente daquela que o fazia sentir-se envergonhado por sua condição de catador e considerar “arruaceiros” os militantes do MST.

Organizados na cooperativa, esses trabalhadores têm tido mais oportunidade de acesso a várias instituições e movimentos sociais, como veremos adiante. Oportunidades de outras experiências, de construção de novos conhecimentos e de assimilação de novos valores, que, por sua vez, permitem sentirem-se protagonistas de sua história. Condições e vivências que favorecem o processo de mudança da imagem que têm de si, de alteração do lugar que ocupam na realidade e, conseqüentemente, das possibilidades de nela interferirem, ainda que lentamente. Enfim, possibilidade de se compreenderem trabalhadores coletivamente organizados, os quais embasam sua ação local em princípios e lutas de sua categoria, que se articulam com outras categorias e movimentos sociais, em defesa de interesses comuns. Experiência social e política distinta daquele catador que coleta individualmente, do trabalhador temporário em Frentes de Trabalho, da empregada doméstica e de tantas outras ocupações que, raramente, possibilitam aos trabalhadores perceberem-se como categoria.

6.2 Os sentidos da produção e os rendimentos dos cooperados

[...] A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.

Titãs

Enfocar a questão da produção e dos rendimentos na Cooperativa nos permite dar maior visibilidade às diferenças existentes em relação aos sentidos que esses vão ganhando na vida dos que participaram efetivamente do projeto da Cooperativa.

O que vincula o homem ao trabalho é a necessidade de produzir as condições necessárias para sobreviver. Entretanto, a (legítima) preocupação com as condições materiais no desenvolvimento do projeto da Cooperativa não é exclusiva dos catadores afetados, diretamente, pelos seus resultados. Essa questão sempre mereceu nossa atenção e norteou as ações que procurávamos desencadear, enquanto assessores da Cooperativa, na busca pela melhoria dos rendimentos do grupo, sobretudo por considerarmos que as condições materiais condicionam outras dimensões da vida.

Ao relatarmos como estas condições de trabalho foram se alterando na Cooperativa, nesse longo percurso juntos, podemos evidenciar que os sentidos da produção e dos rendimentos para muitos dos cooperados não se resumem à satisfação de suas necessidades materiais. O vínculo que mantêm com o trabalho transpõe a questão da sobrevivência, reside também na satisfação pelo trabalho realizado, no reconhecimento do seu valor pessoal e profissional, sobretudo na possibilidade de exercitarem a condição de sujeito. Rendimentos passam a significar mais que sobrevivência e, produção, expressa, especialmente, a capacidade do grupo, não apenas fonte de renda. Esse processo de re-significação que ocorre, paralelamente, ao reconhecimento que a Cooperativa vai alcançando junto à

comunidade, contribui para que muitos dos cooperados alterem a percepção que têm sobre o trabalho e si próprios.

Nessa discussão sobre os rendimentos e a produção na Cooperativa, pretendemos abordar como estes aspectos materiais de sua realidade, diferentemente das empresas capitalistas, vão ganhando novos sentidos, à medida que os cooperados vão se apropriando das várias dimensões do projeto.

A remuneração pelo trabalho na economia capitalista, por meio da contratação da força de trabalho, tradicionalmente, decorreu do cargo desempenhado pelo trabalhador, posicionado hierarquicamente na estrutura de cargos e salários, conforme Pontes (2007). O ocupante do cargo recebe, assim, em função da complexidade do cargo ocupado, cuja avaliação leva em conta a identificação de pré-requisitos como escolaridade, responsabilidade, habilidades, conhecimentos etc. Atualmente, novos sistemas de remuneração são adotados, passando-se a considerar as competências e as habilidades do trabalhador, em geral, substituindo ou se conjugando ao sistema de cargos, conforme Dutra (2001). Neste caso, a remuneração advém da complexidade e do desenvolvimento das competências que o trabalhador utiliza em seu trabalho. Normalmente, a remuneração ocorre sob a forma de salário mensal fixo ou variável (dependendo dos resultados alcançados), de acordo com a política de remuneração em vigência na empresa.

A remuneração obtida com o trabalho sempre esteve pautada pelos estudos sobre motivação humana no trabalho, a partir dos interesses da Administração. A análise de pesquisas empíricas, promovida por Simon & March (1972), apontou, entre outros aspectos, que, em regra, os resultados da produção estão diretamente relacionados ao sistema de recompensa, de modo que a produtividade aumenta, se a remuneração for relacionada ao desempenho do trabalhador. O contrato de trabalho baseado no salário fixo, nesse sentido, não se relaciona diretamente com a produtividade no trabalho, nem contribui para definir o ritmo. É apenas uma

forma de controlar o tipo de atividade a ser desenvolvida. O nível salarial advém da complexidade das atividades previstas para o cargo e sua posição na estrutura hierárquica da empresa.

No entanto, não é apenas o binômio desemprego-remuneração que compõe a complexa motivação humana no trabalho. Em certos momentos do desenvolvimento organizacional, em determinadas áreas ou em níveis hierárquicos, nos quais os trabalhadores são bem remunerados, as demais necessidades humanas, que não as econômicas – entre os quais, auto-realização e auto-estima – surgem fortemente como agentes motivadores.

Entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo, estão os modelos de gestão de pessoas que, cada vez, mais reforçam a política de remuneração variável, se não para todo o rendimento do trabalhador, pelo menos para uma parcela, ou seja, uma parte da remuneração é fixa e a outra, variável, dependendo da contribuição do indivíduo ou da equipe para o alcance das metas empresariais.

Em ambos os casos, remuneração fixa ou variável, os trabalhadores são incentivados a desenvolver novas habilidades e competências e, cada vez mais, a superar seus resultados anteriores e de seus pares. Individualismo e competitividade, traduzidos como comprometimento com a empresa e esforço pessoal, constituem a fórmula para o acesso à carreira, permitindo galgar níveis hierárquicos superiores e, assim, sucesso profissional. São várias as estratégias criadas pelas empresas para enfrentarem o desafio de conciliar metas pessoais e organizacionais e também, para instalarem um clima favorável ao aumento da produtividade, sob a lógica de que, “quando a empresa ganha, o trabalhador também ganha”. Ou seja, como a produção da mais-valia é o objetivo maior da empresa capitalista, esta busca, incessantemente, aumentar aquela.

E, na economia solidária, mais especificamente nas cooperativas populares, como ocorre a remuneração de seus sócios, os quais, no caso, são os próprios trabalhadores?

Estudos realizados no Brasil (SINGER: 1998; HOLZMANN: 2001; VIEITEZ; DAL RI: 2001) apontam que há, também, variedade entre os empreendimentos da Economia Solidária, quanto à forma de remuneração pelo trabalho realizado. Nas cooperativas originárias das empresas recuperadas, em geral, há diferenças de *pro labore*, como definem alguns, ou de “retiradas”, como denominam outros, que se ligam aos diferentes níveis de cargos existentes, considerados necessários à manutenção do processo de trabalho, e à situação dos cooperados que possuem maior qualificação profissional. Singer (op. cit.) destaca, entretanto, que nessas cooperativas a diferença entre o maior e o menor valor é muito inferior ao escalonamento salarial praticado pelas empresas capitalistas. Nos empreendimentos populares, não obstante, tais diferenças de remuneração tendem a ser superadas. A variação existe, em geral, quando a produtividade individual é a medida para a remuneração, ou, em casos de produtividade coletiva, em função do total de horas ou de dias trabalhados pelos cooperados.

Em relação à remuneração na empresa capitalista, os rendimentos na cooperativa se distinguem pela forma de distribuição, pois não se trata de contratação da força de trabalho. Como nos mostra o caso da COOCASSIS, a diferença principal está na possibilidade de os trabalhadores compartilharem os resultados financeiros obtidos pelo empreendimento, a partir do esforço coletivo. Nesse sentido, o objetivo maior da Cooperativa, que não reside na apropriação da mais-valia, está na oportunidade de trabalho e renda, tendo o aumento da produtividade, a finalidade de proporcionar melhores rendimentos ao conjunto de trabalhadores e melhorar a vida.

É o benefício do coletivo que está sendo defendido quando percebem bem que é necessário conciliar a administração do próprio negócio e repartir os ganhos entre os sócios trabalhadores. Vão compreendendo que requer muita prudência para evitar que o empreendimento se inviabilize, como alerta Solange, uma das cooperadas mais antigas:

[...] se todo mundo pensasse igual a gente, não ter a Cooperativa como uma... um ajudando o outro, não uma firma, muita gente tem que tirar da cabeça que isso daqui é uma firma, porque [...] quando nós tivemos aquela quebra [...] foi porque só foi soltando dinheiro, só foi soltando...

Há um duplo sentido nesse tipo de trabalho, quando os “donos do negócio” são os próprios trabalhadores: ter trabalho e renda e “trabalhar no que é seu”, ainda que uma parcela deles não se aproprie de ambas as possibilidades, simultaneamente. Para alguns, a Cooperativa é um trabalho como outro qualquer, que garante o sustento e que poderá ser abandonado, se uma oportunidade melhor surgir. Para outros, é a oportunidade de se livrar da figura do patrão e dedicar-se ao que é seu, mas coletivamente, como ressalta a cooperada Vilma:

[...] trabalhar com chefe era uma coisa muito desagradável, porque você não poderia falar nada, tudo o que você falava era uma coisa já que causava aquela polêmica, você era mandada embora, você era transferida. Daí, eu entrei, estou aqui até hoje, e eu acho que se for pra mim trabalhar, hoje, pra ter patrão, pra mim não vai dar não.

Enquanto isso, para outros, além do orgulho de se apresentar como “dono”, “patrão”, como costumam se referir, é permitida a leitura de serem tão livres, a ponto de poderem definir o quanto querem ganhar com o trabalho que a Cooperativa realiza, como pressupõe Daniel, antigo cooperado: “[...] *quanto mais a gente produz, mais nós ganha, isso aí, depende de nós. Lá (na Cooperativa), nós pode tirar oitocentos (reais), pode tirar quatrocentos, você pode tirar duzentos, vai depender de nós, do nosso serviço.*”

A COOCASSIS construiu sua maneira atual de remunerar seus cooperados, após ter experimentado outras formas. Em sua estrutura de poder, não há diferença de remuneração entre os sócios que trabalham coletivamente, de sorte que, assim, optaram por manter o princípio da igualdade, independentemente do trabalho que realizam e do poder que possuem. Desempenhar a função de diretor-presidente, coordenador do conselho fiscal, motorista ou qualquer outra atividade, na cooperativa, não significa remuneração diferenciada, a não ser pelo reembolso de despesas efetuadas com deslocamentos e refeições. Realidade tão

distinta da economia capitalista e, portanto, da experiência da maioria dos trabalhadores, muitos dos quais não se convencem de imediato de que todos têm as mesmas “retiradas”. O depoimento de Solange aponta como isso significa novidade para muitos dos cooperados novos:

[...] porque muita gente acha que porque o Claudineis é presidente, ele ganha mais, então eu explico todo dia, pra todo mundo que vem ouvir [...] “ganha mesma coisa”, [...] “nós (coordenadores) só tem mais responsabilidade, a cabeça da gente tem que queimar mais que a de vocês, só isso, mais não é que ganha mais”...

Fora do espaço coletivo de trabalho da Cooperativa existem também os “cooperados informais”²⁹, aqueles que não participam do trabalho coletivo, ou seja, os catadores que preferiram permanecer coletando individualmente seus recicláveis, mas os comercializando coletivamente, na cooperativa, aqueles que compõem a Frente de Trabalho 1, conforme consta da história da COOCASSIS e do Quadro 1. A remuneração desses cooperados resulta exclusivamente do seu rendimento individual, do peso e do tipo de materiais que entregam na Cooperativa, enquanto que os que trabalham coletivamente, dependem dos resultados alcançados conjuntamente.

Essas diferentes formas de remunerar sempre estiveram presentes na COOCASSIS: Hoje é possível avaliar que em seu início, ela tenha sido regida pela prática do associativismo entre os catadores que comercializavam juntos seus materiais. Ainda que nessa época, já contasse com o trabalho coletivo do pequeno grupo que retirava os materiais das residências dos cooperados e realizava as atividades internas do Barracão³⁰. Em seguida, quando a Cooperativa assinou seu primeiro convênio com a Prefeitura, compelida pelas circunstâncias, mais do que pela defesa do cooperativismo, passou a desenvolver grande parte de suas atividades coletivamente, de maneira que nova dinâmica foi instaurada e novas formas

²⁹ “Cooperado informal” designa o catador que não compõe formalmente o quadro de associados da Cooperativa, participa das reuniões periódicas, mas não das Assembléias.

³⁰ A remuneração desses cooperados, na ocasião, foi fixada tomando-se como base o valor do salário do funcionário da Cáritas que prestava serviços para a Cooperativa.

de remuneração, colocadas em prática. Podemos dizer que os sistemas de remuneração vigentes resultaram de grande esforço intelectual empreendido pelo grupo, a partir da realidade vivenciada coletivamente, que, por ser dinâmica, determina constantes atualizações àqueles.

6.2.1 Os catadores da coleta individual e seus rendimentos

O que está acontecendo?
O mundo está ao contrário e ninguém reparou.
O que está acontecendo?
Nando Reis

A remuneração desse grupo de catadores provém da quantidade e do tipo de materiais que entregam para a comercialização, que, por sua vez, depende da infraestrutura que possuem, como carrinho e local de armazenamento, das estratégias utilizadas no trabalho de catação e de separação dos materiais, como horários, locais e quantidade de horas trabalhadas, que pode envolver familiares, o que acontece com vários catadores. Na família da Solange, a que chegou primeiro à Cooperativa, chegaram a participar oito pessoas: mãe, irmã, tios, primos e cunhados. Alguns se dedicavam apenas a organizar os materiais em casa, enquanto que outros, também, iam à rua para catar. A dupla de catadores, Dona Acácia e Valmir, mãe e filho, coletam e separam juntos seus materiais até hoje. No caso destas duas famílias, foi bastante peculiar a passagem de alguns deles para a Frente de Trabalho coletivo da Cooperativa. Na de Solange, quase todos aderiram ao novo trabalho, sendo que quatro deles permanecem, ainda hoje, outros participaram por um período. Valmir, também decidiu trabalhar com o grupo e trouxe consigo o irmão, Benedito, o qual permaneceu pequeno período, não tendo sido possível conciliar trabalho e o excessivo uso de álcool. Dona Acácia, a mãe, preferiu não vir, permaneceu

sozinha em casa, interrompendo seu trabalho com a catação. Valmir integrou-se, perfeitamente, ao grupo, não perdia uma única reunião, as quais eram realizadas, semanalmente, à noite. Entretanto, após um ano, decidiu voltar à catação individual, por reconhecer que a mãe adoecera (“de tanta tristeza”) por ficar em casa sozinha e que o trabalho na Coleta Seletiva, tinha ritmo muito intenso, levando-o a uma perda de peso acentuada. Continuam coletando juntos pelas ruas da cidade, entregando seus materiais para a comercialização coletiva na Cooperativa e participando das reuniões quinzenais do grupo. Contudo, os rendimentos que, juntos, conseguem com esse trabalho é muito inferior ao que Valmir obtinha trabalhando com o grupo. A remuneração, nesse caso, parece não ser o principal aspecto na definição da forma como desenvolve sua atividade de trabalho. O valor do companheirismo entre mãe e filho e a possibilidade de definirem um ritmo próprio de trabalho parecem sustentar a escolha.

A Cooperativa, para cobrir seus custos com a operação de retirada dos materiais das residências desses cooperados, compor a remuneração fixa do grupo do Barracão, responsável pelo enfardamento, armazenamento e carregamento, e efetuar as despesas com água, energia elétrica e telefone, contribuem com uma “taxa”³¹ média de quinze por cento do valor comercializado, levando-se em conta o tipo de material. A variação da taxa para menos, para alguns materiais, foi uma estratégia construída coletivamente, para incentivar os cooperados a entregarem também seus materiais “nobres”, como costumam se referir ao alumínio, ao antimônio e aos metais. Esses materiais mais valiosos são também mais procurados pelos atravessadores, os quais pagam à vista bons preços aos catadores. Para estes, uma forma prática e rápida para fazer algum dinheiro para as despesas mais urgentes.

Pagamento à vista aos catadores pelos materiais entregues na Cooperativa sempre foi uma questão muito polêmica. Insistentemente, os catadores colocavam o assunto em

³¹ Esta decisão foi tomada antes mesmo de efetuarem a primeira comercialização, como relatado na história da Cooperativa. Cabe destacar, que na ocasião, cumpria também a função simbólica de materializar a contribuição do catador para o coletivo.

pauta nas reuniões do grupo, de forma que todos (Conselho de Administração e demais cooperados) passaram a reconhecer sua importância para trazer para a Cooperativa os catadores que estavam acostumados a receber praticamente todos os dias pelos materiais entregues ao atravessador. Como a dificuldade maior apontada pelo Conselho de Administração era a falta de recursos financeiros que garantissem o pagamento antecipado, na primeira oportunidade, com os recursos em caixa, oriundos da doação feita pela Prefeitura dos recicláveis armazenados no Parque de Reciclagem, antes do primeiro convênio, decidiram alterar o procedimento. O pagamento passou a ser efetuado ao catador sempre na semana subsequente à entrega dos materiais, independentemente de sua comercialização ter ocorrido ou não. Era uma época em que muitos catadores participavam da Cooperativa. Ao final de cada reunião (quinzenal), eram efetuados os pagamentos (tarefa da qual todos nós da Assessoria participávamos para agilizar a enorme fila). Com o tempo, foi possível efetuar os pagamentos via depósito bancário.

Se, por um lado, a medida trouxe benefício ao grupo dos catadores autônomos, à Cooperativa implicou grandes perdas financeiras. Esse procedimento coincidiu com um período de grande instabilidade, com quedas repentinas dos preços dos recicláveis. A falta de um acompanhamento sistemático, por parte do Conselho de Administração, impediu que fossem identificadas as perdas consecutivas e as medidas corretivas que deveriam ser tomadas para compensar a defasagem entre os valores pagos antecipadamente aos catadores e os praticados na comercialização. A avaliação realizada pelo Conselho de Administração, na gestão seguinte, levou à decisão de retornar ao procedimento anterior, ou seja, pagar pelos materiais após sua comercialização, o que levou muitos catadores a se afastarem da Cooperativa. No entanto, com o gradativo aumento do volume de materiais e, conseqüentemente, da freqüência das comercializações, considerando-se o volume conjunto das diferentes frentes de trabalho da

Cooperativa, a defasagem entre a data de entrega e a de pagamento chegou a um patamar aceito pelos catadores – quinze dias, em média.

Entretanto, há, circulando pelas ruas da cidade, um enorme contingente de catadores que declara não pretender participar da Cooperativa³². Em parte, essa recusa se deve à forma de pagamento acima referida, que contraria a necessidade ou o hábito de tais trabalhadores de terem em mãos, sempre algum dinheiro, para garantir as despesas diárias: uma “mistura”, o pão ou, para alguns, a cachaça. É possível, também, apontar para a representação que possuem do dinheiro vivo, aquele que se recebe no ato da entrega do material, isto é, receber diretamente e não por depósito bancário, como costuma ocorrer, na Cooperativa. No ato do pagamento, não há dinheiro de fato, mas o documento do depósito bancário, de sorte que, para se ter acesso ao dinheiro, é necessário se deslocar até o banco, ou à Lotérica, e efetuar operações que, muitas vezes, estão fora dos conhecimentos momentâneos do sujeito. Nesse sentido, manter a relação com o atravessador é mais prático e responde ao imperativo maior desses catadores: terem acesso imediato ao dinheiro. A exploração e a dominação permanecem na sombra e a figura do atravessador é enaltecida por eles; afinal, *“cede carrinho e adianta pagamento”*, os *“socorre em casos de necessidades”*. Como comentou certa vez um catador: “[...] *é pouco, mas todo dia está na mão, ajuda bastante nós.*”

Em relação aos rendimentos dos catadores que compõem essa Frente de Trabalho, constatou-se um aumento significativo, se comparados aos valores praticados nas comercializações com os atravessadores. Alguns materiais como papelão, pet, tetra pak e plásticos, em geral, tiveram seus valores aumentados em até cento e cinquenta por cento, em média, como estima o Conselho de Administração.

³² A informação de que não pretendem participar da Cooperativa não foi sistematicamente levantada, mas, apreendida nos vários contatos mantidos com esses catadores, tanto pela equipe da UNESP, quanto pela da Cooperativa.

A maioria dos catadores desse grupo participa, informalmente, da Cooperativa, ou seja, não é sócia de fato e de direito da Cooperativa, e também não pretende aderir ao processo de trabalho coletivo, justificando que não deseja ou não pode trabalhar o dia todo. Outros aspectos realçados por tais catadores é a circunstância de contarem com o auxílio de familiares, para a realização do trabalho com os recicláveis, ou, ainda, que preferem manter a liberdade de definirem seus horários e roteiros de trabalho, como declara Fátima, que hoje participa do processo de trabalho coletivo, em seu depoimento:

Aí veio essa história da Coleta [Seletiva] e eu já fiquei de pé atrás, porque eu pensava que trabalhar na rua sozinha era melhor, que era mais livre, não é verdade? Aí, eu pensei: “será que vai dá certo esse negócio, com tanta gente, sempre tem complicação”, né? Aí eu demorei, inclusive [...]

Há, igualmente, a preocupação com o trabalho coletivo, submetido a muitas regras e sujeito às dificuldades decorrentes das relações interpessoais. Uma ex-cooperada que permaneceu por apenas alguns meses na Cooperativa salienta: *“Trabalhar lá [na Cooperativa] é bom, melhor do que varrer rua, que a gente fica no sol o tempo todo [trabalho atual]. O duro é se dar bem com todo mundo lá, é muito ‘blá, blá, blá’...”*

Muitos catadores, com outras fontes de rendimento, têm nessa atividade uma forma de complementar a renda familiar. Nessas condições de trabalho, não recolhem a Previdência Social enquanto cooperados, sendo que apenas alguns o fazem como autônomos. Essa singularidade é preocupante e merece atenção, pois esses catadores engrossam as fileiras de trabalhadores que, sem nenhum direito ou garantia, permanecem na informalidade.

Não obstante, a questão financeira é apenas uma parte da problemática, uma vez que participar da Cooperativa implica disponibilidade para mudanças de hábito e de valores, e aquisição de conhecimentos. Significa compor um coletivo que pressupõe a convivência com outras pessoas (catadores e apoiadores), que estabelece regras de conduta, que fixa horário para o trabalho etc. Portanto, como apontou Jéferson (Diretor Presidente, à época), está-se

diante de um coletivo que pode ganhar a conotação de perda da liberdade: “[...] *tem que ver que o catador era livre, agora, na Cooperativa, com esta tal democracia, arrumou um monte de patrão*”.

Para que as mudanças sejam possíveis, esse homem comum e prático, assim considerado pela Filosofia da Práxis, depende de encontrar espaços sociais que contribuam para a construção de uma nova forma de compreender o mundo e de nele se colocar. A Cooperativa pode ser um desses espaços de transformação do sujeito; no entanto, pela singularidade humana que se constitui a partir das diferentes formas de apropriação que o sujeito faz de determinada realidade e, exatamente, por não haver uma única forma de significação, muitos catadores “passaram” pela Cooperativa e não permaneceram, enquanto outros, como estes, que coletam individualmente, nela estão, mas sua inserção coletiva não é plena, apenas se associaram na comercialização. Em consequência, a Cooperativa pode também significar apenas (ainda que importante) um espaço para melhorar a renda, ou um espaço cujo modelo de funcionamento, além de não corresponder às necessidades mais imediatas do catador, exige dele um mínimo de participação, somente para a prática do associativismo, necessária à comercialização conjunta.

Por outro lado, no percurso da Cooperativa, também, encontramos inúmeros catadores que permaneceram, longo período participando com pequena quantidade de materiais na comercialização conjunta, mas freqüentando, sistematicamente, as reuniões, conforme destacamos anteriormente. Tais situações, também, apontam para a complexa relação entre trabalhador, produção e rendimentos.

Contudo, permanece o desafio de desencadear uma discussão no espaço da Cooperativa, problematizando a situação desses catadores, a relação mantida e até que ponto não estaria sendo reforçada a lógica da exclusão. E, por último, analisar se haveria alternativas

ao seu alcance, as quais contribuíssem para a alteração da realidade de trabalho de tais catadores.

6.2.2 Catadores que participam do processo de trabalho coletivo: produção e rendimentos

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino pra lá.
Chico Buarque

A remuneração tanto dos catadores que coletam individualmente, quanto dos que atuam coletivamente, está sujeita a oscilações durante o ano, em decorrência de fatores externos. Eles estão à mercê do mercado dos recicláveis, que, de acordo com as flutuações do mercado, inclusive internacional (o valor do dólar, o aumento de preços dos derivados de petróleo etc), regula os valores praticados. Mas esse não é o único condicionante externo do rendimento dos catadores. A sazonalidade no consumo, como época de festas e férias escolares e também o período do mês, próximo ao pagamento de grande parcela dos trabalhadores, interfere, consideravelmente, no volume de recicláveis descartados e, conseqüentemente, no volume coletado e comercializado, e, finalmente, na renda.

O cotidiano de trabalho no Parque de Reciclagem, sempre entrecortado por contradições, passa a conviver com mais algumas, nesses períodos. Por um lado, tais catadores compreendem a importância da redução do consumo reclamada por setores da sociedade, que assumem a bandeira da sustentabilidade, entretanto, pela ocupação que têm, apostam mais na

reutilização e na reciclagem, pois lhes permitem “desfrutar” dos descartes do consumismo alheio (e, nesse caso, quanto mais, melhor) para garantir a sobrevivência.

Por outro lado, o aumento temporário do volume de recicláveis, especialmente no final de ano, que também significa aumento de renda, acaba causando alguns transtornos à Cooperativa. Do ponto de vista da organização, nessas ocasiões, há necessidade de alterar as escalas de trabalho para minimizar as dificuldades existentes e garantir que maior volume de material seja triado e prensado. A implementação dessa medida desencadeia outras, como: a construção de novas articulações com a equipe da Prefeitura; a alteração dos itinerários e horários de uso dos caminhões da Cooperativa e a implementação de novos rodízios entre os cooperados. A alteração da rotina, ainda que negociada e compreendida pela maioria dos envolvidos, produz novos circuitos e relações, que, em geral, interferem no clima e ritmo de trabalho, demandando outras ações, desta vez para buscar certa acomodação.

Tanto esforço e movimento nem sempre resultam em eficiência e eficácia: o acúmulo de materiais parece infindável, são fardos, *bags* cheios e materiais soltos, quase uma bagunça (somente não é, porque procuram organizar), que pode ser agravada com as intensas e freqüentes chuvas do final de ano. Visto, apenas sob a nossa ótica, se não tivesse sido possível apreender os condicionantes dessa realidade, tenderíamos a sugerir que a arrumação do local deveria ser priorizada. Até mesmo o significado de “arrumação” começa a ser alterado. É necessário que haja uma lógica que facilite o desenvolvimento das atividades e não, necessariamente, uma disposição que represente “arrumação”.

O replanejamento do trabalho, nesses casos, é a tônica, pois, com a nova dinâmica, há sempre um imprevisto, uma estratégia que não garante os resultados desejados, um cooperado que propõe alteração na execução da tarefa. A coordenação do processo, sob a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração e coordenadores, precisa contar com o empenho do grupo todo, o que nem sempre acontece. Alguns mantêm uma atitude do “eu

faço a minha parte”, entendida pelos que estão à frente, no comando, como insuficiente, nessas novas situações, esperando que todos se sintam responsáveis em garantir que o andamento das atividades seja como uma engrenagem em constante movimento. Claudineis, atual presidente, explica:

Se a pessoa não percebe que ela faz parte, que não pode deixar parar, se ela não se esforça, sempre outros vão ter que correr para tampar o buraco. Tem que ter compromisso, é diferente de uma empresa comum, o comprometimento é maior.

Essas construções vão indicando a apropriação do sentido do cooperativismo e de suas reais diferenças em relação à empresa capitalista. Ser sócio e trabalhador é mais que fazer sua parte, é estar comprometido com a Cooperativa como um todo, com sua produção, com seus resultados finais. Muitos vão se apropriando dessa dimensão, procuram mostrar à equipe da Assessoria da UNESP como vêm resolvendo as situações no coletivo, procurando se referir aos conceitos discutidos nos espaços de capacitação, transportando esses conhecimentos para o cotidiano.

As chuvas que chegam com o fim do ano, ainda que interfiram no dia-a-dia, não os incomoda, pois trazem também alívio para os dias quentes, entretanto, não são apenas elas que vêm. Nesse período, ocorre também a desaceleração do mercado dos recicláveis, especialmente do alumínio, papelão e dos papéis de baixa qualidade, porque as indústrias que se utilizam dessa matéria-prima, na confecção de seus produtos, geralmente embalagens, interrompem suas atividades, retomando-as apenas no início do ano seguinte. Como a oferta dos recicláveis é grande e a procura diminui, a Cooperativa tem que decidir entre vender a preços mais baixos ou manter alguns materiais em estoque.

A experiência acumulada nestes anos de funcionamento da Cooperativa tem levado à decisão de que não se devem paralisar as comercializações, por diversos fatores. Em primeiro lugar, estão as dificuldades para manter em estoque grande quantidade de fardos de

papéis e alumínio, pois requer grande área fechada e com cobertura e controle dos riscos de incêndio e de roubo, raramente possíveis. Em segundo lugar, existe a preocupação em manter a regularidade no fornecimento dos materiais, aspecto que consideram fundamental na relação comercial construída com alguns compradores. Avaliam que, a partir do ano de 2006, o mercado dos recicláveis tornou-se mais aberto às cooperativas de catadores, que passaram a ser mais respeitadas pela regularidade e qualidade dos materiais entregues. Reconhecem, entretanto, que essa abertura interfere pouco na determinação dos valores praticados, uma vez que, com as condições atuais da Cooperativa, conseguem apenas evitar a comercialização, com os pequenos atravessadores.

Nessa construção coletiva de compreensão da realidade social e de seus determinantes, vão criando estratégias de enfrentamento. Hoje, o grupo reconhece que a possibilidade de superação dessa condição de tanta subordinação está na implementação de uma rede de comercialização entre grupos de catadores organizados. Solidariedade estratégica, que, além de possibilitar a concentração de grande volume de materiais, favorecendo as condições de negociação no mercado para buscarem melhores preços, visa igualmente ao avanço na cadeia produtiva dos recicláveis, transformando materiais, como alguns plásticos, agregando-lhes valor. Para viabilizar tal estratégia, a Cooperativa vem participando ativamente das discussões desencadeadas pelo Movimento de Catadores contribuindo para o fortalecimento do Comitê Regional de Catadores e para a organização de outros grupos de catadores da região. Há tempos, membros do Conselho de Administração da COOCASSIS e da Assessoria da UNESP vêm discutindo um amplo projeto para a instalação de um centro regional para processar, transformar e comercializar recicláveis. Os dois projetos anteriormente financiados pela Fundação Banco do Brasil, primeiramente um caminhão e, posteriormente, equipamentos, carrinhos, fragmentadora de papel e extrusora (máquina para transformar plásticos) são

conquistas que favorecem a direção pretendida. Ao serem melhoradas as condições de trabalho, aumenta a produtividade e os rendimentos do grupo.

Essas conquistas que alteram a realidade objetiva, além de seu resultado técnico e econômico, produzem resultados afetivos e políticos. Ao se perceberem proprietários de alguns dos meios de produção, responsáveis pela organização do trabalho e pelos resultados que alcançam, sentem-se mais empoderados, aumenta a confiança na capacidade empreendedora do grupo, desabrocham competências individuais e acirra o espírito de luta pela melhoria da vida. Começam a perceber, a partir das relações sociais que estabelecem, a influência de sua ação coletiva. Uma práxis social que tanto fortalece suas condições de participação nos espaços da vida social, de modo mais consciente, quanto altera suas condições materiais da vida, como revela Claudineis: *“Agora nós somos empreendedor... A gente tem um empreendimento, a Cooperativa é um empreendimento, então, mudou muito, né? Pra quem era simples trabalhador, pra quem hoje em dia é empreendedor”*.

Hoje, a Cooperativa compõe o horizonte de muitos desses trabalhadores, passou a fazer parte do futuro dos cooperados, de maneira que permanecer nela é uma intenção que a maioria do grupo dos “antigos” manifesta, como alguns depoimentos apontam:

[...] pra mim isto aqui é um sonho, que é uma meta que eu fiz na minha vida, enquanto eu não atingir meu objetivo, daqui eu não saio, ninguém me tira, eu morro aqui. (Valmir)

[...] até agora eu estou aqui, gosto daqui, não vou sair até morrer... aqui, eu fico aqui mesmo. (Rubens)

[...] eu parei [encontra-se afastada da Cooperativa por motivo de doença] mas eu continuo lutando na Cooperativa, tendo reunião pra participar, tendo palestra, eu sempre estou participando, então, eu sou uma cooperada até hoje e acho que eu vou morrer cooperada. (Vanda)

Aí, fui pegando amizade com todos e fui me encaixando na Cooperativa... e agora, hoje, eu pego firme e, se Deus quiser, eu nunca vou sair de dentro disso daí, eu vou morrer nela. (André, atual Diretor Secretário)

As retiradas dos sócios que compõem essa Frente de Trabalho da Cooperativa que realiza suas atividades coletivamente decorrem da quantidade, tipo e valor do material

comercializado. A Cooperativa também contabiliza para definir os valores das retiradas, o repasse do Poder Público Municipal, que provém dos convênios firmados. Do valor obtido, descontam as despesas correntes, reservam os valores dos fundos estatutários e dividem o montante que sobra entre os cooperados, de acordo com os dias/horas trabalhados, independentemente de quantos cooperados estejam, diretamente, envolvidos com as atividades específicas do convênio e seus aditivos. Todos recebem igual.

Diferem, portanto, dos catadores autônomos da Frente 1 pelo modo coletivo de trabalharem e de repartirem igualitariamente os ganhos. Enquanto os catadores que apenas comercializam juntos praticam o associativismo, os que trabalham coletivamente praticam o cooperativismo.

Essa forma de remuneração assemelha-se, em parte, à remuneração variável praticada na empresa capitalista, em que dos resultados auferidos depende a remuneração. A diferença está na proporcionalidade, ou seja, enquanto na Cooperativa todo o lucro é acessível ao trabalhador, direta ou indiretamente, na empresa capitalista, apenas parte dele é dividida. Naquela, o resultado de todo o esforço individual e coletivo é compartilhado por todos; nesta, o resultado é apropriado pelo dono do capital, aquele que possui os meios e os bens da produção, o qual concede parte dele aos trabalhadores como forma de recompensa pelo esforço empreendido.

O relato de Absai, cooperada, denota indícios da apreensão dessa diferença: *“[...] eu tive uma experiência de vida bem grande, que eu não tinha, hoje que vejo que eu sou dona, praticamente, do negócio, meu mesmo, que a gente trabalha, quanto mais faz, melhor pra gente [...]”*.

Quanto mais e melhor trabalham, maior o rendimento, certo? Essa conclusão, mesmo sendo assimilada em sua lógica e pactuada pelo grupo, não é aplicada integralmente. A despeito de tantos esforços e estratégias, no cotidiano, verifica-se que a defasagem entre os

resultados possíveis e os constatados é grande. A previsão de produção do trabalho com os recicláveis, de acordo com as observações empíricas de vários grupos, toma por base a produção média de resíduos sólidos, por dia, de seiscentos gramas por habitante. Desse peso, quinze por cento corresponde aos recicláveis. Conjugando-se o tipo de coleta adotado com o nível de conscientização da comunidade, com a infra-estrutura disponível, com a logística utilizada, com as perdas previstas e com o processamento efetuado, pelo menos sessenta gramas/dia/habitante ou seis toneladas/dia, no caso de Assis, deveriam ser retirados. No caso da COOCASSIS, é possível notar que a produção está abaixo do potencial que ela possui, pois ela retira cerca de trinta e cinco gramas/dia/habitante, conforme Quadro abaixo, como identificam vários fatores presentes e recorrentes no cotidiano, cuja superação nem sempre é possível de imediato, algumas pela complexidade que apresentam, outras, por não estarem sob a ação direta dela, como a implementação de campanhas educativas e publicitárias permanentes.

Comparação entre a previsão de produção de lixo e a triagem dos recicláveis na Cooperativa				
Previsão média lixo/dia/habitante (kg)	Materiais recicláveis			
	Previsão (%)	Triagem possível (kg)	Triagem na Cooperativa (kg)	Defasagem (perda) (kg)
0,600	15	0,060	0,035	0,025

Quadro 2. Comparação entre a previsão de produção de lixo e a triagem dos recicláveis na Cooperativa

Entre as causas que elegem estão as que se referem aos cooperados propriamente: sua capacidade individual (faz corretamente suas atividades?, mantém bom ritmo de trabalho?), suas atitudes em relação ao grupo (está comprometido com o coletivo?, procura cooperar com os demais?).

Ao Conselho de Administração sobrevêm algumas preocupações: como manter um nível médio de rendimento do grupo, uma vez que dele dependem as retiradas no final do mês? Como lidar com o desempenho individual insatisfatório, com as ausências freqüentes ao

trabalho? Até mesmo porque esses fatos são sempre questionados pelos demais cooperados, em relação àqueles que não correspondem em seu desempenho, que “ficam morcegando”, como costumam dizer, que não se esforçam. Diferentemente, o grupo demonstra tolerância com aqueles cooperados, que, por limitações individuais, têm seu desempenho reduzido.

São medidas e valores próprios de quem vai dando à produção um sentido coletivo, cujos resultados servirão, indistintamente, a todos os seus produtores. Desempenho comprometido, baixo, e que precisa ser alterado, é aquele exibido por cooperado que não se esforça. Se o companheiro é mais idoso, ou mais lento, mas está comprometido com o projeto, não se constitui um caso de desempenho comprometido.

De acordo com a época e a dimensão da problemática, procuram adotar estratégias em sua maioria construídas a partir de discussões entre os pares e a Assessoria da UNESP. Desse modo, logo no início do trabalho coletivo, primeiro convênio com a Prefeitura, decidiram que os casos de cooperados com problemas de desempenho ou de muitas ausências seriam discutidos pelo grupo todo, em suas reuniões semanais. Como a estratégia culminava com a votação pela exclusão ou não do companheiro do grupo, ficou conhecida como “paredão”, por se assemelhar à sistemática adotada em um programa de televisão exibido à época. Muito polêmica, a estratégia, devido ao grau de constrangimento a que eram submetidos o cooperado que estava sendo julgado e os que deveriam votar, foi com o tempo sendo preterida. Como já era previsto no Estatuto, o Conselho de Administração, juntamente com os coordenadores, assumiu esse papel. Contudo, ainda hoje, muitos sugerem que ela seja retomada, porque assim podem logo “cortar o mal pela raiz”, referindo-se, muitas vezes, à demora para o desligamento de pessoas que não se adaptam à atividade coletiva. Experimentaram, também, o tradicional procedimento de avaliação de desempenho adaptado à realidade da Cooperativa, por um grupo de trabalho, composto por coordenadores, membros do Conselho de Administração e da Assessoria da UNESP. O grupo de avaliação contava sempre com a presença de coordenadores

e membros do Conselho de Administração, assistidos por um membro da equipe da Assessoria. Entre as dificuldades encontradas na aplicação dessa estratégia, destaca-se aquela, destacada pelos avaliadores, referente ao desconforto em se deparar com o colega avaliado e apontar-lhe os aspectos desfavoráveis de seu desempenho, sentiam-se como se estivessem abusando do poder. Os problemas eram ainda maiores, quando o avaliado tinha dificuldade em receber informações a seu respeito, chegando, em alguns casos, a gerar grandes polêmicas. Avaliaram, também, que o procedimento com grupos de três avaliadores, mantinha muitos ocupados com a tarefa, afastados de suas atividades operacionais, por longo período de tempo, contribuindo para o acúmulo dos serviços a serem realizados.

Como tem sido com tantas outras situações, na Cooperativa, o procedimento experimentado, posteriormente, foi adaptado às suas necessidades e condições. Para tanto, os avaliadores não dependeram da adoção de uma metodologia previamente definida, apenas foram promovidas discussões acerca de seu valor e limites e, quase espontaneamente, foi sendo construído o modelo vigente. Escapando do rigor burocrático do anterior, que constava de registros em fichas individuais, preenchidas e assinadas pelos avaliadores, o processo atual foi simplificado e se tornou informal: as fichas assinadas foram substituídas por breves anotações no caderno de um dos participantes do processo. Frequentemente, coordenadores e Conselho de Administração realizam “reuniões de avaliação”, nas quais discutem o andamento das atividades das áreas de trabalho (esteira, prensas e coleta seletiva) e identificam cooperados com rendimento insatisfatório. Decidem pelo encaminhamento a ser seguido: orientar ou advertir o cooperado, bem como, quem serão os responsáveis pela ação, ou seja, reunir-se com o cooperado em questão. O processo tornou-se mais ágil e tem-se mostrado eficaz; no entanto, salientam que permanece o peso da responsabilidade em avaliar os companheiros e sonham com o dia em que todos assumam, integralmente, suas responsabilidades, reconheçam-se como

“donos verdadeiros do negócio” e que não precisem mais cobrar uns dos outros. A produtividade resultaria dessa (utópica) harmonia.

Essa avaliação de desempenho implementada na COOCASSIS, enquanto estratégia de controle da produtividade, revela um processo de apropriação nascido tanto do reconhecimento, por parte dos envolvidos, de seu real valor como instrumento auxiliar para o acompanhamento e melhoria da produtividade, quanto da disponibilidade para construir novos conhecimentos. Conseguiram, a partir desse processo, identificar fatores importantes a serem considerados, quando procuram reconhecer se o cooperado corresponde ao que o grupo espera dele. Alguns fatores se referem a: presenças ao trabalho, cooperação, comprometimento. Também reconhecem que ter iniciativa traz grande contribuição ao andamento dos trabalhos. É com muita propriedade que conseguem respeitar os limites de seus pares, desde que não haja má vontade.

Por ocasião da crise administrativa e financeira pela qual a Cooperativa passou, no final de 2005, no período, imediatamente, seguinte à implantação da Coleta Seletiva e término do repasse financeiro do Poder Público, o rendimento coletivo teve uma queda considerável. As retiradas mensais estavam menores que o valor do salário mínimo vigente, inviabilizando, inclusive, os recolhimentos da Contribuição Previdenciária. Muitos cooperados saíram, sobrecarregando os que permaneceram. A insatisfação causada, o desânimo e o cansaço contribuíram para o aumento do número de ausências no trabalho que, conseqüentemente, comprometia ainda mais o rendimento do grupo, refletindo diretamente nos rendimentos. Claudineis, atual presidente, lembra aquela época difícil e relata:

[...] só efetuava o pagamento dos membros da Diretoria, após terem sido pagos os demais cooperados.[...] Chegava o dia de pagar o pagamento na mão e na hora... o tanto que vendia... nós falava pro pessoal... Eu falava: “oh, pessoal, não vai dar pra fazer retirada hoje, vamos deixar pro dia vinte”. O pessoal, ninguém percebe, mas a gente tinha uma retirada que era todo dia 15, ela foi andando, andando, andando, até chegar no dia 28.

Essa dura experiência foi tomada como um marco no desenvolvimento da Cooperativa, freqüentemente mencionada por muitos cooperados. Serviu como um divisor entre os que se sentiam verdadeiramente comprometidos com a Cooperativa e os demais, interessados apenas na renda, como consideram. Sônia, que se coloca entre os comprometidos, pondera: “[...] *se fosse problema de dinheiro, igual àquela caída lá de cinqüentão, setenta reais por mês, eu tinha saído. Eu tive várias propostas (de outros trabalhos) naquela época pra mim entrar. Eu não saí, eu fiquei, entendeu?*”

Entretanto, a contradição também circulava entre os que permaneceram. De um lado, as razões de sócio comprometido com a Cooperativa, que estava decidido em permanecer, apostando nas possibilidades de juntos superarem a crise. De outro, o trabalhador que quer e precisa de seus rendimentos para garantir sua sobrevivência, arcar com suas despesas mensais. Descolar-se da figura “sócio-trabalhador” e desempenhar a posição de “empregado”, aquele que reivindica seus direitos, buscando estratégias para pressionar o patrão, parece ter sido a lógica adotada por um grupo de cooperados que, em dado momento, decidiu interromper suas atividades. Fátima relembra o ocorrido:

[...] *uma vez nós fizemos uma grevinha aí, né? (risos), até uma greve, né? fizemos uma greve, nós estava... mas na hora que o Jefferson (Diretor Presidente à época) chegou, a primeira que sentou, foi a primeira que levantou... Aí, “vamos trabalhar, vamos trabalhar”, mas, na verdade, ela já tinha sido a primeira, porque nós não ia ter pagamento: “nós vamos trabalhar, pra que? Todo mundo duro, sem nada...”*

A crise também se tornou referência para indicarem procedimentos e condições favoráveis ou desfavoráveis ao seu desenvolvimento – uma aprendizagem, como alerta Solange:

[...] *quando nós tivemos aquela quebra lá, com o Jefferson, foi porque só foi soltando dinheiro, só foi soltando... E a gente que tem essa experiência aí... a gente pode ter a visão que se continuar do jeito que está, pode quebrar, e eu não quero isso pra Cooperativa, eu acho que se todo mundo não enxergar com os olhos da gente, isso aqui vai “pro beleléu” do mesmo jeito que foi no passado...*

Naquela ocasião, para enfrentar o excesso de ausências ao trabalho, foram criando regras, nem sempre aceitas pelos faltosos: o cooperado que faltasse um único dia, sem atestado médico ou justificativa plausível, perderia também o direito à remuneração de um segundo dia, o equivalente ao descanso semanal; o valor mensal relativo à soma dos dias de trabalho dos que faltaram passou a ser rateado entre os que não faltaram, pois avaliavam que estes trabalharam por aqueles. Até hoje, mantêm esse procedimento, porque o consideram eficaz, tanto por ser justo, como por ser disciplinador. Participar do “rateio” é sempre significativo, financeira e simbolicamente. Gostam de exibir aos demais e, inclusive, a nós, da Assessoria, que não tiveram nenhuma ausência ao trabalho.

Outra situação ilustrativa da preocupação do grupo em superar as dificuldades surgidas como obstáculo para a obtenção de resultados melhores concerne à Coleta Seletiva, cujo volume de materiais recolhidos estava abaixo do esperado. Em conjunto com a Assessoria da UNESP, foi constituído um Grupo de Estudos para Avaliação e Replanejamento da Coleta Seletiva. Confirmando o desejo de manter o envolvimento dos cooperados, os membros do Conselho de Administração convidaram outros cinco cooperados, participantes da atividade da coleta, para comporem o grupo.

A realização da Coleta Seletiva de porta em porta, que deve ser cuidadosa, para não saltar domicílios e ruas, é alvo de freqüentes reclamações por parte dos moradores: “[...] não passaram em casa esta semana”. As justificativas dos cooperados de que “o morador não estava em casa”, ou “rende muito pouco a coleta desta rua”, sempre desvia o foco principal da discussão, ou seja, é fundamental convencerem os moradores a separarem seu lixo e a doarem os recicláveis. Ainda que ponderem que está em jogo, tanto o montante de materiais recicláveis coletados, quanto a credibilidade da Cooperativa, a problemática permanece. Igualmente a retirada dos recicláveis dos pontos fixos, geralmente comércios, escolas e outras instituições, que garante bom volume de materiais, constantemente, esbarra com problemas de logística, em

regra falhas no planejamento e de comunicação. Dificilmente utilizam o quadro de controle semanal construído para registrar a programação da semana, preferindo confiar na memória que, invariavelmente, falha e depois obriga a “correr atrás do prejuízo”.

O Grupo de Estudo constituído trabalhou a partir dos dados levantados pelos estagiários da UNESP no acompanhamento das atividades da Coleta Seletiva. As situações-problema eram intensamente discutidas, analisadas, propostas as ações corretivas e indicados os responsáveis pela sua aplicação. O processo foi longo, muitas reuniões aconteceram, vários procedimentos foram modificados imediatamente, inclusive sem depender de iniciativa do Conselho de Administração, apenas com o envolvimento de alguns que desenvolviam as atividades. Porém, nem tudo se resolveu e algumas medidas não foram duradouras, de sorte que, antes mesmo da conclusão do processo, as dificuldades reais para reunir o grupo, no cotidiano, dado o acúmulo de serviço que os cooperados tinham e outras razões de ordem menos objetiva – como considerar que são muitas reunião, que fazem “perder” muito tempo – as atividades foram suspensas.

A preocupação com o rendimento no trabalho e sua conseqüente remuneração, como se constata, tem sido, insistentemente, ponto de pauta das reuniões do Conselho de Administração. Este, em uma de suas discussões, deliberou pela formação de um grupo de trabalho, que, como resultado de sua análise, apresentou algumas estratégias, entre as quais o aumento da carga horária de trabalho semanal e do tamanho do grupo, aperfeiçoamento das atividades realizadas e reorganização do trabalho.

A decisão de estender o tempo de trabalho para os sábados à tarde e de trabalhar também em dias de ponto facultativo e feriados (respeitando-se apenas os “grandes feriados nacionais”) foi implementada, por ocasião de uma fase de muitas dificuldades, com rendimentos muito baixos e acúmulo de materiais a serem processados e comercializados. Avaliaram que ia medida só foi possível com muita insistência, já que alguns cooperados

insistiam em acompanhar o calendário dos servidores públicos, com os quais convivem diariamente, no Parque de Reciclagem. O grupo vem conseguindo dar à produção um sentido, até então, pouco visível, de imediato, garantir o trabalho e a renda de cada um, e quando há aumento da produtividade, investir no desenvolvimento da Cooperativa, garantindo, em médio prazo, vida melhor para todos.

As admissões em grande número de cooperados, ocorridas na COOCASSIS, especialmente em virtude dos convênios firmados com a Prefeitura, também constituíram obstáculos, ainda que momentâneos, ao rendimento do trabalho na Cooperativa. Durante seu desenvolvimento, muitas admissões e demissões se efetivaram; entretanto, um grupo de aproximadamente vinte cooperados tem sido permanente, nestes últimos quatro anos. Essa peculiaridade levou-os a serem reconhecidos como “os velhos”. Em contrapartida, os demais são conhecidos como “os novos”. Essa diferença, no cotidiano, por vezes parece explicar os desempenhos desfavoráveis, levando à acusação de que “os novos” não têm o ritmo de trabalho desejado, de que não entenderam as regras, ou de que não estão, ainda, comprometidos com a Cooperativa, não incorporando seus princípios e valores. Reconhecem que há um descompasso, como interpreta Solange, uma “velha” cooperada: “[...] *a gente penou pra levantar, e hoje todo mundo pegou o prato feito...*”. Outras vezes, recuam, concluindo que não é possível generalizar, que tanto pode haver “novos”, quanto “velhos” com desempenho e comprometimento desfavoráveis ou favoráveis. Desejam que todos se unam para nivelar os conhecimentos e o comprometimento do grupo, como manifesta Sandra, atual Diretora Administrativa: “[...] *apesar de ter os novos que não entra nesse negócio do cooperativismo, mas também ninguém nasceu sabendo. Eu acho que quem sabe, que está aqui há mais tempo, tem que passar pros outros [...]*”.

Essa compreensão, aparentemente contraditória, que têm em relação às inclusões de novos cooperados, aponta para a necessidade de a Cooperativa implementar

mecanismos que contribuam para que os novos cooperados possam se adaptar ao novo trabalho, mas, especialmente, à nova forma de trabalhar, aprendendo e assimilando os valores do cooperativismo, particularmente a democracia e participação. Além dos cursos promovidos pela Assessoria da UNESP, dos quais participam, é essencial potencializar a troca de conhecimentos, no cotidiano, a aprendizagem no próprio local de trabalho (entre “velhos” e novos”), a participação em grupos de trabalho e a promoção de reuniões que envolvam todos os cooperados. Constituir espaços democráticos de circulação da palavra, nos quais novas idéias possam brotar e a responsabilidade e o compromisso venham a se estabelecer.

Com tantos desafios a serem enfrentados, a COOCASSIS tem sido uma referência, na região, para os demais grupos, com respeito aos rendimentos e garantia de recolhimento da Previdência Social de seus cooperados. Tais resultados são possíveis, tanto pelos valores praticados nas comercializações de seus recicláveis, fruto do aprimoramento de seu trabalho técnico, quanto dos repasses financeiros previstos nos convênios firmados com a Prefeitura, resultado igualmente de sua competência administrativa e política.

Como o cotidiano da COOCASSIS demonstra, são várias dificuldades e contradições que aproximam produção e remuneração. Algumas que se apresentam mais concretamente ou insistentemente, e outras, de forma indireta ou eventual. A tendência geral de buscarem respostas imediatas às situações enfrentadas vai, aos poucos – como fruto da maturidade e do desenvolvimento que vão adquirindo – cedendo lugar à reflexão, a um olhar mais pormenorizado e, por fim, à análise mais apurada. Conciliam a necessidade das respostas imediatas exigidas, cotidianamente, com a pertinência do trabalho e do futuro planejados. Claudineis ressalta essa mudança:

Mas pensando assim, o planejamento da Cooperativa, quando a gente pensa... hoje não, porque hoje a gente está pensando, quando a gente vai pensar uma coisa agora, a gente tem aquilo que a gente criou lá no planejamento, que nós fizemos na capacitação, pra pensar um coisa maior... Mas pensar sozinho, que nem a gente estava pensando lá atrás, vixe...

Sentava eu e o Jéferson... a gente sentava e falava assim: "o que que vai fazer"?

Remuneração melhor já é entendida, por muitos, como resultado do processo de apropriação que está em curso, de novos conhecimentos, inclusive técnicos, e dos meios de produção. Resulta, também, do exercício permanente da democracia, do protagonismo de uma nova história e da autonomia, enquanto coletivo de proprietários e gestores do próprio empreendimento, como argumenta Sônia:

[...] gosto muito de trabalhar na Cooperativa, sei lá, num tenho noção até hoje de sair, não, mas eu espero que melhora, que a Cooperativa pra mim ainda não está andando com as própria perna, eu tenho fé em Deus, que ela ainda vai andar, sem precisar da ajuda de ninguém, só nós mesmos, ainda vamos lutar e vencer!

Remuneração também já não é o único aspecto que valorizam, na Cooperativa, porque, conforme abordamos na discussão sobre o espaço de trabalho, outras dimensões se fazem presentes. Paralelamente, há uma mudança de perspectiva de vida, como denotam os depoimentos da Absai e da Vilma, respectivamente:

[...] estou até hoje na Cooperativa, gostei muito, é uma fonte de vida pra mim... financeira, com tudo... e gosto muito dos companheiros de serviço [...]

[...] enquanto Deus me der força, saúde e se não houver algum problema mais pra impedir a gente, eu gostaria de ficar até o fim nesta Cooperativa, porque aqui é o meu ideal.

A experiência da COOCASSIS, no que se refere aos rendimentos de seus cooperados e a sua produção, revela que as formas atuais de remunerar seus sócios (catadores autônomos e do trabalho coletivo) surgiram de um processo construído coletivamente, ao longo de sua existência. Pouco se assemelha à remuneração nas empresas capitalistas, já que, ainda que adotem alguns dispositivos parecidos, os fins são outros, como, por exemplo, a avaliação do desempenho dos cooperados.

Diferentemente das condições de trabalho e de remuneração nas empresas privadas, na Cooperativa os sócios, que também são os trabalhadores, compartilham de modo igualitário e integral dos resultados econômicos obtidos. “Participação nos lucros” não é estratégia para motivá-los, mas direito dos cooperados que lutam para viabilizar a Cooperativa e mudar as condições objetivas de suas vidas.

Sujeitos às oscilações do mercado e à sazonalidade do consumo, buscam alternativas para possuírem mais autonomia de trabalho, se tornarem proprietários definitivos dos bens e meios de produção, avançarem na cadeia produtiva dos materiais recicláveis e implementarem uma rede com outros grupos de catadores da região de processamento, transformação e comercialização de materiais recicláveis. Com o apoio da Assessoria da UNESP, têm elaborado projetos para o estabelecimento de convênios com o poder público que reconheçam o valor do trabalho que realizam, bem como para a captação de recursos públicos que viabilizem dotar a Cooperativa de toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

É importante reconhecer, conforme Aguiar (2007, p. 107), que “[...] as iniciativas de busca pela sustentabilidade dos empreendimentos populares se inscrevem no tensionamento entre as forças de manutenção e conservação das condições que estão postas e as forças de ruptura que procuram a transformação do existente”.

Os cooperados deparam-se com conquistas e desafios, convivem com condições adversas, mas vão, cotidianamente, fortalecendo e ampliando suas condições técnicas, administrativas e políticas, para, coletivamente, alterarem a realidade. E esse processo de tantas alterações, os faz perceberem o valor do seu trabalho, de modo distinto do que antes viam. Trabalhar na Cooperativa é mais do que garantir a sobrevivência, como Alexandre procura explicar:

Era pra mim entrar no DER, eu não entrei porque não quis, eu estava trabalhando aqui, foi um homem, até um homem vizinho lá, que mora perto de casa, ele ofereceu um serviço pra mim, trabalhar de montador de torno. Eu ia ganhar novecentos real. Eu falei: “Não, eu prefiro trabalhar na Cooperativa. Pelo menos, lá dentro da Cooperativa eu tenho liberdade. Que eu não gosto de ser mandado pelos outro”, falei na cara dele.

6.3 Relações com instituições: exercício político e aprendizagem

A ponte não é de concreto, não é de ferro
 Não é de cimento
 A ponte é até onde vai o meu pensamento
 A ponte não é para ir nem para voltar
 A ponte é somente pra atravessar
 Caminhar sobre as águas desse momento.
 Lenine/Lula Queiroga

Nessa discussão, procuramos demonstrar como as relações que a Cooperativa manteve e mantém com várias instituições, algumas permanentes e outras mais eventuais, têm sido decisivas para o caminho que vem percorrendo e suas conquistas, influenciando seus cooperados. Essas relações contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência mais crítica, em relação à realidade social, possibilitando que esses sujeitos ao alterarem a posição nela ocupada, passassem também a nela intervir. Todavia, consideramos ainda como muitas dessas instituições, entre as quais a universidade, foram afetadas pela Cooperativa, revelando uma dinâmica de múltiplas influências, inclusive entre as instituições.

A COOCASSIS – como relatado em sua história, surgiu do compromisso de algumas instituições com a classe trabalhadora e de suas preocupações em relação às condições de trabalho e de vida dos catadores, mais especificamente. A Cooperativa, além de

receber o apoio da equipe da UNESP, Campus de Assis, e da Igreja Católica, por intermédio da Cáritas Diocesana, também passou a contar com a parceria da Prefeitura Municipal, logo em seu início. Nesses cinco anos de trajetória, foram estabelecidas relações com muitas outras instituições, como: Câmara Municipal, igrejas, órgãos da imprensa, especialmente falada e escrita, escolas e universidades, sindicatos de trabalhadores, bancos e outras empresas públicas e privadas e, por fim, com a comunidade em geral.

Essas relações têm propósitos, estratégias e efeitos distintos. Entretanto, todas visam a contribuir para a sustentação de uma rede que viabilize o trabalho do catador organizado coletivamente, bem como o funcionamento e o desenvolvimento da Cooperativa. Tais contribuições poderiam representar o reconhecimento desses segmentos da sociedade pelo importante trabalho que os catadores desenvolvem ao destinarem, corretamente, os materiais recicláveis, descartados em decorrência do excessivo consumo humano contemporâneo.

Várias dessas instituições, que esses catadores hoje freqüentam, conheciam apenas os prédios por fora, como: Prefeitura, Câmara Municipal, Bispado, UNESP, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. Atualmente, são recebidos no Gabinete do Prefeito, circulam pela Câmara Municipal, reúnem-se com o Bispo, sentam-se à mesa para negociar com gerentes de bancos, participam de mesa-redonda em universidades e dialogam com a mídia.

Ainda que em caráter mais eventual, mantêm contato com outras autoridades, como prefeitos de outros municípios, deputados estaduais, federais e senadores. Por ocasião da visita do Presidente Lula a Assis, em novembro de 2005, os membros do Conselho de Administração participaram da solenidade, conversaram com diversas autoridades e, inclusive, o Diretor-Presidente da Cooperativa, também na condição de liderança do Movimento Nacional de Catadores, teve a oportunidade de entregar, pessoalmente, ao Presidente da República, um documento com as reivindicações da categoria. (ANEXO A).

Envolvidos nessa rede de relações, reconhecem que a forma atenciosa e respeitosa como têm sido recebidos e tratados se deve ao fato de representarem um coletivo, a Cooperativa. Sandra, atual Diretora Administrativa, reconhece essa mudança:

[...] porque eu como Sandra, o Nivaldo, qualquer outra pessoa, não tem como você entrar numa Câmara. Por exemplo, lá na Prefeitura você quer... falar com o Prefeito. Está certo, como morador, como um... qualquer que pague imposto pode ter contato com o Prefeito, mas, não diretamente. [...] você não vai ter uma... como fala? [audiência] “Eu sou da Cooperativa e quero uma hora com o Prefeito...”. A Cooperativa, então, é como o Daniel falou, serviu de uma influência na vida da gente, então, acho que é uma coisa muito gratificante.

A natureza da instituição em si e seus propósitos determinam, inicialmente, o caráter das relações com a Cooperativa, no entanto, a maioria resulta de uma construção entre as partes envolvidas.

Transitar pelos meandros dessas redes de relacionamentos tem requerido muito esforço, tolerância e aprendizagem, particularmente dos catadores e mais ainda dos dirigentes da Cooperativa. Cabe destacar que, anteriormente à participação nesse projeto coletivo, a vivência política que possuíam era inexpressiva. Vivência política aqui referida como uma prática cotidiana de negociações, que exige competência e discernimento para apreender os diversos aspectos presentes na situação, de modo a subsidiar o processo de decisão: recuar, ceder ou avançar nas propostas apresentadas ou recebidas – e na medida certa.

A Assessoria da UNESP tem procurado desempenhar, também, o papel de intermediador dessas relações, revestindo-o de um caráter pedagógico.

6.3.1 COOCASSIS e UNESP: aprendizagem mútua e alteração da realidade

A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminado tal como a prática que ilumina o pensamento é por ele iluminada.

Paulo Freire

O estreito relacionamento mantido entre o grupo da Cooperativa e a equipe da Assessoria da UNESP é sustentado por um projeto de extensão de serviços à comunidade, como vimos anteriormente, na história da COOCASSIS. Por meio da Assessoria prestada, a universidade tem contribuído para a construção de uma leitura mais crítica da realidade, que busca desnaturalizá-la, identificando sua determinação histórica e social e desvelando seus aspectos políticos e os interesses em jogo, bem como para a intervenção na realidade, com o objetivo de alterá-la. Por se tratar de um processo que não ocorre imediatamente, que depende da aquisição de novos conhecimentos, da apropriação de novos valores e do desenvolvimento de uma consciência mais crítica, possíveis a partir da existência de oportunidades concretas de aprendizagem, de certo esforço e exercício de decisão-ação-reflexão, a universidade tem procurado desempenhar o papel de mediadora dessa construção.

A dimensão política da vida vai sendo, aos poucos, descoberta, fazendo sentido, auxiliando na compreensão da vida social e econômica. Claudineis enfatiza a contribuição da universidade para a viabilização do projeto:

[...] esse trabalho de extensão da UNESP, na pessoa da Ana Maria e do “seu” Carlos, ajudou a mudar muita coisa, porque só com a gente, com o nosso conhecimento, a gente não ia mudar muita coisa, não. Mas esse trabalho de mostrar pra gente que a gente tem um papel dentro da sociedade, de pegar pessoas que estavam excluídas do mundo do trabalho e trazer pra dentro e mostrar pra ele que ele tem condições, sim, de concorrer e até de vivenciar um futuro melhor dentro da atividade que está fazendo... quem ia imaginar a atividade de catador... A Cooperativa hoje tem um projeto tão bom como ela tem, né?! Então, pra gente, conseguir tudo isso, precisou passar por capacitações, isso mostrou assim, mostrou muito bem que é política também.

Eu acho que esse papel do catador, dele conhecer assim, de ser mais político, entender o papel dele dentro da cadeia produtiva, que é catar o material reciclável, mas não aquele material como esmola, a gente ser um agente, assim, que consegue catar o material, dar a destinação certa e ainda gerenciar o seu trabalho. [...] mostrar pra gente assim, “oh, isso aqui é de vocês, vocês têm condições, sim”.

Concomitantemente, ao ajudar na construção de conhecimentos desse segmento da comunidade na qual se insere, a universidade também produz conhecimentos a partir dele ou com ele. Essa relação, que, a princípio, poderia simbolizar a extensão como uma via de mão dupla, tem ido além. Ela tem possibilitado que, juntas, comunidade e universidade promovam alterações na realidade concreta. Nesse sentido, conforme Melo Neto (2004, p. 54),

[...] extensão como um trabalho social com uma utilidade definida. [...] certo tipo de trabalho em desenvolvimento entre universidade e sociedade, não como entes separados, mas em relação permanente entre si e que, nem por isso, deixam de se diferenciar. O sentido que se propõe é de um trabalho social útil como processo educativo, cultural e científico, porém voltado à construção de uma nova hegemonia. [...] configurado com a própria classe subalterna, especialmente dirigido à organização dos seus diferentes setores.

Guiada pela perspectiva da Pesquisa Participante, da Educação Popular, da Filosofia da Práxis e da Psicologia Sócio-Histórica, considerando que esses trabalhadores devem ser protagonistas de sua própria história, a equipe da Assessoria da UNESP não apenas tem-se comprometido com o desenvolvimento dos programas de alfabetização, de círculo de cultura e de capacitação, como acompanha e participa de muitas das atividades cotidianas da Cooperativa. Tal estratégia vem possibilitando aprendizagem aos participantes de ambas as partes: Cooperativa e UNESP, catadores, alunos e professores. A leitura de Vanda expressa essa possibilidade de aprendizagem mútua: *“[...] a gente não sabia nada, nós todos, unidos, nós aprendemos junto. Tanto a gente aprendeu com a UNESP, com a UNESP dando apoio, como a UNESP aprendeu com a gente, o dia-a-dia de um catador, e isso pra mim foi muito importante”.*

E nesse cotidiano movimentado, dinâmico e, muitas vezes, contraditório, conflituoso e instável, o grupo da Cooperativa e a equipe da UNESP vêm-se,

permanentemente, envolvidos com reuniões de grupo de cooperados, dos Conselhos, Assembléias, grupos de trabalho, elaboração e implantação de projetos, organização e realização de eventos, elaboração de documentos, atividades junto ao Comitê Regional de Catadores, ao Movimento Nacional de Catadores e a outros movimentos sociais e instâncias políticas, estabelecimento de convênios e parcerias, contatos com a mídia e ações junto à comunidade, em que se dá dialeticamente o processo de aprendizado mútuo destacado por Paulo Freire e tão bem compreendido por Vanda.

6.3.1.1 A construção dos caminhos da educação e da capacitação na Cooperativa

Quem ensina, aprende ao ensinar.
Quem aprende, ensina ao aprender.

Paulo Freire

O espaço de trabalho da Cooperativa, como temos procurado demonstrar ao longo desse estudo, tem se caracterizado como uma oficina pedagógica, na qual, o processo de aprendizagem é permanente. Contudo, esse processo pode ser potencializado, se houver espaços próprios para a educação, como ocorreu com a COOCASSIS.

Hoje, espaço e tempo de trabalho na Cooperativa não são mais exclusivamente de trabalho. Paralelamente à dimensão econômica, social e política que atravessa seu cotidiano, a educação e a cultura têm espaço reservado, ocupando tempo e espaço, que, em tese, deveriam ser dedicados à produção.

No desenvolvimento do projeto junto à COOCASSIS, fomos delineando as três principais direções às quais se voltariam a educação e a capacitação de seus cooperados. Primeiramente, sem estabelecer hierarquia, foi realizado um conjunto de ações, entre cursos, oficinas, grupos de trabalho, palestras e visitas técnicas, que deveria buscar a capacitação para o trabalho na economia solidária e no cooperativismo. Os temas abordados nos cursos iniciavam-se com a Introdução à Economia Solidária, para todos os cooperados, e se aprofundavam em Gestão do Trabalho Coletivo para os envolvidos com as atividades de coordenação. Nessa perspectiva, por ocasião da implantação da Coleta Seletiva, todo o grupo participou de amplo programa preparatório. As estratégias adotadas procuravam abordar os temas a partir das experiências de vida, conhecimentos dos participantes e da realidade atual de trabalho.

Nesse sentido, consideramos que os grupos de trabalho e as oficinas temáticas, como Planejamento Estratégico, Planejamento de Coleta Seletiva, entre outros, constituem-se espaços privilegiados de aprendizagem, por permitirem aos participantes, desde situações concretas, a desenvolverem o raciocínio abstrato, requerendo esforço intelectual para anteverem situações, cenários ou os resultados de seu trabalho. Situações que os aproximam da superação da fragmentação do trabalho e do desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Vanda relata-nos como tal processo possibilitou seu crescimento:

Através da Cooperativa, a gente aprendeu, Ana, não foi só o serviço, que agora a gente estava falando, só em serviço. Vamos falar um pouquinho do social, nós aprendemos a conversar, a fazer palestra, é uma coisa que a gente não... eu não... Principalmente eu, era uma pessoa fechada, eu não sabia conversar, então, através da Cooperativa, com o apoio da UNESP e dos alunos, eu aprendi a conversar, a saber dialogar com os outros. Então, a Cooperativa, trouxe isso, eu acho que não foi só pra mim, não, pra muitos, acho que pra todos os associados.

E Vilma, por sua vez, destaca como a vivência nestes espaços estimulou-a para outras conquistas:

Daí com reuniões, a Ana Maria e o Carlos, eles faziam muitos cursos, eu fui participando dos cursos, até que eu comecei a entender, realmente, o que era cooperativa. Daí, nestes cursos, foi me incentivando, que eu tinha vontade de estudar, morria de vontade de estudar, mas eu não sabia como que eu ia começar o meu estudo. Eu não sabia como, a gente ia muito lá na UNESP fazer reuniões, cursos de capacitações e foi me incentivando, me incentivando, depois teve aulas aqui na Cooperativa antigamente, eu comecei a participar da aula [...] Comecei... fiz o vestibular, passei, estou fazendo minha faculdade, mas isto é fruto de experiência de cursos que veio lá atrás, quando eu comecei na Cooperativa.

A compreensão de que esse espaço pode contemplar outras dimensões da vida, como a educação, não surgiu espontaneamente. Ela foi fruto de uma longa caminhada, de muita insistência e sedução, por parte dos membros da Assessoria da UNESP, de reflexão coletiva e de negociação entre as partes. O investimento em educação popular, a segunda direção estabelecida para o processo educacional e de capacitação na COOCASSIS, foi igualmente reforçada pela iniciativa do Movimento Nacional de Catadores, ao efetuar convênio para a instalação de salas de aulas do MOVA–Brasil, nas cooperativas e associações a ele vinculadas.

Era muito difícil para aqueles trabalhadores admitirem a importância de “voltarem para a escola”, como costumavam dizer. A urgência do trabalho para atendimento das suas necessidades básicas levava-os a crer que o propósito era supérfluo, o que se somava à experiência negativa e traumática que boa parte havia tido com a educação “bancária”, reduzida à transmissão de conhecimentos, que, em sua maioria, pouco sentido faziam em suas vidas.

Com o tempo, a legítima preocupação com a produtividade, da qual resultam os rendimentos do grupo, começou, ainda que timidamente, a se conjugar com o compromisso de investirem na capacitação do grupo. Participar do espaço de educação no local e horário de trabalho, conforme relatado na história da COOCASSIS, era entendido como “matação de serviço”, mera desculpa para aqueles que queriam se livrar do peso do trabalho. Atualmente, já é visto como parte das atividades de trabalho, por muitos cooperados, os quais compreendem que o desenvolvimento da Cooperativa depende, também, do nível de capacitação e

comprometimento de seus sócios. Dessa forma, há sempre um grupo de cooperados envolvido com as atividades de Educação Popular, de letramento, de capacitação para o trabalho na coleta seletiva, no cooperativismo e na economia solidária.

Toda a construção e o percurso do processo de educação e de capacitação na COOCASSIS, resultou de uma relação que considerava os saberes de ambas as partes: populares e acadêmicos. Essa postura contribuiu para que em diversos momentos, refletíssemos juntos e reorientássemos as ações.

A trajetória da Educação Popular na Cooperativa aponta para essa construção coletiva e para uma ação concomitante com a terceira direção pretendida, a do letramento. O projeto, que começou, com a demanda por alfabetização de alguns catadores (aproximadamente doze), como Educação de Jovens e Adultos na Cooperativa – EJAC – cujos educadores eram também membros da Assessoria da UNESP, era realizado no período noturno, fora do espaço de trabalho. Em sua primeira reformulação, configurou-se como Círculo de Cultura, adotando a perspectiva freireana e passou a ser desenvolvido no próprio espaço de trabalho dos educandos, em uma sala de aulas improvisada, ao final da jornada, utilizando uma hora de trabalho. Ainda que esse horário fosse bastante polêmico e interferisse na participação de mais cooperados (apenas cinco participavam), os resultados foram bastante animadores, tanto para os educandos como para os educadores. A premiação que tal projeto recebeu, conforme relatamos na história da COOCASSIS, foi uma grata surpresa a todos. Os catadores ficaram muito eufóricos com a filmagem que a equipe do Instituto Unibanco realizou com eles e, envaidecidos, por saberem que, na solenidade de premiação, da qual, infelizmente, não puderam participar, o vídeo seria exibido.

Em sua terceira versão, em meados de 2006, o espaço de educação consolidou-se como uma sala de aula do MOVA-Brasil, integrada por um grupo de vinte e seis cooperados, em média, durante dez meses. Desta vez, os encontros ocorreram em um espaço adaptado para

essa finalidade, e seu horário foi negociado, sendo definido para o início da jornada de trabalho, com o conseqüente retardamento de parte das atividades, sobretudo da Coleta Seletiva.

As reformulações do espaço de educação na COOCASSIS, por si, já indicam algumas conquistas: local adaptado e com mobiliário apropriado, ocorrendo no próprio local, em horário de trabalho e com maior número de educandos. A própria alteração metodológica, envolvendo educandos e educadores, foi uma construção pedagógica que resultou em aprendizagem recíproca. Aos poucos, foi-se delineando o lugar que a educação viria ocupar, na Cooperativa.

Com fundamento na perspectiva de uma educação política e libertadora, esses cooperados puderam melhorar seus conhecimentos sobre a linguagem falada e escrita, mas, sobretudo, dar às palavras um sentido contextualizado, relacionando-se com elas, a partir de sua condição de trabalhadores. Essa metodologia possibilita a construção de um processo intersubjetivo, conforme Vygotsky (1991), pela significação, na troca, que percorre o caminho que vai do pensamento à fala, à ação, ao sentimento e à criação.

A educação popular, por considerar a cultura do povo, seus saberes e seu cotidiano, pressupondo nova relação entre educadores e educandos, rompe com a hierarquia entre saber acadêmico e popular, funciona como um campo de exercício efetivo da prática democrática preconizada no cooperativismo popular. A desconstrução do lugar da escola que enquadra e disciplina mentes e corpos cedeu lugar a uma construção, ainda em curso, de espaço de educação com autonomia e liberdade de pensamento e de expressão, mas, principalmente, de troca e reflexão.

A construção coletiva de textos, uma prática no Círculo de Cultura, levou, em 2005, Sonia, Daniel e Cristiano a tecerem uma poesia, a seis mãos:

Roda da Cooperativa

A gente veio lá de baixo
mas agora somos daqui de cima.
Ser cooperado, eu vou falar
temos lugar certo para o material entregar.
A luta foi difícil demais
mas conseguimos nosso objetivo alcançar.

Nós vivemos dos materiais recicláveis do lixo.
Um ajuda o outro, do pequeno até o grandão
não tem diferença, somos todos catadores de papelão.
Juntos conquistaremos todos os nossos sonhos
e aí, uma lágrima de alegria brotará dos nossos corações.

O que destacar de uma construção como essa? De imediato, a impressão de ser a mais pura expressão da capacidade humana para sonhar e realizar – basta que as relações sociais permitam. Retornando àquele contexto, ressaltaria a oportunidade do espaço para construir conhecimentos e desenvolver a capacidade reflexiva. Da aula para o trabalho e vice-versa, as discussões transitavam de um espaço ao outro, estabelecendo uma articulação entre ação-reflexão-ação, contribuindo para alterar a leitura sobre uma realidade concreta, a forma de nela intervir e a própria subjetividade. A educação é mediadora da realidade e ela ajuda na constituição do sujeito. De acordo com Molon (2003), nesses contatos, esses sujeitos vão-se reconhecendo um ao outro e, assim, se autoconhecendo, realizando uma construção do eu, a partir da relação com o outro, mediada pela palavra.

Fernando, também cooperado, um incentivador da participação de seu pai Daniel, um daqueles educandos, comenta sobre essas mudanças: “[...] só nós, lá em casa, sabemos como essa escola mudou a vida do meu pai”. Mas, não eram apenas eles que sabiam. Daniel, naquele período, ficou mais participativo, dos temas discutidos nas aulas levava apontamentos para as reuniões da Cooperativa, fomentava discussões com os demais companheiros acerca da prática democrática, ainda que sua ação carecesse de melhor compreensão do espírito coletivo.

Uma forma de ensinar e aprender que remete o homem ao centro de sua atenção e o trabalho à condição de impulsionador de sua emancipação. Educação fundada na práxis, que busca na realidade dos educandos, seres sociais e históricos, a fonte de conhecimentos e reflexões, e que tem por objetivo a construção da consciência crítica, que sustenta a ação daquele sobre a realidade. A alfabetização, nesse contexto, não apresenta um fim em si mesma, porém se constitui num indispensável instrumento para a mudança de si e do mundo.

Freire (2005, p. 22) salienta: “Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo”. Resgata-se assim a dimensão coletiva distante por muito tempo na vida desses trabalhadores, cuja dominação e exploração fizeram com que a relação estabelecida com o trabalho se restringisse à fonte de sobrevivência, negando suas outras dimensões, para torná-lo um processo criativo e produtor de sujeitos de um projeto humanizador.

Educação política conjugada à cultura e música resultou em arte. Na semana da Consciência Negra, em novembro de 2006, um grupo de cooperados que participava do MOVA, juntamente com a educadora, encenaram “Zumbi dos Palmares”, no encerramento da XVI Reunião do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, realizada na cidade de Ourinhos. A bela apresentação contagiou os presentes, os quais cantaram e dançaram juntos. A alegria e a satisfação na e pela apresentação foram apenas alguns dos reflexos que a iniciativa possibilitou. O tema, discutido em muitos encontros em sala de aula, trabalhou conceitos e preconceitos e mobilizou os catadores, muitos dos quais afro-descendentes, para recuperarem sua história. Os ensaios suscitaram o exercício da cooperação, da auto-organização e da criatividade, além dos conhecimentos produzidos. Nas palavras de Freire (1980, p. 43),

[...] a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a.

Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura.

Encontros em salas de aulas, reuniões, grupos de trabalho, eventos, enfim, vários espaços compartilhados por catadores, alunos e professores. Uma relação baseada na confiança, na certeza de que trilhamos o mesmo caminho, como constata Claudineis: “[...] *hoje, sei que a UNESP quer, para nós, o mesmo que queremos. No começo, me perguntava: ‘O que a UNESP quer? O que vão ganhar com isso?’*”. Confiança que não surge apenas da idoneidade ou do *status* de universidade pública, conhecida por poucos desses trabalhadores, mas também do respeito mútuo, do reconhecimento dos saberes dos quais são portadores, da estreita convivência.

André relata sua desconfiança inicial:

[...] depois que eu comecei a perceber as coisas da Cooperativa na minha cabeça, aí lembrei aquela vez que eu brinquei com o Go [estagiário que trabalhava com o grupo de discussão sobre o desemprego] que ele estava pondo “minhoca” na cabeça do povo. Aí que eu fui vendo as coisas, criando as coisas na minha cabeça. Eu falei: “Aquele projeto deu certo”. Eu falei: “Achava que o pessoal queria enganar o povo do grupo de desemprego”. Daí que eu fui percebendo as coisas.

Foram inúmeras as ocasiões nas quais discutimos nossa relação, paramos para refletir, ouvir comentários e dúvidas, esclarecemos nossos interesses, tentamos tornar compreensível o que era a presente pesquisa desenvolvida com eles, qual sua importância, que utilidade poderia ter. O tempo passa, são mais de cinco anos juntos, mas o tema ainda retorna à cena, mostrando uma dimensão pessoal. Recentemente, Sandra nos questionou, em um grupo de cooperados, sobre nossos vínculos afetivos: “Se, por exemplo, a UNESP falasse que não queria mais assessorar a Cooperativa, você cortava o vínculo com nós?”

Os momentos de dificuldades, como a crise vivida, em 2005, encontraram na força de nossos vínculos, na clareza de propósitos, na relação de confiança estabelecida, na presença de uma leitura mais crítica da realidade e no compromisso de alguns

cooperados, a alternativa de não desistirem, de retomarem e enfrentarem a realidade. Claudineis testemunha essa condição:

“O que que a Cooperativa vai projetar pro ano de 2006”? Não tinha nada, tinha desmontado o conselho fiscal, tinha desmontado a Diretoria, tinha desmontado tudo. Então, em 2006, a gente teria que começar tudo de novo, eu falei: “Não tem como, eu não tenho como entrar nisso”. Aí, você [refere-se à Ana Maria] falou assim pra mim: “Mas mesmo se a gente, eu e o Carlos se dedicar, se aparecer projeto, nós vai escrever projeto, você não toparia, se a gente ficasse mais próximo”? Falei: “Ah, é difícil, hein”? Aí depois... outro dia eu cheguei... lá na UNESP, aí eu cheguei e falei assim: “Ah, a gente vai montar a chapa...”

Por outro lado, cabe ressaltar, nessa relação, a presença da amizade que foi surgindo, na caminhada, entre muitos de nós. Em diversas situações, fomos surpreendidos por manifestações de afeto que muito nos emocionaram.

A relação com a Cooperativa e o projeto junto a ela desenvolvido são institucionalmente reconhecidos e valorizados, tanto pelos órgãos colegiados locais, quanto pela Reitoria, sobretudo pela Pró-Reitoria de Extensão. Através desse projeto, tem sido realizado um trabalho de extensão estreitamente articulado ao ensino e à pesquisa, como podem apontar este e outros estudos realizados e em andamento. Essa experiência tem ajudado a oferecer, aos alunos, uma formação profissional, a partir de uma práxis social e uma postura ética comprometida com as camadas populares e com a mudança social.

Alguns fatos, que poderiam passar despercebidos para muitos acadêmicos, revestem-se da maior importância para esses trabalhadores. É o caso da matéria publicada no Jornal da UNESP em setembro de 2006, sobre o “Prêmio do Instituto Unibanco de Educação de Jovens e Adultos”, pelo Projeto “Círculo de Cultura”. O exemplar que levamos para a Cooperativa circulou de mão-em-mão e proporcionou grande alegria, principalmente aos catadores ligados ao Círculo de Cultura. A título de ilustração, anexamos a referida matéria (ANEXO B).

Outro importante desdobramento dessa nossa experiência e do acúmulo de conhecimentos construídos junto a esses trabalhadores foi a iniciativa de, juntamente com colegas e alunos dos campus de Presidente Prudente, Ourinhos e Bauru, apresentarmos o projeto para a primeira Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP ao Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC – do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja instalação se deu em setembro de 2006. Tal conquista tem contribuído para expandirmos nossas atividades para outros grupos de trabalhadores que pretendem se organizar coletivamente para o trabalho.

6.3.2 A presença marcante da Igreja Católica

Quando a voz da verdade se ouvir,
E a mentira não mais existir,
Será enfim, tempo novo de eterna justiça,
Sem mais ódio, sem sangue ou cobiça,
Vai ser assim.
Utopia - MNCR

Muitas outras instituições exerceram e ainda exercem um papel importante para o desenvolvimento das atividades da COOCASSIS. Que papéis elas desempenham e que relações foram estabelecidas certamente ainda são questões que permanecem repercutindo, em forma de desafios ou de conquistas para os catadores.

Começaríamos destacando a presença fundamental da Igreja Católica, que, por intermédio da Cáritas Diocesana de Assis, viabilizou a formação da Cooperativa, disponibilizando máquinas, equipamentos, um funcionário e apoio financeiro, para efetivar a

organização do grupo de catadores e outros trabalhadores que iniciaram o projeto, ou seja, quase tudo o que um empreendimento como esse necessita para o seu funcionamento. Do ponto de vista material, a base do projeto foi, assim, por ela garantida. Naquele momento, ainda não estava claro para nós e para aqueles trabalhadores o quanto o acesso aos meios de produção faria diferença, em seu trabalho e em suas vidas.

Todavia, por mais valioso que esse apoio pudesse ser, para a organização dos catadores, ele não se resumiu a isso. Seus representantes, no começo do projeto, participaram ativamente do desenvolvimento das atividades, quer na pessoa do Bispo da Diocese de Assis, Dom Maurício, então Presidente da Cáritas, presente em inúmeras reuniões com os catadores, ou do Roberto Carlos, também da diretoria da Cáritas local, acompanhando igualmente o cotidiano do grupo, auxiliando, especialmente, nas comercializações, cujos conhecimentos havia acumulado da experiência anterior que tinham tido com catadores, conforme consta da história da COOCASSIS.

Todo esse empenho para concretizar o projeto resultava da indignação quanto à exploração e dominação, a que estavam submetidos os catadores, e do convencimento das potencialidades (embotadas) que estes possuíam. Investidos de um otimismo contagiante, permanecem, até hoje, como um dos maiores apoiadores da Cooperativa, pessoas em quem os catadores depositam plena confiança e despendem muita consideração e reconhecimento. Não há local onde os catadores relatem sua história que não destaquem esse vínculo.

Nesse sentido, o apoio da Igreja Católica à Cooperativa revestiu-se, também, de valor moral inquestionável. Tanto pela segurança aos catadores, como pela contribuição para que, juntos com Assessoria da UNESP, respondessem e ainda respondam às questões mais complexas enfrentadas. Há, indiscutivelmente, nessa parceria, autoridade, discernimento e disponibilidade com os quais se pode contar, incondicionalmente.

A aquisição do primeiro caminhão da Cooperativa, efetuada por Dom Maurício, com recursos do Fundo Diocesano, cujo valor foi reposto em pequenas parcelas, conforme disponibilidade da Cooperativa, teve muitos significados. Primeiramente, pela autonomia e agilidade conferidas, pois o grupo dependia dos serviços eventuais de um caminhão da Prefeitura, que nem sempre tinha condições de atender à crescente demanda para retirada dos materiais das casas dos catadores. Em segundo, pela confiança depositada no potencial do grupo em reembolsar o valor investido. E, por fim, a satisfação e o orgulho do grupo, ao efetuar o reembolso, confirmando para si, também pelo olhar do outro, seu valor, entrecruzando-se dignidade e realização. Vanda, lembrando aquela época, refere-se orgulhosa a esse fato:

[...] na primeira coleta seletiva a gente catava no caminhãozinho azul, que o Bispo comprou e depois a gente pagou em pequenas prestações pro Bispo, mas nós pagamos. Conseguimos caminhãozinho e catava o material da coleta com esse caminhãozinho e trazia na Cooperativa e a gente separava [...]

Semelhantes efeitos foram produzidos pelo convite formulado para apresentarem a experiência da COOCASSIS, na reunião dos Bispos da Província de Botucatu, em fevereiro de 2004, na cidade de Marília. Envolvidos, inicialmente, por um clima de nervosismo, pela exposição em público, foram aos poucos se orgulhando do debate que promoveram com aquela platéia.

Vem, também, da relação com a Igreja, uma das primeiras oportunidades da Cooperativa de estreitar os vínculos com a comunidade. O projeto de Coleta Seletiva Solidária, realizado em parceria com a Paróquia da Santa Cecília, a convite dela, junto àquela comunidade, viabilizou grande adesão dos moradores. Atualmente, essa é a área da cidade de maior índice de adesão à coleta seletiva, destacando-se também pelo cordial tratamento dispensado aos catadores da Coleta Seletiva, feita pela Cooperativa.

São acontecimentos dessa envergadura que contribuem para que esses trabalhadores confirmem a bandeira defendida nos dizeres de uma das músicas que cantam em coro com os companheiros do Movimento Nacional de Catadores:

Povo da rua
 Não é do mundo da lua
 É a vontade nua e crua
 É o desejo de um lar
 Que assegure vida e dignidade
 Rumo de prosperidade
 E o direito de sonhar.

Xote da Marcha do Povo
 MNCR

6.3.3 A relação com a Prefeitura: de concorrente a parceiro na execução de política pública

Catador não precisa de esmola.
 Queremos o reconhecimento de
 nossa categoria.

MNCR

Enfocando agora a relação com o Poder Público Municipal, seria possível dizer ter sido esta a que mais se alterou, à medida que o projeto da Cooperativa foi-se estabelecendo. A relação de parceria, construída aos poucos, tem sido fundamental para que a Cooperativa se desenvolva, assim como ofereceu aos catadores um aprendizado político, em especial aos que estiveram à frente de seus Conselhos.

Relembrando, o apoio inicial da Prefeitura antecedeu a organização formal dos catadores propriamente dita, por meio da declaração do Prefeito de apoio, por reconhecer a importância do projeto, enquanto alternativa para o município enfrentar as consequências do

desemprego. Essa determinação manifesta aos representantes da UNESP e da Cáritas, entretanto, não teve desdobramentos práticos importantes. A política de gestão de resíduos sólidos, em curso, ignorava a existência dos catadores, na cidade, prevendo a implantação da coleta seletiva pela sistemática de entrega voluntária, triagem do lixo urbano na “usina” de lixo, realizada sobretudo por trabalhadores contratados temporariamente e comercialização dos recicláveis, por meio de leilões públicos, revertendo os baixos valores arrecadados ao Fundo Social de Solidariedade, que os utilizava em ações assistenciais.

O trabalho com os catadores implicaria repensar essa política. A resistência dos responsáveis pela gestão dos resíduos, alocados na Secretaria de Planejamento e Obras, denotava uma compreensão de que os catadores seriam concorrentes da Prefeitura, na apropriação dos recicláveis.

O apoio inicial partiu da Secretária de Assistência Social, por meio de contatos informais mantidos com os representantes da Cáritas e UNESP. Convicta do valor do projeto com os catadores, essa Secretaria passou a contribuir, cedendo, algumas vezes por semana, um caminhão para transportar para o Barracão os materiais recicláveis retirados das residências dos catadores.

A participação efetiva da Prefeitura, começo do projeto, não ocorreu em forma de apoio, a despeito da intenção do Prefeito. A relação com o Poder Público, naquela gestão municipal, a partir do convênio firmado em agosto de 2003, também não decorreu de uma política pública de inclusão de catadores, mas das dificuldades para manter em funcionamento o Parque de Reciclagem e de Compostagem de Lixo (Usina de Lixo). Se, por um lado, a presença da Cooperativa no Parque de Reciclagem solucionou o problema enfrentado pela Prefeitura, a falta de mão-de-obra para operar a esteira de lixo, por outro, não alterou as deficiências de gestão e a falta de recursos financeiros para viabilizar a operação e manutenção das máquinas e equipamentos, alguns obsoletos, outros com a vida útil comprometida.

A possibilidade do convênio acelerou o ritmo do grupo de catadores que vinha se preparando para formar uma cooperativa. Ainda assim, necessitou de mais um ano de discussões para elaborar seu estatuto, compor um grupo³³ para assumir a nova frente de atividade a ser realizada no Parque de Reciclagem e formalizar sua constituição. O convênio promoveu grandes mudanças nas atividades até então desenvolvidas, na Cooperativa, com os catadores autônomos. Com o novo grupo formado por quarenta pessoas, começou, efetivamente, sua experiência de trabalho coletivo.

O convívio do grupo com os servidores públicos, que também trabalhavam no Parque de Reciclagem, pelos diversos conflitos gerados, em decorrência dos diferentes regimes de trabalho e, especialmente, de “interesses” conflitantes, era pauta constante das inúmeras reuniões realizadas na Cooperativa com a Assessoria da UNESP, as quais, além do caráter prático, cumpriam uma função pedagógica, no sentido de promover uma compreensão daquele contexto e elencar as alternativas de ação possíveis. As freqüentes reuniões com os representantes da Prefeitura e outras com o Prefeito que, geralmente, tinham pouca resolutividade, indicavam à Cooperativa e à Assessoria da UNESP que as dificuldades, que vinham se agravando paulatinamente, em 2004, não seriam superadas naquele último ano de mandato do Prefeito.

Todo esse envolvimento com o Poder Público, possibilitou aos catadores um exercício político, antes não vivenciado. Foram construindo a compreensão de que organizados passaram a ocupar um novo lugar e que com suas ações influenciavam decisões de outras instituições.

Apesar de todas as dificuldades no cumprimento do convênio, este foi definitivo para que o Prefeito Carlos Nóbile recebesse, em 2004, o Prêmio de Prefeito Empreendedor,

³³ Muitos dos trabalhadores que passaram a compor esse grupo já haviam tido a experiência de triar os recicláveis do lixo, através das Frentes de Trabalho da Prefeitura.

criado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE –, pelo fato de ter incluído catadores na gestão dos resíduos sólidos.

Nesse percurso, com a experiência adquirida pela Cooperativa, inclusive com os projetos de coleta seletiva em parceria direta com escolas e moradores de bairros, muita aprendizagem foi possível ao grupo que estava, igualmente, muito mais maduro e fortalecido.

A preocupação com a situação caótica em que se encontravam as dependências do Parque de Reciclagem, pela falta de cumprimento de diversas cláusulas do convênio, por parte da Prefeitura, resultou em duas ações que foram fundamentais para alterar a relação Cooperativa-Prefeitura. Em primeiro lugar, a elaboração do planejamento estratégico, por permitir à Cooperativa vislumbrar cenários e ações prováveis, inclusive em caso de rompimento de convênio com a Prefeitura. Em segundo, a organização dos debates com cada um dos candidatos a Prefeito, para conhecer seu Plano de Governo em relação à gestão dos resíduos sólidos e à situação dos catadores.

A inclusão dos catadores na política municipal, na atual gestão, certamente decorreu da sensibilidade e disposição do Prefeito e de alguns de seus assessores, para estabelecer uma parceria que superasse a situação anterior. Todavia, outros fatores contribuíram para essa conquista. Há que se considerar que a Cooperativa, nessa época, início de 2005, já representava uma força viva na cidade e era valorizada pela comunidade, bem como sua organização contava com total apoio da Igreja Católica e da universidade pública, ambas, instituições que têm influência e mérito reconhecido.

O modelo de convênio firmado na atual gestão resultou de intenso processo de negociação entre Cooperativa e Prefeitura, intermediado pela Assessoria da UNESP. A possibilidade apresentada à Prefeitura, pela Cooperativa, para implantar coleta seletiva de porta-em-porta, foi de grande valia para o avanço nas relações políticas em curso. A Cooperativa passou a ser mais valorizada e respeitada pelo poder público, pelo importante serviço prestado à

coletividade, por meio do programa de Coleta Seletiva Solidária, concretizado com eficiência em sessenta por cento dos domicílios, em um período de dois meses, muito elogiado pelos moradores e destacado pelos órgãos da imprensa.

No entanto, as várias condições favoráveis ao trabalho dos catadores, garantidas no convênio – como acesso aos meios de produção e repasses financeiros efetuados na fase de implantação do programa e em ocasiões posteriores – não obscurecem a possibilidade de os cooperados compreenderem a enorme contrapartida que oferecem ao poder público, o qual tem, gradativamente, procurado repassar maior número de atividades e de responsabilidades à Cooperativa. Em várias situações, o grupo e a Assessoria da UNESP discutem a problemática, procurando tornar claro o papel e as responsabilidades da Prefeitura, em relação às políticas públicas, evitando que os cooperados menos esclarecidos sintam-se “devedores” de possíveis benefícios prestados. Como resume Claudineis: “[...] *hoje somos mão de obra barata, estamos dentro do espaço público*”. Desse modo, lutam para não perder de vista seu ideal: mais do que o acesso temporário aos meios de produção, já que o convênio é renovado anualmente, o que pretendem é ter sua posse, como manifestam as cooperadas em relação aos projetos que a Cooperativa tem em andamento:

[...] fico imaginando [...] o negócio [a Cooperativa] está firme mesmo no meu caminho. Eu fico imaginando as coisas, as máquinas, o barracão... Já estou sonhando bem alto. (Fátima)

Eu também sonhei com a nossa nova sede. Eu estou afastada, mas eu sonho em voltar a trabalhar lá na sede, porque lá eu posso trabalhar e então, eu sonho e espero, eu sei que o meu sonho vai ser realizado. Porque nós tem tudo para dar certo... (Vanda)

[...] hoje eu já penso mais alto ainda... penso que a gente pode ter o nosso local de trabalho, nosso, sem depender de ninguém, a gente depender da gente, já penso em uma esteira só nossa, eu já estou pensando muito mais além [...] Eu vou ver a Cooperativa ainda com o seu ônibus, com a sua turma, é andando sozinha, sozinha, sozinha sem depender de poder público nenhum [...] (Vilma)

As relações com a equipe da Prefeitura, responsável pelo Parque de Reciclagem, hoje bastante salutar, resultou igualmente de uma construção. As dificuldades

iniciais encontradas no dia-a-dia para definir competências e responsabilidades, que geravam diversos impasses nas atividades da Coleta Seletiva e nas operações do Parque de Reciclagem e, inclusive de relacionamento entre as equipes, foram, em grande medida, equacionadas com a elaboração coletiva de um termo de conduta, definindo, minuciosamente, as responsabilidades das partes. Atualmente, coordenadores do Parque, juntamente com diretores e coordenadores da Cooperativa, procuram resolver, em conjunto, as dificuldades encontradas pelas partes, denotando o respeito mútuo e a compreensão da parceria que os envolve. Isso, todavia, não impede as dificuldades e conflitos que acontecem no dia-a-dia, muitas vezes tensionando a relação entre envolvidos. A nossa presença, como membros da Assessoria, é solicitada quando as situações são mais complexas ou transcendem a responsabilidade dos coordenadores, necessitando também da presença de assessores do Prefeito ou dele próprio. Nesses encontros, os catadores, vão desenvolvendo a prática política, procuram mostrar o valor do papel que desempenham e suas reais dificuldades. Não se colocam como vítimas de uma situação desigual. Reclamam por seus direitos, procuram influenciar o Poder Público em suas decisões.

Os laços de amizade não demoraram a surgir e os depoimentos de muitos servidores, no cotidiano, demonstram comprometimento com a Cooperativa. Por vezes, os próprios cooperados comentam sobre a atitude de alguns servidores: “[...] são mais cooperados do que muitos cooperados de verdade...”. O atual motorista do ônibus que transporta o grupo da Cooperativa faz questão de trabalhar com a camiseta do uniforme da Cooperativa, numa demonstração da satisfação pelo trabalho que realiza com esse grupo. A presença de alguns desses servidores em festas da Cooperativa e vice-versa também confirma e reforça a amizade entre eles.

A Cooperativa, pelo convênio firmado com a Prefeitura, é uma executora de parte das ações que constituem a política de gestão integrada de resíduos sólidos do município. Essa conquista tem sido importante para esses catadores, inclusive por terem alcançado um dos

objetivos da luta do Movimento Nacional dos Catadores, conforme a Declaração de Princípios e Objetivos do Movimento Nacional de Catadores (MNCR, 2006d): “[...] lutando pela *gestão integrada dos resíduos sólidos* com participação ativa dos catadores organizados [...]”(grifos do autor). A situação da COOCASSIS tem sido referência para outros grupos de catadores da região, os quais ainda precisam avançar em relação ao acesso aos meios de produção, participar da coleta seletiva e garantir sua autonomia de gestão. Entretanto, o modelo de parceria vigente não tem interessado apenas a esses grupos, mas tem sido ainda alvo de inúmeras visitas de representantes de prefeituras das mais diferentes regiões do Estado, bem como do Norte do Paraná, interessadas na adoção do modelo de gestão integrada de resíduos sólidos com a inclusão de catadores.

Contudo, é importante apontar que os catadores estão, permanentemente, atentos aos itens do convênio não cumpridos pela Prefeitura, os quais os impedem de avançar no alcance de metas estabelecidas pela Cooperativa, entre as quais a ampliação da Coleta Seletiva Solidária, abrangendo cem por cento dos domicílios. Para efetuar essas cobranças, periodicamente, o Conselho de Administração, com a participação da Assessoria da UNESP, tem elaborado minuciosos relatórios de execução do convênio, encaminhados ao Prefeito, e solicitado reuniões para discuti-los. Ainda que nem sempre essas iniciativas resultem na solução de todos os problemas apontados, fazem questão de manter a estratégia, pois sentem que a omissão poderia trazer maiores agravamentos ao andamento das atividades, conduzindo a uma acomodação da situação, por parte do poder público. Por outro lado, a estratégia implementada contribui para os membros do Conselho exercitem a prática administrativa, de acompanhamento e de análise, evitando que a rotina do trabalho cotidiano os faça perder a visão da existência de um plano de metas e objetivos a serem alcançados.

As relações institucionais, no entanto, não são impessoais e neutras, mas recebem a influência de nuances e efeitos das relações interpessoais, as quais são decisivas

para o desenvolvimento das atividades e o alcance dos resultados pretendidos, apesar de aquelas relações não se limitarem a estas. Estabelecem-se a partir dos propósitos e interesses comuns e estão sujeitas às interferências de diversos fatores, como grau de subordinação percebido entre as partes (nem sempre explicitado); reconhecimento de *status* e poder do outro; benefícios possíveis; nível de segurança percebido no outro etc. Diplomacia na relação e discernimento dos aspectos nela presentes são competências que alguns da Cooperativa vêm desenvolvendo, para negociar institucionalmente. Sem dúvida, nessas rodadas de negociação, poderem contar com a nossa presença tanto significa colocar à mesa o peso institucional da UNESP, quanto a força de nossa argumentação, ainda valiosos nesta fase de aprendizagem, crescimento e desafios que a Cooperativa experimenta.

6.3.4 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: “presente, sempre!”

Só organizados poderemos mudar nossas vidas
e a de nossas famílias. Só unidos poderemos
desenvolver um trabalho eficiente e solidário.

MNCR

Se a relação dos catadores da Cooperativa, em Assis, tem sido estreita com as instituições que os assessoram e apóiam, que, como procuramos demonstrar, influenciam, decisivamente, seu desenvolvimento e funcionamento atual, sem, no entanto, interferir em sua autonomia, as influências de pertencerem ao Movimento Nacional dos Catadores não são menos perceptíveis.

Logo no início de sua trajetória, a COOCASSIS teve a oportunidade de entrar em contato com representantes do MNCR, primeiramente por intermédio de estagiários da Assessoria da UNESP e, em seguida, mais diretamente, passando a adotar seus princípios e a assumir seus objetivos.

Uma rápida cronologia ajudará a confirmar como essa relação se construiu.

Os catadores encontram-se organizados no Movimento desde 1999, tendo realizado seu Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papelão, em Belo Horizonte, em novembro desse ano, conforme sua história³⁴. Suas Diretrizes foram elaboradas, formalmente, no I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, em junho de 2001, com o apoio de entidades que compõem o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. Nesse mesmo período, iniciavam-se as primeiras ações para mobilizar os catadores para a formação da COOCASSIS. A estrutura organizativa do Movimento, constituída de Comissão Nacional, Equipe de Articulação Nacional, Comissões Regionais, Coordenações Estaduais, Comitês Regionais e Bases Orgânicas, foi instituída por deliberação do I Congresso Latino-Americano de Catadores, em Caxias do Sul, em janeiro de 2003. Nesse evento, participaram representantes da COOCASSIS e da Assessoria da UNESP, os quais de lá voltaram comprometidos com a missão de organizar o Comitê no Sudoeste Paulista.

Vanda nos relata, lembrando e achando muita graça, mas articulando com propriedade os fatos, como foi o começo da participação nesses espaços, por ocasião do Encontro Preparatório ao Congresso:

Chegamos lá: “Quem é de Assis que vai participar na palestra”? Que palestra, Ana? Nós num sabia que nós ia palestrar. Eu falei: “Jéferson, você que sabe falar, você tem mais assunto, então, vai você”. “Ai, não, Dona Vanda, vai você”. “Vai você”... “Vai você”.., e no fim, fui eu e o Jéferson lá pra frente. Falar o quê, Ana? Eles falaram assim: “Então, vocês não sabe o que falar, então, vocês fala só da Cooperativa. Então, nós começou a falar sobre a nossa cooperativa, o Eduardo [liderança do MNCR] gostou tanto, que trouxe o

³⁴ Informações disponíveis no site do Movimento: <<http://www.mnrc.org.br>>. Acesso em: 27 Jan. 2007.

Sudoeste pra Assis [...] O primeiro encontro de cooperativas, tanto que nós não era nem cooperativa ainda [...]. E aí começou a engatinhar nossa viagem pra todo e qualquer lugar. Lá foi muito bom a gente aprendeu muito daquela vez. Foi aonde que nós começamos a fazer o estatuto [da Cooperativa].

Em junho do mesmo ano, realizamos – catadores, membros da Assessoria e apoiadores de outros grupos da região – o I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste Paulista, o qual culminou com a constituição do Comitê Regional. Essa importante realização, além de formalizar a relação dos grupos de catadores da região com o Movimento, deu visibilidade à organização da categoria e às suas reivindicações. Entre as primeiras iniciativas, a Secretaria de Articulação enviou aos Prefeitos da região do Comitê, uma carta apresentando-se e solicitando apoio à organização dos catadores (ANEXO C). Os catadores organizados começavam seus primeiros exercícios políticos, anunciavam e marcavam a sua presença.

A organização desses trabalhadores é importante por várias razões, entre as quais destacamos, concordando com Gonçalves (2006, p.248), a possibilidade de sistematização e de repasse de informações de interesse dos trabalhadores aos mais variados grupos. Outro aspecto refere-se ao estabelecimento de uma direção para suas reivindicações e, dessa forma, o Movimento vem “[...] aprendendo e ensinando aos trabalhadores catadores a importância da ação política organizada. Nesse processo contínuo de aprendizado vem amadurecendo os contatos com outros movimentos para fortalecer-se enquanto movimento social [...]”.

Essa possibilidade de articulação demarca a formação necessária de uma consciência de classe, indispensável às mudanças pretendidas em uma sociedade que divide os homens entre proprietários e trabalhadores e restringe a muitos deles o direito de utilizarem o único bem que possuem – a força de trabalho – como meio de garantirem a sobrevivência,

transformando-os em objetos descartáveis, desempregados, ou mantendo-os sob relações de exploração e de dominação.

Junto ao Movimento, esses catadores procuram realizar uma dupla missão: lutar pelo direito a uma vida mais digna para o conjunto de trabalhadores e outros grupos excluídos e discriminados, por uma sociedade mais justa, além de lutar para que os catadores, por meio de políticas públicas, possam ter garantido trabalho e renda.

Claudineis reconhece a importância desses espaços e relações para as conquistas da Cooperativa:

[...] em São Leopoldo, que a gente foi lá no [II] Congresso Latino-Americano de Catadores.... No módulo de Capacitação de Lideranças [promovido pelo MNCR], apareceu tudo as lideranças, que é liderança hoje, apareceu naquele módulo de Capacitação. Então, esse intercâmbio da Cooperativa, aí nossa... O pessoal alavancava a Cooperativa, sabe? Porque às vezes, o pessoal questiona: "Por que ir numa viagem pro Rio de Janeiro, não sei o quê"... "Por que ir numa viagem para tão longe, sendo que as coisas da Cooperativa estão aqui"? Da onde que vêm as coisas da Cooperativa? A estrutura da Cooperativa, hoje e mais a estrutura que vai vim pra gente, veio de fora, não veio daqui.

O compromisso do Movimento com a capacitação de suas lideranças e com o processo de comunicação com suas Bases Orgânicas (grupos organizados de catadores), para ser concretizado, requer parceiros que se disponham a financiar projetos com esses propósitos, outros que viabilizem essa organização, bem como a adequada estrutura para desenvolverem suas atividades. Muitas instituições compõem essa rede de parceiros, entre as quais órgãos da administração direta ou indireta do Governo Federal. Em setembro de 2003, o Presidente Lula constituiu o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, que vem realizando diversas ações e programas de apoio aos catadores, por intermédio dos

órgãos federais que o compõem³⁵. O Comitê ainda conta com a participação de convidados³⁶, conforme a pauta de reuniões.

Com esse espírito, a Assessoria da UNESP tem procurado contribuir com os catadores da Região, na identificação de oportunidades e na elaboração de Projetos para a obtenção de recursos financeiros e materiais que lhes concedam maior autonomia e promovam a melhoria das condições de trabalho e de vida. A COOCASSIS, como comentamos anteriormente, foi contemplada por dois projetos encaminhados à Fundação Banco do Brasil: caminhão, máquinas e equipamentos.

Cada conquista ganha um colorido que ultrapassa seu valor material e é festejada com entusiasmo. As esperanças se renovam, como ressalta Claudineis: “[...] *o primeiro projeto que saiu foi esse do caminhãozinho... Aí, sim! Aí, deu um gás, que a gente viu: ‘Opa, não é tão ruim assim, veio um caminhão...’*”.

É também com a clareza quanto à importância dessa organização, que a Assessoria da Unesp não tem medido esforços para contribuir para que ela ocorra no âmbito regional. Temos participado, ativamente, das reuniões periódicas do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, envolvendo todos os seus grupos de catadores. Do segundo semestre de 2003 a dezembro de 2006, foram realizadas dezesseis reuniões, pelas várias cidades que têm grupo de catadores participando, duas das quais sediadas pela COOCASSIS.

O clima de descontração nesses encontros, marcado pela informalidade, não compromete os resultados que se propõem: integrar os grupos e fortalecer a luta dos catadores. A mística que os sustenta – bandeira, músicas e *slogans*, como: “MNCR: Presente, presente,

³⁵ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Fundação Banco do Brasil; Petrobrás.

³⁶ MNCR; CEMPRE- Compromisso Empresarial para a Reciclagem e Governo do Distrito Federal.

presente! Sempre, sempre, sempre!” – muito interessante, contribui para envolver os participantes. A rica troca de experiências e de informações estreita relações e permite que os grupos apresentem sua realidade, discutindo e refletindo sobre ela, sobretudo propondo ações.

Essa estratégia vem possibilitando a compreensão de que as melhores condições de vida dependem de condições conjunturais e de políticas públicas que os incluam, mas também de ações locais que podem ser potencializadas, se os grupos se unirem. Hoje, começam a se preparar para a comercialização em rede de materiais recicláveis, primeiramente com apenas alguns materiais, que reúnam maior agregação de valor. Outra proposta que discutem concerne ao avanço na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. Nessa direção, a COOCASSIS apresentou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES -, em resposta a um edital exclusivo para cooperativas de catadores, amplo projeto para instalação de um Centro Regional de Comercialização, Processamento e Transformação de Materiais Recicláveis de Assis e Região, o qual beneficiará outros grupos de catadores.

A articulação entre esses grupos tem sido também um exercício de solidariedade, culminando com o apoio técnico e material por parte daqueles que estão mais organizados, como a COOCASSIS. Vai ganhando corpo a força da união. Esse intercâmbio ainda tem sido facilitado pela nossa presença constante, em algumas ocasiões, intermediando essas relações. É muito gratificante vê-los na ação concreta da solidariedade: ceder equipamentos, visitar grupos para repassar conhecimentos técnicos; contribuir para a organização de um novo grupo. Todos vibram: catadores, alunos e professores, aliás, somos cúmplices nessa história; de certa forma, cada um pode se ver refletido nessa complexa construção.

As reuniões itinerantes cumprem outro valioso papel: sensibilizar e comprometer as autoridades locais com a problemática do trabalho dos catadores. Como estratégia, o grupo de catadores da cidade convida essas autoridades, especialmente seu Prefeito, para comporem

a mesa de abertura dos trabalhos, juntamente com as lideranças do Movimento, os próprios representantes do grupo da cidade. Em geral, o poder público apresenta as políticas locais de gestão de resíduos sólidos e sua relação com os catadores. Tem sido igualmente rotina que a equipe da Prefeitura se responsabilize pela alimentação de todos os presentes, catadores e apoiadores.

A presença de órgãos da imprensa local, nesses encontros, traz também uma contribuição para dar maior visibilidade aos catadores daquela cidade. Muitos catadores vivem sua primeira experiência de conceder entrevista e de se verem nas fotos dos jornais circulando pela cidade. Esse tem sido um espaço oportuno, no qual a universidade também tem sido solicitada a se pronunciar, aproveitando-o para frisar a importância das políticas públicas de inclusão de catadores, da participação da comunidade nos programas de coleta seletiva e para divulgar as conquistas desses grupos que lutam organizadamente no Movimento, procurando, ainda, esclarecer quanto ao trabalho de extensão universitária que a UNESP realiza.

Compreendendo que nosso papel de Assessoria é de apoio desse Movimento e não de execução de suas diretrizes e objetivos, vimos participando e contribuindo para a realização de sua luta, procurando não comprometer a autonomia de seus grupos, mesmo estando em estreita relação com alguns, como é o caso da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Palmital – ACIPAL – da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Maracá – ASCAM – sobretudo da COOCASSIS, objeto deste estudo. Há nessa relação triangular, entre grupos de catadores, Movimento e UNESP, uma relação de complementaridade, de mútuas influências, mas também de respeito à autonomia de cada uma das partes envolvidas.

6.3.5 As relações com outras instituições

Nenhuma rede é maior do que o mar
 Nem quando ultrapassa o tamanho da Terra
 Nem quando ela acerta
 Nem quando ela erra,
 Nem quando ela envolve todo o planeta
 Lenine

A rede de instituições de apoio que foi aos poucos sendo tecida pela e com a Cooperativa é bastante heterogênea. Além das instituições acima referidas, as quais mantêm relações permanentes, há as que têm relacionamentos mais pontuais, mas de grande importância. São apoios de natureza distinta: financeira, material, operacional, educativa etc., que, ao reconhecerem o valor do projeto e contribuírem para o seu desenvolvimento, colocam os catadores em novos espaços, em contato com novas informações e valores que, quase inevitavelmente, convidam a reflexões, propiciam novos comportamentos e uma nova visão sobre si mesmos.

Entre essas parcerias locais, as realizadas com escolas públicas e privadas têm sido muito produtivas, tanto pelo reconhecimento expresso no convite formulado para a realização do trabalho conjunto, pelo resultado alcançado (maior divulgação da Cooperativa e aumento na quantidade de recicláveis coletados), quanto pelas relações estabelecidas. Diversos cooperados passaram a fazer palestras para os professores, em suas reuniões pedagógicas, e a desenvolver atividades educacionais com os alunos, sobre reciclagem e coleta seletiva solidária. Confessam que, a princípio, produzem muita adrenalina, mas que terminam achando muito gratificante.

A parceria com o Centro Educacional e Tecnológico “Paula Souza”, em 2004, para implantar Coleta Seletiva Solidária na escola e nos domicílios situados em seu entorno,

produziu intenso movimento na Cooperativa: da elaboração do projeto e capacitação realizados, conjuntamente, por catadores, alunos e professores da escola e da UNESP, ao replanejamento das atividades da Cooperativa, para atender a essa nova atividade, uma de suas primeiras experiências com coleta seletiva.

Em algumas ocasiões, a Cooperativa, juntamente com a equipe da Assessoria da UNESP, foi convidada a compor mesas redondas ou a proferir palestras em universidades de Assis e da Região, para apresentar e discutir sua experiência. A princípio, temem não serem capazes de se apresentarem para aquele público, porém, durante os debates, agem como se fossem “da casa” e acabam concluindo que ninguém sabe tanto do trabalho que realizam quanto eles próprios. Para nós, tem sido um orgulho compartilhar, também, de espaços acadêmicos com esses trabalhadores. Não nos enaltecem os elogios recebidos pelos resultados alcançados com os trabalhos da COOCASSIS, entretanto, nos comovem os resultados que esses catadores atingiram nessa caminhada: reconhecimento do seu valor pessoal e profissional e desenvolvimento de suas potencialidades. Nas palavras de Claudineis: “[...] comecei a tomar posse de mais conhecimentos, melhorei a auto-estima”.

A trajetória desses catadores tem sido também reconhecida por grupos locais que trabalham com a temática social, como a Ong CIRCUS (Circuito de Redes de Interação Social). Periodicamente, entre suas atividades, promove “Agora”, envolvendo diversos segmentos da comunidade, em debates e reflexões sobre temas contemporâneos, de relevância social. Por duas vezes, representantes da COOCASSIS participaram desses eventos, relatando sua vivência.

À medida que o projeto da Cooperativa foi ganhando visibilidade, seus reconhecidos méritos acabaram interessando outras instituições, as quais documentaram a experiência em vídeo. Esses acontecimentos, na televisão, foram muito valorizados pelos catadores, sentiam-se prestigiados. Estiveram em programas gravados ao vivo, em estúdio,

concederam entrevistas e foram pauta de três documentários: o do Instituto Unibanco, relatado anteriormente; o realizado, em 2004, pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em parceria com a TV PUC, para o Programa Diversidade, e, ainda em 2004, o gravado pela TV FEMA (Fundação Educacional do Município de Assis), Programa Comunidade Quadro a Quadro. Comentam, em tom de brincadeira, que estão virando artistas, que logo vão começar a cobrar para conceder entrevistas, enfim, acham tudo muito divertido. Contudo, quando o assunto é pautado para discussão, geralmente em reuniões que antecedem às gravações, vão se apropriando dos interesses presentes, dos aspectos que merecem atenção e decidem quem, preferencialmente, deve participar da gravação. Os imprevistos que essas situações sempre trazem são conduzidos com muita desenvoltura, sem causar grandes transtornos ao cotidiano de trabalho. Aliás, buscam, com muito esforço, conciliar tais momentos de intensa agitação com o trabalho do dia-a-dia.

A imprensa assisense, escrita e falada, ao destinar amplo espaço para a Cooperativa, em seus noticiários, tornou-se seu valioso apoiador. Inúmeras matérias são publicadas nos jornais e revistas ou vão ao ar, nas rádios AM e FM, sob a forma de entrevistas, matérias e artigos produzidos. Uma rápida análise das publicações sobre a Cooperativa, no período compreendido entre final de 2001 e de 2006, permite-nos apontar que a maioria compôs a primeira página dos jornais, acompanhada de fotos atualizadas e da reportagem, em seu interior, que, costumeiramente, concede a palavra aos catadores e aos membros da Assessoria da UNESP. A título de ilustração, apresentamos uma pequena amostra dessas publicações. (ANEXOS D, E, F, G, H e I).

A imprensa tem reservado, à Cooperativa, um importante espaço para que se comunique com a população, o que contribui, sobremaneira, para o trabalho que desenvolve na cidade, suprimindo, em parte, a ausência de uma campanha publicitária e educacional. Toda essa divulgação tem contribuído, ainda, para a construção de uma imagem positiva da Cooperativa.

No trabalho do dia-a-dia, a cada matéria publicada, vários exemplares do jornal são recolhidos na triagem dos materiais recicláveis, os quais circulam pelo grupo, causando sempre uma emoção, mas gerando críticas, quando acham que a matéria não abordou tudo o que gostariam, ou não foi fidedigna em todo o seu teor. As fotos também são analisadas, servem de motivo para muitas brincadeiras entre os companheiros e até com os membros da equipe da Assessoria da UNESP. Como sabem que gostamos de discutir as reportagens e, posteriormente, arquivá-las, normalmente um ou outro nos cede um exemplar, ocasiões sempre oportunas para falarmos da temática em questão.

A Cooperativa conta igualmente com o apoio de alguns órgãos de representação de trabalhadores, como o Sindicato dos Bancários de Assis e Região, a Associação dos Funcionários do Banespa e a Associação dos Docentes da UNESP, além da UNIMED de Assis e da Fundação Nova América. Geralmente, esses apoios ocorrem por ocasião da realização de eventos na cidade ou de participação de catadores em congressos e encontros da categoria, em outras localidades, ou no patrocínio de uniformes.

Esses contatos, como tem sido com o Sindicato dos Bancários, possibilitam ainda discussões acerca da realidade econômica, social e política do país e da situação dos trabalhadores, suas lutas e bandeiras, colaborando para a construção de uma consciência de classe.

Reconhecida como importante projeto de geração de trabalho e renda, bem como pelos serviços prestados, a Cooperativa passou a ser incluída no rol de instituições, consideradas por diversos órgãos públicos, para participarem de suas ações. Dessa forma, a convite do Conselho Municipal da Saúde, por ocasião da Conferência de Saúde do Trabalhador, realizou Pré-Conferência com seus cooperados, cujas propostas foram defendidas por seus delegados eleitos, em articulação com delegados por segmentos comprometidos com os trabalhadores. Essa ação culminou na participação de uma catadora (Vilma) como delegada na

III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em Brasília, em 2005. Com muito orgulho, Vilma sempre relembra uma das propostas nascidas na Pré-Conferência da Saúde do Trabalhador na Cooperativa e, posteriormente, aprovada na Conferência Nacional, sobre o fornecimento de protetor solar aos trabalhadores expostos ao sol, no desenvolvimento de suas atividades.

Do mesmo modo, a Cooperativa foi incluída na programação da I Conferência Municipal Integrada da Saúde, Educação e Assistência Social, em 2006, realizando Pré-Conferência com seus cooperados, apresentando propostas, elegendo delegados e, posteriormente, participando da Conferência Municipal.

Outro espaço de participação popular ocupado pela Cooperativa é o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – com dois representantes (titular e suplente) pelos “setores organizados da sociedade, como Sindicatos, Associações ou Cooperativas”.

Todas essas participações vêm possibilitando aos catadores dar encaminhamento às suas reivindicações, defender interesses dos trabalhadores em geral, e lutar por uma sociedade melhor para todos. Se exercitam a política, representando a Cooperativa nos espaços de participação popular, reivindicando e participando de uma construção coletiva das políticas públicas, também a exercitam internamente. Vale destacar o exercício da democracia representativa que essas participações ensejam, tanto para representar, efetivamente, a posição de seus representados, como para mantê-los informados quanto aos encaminhamentos e deliberações ocorridos nesses espaços. São situações que procuramos transformar em oficinas de aprendizagem, buscando conciliar a prática e a teoria.

Todavia, as realizações da Cooperativa não se restringiram aos aspectos econômicos, educacionais e políticos. A convite do Instituto Padre Belline, no final de 2005, os catadores tiveram a oportunidade de formar o Coral da Coleta Seletiva da COOCASSIS, um belo

encontro com a cultura. Por meio da música, a maioria natalina, expressaram e despertaram emoções, encantaram platéias com as apresentações, as quais tinham como propósito principal agradecer à população e às instituições pelo apoio recebido. Os efeitos favoráveis da iniciativa tanto foram externos quanto internos à Cooperativa. Externamente, pela maior visibilidade obtida pela Cooperativa e divulgação da Coleta Seletiva, pois, até mesmo após as apresentações, a imprensa escrita e falada produziu diversas matérias e entrevistas com os cooperados, sempre elogiando a iniciativa e o desempenho do Coral.

Aparecida, referindo-se ao quanto os catadores se tornaram conhecidos com o trabalho na coleta seletiva, relata que, depois de um ano dessas apresentações, as pessoas ainda se referem a elas:

Através da coleta todo mundo ficou conhecendo um o outro: Prefeitura, a Igreja... Pra todo lugar: "Ah... vocês não vão voltar pro Coral? Foi tão bonito aquele dia que vocês veio cantar aqui na Igreja". As pessoas perguntam, quando você vai passando, você vai ficando mais conhecido.

Internamente, eles próprios observavam como o interesse pelo Coral era um incentivo à responsabilidade e autonomia, comentando, várias vezes, que não era necessário chamar ninguém, todos sabiam a hora, ou ainda, que os fumantes nem paravam para fumar. Demonstravam muita satisfação pela oportunidade de se relacionarem com a música, de se descobrirem cantores, de viverem momentos de alegria e descontração, nos ensaios e nas apresentações. Revelou-nos Sandra, uma entusiasta do Coral, bastante surpresa com o efeito dessa iniciativa, ainda que em tom de brincadeira, ao final de um dos ensaios: *"Pensei que eu só soubesse cantar no chuveiro..."*.

Nesse percurso de construções de relações, a Cooperativa teve alterado o lugar que ocupa no desenvolvimento da cidade. Mudança de posição, carregada de novos significados e de expectativas em relação ao seu papel e também ao de seus associados. Eles próprios passaram a re-significar seu papel, a se olharem de modo diferente e a exibirem novos

comportamentos e atitudes, alguns claramente por eles identificados, como revela Claudineis, que acumulou experiência, integrando o Conselho de Administração por dois mandatos: “*A Cooperativa melhorou muito minha auto-estima, hoje falo de igual pra igual com qualquer pessoa, até com político*”. Todavia, as mudanças não foram exclusivas dos que se envolveram, diretamente, com os órgãos diretivos da Cooperativa. Sidnei, com experiência bem mais modesta, identifica igualmente sua aprendizagem: “*Aprendi algumas coisas na Cooperativa... saber falar, saber escutar, saber analisar as coisas, onde dá certo [...]*”.

Relações que possibilitam o exercício político e a apropriação de novos conhecimentos, a partir dos quais passaram a influenciar, com suas ações, sustentadas por novos conhecimentos, propósitos e valores, o modo como aquelas iam se consolidando. Prática política que contribuiu ainda para que muitos desses cooperados desencadeassem um processo para a superação da consciência imediata e ingênua de homem comum, conforme pressupõe a Filosofia da Práxis. Olham para o mundo, e nele se inserem, procurando identificar os determinantes da realidade na qual estão inseridos.

Vêm consolidando a percepção de que o papel desempenhado pelo catador representa uma importante contribuição ao meio ambiente, à sociedade e ao poder público, por participarem como executor da política de gestão de resíduos sólidos.

Compreendem, por outro lado, que apenas por intermédio de uma ação coletiva, com outros grupos de catadores, outras categorias de trabalhadores e outros segmentos da sociedade, será possível processar alterações na realidade, as quais servirão para melhorar as condições de trabalho e de vida pretendidas.

Ao percorrermos esse caminho, ao lado desses catadores, envolvidos também com outras instituições, confirmamos o valor do papel social da universidade pública, que, ao lado dos trabalhadores, produz alterações na realidade concreta.

7 Considerações Finais

Ao encerrarmos este estudo, resultado de um trabalho desenvolvido junto à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS –, o qual nos possibilitou articular, de modo bastante estreito, a pesquisa, o ensino e a extensão universitária, algumas considerações são pertinentes. Elas se referem à apropriação e à construção de conhecimentos e ao alcance de diversas outras conquistas que foram possíveis às partes diretamente envolvidas no trabalho: Cooperativa e Universidade; catadores, alunos e docentes da UNESP.

Hoje, a realidade do grupo de catadores e outros trabalhadores (que não eram catadores) que compõem o quadro da COOCASSIS nos revela que foi viável, por meio de sua organização para o trabalho coletivo, adotando os princípios da economia solidária e do cooperativismo, alterarem suas condições de trabalho e de vida.

Por intermédio de políticas públicas, uma luta da categoria travada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com os convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Assis e os projetos financiados pela Fundação Banco do Brasil, a Cooperativa passou a ter acesso aos meios e bens de produção. Entretanto, a clareza que seus membros foram alcançando, sobre a importância da posse definitiva dos meios e bens para a efetiva autonomia de gestão de seu empreendimento, levou o grupo a elaborar, juntamente com a Assessoria da UNESP, no final de 2006, um projeto para a instalação do Centro Regional de Comercialização, Processamento e de Transformação de Materiais Recicláveis de Assis e Região, encaminhado ao BNDES. Trata-se de iniciativa que busca também viabilizar o avanço na cadeia produtiva dos recicláveis, o qual permitirá aos catadores modificarem, substancialmente, sua participação no mercado dos recicláveis.

Em síntese, o desenvolvimento do projeto da COOCASSIS resultou em alterações da realidade concreta, tais como: a inclusão dos catadores na gestão integrada dos

resíduos sólidos do município; o acesso definitivo aos meios e bens de produção; o iminente avanço na cadeia produtiva dos recicláveis; a formação de rede regional com outros grupos de catadores, para comercialização conjunta dos materiais coletados, processados e transformados; bem como a apropriação de uma série de conhecimentos necessários a uma participação social, política e econômica autônomas.

Ao refletirem sobre as conquistas da COOCASSIS e o seu futuro, muitos cooperados demonstram, como nestes depoimentos, a confiança e o otimismo que foram incorporando:

[...] eu penso que o futuro da Cooperativa [...] que ela seja uma indústria, entendeu? Que a gente consegue mais coisa do que a gente conseguiu hoje e a gente vai conseguir mais. [...] que a gente fica velho mesmo [...] eu vou chegar na Cooperativa e pode ter meu filho, o filho do outro... (André)

Que hoje em dia a gente pode falar, nós vamos ter a nossa indústria, nós vamos trabalhar com material, nós vamos reciclar. Porque, hoje em dia, nós estamos craque em material. (Vanda)

[...] acho que vai ser um futuro muito, muito bonito, bem próspero, bem empreendedor, mesmo, [...] a gente vai ter que ser empreendedor e ser rápido... Uma parte da luta foi, agora vem a maior: É ter os equipamentos, ter os maquinários, que o sonho já tem, então, tem que colocar em prática. (Claudineis)

A Cooperativa ganhou o *status* de um empreendimento que não é meramente econômico, mas que tem a finalidade de buscar a emancipação desses trabalhadores, das relações sociais de exploração e de dominação.

As mudanças ocorridas na Cooperativa, algumas ainda em curso, não se restringem às suas condições materiais. Diretamente relacionadas a elas, estão as que dizem respeito aos cooperados na condição de sujeito.

Esse modo de trabalho, ao possibilitar que o grupo superasse, mesmo que parcialmente, a divisão do trabalho, mostrou aos seus participantes, suas potencialidades e o valor de conciliarem trabalhos manuais e intelectuais, para o desenvolvimento do projeto da

Cooperativa. Uma experiência que os retirou da condição de meros executores a sujeitos criativos, cujo pensar compõe seu saber-fazer.

A diferença de níveis de compreensão e de compromisso entre os cooperados, com respeito ao Projeto, não impede de constataremos a apropriação de conhecimentos do grupo sobre as relações de trabalho, a cadeia produtiva dos recicláveis, a realidade social na qual vivem e as ferramentas e dispositivos para a gestão democrática e a autonomia de gestão. Concretamente, esses trabalhadores tiveram sua renda aumentada, a Previdência Social garantida, melhores condições de trabalho e ampliou-se o número de trabalhadores no projeto, gerando, eles próprios, trabalho e renda para outros companheiros.

Envolvidos por uma práxis que os levou a articularem, permanentemente, a ação e a reflexão, a partir da construção e da vivência de relações democráticas e solidárias, bem como de autonomia, vêm alterando o modo de verem o mundo, de nele se situarem e, conseqüentemente, de nele intervirem. Um modo diferente de trabalharem e viverem. Para esses trabalhadores, ganha novo sentido o trabalho, agora sim, como atividade prática e reflexiva, ponto de partida para a produção de novos saberes. Momento em que se articulam a subjetividade e a realidade objetiva, conduzindo-os a reconhecer-se naquilo que produzem. Trabalho, nesse sentido, não significa apenas sobrevivência, mas a possibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades e de melhorarem, efetivamente, suas condições de vida.

Nesse processo de mudanças, vivido por estes trabalhadores, também podemos identificar indícios da construção de uma consciência de classe, compreendendo que a solidariedade entre os membros do grupo deve ser estendida para outros grupos de catadores, outras categorias de trabalhadores e outros segmentos sociais.

As conquistas são efetivas para os que se comprometeram com o projeto da Cooperativa, entretanto, em sua história, não foram poucos os catadores e outros trabalhadores

que por ela “passaram”, mas não permaneceram trabalhando. Muitos por razões identificadas, como, por exemplo, a jornada de trabalho em período integral, o sistema de remuneração mensal e igualitário, ou, ainda, a forma democrática de estabelecer relações, por vezes, compreendida como “bagunça”. Consideramos que, em muitos casos, a desistência decorreu das dificuldades para participar da construção de um processo coletivo, o que efetivamente requer compreensão, esforço e vontade. Porém, permanece essa questão como uma inquietação, como um problema para ser mais bem investigado.

Acreditamos que, neste estudo, tenha sido possível dar visibilidade à importância do estabelecimento de uma rede de relações institucionais, entre Cooperativa, Igreja Católica, Prefeitura, UNESP, Movimento Nacional dos Catadores, Fundação Banco do Brasil e outras instituições e movimentos sociais, para o desenvolvimento do projeto. Da nossa parte, enquanto membro da equipe da Assessoria da UNESP e como autora deste texto, cabe reafirmar que o papel que desempenhamos foi de grande valia para os resultados alcançados.

A equipe que foi, durante o percurso, procurando aproximar-se, apropriar-se e se capacitar para estar naquele espaço, foi, igualmente, buscando potencializá-lo, fazendo dele um espaço de troca e reflexão permanente, visando à construção de uma consciência mais crítica dos envolvidos. A ausência prévia de metodologias e modelos de funcionamento para a nova realidade possibilitou trocas intensas entre as equipes da COOCASSIS e da UNESP, tornando aquele espaço um campo de experimentação, uma oficina de aprendizagem. O cooperativismo popular está em construção, não há normas nem regras pré-estabelecidas.

A perspectiva teórico-metodológica que foi sendo delineada, durante o desenvolvimento das nossas atividades, junto aos catadores da COOCASSIS, e as ações desencadeadas – letramento, educação popular, capacitação e intervenções no cotidiano – primaram sempre por contribuir para que realizem a crítica à realidade, mas, também, para instrumentalizá-los para alterarem essa realidade econômica, social e política em que vivem.

A vivência dessa experiência nos ensinou que não há fórmula pronta para se colocar em andamento um projeto de intervenção e de educação permanente, que responda à necessária competência técnica para o trabalho coletivo. Sua concepção, contudo, não pode descuidar das dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Foi tecendo uma articulação entre a realidade concreta desses trabalhadores e os acúmulos teóricos e metodológicos produzidos na academia, que construímos uma estratégia.

Não nos resta dúvida de que, nesse percurso, enquanto cooperávamos com o projeto dos catadores, também fomos contemplados. A formação crítica e politicamente engajada de nossos alunos resultou na formação de quadros para atuar nessa área da Psicologia Social e do Trabalho. Diversos deles trabalham, hoje, como profissionais junto a empreendimentos populares, inclusive em outros Estados brasileiros. Essa experiência ainda contribuiu para a instalação da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP, que atualmente tem ampliado seu leque de atuação, envolvendo também outros grupos de trabalhadores. A experiência, também, tem contribuído para o desenvolvimento de conhecimentos, divulgados em inúmeros eventos científicos. Certamente, se a elaboração desta Tese foi possível, como um trabalho pessoal da pesquisadora, sua construção somente se realizou devido à contribuição de tantas outras pessoas: alunos, colegas, parceiros, orientadora, amigos, familiares e, sobretudo, catadores. Todos nos ensinaram e nos convenceram do valor do estudo; todavia, são os catadores os principais atores deste nosso trabalho, o qual esperamos possa também colaborar para o desenvolvimento constante de seu projeto e de outros grupos de trabalhadores.

Trabalho desenvolvido com e pela COOCASSIS, que nos permite apontar que a Economia Solidária e o cooperativismo podem significar mais que a geração de trabalho e renda, podem significar um espaço de poder político dos trabalhadores. Todavia, seu desenvolvimento e fortalecimento carecem de políticas públicas que contribuam para a superação dos obstáculos

que os mantêm longe do acesso ao conhecimento e dos meios e bens de produção. Por outro lado, não bastariam políticas de acesso ao crédito, garantindo as condições materiais. Paralelamente, precisam ser oferecidas condições que favoreçam a aquisição dos conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências e, especialmente, da capacidade reflexiva. A existência de oportunidades não implica sua apropriação espontânea, porém são necessários projetos que contribuam para a construção da emancipação dos trabalhadores. Várias instituições, no Brasil, vêm desempenhando esse papel, entre as quais as universidades, por intermédio dos trabalhos desenvolvidos pelas Incubadoras de Cooperativas Populares, mas, evidentemente, diante das demandas existentes, sua capacidade é muito limitada e, por isso, outros mecanismos devem ser potencializados.

Finalizando, cabe apontar que a economia solidária, enquanto instrumento de ação política dos trabalhadores, a despeito de toda a contribuição que possa dar, como um marco teórico paralelo ao capitalismo tradicional, possui seus limites, pois, ainda que promova alterações em sua realidade concreta, não viabilizará trabalho e renda ao conjunto de trabalhadores que deles carecem, nem, por si só, superará a sociedade de classes.

8 Epílogo

Nesse momento, final do 2º semestre de 2007, em que concluímos a redação dessa Tese, cuja fase de campo estendeu-se até dezembro de 2006³⁷, não poderíamos deixar de atualizar os importantes acontecimentos que envolveram, diretamente, a COOCASSIS, em 2007, caracterizando sua quarta face e anunciando a sua quinta face como apresenta o quadro abaixo.

Quadro 3. COOCASSIS: história, evolução e parcerias – parte II

³⁷ Nessa ocasião, foi interrompida apenas a fase de campo dessa pesquisa, pois todos nós, alunos e docentes, permanecemos em campo, desenvolvendo as atividades de assessoria à COOCASSIS.

É certo que o tempo não para, que a vida é dinâmica e que muitas oportunidades ocorrem sem serem previstas, entretanto, as conquistas da Cooperativa, em sua maioria, decorreram de esforço empreendido, deliberadamente. Ainda assim, alguns desses acontecimentos não estavam previstos, resultaram de fatores circunstanciais, outros, constavam das prioridades da COOCASSIS ou da pauta de lutas dos catadores, expressa pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Em seu conjunto, os fatos ocorridos em 2007, envolvendo a Cooperativa, pelos desdobramentos que já possibilitaram ou possibilitarão, causaram grata surpresa aos seus associados, apoiadores e à comunidade em geral. Eles têm sido entendidos como fundamentais para o desenvolvimento do projeto, contribuíram ou contribuirão para modificar a sua condição material e a vida de seus cooperados.

Recorrendo às expressões e vocábulos do cotidiano dos catadores, nós ‘garimpamos’³⁸ na ‘esteira’ dos acontecimentos, cinco, entre os mais significativos: o novo convênio firmado com a Prefeitura; o contrato assinado com o BNDES, a Capacitação para Lideranças, a constituição da Comissão de Saúde do Trabalhador e a retomada do Coral da Cooperativa.

COOCASSIS exhibe sua quarta face

A assinatura do novo convênio com a Prefeitura, em fevereiro de 2007, a partir do qual, a Cooperativa passou a se responsabilizar pela triagem de todo o lixo domiciliar recolhido no município, para a retirada dos materiais recicláveis, alterou significativamente seu cotidiano, caracterizando sua quarta face.

³⁸ Relembro que a expressão “garimpar” para eles, significa retirar objetos encontrados na esteira de triagem para uso pessoal.

Esse procedimento resultou de determinação da CETESB, à Prefeitura Municipal de Assis, para depositar no aterro controlado, apenas os rejeitos resultantes da triagem do lixo domiciliar. Cabe ressaltar, entretanto, que esse convênio tem caráter temporário, pois, a Prefeitura está providenciando o licenciamento de outra área para a instalação de novo aterro, próprio para receber o lixo *in natura*.

A nova atividade levou a COOCASSIS a aumentar significativamente seu grupo de cooperados, incorporando em seu quadro, mais quarenta sócios, homens e mulheres, recrutados e escolhidos entre trabalhadores desempregados, pois, poucos foram os catadores que se interessaram por esse trabalho.

Ao Poder Público, coube, além das responsabilidades constantes no convênio anterior, relativas à infra-estrutura, transportes e fornecimento de equipamentos de proteção individual, também o repasse financeiro mensal, para garantir a remuneração, equivalente ao valor do salário mínimo e o recolhimento da Contribuição Previdenciária, dos quarenta novos cooperados e também os custos referentes à contratação de um contador para a Cooperativa. Outras cláusulas, também, foram incluídas nesse convênio, como: a aquisição de uma nova esteira para garantir a manutenção da triagem dos recicláveis oriundos da Coleta Seletiva e a implantação de um Programa de Saúde do Trabalhador, considerando-se o alto grau de periculosidade do trabalho realizado em contato direto com o lixo.

Para que se chegasse ao formato desejado de convênio, muita articulação foi desencadeada e várias reuniões realizadas, tanto entre as partes interessadas, como entre os cooperados, sempre com a participação de membros da Assessoria da UNESP. O processo contou, inclusive, com a participação do Presidente da Câmara Municipal, mediando as relações entre a Cooperativa e o Executivo Municipal. Ainda que a proposta do convênio pudesse significar, direta e imediatamente, quarenta novos postos de trabalho, a atividade em si, triar o lixo *in natura*, era avaliada pelo grupo como um desvio no percurso que a Cooperativa vinha

trilhando, quase um retrocesso, pois, há algum tempo, desde a implantação da coleta seletiva, em julho de 2005, ela trabalhava apenas com os materiais recicláveis da Coleta Seletiva. A decisão em firmar o convênio levou em consideração questões como: a Prefeitura poderia tomar a decisão de terceirizar o serviço, medida que poderia significar diversas dificuldades ao funcionamento e ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; a criação dos postos de trabalho, e ainda, a possibilidade da Cooperativa, ao obter nova fonte de renda com a comercialização dos recicláveis triados do lixo, poder constituir um fundo de reserva para prover férias de seus cooperados. O convênio firmado possibilitou que a Cooperativa contratasse um contador para organizar suas atividades administrativas e contábeis, liberando os membros do Conselho de Administração para outras atividades mais estratégicas.

A nova atividade desenvolvida no Parque de Reciclagem e o considerável aumento do quadro de associados, implicaram na alteração de diversos aspectos do cotidiano da Cooperativa: o fluxo dos trabalhos, os procedimentos administrativos, o processo de comunicação, a forma de gestão e de remuneração, entre outros. Quase que inevitável e imperceptivelmente foram se criando polaridades entre os cooperados, de um lado, a convivência entre “novos” e “velhos” cooperados e de outro, a divisão pela natureza das atividades desenvolvidas: a “turma da coleta seletiva” e a “turma que tria o lixo na esteira”. O desafio assumido pelo Conselho de Administração, coordenadores e Assessoria, foi promover a integração “dos grupos” e a socialização dos conhecimentos entre todos. Para isso, o rodízio de funções foi proposto como a maneira mais natural e eficaz. Com muito cuidado, foi construída uma estratégia de escala de revezamento, de modo a formar equipes que contemplassem tanto a oportunidade de apropriação dos conhecimentos necessários à realização dos trabalhos, como a manutenção do ritmo de trabalho para não comprometer seus resultados. Dessa forma, a cada revezamento o grupo mantinha uma parte dos mais experientes na atividade e recebia alguns

novos e assim, sucessivamente: “novos” e “velhos” encontravam-se ora em uma atividade, ora em outra.

Não sem conflito e, às vezes, até de forma tumultuada, a troca de conhecimentos e de experiências e o intenso ritmo de trabalho, deflagraram um novo clima no ambiente de trabalho, mais colaborativo e de cumplicidade. Um processo que demonstrou muita maturidade do grupo dos “velhos” e disponibilidade dos “novos”: uma lição de cooperação!

No tocante à relação com o Poder Público, foi necessário um exercício de tolerância de ambas as partes, que culminou na elaboração de um “termo de conduta”. O conflito de interesses esteve sempre presente na base dos impasses: à Prefeitura interessava que todo o volume do lixo fosse triado de modo a garantir uma separação minuciosa dos recicláveis, independentemente, do total de horas trabalhadas por dia; à Cooperativa, ainda que, também, interessasse triar a maior quantidade de recicláveis, precisava conciliar o tempo de utilização da esteira com o lixo, de forma a realizar também a triagem do material oriundo da Coleta Seletiva. A avaliação da Cooperativa era de que a equipe da Prefeitura, responsável pela operação do Parque de Reciclagem, movida por aquele interesse, tendia a depositar mais lixo na esteira de triagem do que o equipamento, já obsoleto, suportava, o que culminava em constantes avarias e paralisações do trabalho para a realização de atividades de manutenção.

Com novas reivindicações ao Poder Público, a Cooperativa vem se preparando, juntamente com a Assessoria da UNESP, para negociar a renovação desse convênio, buscando maior autonomia no desenvolvimento de suas atividades.

Contrato COOCASSIS - BNDES: preparação para a quinta face

No início de 2007, membros do Conselho de Administração e da Assessoria da UNESP, em resposta ao Edital do BNDES para Cooperativas de Catadores, elaboraram um grande projeto para instalação do “Centro Regional de Processamento, Transformação e Comercialização em Rede de Materiais Recicláveis de Assis e Região”. Nele estava prevista, além da ampliação e construção das instalações físicas, a aquisição de máquinas, equipamentos, veículo e mobiliários, para garantirem o pleno funcionamento do Centro. Sua instalação, além da maior autonomia aos catadores pela posse dos bens e meios de produção, viabilizará a transformação de plásticos que passarão a ser comercializados, diretamente, com as indústrias, bem como, a comercialização em rede envolvendo os grupos de catadores da região de Assis. Tais procedimentos, agregarão maior valor aos materiais, podendo melhorar, significativamente, seus rendimentos.

O esforço coletivamente empreendido para viabilizar a apresentação desse projeto, contou com a participação da Igreja Católica e da Prefeitura. Dom Maurício, Bispo Diocesano, assumiu o compromisso de transferir à COOCASSIS a área onde se localiza o Barracão da Cáritas cedido à Cooperativa. A Engenheira da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras elaborou o projeto de adaptação do atual e de construção de um novo barracão.

A informação do BNDES de que o projeto da COOCASSIS estava sendo analisado e que, portanto, consultores do Banco viriam visitá-la para levantamento de outras informações, já foi motivo de muita alegria. O projeto que havia requerido muitas horas de esforço dava sinais de que tinha valido a pena.

A visita, em maio de 2007, entusiasmou a todos - pessoal da Cooperativa, da UNESP, da Igreja, do Poder Público - e virou manchete dos jornais e rádios locais. Felizmente, a COOCASSIS estava em condições de cumprir todas as exigências do BNDES para firmar o contrato, caso fosse aprovada sua proposta. A expectativa era imensa e estava ficando próxima

a concretização de um grande sonho dos catadores (que deve ser também de tantos outros trabalhadores): a posse dos bens e meios de produção e com ela, o avanço na cadeia produtiva.

Em meados de junho, a COOCASSIS recebeu a informação do BNDES de que sua proposta, juntamente com a de outras cooperativas, havia sido aprovada. Agora a alegria poderia ser extravasada: a comemoração no pátio do Parque de Reciclagem, com a presença da imprensa, culminou com a queima de fogos, muita emoção, risos sem fim.

A cerimônia de assinatura do contrato, liberando o valor de R\$ 1.132.000,00 (um milhão cento e trinta e dois mil reais) ocorreu em outubro de 2007, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de vários Ministros, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Presidente do BNDES, de outras autoridades e de lideranças do Movimento Nacional de Catadores. Na platéia, atônitos, aguardando para assinarem os contratos, estavam os representantes das cooperativas contempladas, muitos dos quais acompanhados de representantes de seus apoiadores e do Poder Público. Nas palavras do Presidente, a confirmação de seu compromisso com a categoria e de sua confiança na capacidade coletiva de realização desses trabalhadores.

A possibilidade de viver a emoção desse momento, representando a Assessoria da UNESP, foi muito gratificante, mas nada se compara à satisfação pela concretização do contrato. Esses trabalhadores poderão, com a devida autonomia que essa nova realidade possibilitará, dar novo rumo à vida, suas e de outros catadores.

A partir de 2008, a COOCASSIS se prepara para viver sua quinta face no novo Centro.

A título de ilustração, anexamos o convite para a solenidade de assinatura do contrato (ANEXO J), bem como reproduzimos, na página seguinte, fotografias que registram a nossa participação - membros da COOCASSIS e da Assessoria da UNESP - nesta.

Visita dos consultores do BNDES ao Barracão

COOCASSIS comemora contrato com BNDES

COOCASSIS comemora contrato com BNDES

Diretores da COOCASSIS e membro da Assessoria da UNESP no BNDES/RJ

Presidente da COOCASSIS na solenidade com o Presidente da República e o Presidente do BNDES

Acontecimentos que enriqueceram o cotidiano da COOCASSIS

Há algum tempo, vínhamos discutindo com os membros dos Conselhos e coordenadores da Cooperativa, como seria oportuno investirmos uma parte do tempo de trabalho (tão corrido) para problematizarmos a questão da liderança na Cooperativa. Entendendo que o ritmo de trabalho não iria diminuir, decidiram propor-nos um cronograma para o desenvolvimento da Capacitação: os encontros poderiam ocorrer aos sábados, em semanas alternadas e deveriam ser fora do espaço da Cooperativa, de preferência na UNESP. O programa da Capacitação para Lideranças na Cooperativa/ Associação desenvolvido, contou também com a participação dos membros dos Conselhos da ACIPAL (Associação de Catadores de Palmital), outro grupo de catadores por nós assessorado. Composto por dois módulos – A Cooperativa/Associação sob diferentes perspectivas e Competências e Habilidades para Coordenação na Cooperativa/Associação, os cinco encontros culminaram com uma solenidade de entrega de certificados que simbolizou, também, um marco no processo de aprendizagem dos grupos. Esse encontro foi muito oportuno, pois puderam, a partir da perspectiva de um e de outro grupo, refletir sobre conceitos e estratégias e simular situações, enriquecendo a aprendizagem. A aplicação dos conhecimentos adquiridos, em alguns casos, foi imediata e relatada em sala de aula, posteriormente, contudo nossa expectativa em contribuir para a capacitação dessas lideranças, só poderá ser verificada no cotidiano e como efeito de um processo acumulativo de aprendizagem.

Outro aspecto que permeava o cotidiano de trabalho na Cooperativa era a preocupação que os inúmeros acidentes de trabalho vinham trazendo ao Conselho de Administração e à Assessoria. A ausência de ações mais efetivas em Saúde do Trabalhador por parte da Prefeitura, levou-nos a elaborar uma estratégia para o enfrentamento da realidade: constituir a Comissão de Saúde do Trabalhador. Sua finalidade era estudar o assunto e

apresentar propostas de ação ao Conselho. Em sua composição conta com a participação de representantes da COOCASSIS, da Assessoria e de profissionais da área de saúde e segurança do trabalho, especialmente convidados: a enfermeira da UNESP e o engenheiro de segurança do trabalho da COOPERMOTA (Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana).

Os trabalhos iniciais de mapeamento dos acidentes ocorridos vêm subsidiando a elaboração da versão preliminar Proposta de Trabalho, que priorizou sensibilizar os cooperados para a temática e sistematizar o registro das ocorrências envolvendo acidentes de trabalho. Mesmo estando numa fase inicial de seus trabalhos, é possível apontar para a importância da constituição da Comissão, tanto pelos resultados efetivos que possam trazer de promoção à saúde e segurança dos cooperados, quanto pela posição tomada pelo Conselho, sobretudo para reivindicar ao Poder Público, melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Paralelamente a esses acontecimentos que vão fortalecendo o cotidiano de trabalho na Cooperativa e suas condições materiais, a retomada do Coral da COOCASSIS, no final de 2007, por iniciativa própria, foi muito oportuna. Para viabilizar a contratação da maestrina, contaram com o apoio financeiro de instituições da cidade. O Coral expressou a energia, a esperança e a alegria daquele grupo, que pode por meio de suas várias e emocionantes apresentações ao público, a exemplo de 2005, manifestar seu reconhecimento e agradecimento pelos apoios obtidos de várias instituições e da comunidade, durante o ano.

Concluindo esse Epílogo, relatamos uma situação, cujo ganho, ainda que individual, é de valor inestimável, pois, trata-se de vida, literalmente, entretanto ela pode representar a vivência de muitos outros cooperados.

Em uma noite de verão de dezembro de 2007, estávamos com alguns cooperados que compõem o Coral da COOCASSIS, sentados na Praça da Igreja, conversando, enquanto aguardávamos o horário de apresentação do Coral. Uma das cooperadas (cinquenta e dois anos) do novo grupo, há 10 meses na Cooperativa, abordou-nos dizendo que gostaria de

fazer uma “revelação”, foi como se expressou. Voltamos totalmente nossa atenção a ela, até pela curiosidade despertada, e ela passou a nos contar uma (triste) parte da sua história de vida. Há alguns anos, sem saber como, nem porque, teve uma depressão muito profunda, acompanhada de diversos episódios de auto-agressão, nos quais foi atendida pelo serviço de ambulância ou do resgate do Corpo de Bombeiros e que culminaram em uma internação psiquiátrica. Relatou que a medicação era tão forte que até seu andar havia se modificado (levantou-se e imitou a forma arcada como andava, cambaleando com os braços caídos, balançando à frente do corpo). Muito acabrunhada com aquela situação, sempre procurando entender porque isto havia ocorrido, um dia decidiu suspender a medicação, por conta própria, pois argumentava: “[...] *eu nunca fui assim, decidi encarar a vida*”. Ia muito à igreja orar e pedir ajuda a Deus. Prossegue em seu relato, dizendo que logo surgiu a oportunidade de participar da Cooperativa, local em que gosta demais de trabalhar, que tem “[...] *muita alegria, onde há sempre um trabalho diferente, que eu não recuso nenhum, onde há muita gente pra conversar*”. Concluiu sua (triste) história com a (feliz) constatação: “Sabe, Ana Maria, de verdade, a Cooperativa para mim é uma terapia, fico tão entretida... eu sou muito feliz, lá.”

Talvez tenha sido efeito do nosso olhar (talvez, não), mas, naquela noite, sua voz soou mais forte.

[...] Vou seguindo pela vida me esquecendo de você
 Eu não quero mais a morte, tenho muito que viver
 Vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer
 Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver [...]

Milton Nascimento/Fernando Brant
 Travessia

AGUIAR, K. Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. **Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 106-121.

AGUIAR, W. M. J. Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. (orgs). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 97-110.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. **Tempo de Trabalho e Tempo Livre**. In: _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 173-178.

_____. Apresentação. In: _____ (Org). **A Dialética do Trabalho**. Escritos de Marx e Engels. 2ª reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 7-11.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. Análise de Dados. In: _____ **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Ed, 1994, p. 203-241.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Informação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária** -SIES -SENAES. Brasília: MTE, 2002 Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Relatorios/EmpreendimentoSituacaoUF.php>>. Acesso em 26 Jan. 2008.

- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 397** de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília: MTE, 2002. Disponível em <<http://www.mteco.gov.br/legislacao.asp>>. Acesso em 26 Jan. 2007.

_____. Sistema Nacional de Emprego. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Apresentação**. Brasília: SINE, s/d. Disponível em: <www.sine.pr.gov.br/setp/bpc>. Acesso em 10 Nov. 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Projeto Luxo do Lixo: esperança de vida nova da Cáritas Brasileira – Regional de São Paulo. São Paulo: CNBB, 1991.

DUTRA, J. **Gestão por competências**. São Paulo: Gente, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, M. G. M. A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. (Orgs). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-52.

GONZÁLEZ R. F. **Comunicación, personalidad y desarrollo**. Habana: Pueblo e Educación, 1995.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUTIERREZ, G.L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ C. G. (Org). **A Empresa sem Patrão**. Marília: UNESP, 1997, p.27-32.

HADDAD F. et al. Debate com o público. In: Sindicato, Cooperativas e Socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 71-103.

HOLZMANN, L. **Operários Sem Patrão**. São Carlos: UFSCar, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LADEIA, C. R. **Uma Análise da Práxis nas Publicações Brasileiras sobre a Formação do Professor de 1ª à 4ª Série nas Décadas de 70 e 80**. 1995. 256 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 1995.

LANE, S. T. M. A Mediação Emocional na Constituição do Psiquismo Humano. In: _____; SAWAIA, BADER B. (Orgs) **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995, p. 55-63.

LESSA, S. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In: _____ **Mundo dos homens** – trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 27-47.

LIMA, M. E. A. **Os equívocos da excelência**: as novas formas de sedução na empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objeto desta investigação. In: DURHAN, E.R. (Org). **Malinowski**. (Coleção Antropologia). São Paulo: Ática, 1986, p. 24-48. (Originalmente publicado em língua inglesa em 1953).

MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELLO, S. L.. Economia solidária e democracia. In: FIGARO, R. (Org.). **Gestão da Comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 151-158.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MOLON, S. I. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Sobre o Movimento**. São Paulo: MNCR, 2006a. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br/o_que_e_o_movimento.aspx>. Acesso em 20 Out. 2007.

_____. **Selo Amigo**. São Paulo: MNCR, 2006b. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/seloamigo/>>. Acesso em 27 Jan. 2006.

_____. **Bases de acordo do MNCR**. São Paulo: MNCR, 2006c. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/baseacordo.aspx>>. Acesso em 28 Jan. 2007.

_____. **Declaração de Princípios**. São Paulo: MNCR, 2006d. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/declaracaoprincipios.aspx>>. Acesso em 28 Jan. 2007.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PONTES, B. R. **Administração de Cargos e Salários**: Carreira e Remuneração. 12. ed. São Paulo: LTr, 2007.

RATTNER, H. Trabalho e Democracia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 29, mensal, out. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/029/29rattner01.htm>>. Acesso em: 05 Jan. 2007.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J. & ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

SATO L. & SOUZA M.P.R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicologia USP**, 2001, vol 12, nº 2, 29-47.

SATO, L.; ESTEVES, E. **Autogestão**: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: CUT, 2002.

SIMON, H.; MARCH, J. G. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

SINGER, P. Em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. In: MELLO, S. L. (Org.) **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005, p. 41-47.

_____. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. 2 ed.- São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA A. R. A **Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 7-10.

SOUZA, H. Gestando uma nova Cultura. **Autogest**, São Paulo, Ano 1,n.1; jun/ago. 1997.

TULESKI, S. C. **Vygotski**: a construção de uma psicologia marxista. Maringá: Eduem, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho Associado**. Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A Formação Social da Mente**. O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **O Problema da consciência**. Teoria e Método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YIN, R.K. Conduzindo Estudos de Caso: Coleta de evidências. In: _____. **Estudo de Caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bokman, 2002, p. 105-130.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R.C.L. (Org) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-125.

ANEXO A – Documento da COOCASSIS entregue ao Presidente da República

Assis, 07 de novembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente

É com muita honra que nós, catadores de materiais recicláveis, dirigimo-nos a vossa excelência para agradecer imensamente o apoio que a categoria vem recebendo de seu Governo. As ações desencadeadas e os recursos até o momento liberados vêm possibilitando o desenvolvimento de projetos para viabilizarem nossa organização, melhorarem nossas condições de trabalho, nossos rendimentos e as nossas vidas.

A nossa esperança é poder continuar contando com o valioso apoio deste Governo, sem o qual os desafios ainda existentes dificilmente serão superados. Entre os desafios podemos citar: o avanço na cadeia produtiva, a comercialização em rede e a revisão da legislação sobre Cooperativismo que penaliza as cooperativas populares.

Aproveitamos o ensejo para enviar nossos votos de elevada estima e consideração.

Saudações solidárias.

JEFERSON TARTARINI
Diretor Presidente da
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e
Representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Excelentíssimo Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DD. Presidente da República

INCLUSÃO I

Unibanco premia projeto de Assis

Círculo de Cultura realiza educação de jovens e adultos em cooperativa de catadores do município

O projeto Círculo de Cultura: Educação Popular com Catadores de Materiais Recicláveis e Letras (FCL), *campus* de Assis, é um dos vencedores, na categoria Projetos, da edição 2006 do Prêmio Instituto Unibanco de Educação de Jovens e Adultos, promovido em parceria com a ONG Alfabetização Solidária. A ex-aluna do curso de Psicologia Patrícia Helena Duarte da Mata, em nome da equipe, recebeu o prêmio no dia 11 de julho, no Centro de Cultura Britânica, em São Paulo.

O projeto Círculo de Cultura é organizado por membros da equipe do Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas Populares. Desde 2004, o Núcleo proporciona a alfabetização e a educação de jovens e adultos da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis), que trabalham na coleta seletiva de materiais recicláveis do município.

O Núcleo, cadastrado e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex), também é

Construção de conhecimentos:
atividades desenvolvidas com grupos populares

um projeto de estágio para alunos de 4º e 5º ano de Psicologia. Atualmente, 13 alunos participam das atividades desenvolvidas em grupos populares de Assis e região. Eles são supervisionados pelos professores Ana Maria Rodrigues de Carvalho, do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, e

Carlos Rodrigues Ladeia, do Departamento de Psicologia Evolutiva, Escolar e Social do curso de Psicologia da FCL.

Segundo a docente Ana Maria, o diferencial do projeto está na metodologia empregada, baseada nas propostas do educador Paulo Freire, segundo o qual educandos e educadores, juntos, constroem conhecimentos mediados pela vivência do real. “Nosso trabalho visa contribuir para o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade, a partir de uma educação política”, destaca.

Para atingir esse objetivo, os alfabetizadores acompanham o cotidiano dos trabalhadores e todos discutem juntos as necessidades do grupo. Um dos temas debatidos é a economia solidária. “Este é um assunto difícil de ser assimilado, porque envolve a cooperação, a democracia e a autonomia, práticas pouco comuns em uma sociedade competitiva, desigual e elitizada como a nossa”, enfatiza o professor Ladeia.

Genira Chagas

ANEXO C – Carta do Comitê Regional de Catadores encaminhada aos Prefeitos da Região**Carta para os prefeitos dos municípios representados no Comitê.**

Assis, 1 de setembro de 2003.

Prezado Senhor:

As dificuldades, cada vez maiores de inserção no mundo do trabalho, têm levado muitas pessoas a buscarem na catação de materiais recicláveis uma forma de obter trabalho e renda.

Esses trabalhadores, os catadores, diante das inúmeras dificuldades que encontram para desenvolver suas atividades, vêm se organizando nos municípios (em associação ou cooperativa) e também nas regiões, nos estados, inclusive em nível nacional, no Movimento de Catadores.

Para que se organizem, diversas instituições – universidades, igreja, ONGs e poder público – têm contribuído prestando-lhes assessoria. A cada município, evidentemente, corresponde uma realidade, por exemplo: em Assis, a Cooperativa já constituída, resultou de uma ação conjunta da Cáritas Diocesana e da Unesp com o apoio do poder público local. Recentemente a COOCASSIS (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis) e Prefeitura firmaram convênio, no qual a COOCASSIS vem operacionalizando a esteira de triagem e as prensas do Parque de Triagem e Compostagem de Lixo. Em Santa Cruz do Rio Pardo, o grupo que se auto organizou obteve apoio do poder público na construção de uma estrutura física adequada à triagem, enfardamento, armazenamento e comercialização dos materiais.

Em diversos outros municípios a organização dos catadores já foi deflagrada. Espera-se que os resultados sejam tão bons quanto os acima citados.

Reconhecendo a importância que tais apoios têm na organização dos catadores e na melhora de suas condições de vida, o *Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Sudoeste Paulista* toma a iniciativa de contatar Sua Excelência, para se apresentar e solicitar o apoio que a causa merece.

Este Comitê, composto por catadores e apoiadores dos municípios que participam do I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em junho do presente ano na Unesp de Assis, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico dos catadores e de suas cooperativas ou associações.

Aproveitamos o ensejo para enviar nossos protestos de estima e consideração.

Secretaria do
Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do
Sudoeste Paulista

E-mail: coopcatador@assis.unesp.br
COOCASSIS – Av. Mário De Vito, 594 – Parque Universitário – 18000-000 – Assis-SP

Exmo. Senhor
Prefeito Municipal de ...

ORGANIZAÇÃO

Coletores querem ampliar seu quadro social

Eleição para compor a diretoria da Coocassis será amanhã

Eliei: atrair associados

Os 70 coletores de materiais recicláveis associados à Coocassis (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis), vão participar nesse sábado às 14 horas, das eleições para compor a diretoria e o conselho da instituição.

De acordo com o presidente da cooperativa, José Eliei de Mendonça, somente uma chapa se inscreveu para a disputa que, portanto, será decidida por adamação. “Mesmo assim todos

os cooperados precisarão comparecer para votar”, ressaltou.

José explica que serão substituídos somente três dos cinco integrantes da diretoria e quatro dos seis membros do conselho já que dois de ambas as representações devem ser mantidos. Os atuais responsáveis pela Coocassis, ocuparam os cargos durante os oito meses de funcionamento da instituição desde a sua criação, contudo, segundo o presidente, a partir de agora, os mandatos terão duração de dois anos.

Existem diversos projetos que deverão ser implementados pela nova diretoria e conselho, de acordo com o diretor secretário da cooperativa, Jeferson Tartarini. Ele adiantou que a instituição pretende estudar a possibilidade de realizar pagamentos à vista, pelos serviços prestados à cooperativa. “Acreditamos que essa seja uma maneira de tentar trazer os cerca de 40 trabalhadores informais da cidade para a Coocassis,

Fotos: Eric Clayton

São recolhidas entre 40 e 50 toneladas de materiais recicláveis ao mês nas ruas da cidade

oferecendo pagamento na hora da entrega dos materiais e não somente após a venda como é feito atualmente”, explicou.

Outro projeto da diretoria formulado com a intenção de abranger não só os catadores mas também a comunidade da cidade é a coleta seletiva. A Coocassis vai começar a atuar neste objetivo, pretendendo incluir todos os catadores, para que nenhum trabalhador fique de fora do processo.

“Essa é uma ação que vai ser realizada junto da Prefeitura Municipal, e esperamos que o início do trabalho possa conscientizar a população sobre a importância da coleta seletiva e mostrar à comunidade, que esse trabalho pode ser facilmente realizado em casa”, antecipou.

A cooperativa atua hoje, coletando de 40 a 50 mil quilos de materiais recicláveis por mês, enquanto a Usina de Reciclagem de Lixo opera com com média de 60 a 70 mil quilos também mensalmente.

ANEXO E – Matéria publicada no Jornal de Assis, Edição de 12 de novembro de 2004, p. 3

Coocassis elabora Planejamento Estratégico

A Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis), está concluindo as avaliações administrativas e estruturais que vão elaborar o Planejamento Estratégico da organização dos trabalhadores.

A Coocassis pretende implantar a coleta seletiva e adquirir equipamentos para fazer a reciclagem de materiais, além de criar o INSS dos catadores. O planejamento vem sendo estudado há 40 dias e visa a organização de ações e metas que poderão contribuir com o desenvolvimento da cooperativa.

Página 3

A Cooperativa quer implantar a coleta seletiva, adquirir equipamentos para reciclagem dos materiais e criar o INSS dos catadores

Coocassis traça metas de crescimento

VANESSA ZANDONADE

Depois de três anos de existência, a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis) está em fase de conclusão das avaliações estruturais e administrativas que vão resultar na elaboração do Planejamento Estratégico da organização dos trabalhadores. A iniciativa visa a organização das ações e metas que irão contribuir para o crescimento da cooperativa. Ontem à noite foi realizada a quarta e última reunião do grupo, na Unesp de Assis.

O Planejamento está sendo estudado há 40 dias. "Foi um processo muito rico, com grande participação de todos os representantes dos conselhos administrativo e fiscal, além, é claro, de membros cooperados", avalia Ana Maria Carvalho, professora da Unesp e responsável pelo trabalho de extensão da faculdade que dá assessoria à formação de Cooperativa.

Segundo a professora, ainda estão sendo definidas as metas a serem seguidas, porém três pontos já estão claros para o grupo. Ana

FOTOS: ANDRÉ VICENTE

Com a implantação da coleta seletiva os catadores terão melhores condições de trabalho

Mariz destaca que o primeiro ponto seria a implantação e o direcionamento dos esforços para a coleta seletiva solidária domiciliar. "A comunidade quer a coleta seletiva", destaca. A professora destaca que a seleção traria mais dignidade aos trabalhadores, já que com o descarte tradicional dos mate-

riais, os catadores precisam recolher os recicláveis em meio ao lixo. Ela afirma que não há resistência da população diante da seleção dos materiais, porém há a dificuldade em preparar e pôr o projeto em andamento, por falta de recursos para a produção de materiais de conscientização.

O segundo ponto busca aumentar a cadeia produtiva da instituição, com a aquisição de equipamentos para a transformação dos materiais recolhidos. "Para que isso seja viabilizado, é necessária a participação da prefeitura e de outros segmentos da sociedade. Dessa forma pre-

Primeiras ações de coleta seletiva

A partir da parceria entre a Cooperativa e a escola técnica Pedro d'Arcádia Neto, será realizada em cerca de 10 dias, um programa piloto de Coleta Seletiva Domiciliar Solidária. Para isso, aproximadamente 30 pessoas, entre alunos da escola e cooperados, estão sendo capacitados para fazerem a abordagem junto à comunidade. Foram preparadas cartilhas que servirão como apoio às visitas de conscientização, sensibilização e orientação de como a população deve agir para a seleção dos materiais. "Os catadores e alunos vão bater de porta em porta para incentivar a coleta seletiva e, uma vez por semana, a Co-

operativa irá recolher nas casas os materiais separados", explica Jefferson.

Segundo Maria Alice Bergamini Levi, coordenadora do curso de Técnico em Meio Ambiente da escola Pedro D'Arcádia, o trabalho será realizado em 20 quarteirões ao redor da escola. "Um dos objetivos do programa é ser solidário à Cooperativa, já que conheço o trabalho desenvolvido por eles e também pôr em prática as teorias estudadas no Curso Técnico em Meio Ambiente", conta. Os alunos são preocupados com as condições de trabalho dos catadores, tendo que estar em contato direto com o lixo.

tendemos agendar uma reunião com o prefeito eleito, assim que estivermos com o planejamento em mãos para requerer apoio", afirma Jefferson Tatarini, diretor presidente da Coocassis.

A cooperativa irá buscar recursos para implantar o terceiro ponto do Planeja-

mento, que visa buscar recursos para garantir a previdência social dos cooperados. Ana Maria destaca que para isso é necessário aumentar a renda dos catadores, para possibilitar o deslargo e dar-lhes o direito de se aposentarem.

ANEXO F – Matéria publicada no Diário de Assis, edição de 8 de dezembro de 2004, p. 6

ENSINANDO RECICLAR – Ao menos 30 alunos da escola Pedro D'Arcádia Neto integraram um verdadeiro pelotão que percorreu os domicílios da Vila Xavier sábado, para conscientizar seus moradores sobre os benefícios decorrentes da coleta seletiva de lixo, cumprindo programação de um projeto didático ambiental e de solidariedade. **Página 6**

EDUCAÇÃO *Mutirão percorre 20 quarteirões da Vila Xavier*

Estudantes conscientizam moradores para adotar a coleta seletiva de lixo

Foto: Eric Clayton

Os alunos saíram, em grupos, e visitaram os domicílios do bairro

Reduzir, reutilizar e reciclar materiais consumidos no dia a dia e melhorar as condições de trabalho e renda dos catadores de materiais recicláveis. Esses são alguns dos objetivos propostos pelo projeto

"Coleta seletiva solidária de materiais recicláveis", desenvolvido por 30 alunos do segundo ano do ensino médio e do curso técnico em Meio Ambiente da ETE "Pedro D'Arcádia Neto", em

parceria com o Núcleo de Assessoria à Formação de Cooperativas Populares, da Unesp e a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Cococassis). No sábado, os envolvidos realizaram um mutirão na vila Xavier, ao redor da escola, para conscientizar os moradores sobre a importância da coleta seletiva do lixo.

Na ocasião, os estudantes visitaram os moradores em suas casas e distribuíram cartilhas explicativas e ímãs de geladeira com a lista de materiais recicláveis que devem ser separados do lixo orgânico. De acordo com a coordenadora do curso técnico em Meio Ambiente, Maria Alice Bergamini Levi, incen-

tivadora do projeto, junto com professora de Intervenções Ambientais, Regina Aparecida Leite, o resultado foi positivo e os moradores visitados se comprometeram a separar o material reciclável do lixo orgânico, gerado em suas residências.

A segunda parte do projeto começa hoje, com o recolhimento desse material por um caminhão da Cococassis. Todas as terças-feiras, a cooperativa irá recolher o lixo reciclável dos moradores consultados e a intenção do grupo é que logo a iniciativa se estenda a outros populares e bairros. "Não vamos parar nisso. Queremos ensinar a população a trabalhar com o lixo orgânico e também es-

peramos ampliar a lista de ajudantes. Iremos esperar o resultado dessa primeira ação para então pensar no que pode ser feito", observou a professora.

A iniciativa, segundo Maria Alice, foi concretizada depois que os estudantes e professores perceberam a necessidade da coleta seletiva na cidade, para reduzir a quantidade de lixo encaminhada a aterros. "Também queremos promover a solidariedade a partir da doação do material reciclável aos trabalhadores que sobrevivem dessa atividade", completou. Para demonstrar a importância desse ato aos trabalhadores, ela exemplificou que na usina, os catadores precisam

separar os materiais recicláveis do restante do lixo, correndo o risco de sofrer acidentes com garrafas, cacos de vidro e seringas, além de retirar os materiais contaminados e vendê-los a preços baixos. "Já com a coleta, os catadores não correm riscos de acidentes e vendem os produtos a preços mais altos", argumentou.

O projeto tem o apoio das empresas Madecom, Pressgraf, Bermejo's, Unimed e Multisafra. A professora apelou pela adesão de outros empresários à iniciativa, para auxiliar nos custos das atividades. "Não estamos fazendo isso pela escola, mas sim por um mundo melhor", concluiu Maria Alice.

Os estudantes ensinaram a importância da providência aos moradores

Catadores aprendem a ler e escrever em cooperativa

As aulas são realizadas na Coocassis duas vezes por semana

JULIANNA GRANJEIA

Muitos catadores de lixo da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis) ou são analfabetos ou não chegaram a quinta série do ensino fundamental. E uma cooperativa é administrada pelos próprios trabalhadores que, portanto, deveriam saber ler e assinar documentos além de terem uma boa noção de matemática para gerenciar o setor administrativo.

Estagiários do Núcleo de Assessoria à Formação de Cooperativas Populares da Unesp e uma professora contratada pela Secretaria Municipal de Educação formaram um grupo de Educação para Jovens e Adultos (EJA) que lecionam na Coocassis duas vezes por semana durante duas horas. As pesquisas começaram em maio e as aulas práticas para os catadores tiveram início em novembro. “Primeiro nós levantamos dados sobre a vida e o trabalho das pessoas que estão na cooperativa para tirar do

cotidiano deles, os temas geradores de aulas”, explicaram as estagiárias de psicologia Maria Paula de Souza e Patrícia da Matta.

O objetivo de implantar o EJA na Coocassis, de acordo com Maria Paula, é que os catadores possam evoluir na cooperativa a fim de organizar e administrar melhor o local de trabalho. “Com uma instrução melhor e noções de cooperativismo, eles podem fortalecer a instituição e até se comunicar melhor”, completou Maria Paula. Ela explicou que o método utilizado para formação dos catadores não é a educação formal mas sim um modelo de educação política, sugerido por Paulo Freire. O material utilizado pelo grupo, como cadernos e utensílios pedagógicos, é cedido pela Prefeitura Municipal.

A professora Eliane Garrido afirmou que dar aulas na Coocassis é uma experiência muito boa, tanto profissional quanto pessoal. “É uma troca de experiências muito impor-

tante porque nós trabalhamos com temas que eles trazem. Nós exploramos o mundo deles”, afirmou Eliane. Ela também explicou que o aprendizado é feito de forma individual de acordo com as necessidades de cada um.

ESTUDO E ORGANIZAÇÃO

Eva Torres de Oliveira, 38, trabalha há mais de um ano na cooperativa e fez até a 4ª série na escola. “Eu tive que parar de estudar para trabalhar e ajudar em casa”, contou Eva. Ela falou que o estudo é muito importante para os catadores e até para gerar mais empregos. “É muito bom eu poder voltar a

estudar e ajudar a cooperativa a crescer e dar mais empregos para outras pessoas”, disse a catadora.

Para Jeferson Tartarini, diretor presidente da Coocassis, a maior dificuldade da cooperativa é a falta de conhecimento dos catadores para participarem do processo de gerenciamento da instituição. “Nós precisamos prestar contas, gerenciar a cooperativa e muita gente não sabe ler documentos. Mas não precisamos de diploma para fazer isso”, afirmou Jeferson. Os conselhos administrativo e fiscal da Coocassis são formados pelos próprios catadores da cooperativa.

Coocassis pretende participar de encontro latino-americano

Nos dias 22, 23 e 24 de janeiro será realizado o II Encontro Latino-Americano de Catadores em Porto Alegre e a partir do dia 25 de janeiro tem início o Fórum Social Mundial. Jeferson Tartarini afirmou que quatro catadores pretendem participar do evento. “A cooperativa não tem condições para bancar essa viagem e precisamos de patrocínio”, afirma

NOVO PAPEL *Moradores recebem visita a partir desta semana*

Coleta seletiva solidária é implantada oficialmente

Coletores e agentes municipais são orientados sobre a dinâmica da campanha

Fotos: Eric Clayton

Uma solenidade realizada durante a manhã de ontem no “Espaço dos Conselhos”, marcou o lançamento oficial do programa Coleta Seletiva Solidária. A iniciativa será aplicada a partir desta semana e surgiu da experiência dos associados à Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis, com a assessoria de pesquisadores da Unesp, apoio da Caritas Diocesana e prefeitura.

Desde sexta-feira os moradores estão recebendo visitas dos catadores, acompanhados de agentes do serviço de limpeza do município. Eles pretendem orientar sobre o programa e informar o calendário da coleta. Na etapa inicial de implantação, o projeto pretende servir a 60% dos domicílios, com o emprego de 60 trabalhadores.

Após a apresentação do Sistema de Coleta Seletiva Solidária, realizada pelos professores da Unesp, Carlos Rodrigues Ladeia e Ana Maria Carvalho, houve exibição do vídeo documentário “História de Vida”. Produzido pelos alunos da Fema e premiado do Festival de Gramado 2003, o documentário retrata a história de vida de uma

catadora de materiais recicláveis residente na cidade.

A primeira área a receber o serviço de coleta seletiva reúne os bairros Santa Cecília, Glória, Boa Vista, Operária e Cambuí. De 20 a 24 de junho, agentes uniformizados e devidamente identificados, percorrerão todas as casas destes bairros, informando e esclarecendo dúvidas sobre a coleta seletiva. Durante esta abordagem inicial será combinada com os moradores a data para a coleta a partir dessa semana.

Os moradores deverão separar os rejeitos recicláveis (papel, vidro, plástico ou metal) do lixo orgânico, (res-

tos de alimentos ou materiais de higiene). Cadernos, revistas, jornais, sulfites, folhetos, papelão, copos, garrafas, baldes, bacias, frascos de produtos higiênicos e de limpeza, garrafas, vasilhames, embalagens, latinhas, painéis, fios e objetos de cobre e metais em geral, são alguns exemplos de materiais que devem ser separados.

Cerca de 40% do volume total do lixo doméstico pode ser reutilizado por meio da reciclagem industrial, o que pode proporcionar benefícios, como a menor quantidade de resíduos sólidos despejados em aterros sanitários e geração de renda.

Projeto é avaliado como conquista social

Cooperativa de Catadores de recicláveis organiza coral e encanta a cidade

Catadores de cidadania

Foto: André Vicente

“Quem canta, seus males espanta”. É verdade. Quase trinta trabalhadores associados à Cooperativa de Catadores de Papéis e Materiais Recicláveis, a Coocassis, foram a prova mais evidente que este ditado popular não saiu de moda. Há mais de um mês, eles dividiram a difícil tarefa de percorrer quilômetros em baixo de um sol escaldante para transformar em fonte de renda o lixo que a sociedade produz, com ensaios de um coral idealizado pelo Instituto Padre Bellini e que, rapidamente, recebeu apoio dos mais diferentes segmentos da sociedade.

O primeiro passo, conta o presidente do Instituto Padre Bellini, Reinaldo Nunes, foi o mais difícil: encontrar alguém que se dispusesse a, em tão pouco tempo, ensaiar um grupo que ainda não tinha vivido essa experiência de ter aulas de

canto e se apresentar em público. A dificuldade foi superada quando a professora de música, Maria de Fátima, aceitou o desafio para reger o coral.

Nas primeiras semanas, o ensaio acontecia no núcleo da Secretaria de Assistência Social, na vila Prudenciana. Empolgados e animados com os primeiros ensaios, os catadores passaram a dividir o pequeno horário de almoço para “afinar” algumas das músicas, consideradas “mais difíceis”.

O “frioquinho na barriga” da primeira apresentação em público foi vivenciado sem traumas. Na terça-feira, dia 13 de dezembro, o grupo entoou as melodias ensaiadas na Unesp. “Foi uma forma que eles encontraram para agradecer a universidade, através de seus professores e alunos, pela assessoria prestada à cooperativa”, explicou a

professora Ana Maria Rodrigues de Carvalho, que, empolgada com a idéia, passou a cantar no coral, ao lado do professor Carlos Rodrigues Ladeia, que também atua na assessoria à cooperativa.

Na semana que antecedeu o Natal, foram várias apresentações. Todas em locais cuidadosamente e estrategicamente escolhidos a dedo. “Todas as apresentações foram para agradecer as instituições e entidades, além de sociedade, que nos têm auxiliado”, explicou o presidente da Coocassis, Jeferson Tartarini.

Prefeitura Municipal, Bispado, Unesp, Banco do Brasil, Assis Shopping Shopping e paróquias da Santa Cecília e Vila Operária foram os pontos escolhidos, além de duas apresentações para um público maior na Catedral de Assis e na estação Parada das Artes.

Uma das apresentações ao público aconteceu no Paço Municipal

AS APRESENTAÇÕES

TERÇA-FEIRA - DIA 20

19 Horas - Catedral de Assis

QUARTA-FEIRA - DIA 21

17 Horas - Prefeitura Municipal
19 Horas - Igreja da Santa Cecília

QUINTA-FEIRA - DIA 22

20 Horas - Estação Parada das Artes

SEXTA-FEIRA - DIA 23

Escadaria do Banco do Brasil

SÁBADO - DIA 31 - Igreja da V.O.

ANEXO J – Convite solenidade BNDES

CONVITE

O Presidente do BNDES, Professor Luciano Coutinho, tem a honra de convidar V.Sª. para participar da solenidade de **Assinatura dos Contratos de Apoio do BNDES às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis** com as presenças do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de representantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, na próxima segunda-feira, 1º de outubro, às 15h, no auditório Arino Ramos Ferreira, na Av. República do Chile, 100.

Confirme sua presença, sujeita à lotação do auditório, através do endereço eletrônico:
catadores@bndes.gov.br

**Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior**